



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

MARIA VANESSA BATISTA LIMA PINHEIRO

**UMA ANÁLISE DO GÊNERO ARTIGO ACADÊMICO EM MANUAIS DE
ORIENTAÇÃO DA ESCRITA CIENTÍFICA**



FORTALEZA-CEARÁ
2016

MARIA VANESSA BATISTA LIMA PINHEIRO

UMA ANÁLISE DO GÊNERO ARTIGO ACADÊMICO EM MANUAIS DE
ORIENTAÇÃO DA ESCRITA CIENTÍFICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - PosLA do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cibele Gadelha Bernardino.

FORTALEZA-CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Pinheiro, Maria Vanessa Batista Lima.

Uma análise do gênero artigo acadêmico em manuais de orientação da escrita científica [recurso eletrônico] / Maria Vanessa Batista Lima Pinheiro. - 2016.

1 CD-ROM: 11.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 217 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientação: Prof.^a Dra. Cibele Gadelha Bernardino.

1. Artigo acadêmico. 2. Escrita Científica. 3. Cultura Disciplinar. I. Título.

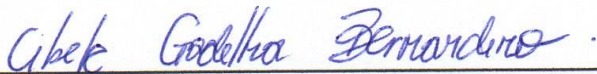
MARIA VANESSA BATISTA LIMA PINHEIRO

UMA ANÁLISE DO GÊNERO ARTIGO ACADÊMICO EM MANUAIS DE
ORIENTAÇÃO DA ESCRITA CIENTÍFICA

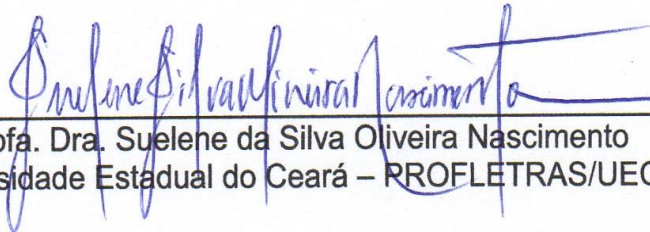
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - PosLA do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e interação.

Aprovada em: 19 de Dezembro de 2016.

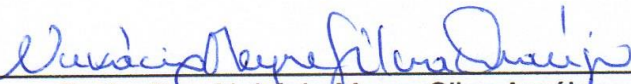
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Cibele Gadelha Bernardino (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Suelene da Silva Oliveira Nascimento
Universidade Estadual do Ceará – PROFLETRAS/UECE



Profa. Dra. Nukácia Meyre Silva Araújo
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Aos meus queridos pais, que, com muito amor, carinho e esforço, me guiaram pelos caminhos da educação.

AGRADECIMENTOS

Penso que não há como chegar ao fim de um percurso como este sem prestar uma breve homenagem aos que, direta ou indiretamente, contribuíram de alguma forma para a concretização de mais uma etapa em minha vida. Então, agradeço:

Primeiramente a Deus e Nossa Senhora Aparecida, em cujas entidades divinas deposito minha fé e confiança, principalmente pela coragem, força e garra concedidas nos momentos de maior aflição e dificuldades nessa trajetória.

À minha mãe, Lucimar, ao meu pai, José (o Albenes), e à minha irmã, Imaculada, pelo incentivo, orgulho, carinho e paciência de sempre, especialmente nesta fase.

Ao meu esposo e grande companheiro de vida e caminhada acadêmica, Gustavo Cândido Pinheiro, por todo o amor e apoio, por sua confiança e cuidados de sempre. Gratidão!

À professora Cibele, primeiramente, por ter aceitado me orientar, pela disponibilidade constante, por estar sempre presente, pelo carinho e pelo crescimento profissional que me possibilitou nesse percurso árduo de pesquisa que vivenciamos juntas.

Às contribuições da banca de qualificação, nas pessoas das professoras Suelene e Nukácia, pelas relevantes sugestões e direcionamentos.

Às professoras Suelene e Nukácia, por aceitarem compor minha banca de defesa, contribuindo grandemente com meu trabalho.

Aos novos colegas, amigos e amigas, companheiras(os) de condomínio: Mariana Araújo, Auriliam (Lily), Luana, Fernanda, Denise, Ávila, Beatriz, Rejane, Aline, Daniel, Robert, Guilherme, Mateus, André, Tales e Rogério, pelas palavras de incentivo e os momentos divertidos e revigorantes juntos. Sem dúvida foi providência divina a convivência com vocês nessa etapa tão desafiadora. Em especial à Mariana Araújo, pela amizade, pelas palavras de apoio, força e estímulo nos momentos mais difíceis.

Aos colegas de turma e companheiros de caminhada: Eleildo, Hylo, Isabela, Jéssica, Nícollas, Djany, Katharine, Neuma Cristina, pelo estímulo constante, dentre outros.

Aos amigos do grupo de pesquisa: Raquel, Tércio, Ayanne, Nícollas, Dawton e demais membros, pela contribuição, crescimento e conhecimento compartilhado. Especialmente ao Nícollas, Tércio e Raquel, aos quais muito recorri nessa caminhada.

À Universidade Estadual do Ceará (UECE) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA), pela oportunidade de cursar um mestrado tão conceituado.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo financiamento.

RESUMO

No âmbito dos estudos sobre gêneros acadêmicos, compreendemos que produzir textos científicos é uma tarefa bastante complexa, principalmente, para os estudantes recém-ingressos na comunidade discursiva acadêmica (BEZERRA, 2001; 2012). Pensando na necessidade de se produzir gêneros acadêmicos mais significativos na universidade, apresentamos aqui uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada-PosLA/UECE sobre a análise da abordagem do gênero artigo acadêmico em manuais de orientação da escrita científica, cujo estudo tem como corpus quatro manuais de orientação da escrita científica. Para tanto, tivemos como objetivo principal mostrar como esses manuais têm descrito o gênero artigo acadêmico, observando se há suporte teórico consistente calcado em teorias de gênero para tal. A análise foi realizada nos capítulos sobre artigo acadêmico dos quatro manuais, a saber: “Produção textual na universidade” (2010), das linguísticas Motta-Roth e Hendges, “Manual de artigos científicos” de Gonçalves (2013), “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar” de Pereira (2014) e “Guia Prático para redação científica” de Volpato (2015). Como base teórica utilizamos os conceitos de artigo de Swales (1990), assim como as noções de comunidade discursiva de Swales (1990) e cultura disciplinar de Hyland (2000) para a análise dos demais critérios elencados em nossa pesquisa. Os achados de nossa pesquisa evidenciam a mais pertinente necessidade desses manuais dedicarem um espaço, uma abordagem mais significativa aos aspectos intrínsecos à própria noção de gêneros como a consideração do(s) propósito(s) comunicativo(s), a organização retórica, a consideração da comunidade discursiva em que os textos estão inseridos (SWALES, 1990; 2004), os processos de produção e circulação dos gêneros e à questão das diferenças entre culturas disciplinares nos modos de produzir conhecimento (HYLAND, 2000). Concluimos que a presente pesquisa pode oferecer suporte tanto aos estudantes como aos professores no tocante à escolha de manuais sobre a escrita científica que venha auxiliar de forma significativa à produção dos gêneros acadêmicos na universidade, especificamente o artigo, contribuindo, portanto, para o letramento acadêmico dos graduandos e pós-graduandos.

Palavras-Chave: Artigo Acadêmico. Escrita científica. Cultura disciplinar.

ABSTRACT

In the scope of the studies on academic genres, we understand that producing scientific texts is a complex task, especially for the students that just started their lives at the academic discourse community (BEZERRA, 2001; 2012). Considering the need to produce more significant academic genres at the University, we present here a master's research developed at the Graduate Program in Applied Linguistics-PosLA-UECE on the analysis of the approach of the genre academic article in manuals of orientation of the scientific writing, study that has as corpus of four manuals of orientation of the scientific writing. Therefore, we had as main objective to show how these books conceptualize genre article, scanning for consistent theoretical support trodden on genre theories. The analysis was performed in the chapters on academic article of the four books, titled: "Produção textual na universidade" (2010), by Motta-Roth and Hendges, "Manual de artigos científicos" by Gonçalves (2013), "Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar", by Pereira (2014) and "Guia Prático para redação científica", by Volpato (2015). As a theoretical basis we use the concepts of article by Swales (1990), the notions of discursive community by Swales (1990) and disciplinary culture by Hyland (2000) for the analysis of the other criteria listed in our research. The findings of our research highlight the most pertinent need for these manuals to devote a space, a more meaningful approach to the aspects that are intrinsic to the very notion of genre as a consideration of (s) purpose (s) communication (s), the rhetorical organization, consideration the discursive community in which the texts are inserted (SWALES, 1990; 2004), production processes and circulation of genres and the question of the differences between disciplinary cultures in ways of producing knowledge (HYLAND, 2000). We conclude that this research can support both students and Professors with regard to the choice of books on scientific writing that will help significantly to the production of academic genres at the university, specifically the article, thus contributing to the academic literacy of undergraduate and graduate students.

Keywords: Article Academic. scientific writing. disciplinary culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Análise de gênero a partir do texto.....	32
Figura 2 -	Análise de gênero a partir do contexto.....	33
Figura 3 -	Modelo CARS.....	51
Figura 4 -	Descrição retórica da unidade de Introdução da área disciplinar de Medicina.....	54
Figura 5 -	Descrição das unidades retóricas de artigos experimentais da área Disciplinar de Medicina.....	57
Figura 6 -	Descrição retórica da unidade de Introdução de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina.....	58
Figura 7 -	Descrição retórica da unidade de Métodos da área disciplinar De Medicina.....	59
Figura 8 -	Descrição retórica da unidade de Metodologia de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina.....	61
Figura 9 -	Descrição retórica da unidade de Metodologia da área disciplinar de Linguística Aplicada.....	62
Figura 10 -	Descrição retórica da unidade de Resultados da área disciplinar de Linguística Aplicada.....	64
Figura 11 -	Descrição retórica da unidade de Resultados da área disciplinar de Medicina.....	65
Figura 12 -	Descrição retórica da unidade de Resultados de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina.....	66
Figura 13 -	Descrição retórica da unidade de Discussão da área disciplinar de Linguística Aplicada.....	67
Figura 14 -	Descrição retórica da unidade de Discussão da área de Medicina.....	68
Figura 15 -	Descrição retórica da unidade de Discussão de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina.....	69
Figura 16 -	Descrição retórica da unidade de Conclusão da área disciplinar de Linguística Aplicada.....	70
Figura 17 -	Descrição retórica da unidade de Conclusão de artigos experimentais da área de Medicina.....	71
Figura 18 -	Descrição retórica da unidade de referências de artigos experimentais Da área de Medicina.....	72
Figura 19 -	Manuais de orientação da escrita científica.....	78

Figura 20 - Tipos de artigos científicos e suas características.....	87
Figura 21 - Esquematização da história do artigo.....	90
Figura 22 - Tipos de leitor de periódico científico da área das ciências da saúde.....	124
Figura 23 - Verbos de citação e frequência de ocorrência em diferentes áreas.....	141
Figura 24 - Representação esquemática do Modelo CARS.....	156
Figura 25 - Estrutura da seção de introdução de um artigo científico original.....	159
Figura 26 - Descrição esquemática da seção de Revisão da literatura.....	168
Figura 27 - Descrição da seção de Metodologia de artigos da área Médica.....	176
Figura 28 - Descrição da seção de Metodologia da área de Bioquímica.....	177
Figura 29 - Descrição da seção de Metodologia de artigos da Administração.....	177
Figura 30 - Estrutura da seção de Método do artigo científico original.....	179
Figura 31 - Síntese da organização retórica da seção de Resultados e Discussão.....	190
Figura 32 - Representação esquemática da unidade de Discussão e Resultado.....	191
Figura 33 - Estrutura da seção de resultados de um artigo científico original.....	193
Figura 34 - Estrutura da seção de discussão de um artigo científico original.....	195

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1	A PROPOSTA TEÓRICA DE JOHN SWALES.....	22
2.1.1	O Conceito de gênero na concepção de John Swales.....	23
2.1.2	O Propósito Comunicativo e a sua redefinição.....	29
2.1.3	A Comunidade Discursiva e a sua redefinição.....	35
2.2	O GÊNERO ARTIGO ACADÊMICO.....	48
2.2.1	Os diferentes tipos de artigos: teóricos, experimentais e de revisão.....	72
3	METODOLOGIA.....	77
3.1	TIPOS DE PESQUISA.....	77
3.2	DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	78
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	82
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	83
4.1	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ARTIGO ACADÊMICO EM MANUAIS DE ORIENTAÇÃO DA ESCRITA CIENTÍFICA.....	83
4.1.1	Descrição do conceito de Artigo Acadêmico nos manuais.....	83
4.1.2	Análise comparativa do conceito de Artigo Acadêmico nos manuais.....	92
4.1.3	Descrição do(s) propósito(s) comunicativo(s) do Artigo Acadêmico nos manuais.....	103
4.1.4	Análise comparativa do(s) propósito(s) comunicativo(s) do Artigo Acadêmico nos manuais.....	108
4.1.5	Descrição da menção à comunidade discursiva científica e aos processos de produção e circulação do Artigo Acadêmico nos manuais.....	113
4.1.6	Análise comparativa da menção à comunidade discursiva científica e aos processos de produção e circulação do Artigo Acadêmico nos manuais.....	130
4.1.7	Descrição da referência às diferenças entre culturas disciplinares nos manuais.....	138
4.1.8	Análise comparativa da referência às diferenças entre culturas Disciplinares nos manuais.....	146
4.2	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS UNIDADES RETÓRICAS DO ARTIGO ACADÊMICO NOS MANUAIS.....	155
4.2.1	Descrição da organização retórica da unidade de introdução nos manuais.....	155

4.2.2	Análise comparativa da organização retórica da unidade de introdução nos manuais.....	163
4.2.3	Descrição da organização retórica da unidade de revisão da literatura nos manuais.....	167
4.2.4	Análise comparativa da organização retórica da unidade de revisão da literatura nos manuais.....	172
4.2.5	Descrição da organização retórica da unidade de metodologia nos manuais.....	175
4.2.6	Análise comparativa da organização retórica da unidade de metodologia nos manuais.....	183
4.2.7	Descrição da organização retórica da unidade de resultados/ou resultados e discussão nos manuais.....	188
4.2.8	Análise comparativa da organização retórica da unidade de resultados/ou resultados e discussão nos manuais.....	199
4.2.9	Descrição da organização retórica da unidade de conclusão nos manuais.....	203
4.2.10	Análise comparativa da organização retórica da unidade de conclusão nos manuais.....	206
5	CONCLUSÃO.....	209
	REFERÊNCIAS.....	213

1 INTRODUÇÃO

No tocante aos estudos da linguagem, a perspectiva dos gêneros textuais é uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para o funcionamento da língua e para as atividades culturais e sociais (MARCUSCHI, 2011). Apesar de os gêneros serem objetos de estudo há muito tempo, conforme destaca Marcuschi (2008, p.147), “o estudo dos gêneros textuais não é novo e, no Ocidente, já tem pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que sua observação sistemática iniciou-se com Platão.” Apenas mais recentemente, com os trabalhos de Bakhtin, os gêneros ganharam um lugar significativo no campo da Linguística. Segundo Bakhtin (1997, p. 280), “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso”. Para ele, cada esfera da atividade humana comporta um repertório de gêneros que vão diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Assim, como bem destaca Bernardino (2000), fazer referência a Bakhtin é quase obrigatório em trabalhos que pretendem tratar dos gêneros do discurso.

A partir da consideração dessas noções, os gêneros passaram a ser compreendidos não como modelos estanques nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de forma particular na linguagem (MARCUSCHI, 2011). Dessa forma, é possível vermos os gêneros como entidades dinâmicas, pois, assim como a língua varia, os gêneros também sofrem variações, adaptam-se, renovam-se e multiplicam-se. Ainda de acordo com esse autor, variadas são as teorias de gênero no contexto contemporâneo. Mas, em suma, hoje, a tendência é observar os gêneros pelo seu lado dinâmico, social e interativo.

Tendo em vista as diversas abordagens teóricas sobre o estudo de gêneros, faz-se necessário esclarecer que nos direcionamos para o estudo dos gêneros em ambientes acadêmicos, uma vez que, em nossa pesquisa, nos debruçamos sobre o artigo científico, um dos principais gêneros produzidos por estudantes de graduação e pós-graduação. No âmbito dos estudos sobre gêneros acadêmicos, compreendemos que produzir textos científicos é uma tarefa bastante complexa, principalmente para os estudantes recém-ingressos na comunidade discursiva acadêmica. Tal consideração encontra respaldo em Bezerra (2001; 2012), pois, conforme esse autor, tem sido verificado que grande parte dos estudantes se deparam com a dificuldade em compreender como os gêneros característicos do ambiente acadêmico são construídos por sua área disciplinar ao adentrarem a universidade. Ainda segundo Bezerra (2001, p.02), “os estudantes têm dificuldades em trabalhar com gêneros textuais específicos”.

Os gêneros acadêmicos se caracterizam por serem o espaço de produção, circulação e recepção do conhecimento produzido na universidade. Temos, por exemplo, o artigo acadêmico, o resumo, a resenha, a monografia, a dissertação e a tese. Podemos dizer que esses gêneros são produzidos na universidade de acordo com as características da comunidade discursiva em questão e com as especificidades de cada cultura disciplinar, uma vez que partimos da pressuposição empiricamente comprovada de que campos disciplinares distintos constroem diferentemente gêneros acadêmicos (HYLAND, 2000); (COSTA, 2015); (PACHECO, 2016). Isso ocorre devido às diferentes metodologias de pesquisa, convenções disciplinares, nomenclaturas, objetos de investigação, crenças e valores quanto ao fazer científico, etc. Para Hyland (1997; 2000) a escrita acadêmica é uma prática situada socialmente, e cada disciplina é caracterizada por normas, conteúdo, nomenclatura, conjunto de conhecimentos e maneiras de inquirir particulares que constituem uma cultura distinta. Nesse sentido, os educandos precisam observar que a produção escrita na universidade deve dar conta da função social dos gêneros acadêmicos no interior das diversas áreas (Letras, Ciências biológicas, História, etc.). Assim, será possível contribuir de forma efetiva para a produção escrita dos estudantes, de modo que eles passem a utilizar e produzir esses gêneros tendo em vista os propósitos comunicativos, o repertório lexical e as crenças particulares inerentes às diferentes áreas disciplinares da universidade.

Considerando que este trabalho está ancorado em um projeto maior intitulado “Práticas discursivas em comunidades disciplinares acadêmicas” e ao “Grupo de Pesquisa em Discurso, Identidade e Letramento Acadêmicos – DILETA”, cabe ressaltar que foram as inquietações elencadas a partir das discussões no âmbito desse projeto que impulsionaram o surgimento do nosso problema de pesquisa. Inquieta-nos perceber, por exemplo, que muitos manuais de orientação da escrita científica apresentam uma abordagem muito generalizada no tratamento com os gêneros produzidos na esfera acadêmica, não levando em consideração que cada área disciplinar tem uma forma particular de produzir textos científicos.

Parece-nos que os avanços dos estudos de gêneros no âmbito da Linguística Aplicada ainda não estão alcançando de modo significativo a produção dos manuais de orientação da escrita científica, uma vez que muitos deles teorizam sobre a produção dos textos científicos de maneira generalizada, estando, portanto, mais próximos do que preconizam as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do que de uma perspectiva mais ampla de ensino desses textos, que considere a dimensão complexa e social implícita na produção dos gêneros acadêmicos. Mais do que a apreensão de normas mecanicistas e generalistas para elaboração desses textos, como bem destaca Araújo (2000, p.186), “[...] os estudantes

necessitam de informação exata para a produção de textos bem elaborados e comunicativos, bem como para a circulação destes”. Devido aos gêneros serem definidos essencialmente em termos de uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados, dando origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados, que, por sua vez, estabelecem formas estruturais relativamente estáveis e, em certa extensão, chegam até mesmo a impor restrições quanto ao emprego de recursos léxico-gramaticais (BHATIA, 2009, p.161), é que nos preocupa a possibilidade dos docentes recomendarem o uso de manuais de orientação da escrita acadêmica de forma aleatória, bem como as normas da ABNT, como única solução para a elaboração consistente dos textos acadêmicos sem levar em conta, por exemplo, que, para produzi-los, são necessários diversos fatores implícitos à própria noção de gênero: os propósitos comunicativos, a caracterização da comunidade discursiva, a organização retórica do gênero com os propósitos comunicativos e os papéis sociais envolvidos no processo de produção, circulação e consumo dos gêneros.

É preciso ter cautela quanto à seleção de quais manuais de orientação da escrita científica adotar no ensino de gêneros na graduação e na pós-graduação, pois é de suma importância a observação do aporte teórico que embasa esses livros. Nesse sentido, reiteramos que é fundamental observar também a formação dos autores desses materiais, pois, conforme percebemos, através da própria análise dos livros que compõem o nosso *corpus*, essas obras também são escritas por pesquisadores de várias áreas distintas, o que pode nos instigar a questionar se realmente as orientações dadas nesses livros têm um suporte teórico consistente, ancorado nas teorias de gêneros.

Nessa perspectiva, partindo do pressuposto de que existe uma relação indissociável entre gênero e comunidade discursiva (SWALES, 1990). Defendemos que os manuais de orientação da escrita científica, responsáveis por orientar o ensino dos gêneros acadêmicos na universidade, precisam instigar nos alunos a percepção de que produzir esses gêneros também significa invocar crenças, valores, propósitos, formas de interação dentro da comunidade discursiva, bem como uma configuração retórica peculiar.

Dessa forma, na pretensão de descrever como os autores de manuais de orientação da escrita científica estão levando em conta as discussões sobre a natureza sociorretórica dos gêneros acadêmicos no interior das diferentes culturas disciplinares, decidimos analisar quatro manuais de orientação da escrita científica, a saber: "Produção textual na universidade", de Désirée Motta-Roth e Graciela R. Hendges; "Manual de artigos científicos", de Hortência de Abreu Gonçalves, o manual intitulado "Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar", de Mauricio Gomes Pereira e o "Guia prático para a redação científica", de Gilson Luiz

Volpato. Nesse sentido, este trabalho propõe uma análise sobre como esses manuais abordam especificamente o gênero artigo acadêmico, respaldados por toda uma discussão em desenvolvimento no âmbito da Linguística Aplicada, sobretudo por pesquisadores adeptos da perspectiva dos estudos de gêneros acadêmicos “sobre como os textos diferem enormemente devido à multiplicidade de propósitos que objetivam e que se revelam como modelos resultantes de convenções definidas pelas comunidades em que circulam e a que servem.” (ANTUNES, 1996 *apud* ARAÚJO, 2000, p.187).

Além disso, no que concerne à organização textual e às escolhas linguísticas, os estudos dos gêneros acadêmicos vêm ocupando cada vez mais espaço nas pesquisas em Linguística Aplicada. Logo, já não é novidade que gêneros, como artigo, resumo e resenha, e suas configurações retóricas há tempos venham sendo estudados no Brasil e no exterior.

Em nível internacional, destacam-se os trabalhos de Swales (1990, 2004) e Bhatia (2004), sendo eles autores basilares nos estudos de gêneros acadêmicos. Nessa perspectiva, no cenário nacional, temos também os estudos de Motta-Roth (1995) e Biasi-Rodrigues (1998), essas pesquisadoras são consideradas referências fundamentais para quem trabalha com gêneros acadêmicos. Destacamos também o trabalho de Araújo (1996) e Bezerra (2001).

No tocante aos trabalhos sobre o gênero artigo científico, apresentamos as seguintes pesquisas: Nwogu (1997), que, seguindo a linha sociorretórica, descreveu todas as unidades retóricas de artigos da área de Medicina; Silva (1999), que oferece um modelo para a seção de Resultados e Discussão de artigos da área de Química. Hendges (2001), que se debruçou sobre a seção de revisão de literatura de artigos acadêmicos; Bezerra (2001), que descreveu a organização retórica de resenhas acadêmicas. Yang e Allison (2003), por sua vez, descrevem as unidades de Resultados, Discussões e Conclusão de artigos de Linguística Aplicada. O trabalho de Costa (2003) sobre o artigo científico dialoga com a perspectiva dos estudos de gêneros de Bakhtin e com a perspectiva sociorretórica.

A respeito do gênero artigo científico, temos ainda as pesquisas de: Bernardino (2007), sobre o metadiscorso interpessoal em artigos acadêmicos; Lima (2015), acerca das construções de posicionamentos em artigos experimentais das áreas de Medicina e Linguística; Costa (2015), que realizou um estudo comparativo da organização sociorretórica do artigo experimental das áreas disciplinares de Linguística e Medicina; e Pacheco (2016), que fez uma investigação sociorretórica do artigo acadêmico na cultura disciplinar da área de Nutrição. No que se refere às demais vertentes que embasam os estudos dos gêneros, destacamos também os trabalhos sobre artigo acadêmico de Portela e Brauer (2012), usando como referencial Charles Bazerman, da Nova Retórica, dentre outros trabalhos que serão

elencados no referencial teórico. No entanto, no tocante ao estudo de gêneros acadêmicos, no Brasil, constatamos certa ausência de pesquisas voltadas para a análise da relação entre manuais de orientação da escrita científica e os gêneros acadêmicos no ensino superior, tornando-se, assim, um campo fértil para investigação.

Na perspectiva de análise de manuais de orientação da escrita científica, ressaltamos o trabalho de Macedo (2008) sobre escrita acadêmica e análise de livros didáticos, com o objetivo de evidenciar em que medida as teorias de gêneros do discurso têm tido impacto sobre a produção de materiais nas últimas décadas. Nesta pesquisa, é realizada uma análise de livros didáticos para o ensino e a aprendizagem de escrita acadêmica em língua inglesa, a partir da abordagem de gêneros do discurso em escrita acadêmica observada em cada um dos livros analisados, com o objetivo de evidenciar em que medida as teorias de gêneros do discurso têm tido impacto sobre a produção de materiais nas últimas décadas. A autora utiliza como base teórica Swales (1990).

Macedo (idem) objetiva perceber a influência das pesquisas recentes sobre os gêneros do discurso na visão dos autores desses materiais. Um dos resultados apontados diz respeito à questão de que a maioria dos livros didáticos analisados não incorpora uma noção clara de gênero, percebendo-se um descompasso entre as pesquisas teóricas no campo da análise de gêneros do discurso e sua vinculação com as metodologias de ensino, mais especificamente a elaboração de materiais de ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras. Ainda segundo essa autora, os resultados sugerem que o impacto das teorias de gênero do discurso no que se refere à elaboração desses livros didáticos é ainda incipiente. Cabe reiterar que nossa pesquisa se diferencia do trabalho de Macedo, primeiramente, por direcionar nossa análise para os manuais de orientação da escrita científica em língua portuguesa. Em segundo lugar, o foco de nossa investigação é o gênero artigo, diferentemente de Macedo, que, por sua vez, analisou a maneira como os gêneros do discurso, em escrita acadêmica, são trabalhados nos livros. Sua abordagem de gênero do discurso é um tanto ampla, uma vez que leva em consideração uma variedade de gêneros do discurso em escrita acadêmica, como relatórios, resenhas, artigos e ensaios.

Destacamos também a pesquisa de Elichirigoity (2007) sobre a construção da argumentação no gênero monografia. Neste trabalho, a autora dedica dois capítulos para teorizar sobre a abordagem do gênero monografia nos manuais de metodologia científica. Ela realiza sua análise respaldada nas teorias da argumentação. Seu foco é, sobretudo, compreender tamanha dificuldade por parte dos estudantes no que se refere à sustentação coerente da argumentação do texto monográfico. Ela analisa alguns manuais, como, por

exemplo, Manual da Monografia (NUNES, 2000), e a obra Metodologia do Trabalho Científico, de Lakatos e Marconi (1992). Porém, diferentemente de nossa pesquisa, a autora analisa manuais de metodologia científica e teoriza sobre o gênero monografia via teorias da argumentação. Em nossa pesquisa, focamos no gênero artigo em manuais de orientação da escrita científica, tentando mostrar como esses materiais conceituam o gênero artigo acadêmico, bem como tratam os propósitos comunicativos desse texto, de que maneira exploram os processos de produção e circulação e a questão da comunidade discursiva acadêmica, se fazem referência às diferenças entre culturas disciplinares e como descrevem retoricamente esse gênero.

Jesus (2014) trabalhou com o processo de escrita do gênero resumo em dois contextos: escolar e universitário. O autor investigou como esse gênero é apresentado e conceituado por manuais nesses dois contextos, porém, tal investigação configura-se, a nosso ver, como uma discussão embrionária, uma vez que o autor dedica uma ênfase maior sobre o gênero resumo no contexto escolar.

Nesse sentido, reiteramos que existe uma necessidade de pesquisas de cunho analítico mais aprofundado sobre os manuais de orientação da escrita acadêmica, a fim de apontar as diferenças entre materiais mais generalistas e obras que apresentem certa preocupação em mostrar o quão complexa e socialmente engajadas são a produção e o consumo de gêneros acadêmicos, especificamente o artigo, e, que, por sua vez venham a contribuir significativamente para a prática de sala de aula dos professores ministrantes de disciplinas direcionadas para a escrita científica na academia, pois, conforme destaca Araújo (2000, p 187) embasada por Antunes (1996), o que se tem notado no ensino de redação acadêmica é o fato de que os professores de língua distinguem, reconhecem e ensinam diferentes tipos de textos, no entanto, esses mesmos profissionais parecem desconhecer que estes textos diferem bastante, dado a multiplicidade de propósitos comunicativos que os textos adquirem no interior das comunidades das quais fazem parte.

Assim, considerando tal lacuna, nossa pesquisa contribuirá para orientar as escolhas de manuais mais eficientes para o trabalho com os gêneros acadêmicos nas graduações e pós-graduações. Portanto, nosso trabalho atende à necessidade de professores de escrita acadêmica em contar com a sugestão de materiais que contribuam efetivamente para o processo de escrita científica. Entendemos que se faz necessário que os livros que orientam a escrita científica abordem não somente a forma dos textos científicos, tecendo orientações muito generalistas e mecanicistas, mas que possibilite a conscientização de que os textos acadêmicos obedecem a uma configuração retórica, que, por sua vez, reflete os propósitos comunicativos,

as crenças e os objetivos compartilhados dos diferentes campos disciplinares.

Portanto, defendemos que o trabalho com gêneros acadêmicos deve incorporar uma abordagem mais complexa, ou seja, para além de formas generalistas, ou ainda, da mera indicação de consulta às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, como se essas fossem suficientes para produzir gêneros consistentes, pois os gêneros não são meras fôrmas. Diante disso, a partir da proposta de Swales (1990), entendemos que gêneros emergem e se desenvolvem socialmente no interior das comunidades discursivas (CD), que podem ser entendidas como redes sociorretóricas formadas por objetivos comuns, em que membros conhecem e utilizam gêneros. Nessa perspectiva, o ensino dos textos científicos na academia deve instigar nos alunos a percepção de que os gêneros são maleáveis e de que eles incorporam convenções, nomenclaturas e modos de fazer ciência de cada área. Isso precisa ser levado em consideração por esses livros que pretendem dar suporte significativo à escrita científica dos estudantes. Logo, os manuais, que dão subsídios teóricos aos docentes que ministram aulas de produção escrita, devem estar ancorados em vertentes que, tal como a proposta teórica de estudos de gêneros de Swales (1990), proponha a análise textual sobre a caracterização dos gêneros e a relação com suas práticas sociais subjacentes. Dessa forma, esperamos que nossas considerações interpretativas contribuam também para a produção de manuais mais eficientes de orientação da escrita científica.

Assim, em virtude do que expusemos sobre as formas particulares de produzir conhecimento dos diversos campos disciplinares e das lacunas advindas da escassez de pesquisas sobre a análise de manuais de orientação da escrita acadêmica, algumas inquietações em torno dessa discussão instigaram a elaboração de alguns questionamentos e objetivos que nortearam esta pesquisa. Para tanto, observaremos a conceituação do gênero artigo presente nesses materiais, analisaremos como esses manuais tratam o(s) propósito(s) comunicativo(s) do artigo acadêmico, como exploram os processos de produção e circulação desse gênero, se levam em consideração as diferenças entre culturas disciplinares no que diz respeito à produção do conhecimento científico e ainda como descrevem retoricamente o artigo acadêmico. Vejamos, então, as questões e os objetivos da presente pesquisa.

- **Questão geral:**

De que maneira os manuais de orientação da escrita acadêmica têm descrito o gênero artigo acadêmico e a partir de qual arcabouço teórico?

- **Questões específicas:**

- 1) Como os manuais de orientação da escrita científica conceituam o gênero artigo acadêmico?

- 2) De que maneira os manuais de orientação da escrita científica exploram o(s) propósito(s) comunicativo(s) do gênero artigo acadêmico?
- 3) Como os manuais exploram a comunidade discursiva científica e o processo de produção e circulação do artigo acadêmico?
- 4) Os manuais de orientação da escrita científica fazem referência às diferenças entre culturas disciplinares? E como o fazem?
- 5) Como esses livros descrevem retoricamente o gênero artigo acadêmico?

▪ **Objetivo geral:**

Analisar como os manuais de orientação da escrita científica exploram a descrição do gênero artigo científico e a partir de qual arcabouço teórico.

▪ **Objetivos específicos:**

- 1) Analisar como os manuais de orientação da escrita acadêmica conceituam o gênero artigo acadêmico;
- 2) Analisar como os manuais de orientação da escrita científica exploram o(s) propósito(s) comunicativo(s) do gênero artigo acadêmico;
- 3) Verificar como esses livros exploram a comunidade discursiva científica e os processos de produção e circulação do gênero artigo acadêmico;
- 4) Verificar se esses livros de orientação da escrita científica apresentam referência às diferenças entre culturas disciplinares e como o fazem;
- 5) Apresentar como esses manuais de orientação da escrita científica realizam a descrição retórica do gênero artigo acadêmico.

Enfim, a partir desses questionamentos, almejamos em nossa pesquisa compreender como os manuais de orientação da escrita científica abordam descritivamente o artigo científico, tentando perceber se esses livros possuem um aporte teórico consistente pautado nas teorias de gêneros que possa lhes oferecer suporte para tal empreitada. E, por fim, tendo alcançado os objetivos propostos e ao fornecermos sugestões de materiais mais consistentes no que concerne a orientação da produção de gêneros acadêmicos, estaremos alinhando-nos ao que Leffa (2001) defende sobre o papel da Linguística Aplicada para com a sociedade: prestar serviço e desenvolver pesquisas que dêem retorno social. De acordo com Leffa (idem, p.07), "não se pesquisa para explicar uma teoria; pesquisa-se principalmente para resolver um problema, e por isso, está-se mais próximo de dar um retorno à sociedade".

Para finalizarmos esta seção, apresentamos ainda a organização retórica desta dissertação. Inicialmente, adentramos ao nosso referencial teórico. Para tanto, discorreremos sobre a proposta teórica de gêneros de John Swales (1990). Este capítulo está dividido em algumas seções, em que discutimos as noções de gênero, comunidade discursiva e propósito comunicativo desse teórico. Cabe reiterar ainda, que, na parte referente à discussão em torno da ideia de comunidade discursiva de Swales (1990), recorreremos também às contribuições de Hyland (2000) sobre cultura disciplinar. E, ao fim do nosso referencial, teorizamos ainda sobre o gênero artigo acadêmico, bem como apresentamos os modelos retóricos de Nwogu (1997), Yang e Allisson (2003), Oliveira (2002; 2003) e Costa (2015). Em seguida, detalhamos o percurso metodológico da pesquisa. Nesse sentido, destacamos o tipo de pesquisa, a descrição do corpus e os procedimentos de análises utilizados. No último momento, temos à análise propriamente dita de como o gênero artigo acadêmico é abordado nos manuais de orientação da escrita científica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A PROPOSTA TEÓRICA DE JOHN SWALES

Considerando-se que “existe uma grande variedade de teorias de gêneros no momento atual” (MARCUSCHI, 2008, p.19), realizamos um recorte teórico capaz de dar conta de nossas ambições investigativas, já que, como esclarecemos anteriormente, nos direcionamos para o estudo dos gêneros em ambientes acadêmicos. Assim sendo, optamos por nos embasar teoricamente por abordagens que nos oferecessem suporte para isso. Nesse sentido, nossa base teórica vem de duas grandes referências teóricas: John Swales, um dos principais representantes dos estudos de gêneros para fins acadêmicos a nível internacional, e Ken Hyland, outro teórico preocupado em compreender o processo de produção escrita na academia, considerando-se as diferenças entre culturas disciplinares no que se refere à produção do conhecimento.

Faz-se necessário reiterarmos que recorreremos às contribuições de Hyland (2000) para melhor amadurecermos as discussões em torno do conceito de comunidade discursiva de Swales (1990), uma vez que esse autor muito contribui para o entendimento dessa noção, principalmente por conta da ideia de cultura disciplinar, cuja definição nos permite refletir sobre as especificidades do fazer ciência das diferentes áreas, das diversas culturas disciplinares. Swales, por sua vez, tem se tornado referência obrigatória para analistas de gêneros, particularmente a partir da publicação, em 1990, do livro *Genre Analysis: English in academic research settings*. Sua proposta de estudo de gêneros oferece relevante contribuição para que estudantes estrangeiros possam utilizar-se dos gêneros textuais, reconhecendo suas características formais e funcionais, tornando-se, portanto, capazes de produzir seus próprios textos de acordo com os propósitos comunicativos de sua comunidade discursiva.

A utilização dessa base teórica se justifica, primeiramente, porque não dá para continuar pensando e orientando o trabalho com gêneros textuais, especificamente os gêneros acadêmicos, os tratando como modelos prontos, como meras “fôrmas”, recorrendo-se, muitas vezes, apenas às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aos manuais que também abordam esses gêneros exatamente dessa maneira. Afinal, como bem destaca Araújo (2000, p.187) embasada por Miller (1984), embora a literatura registre várias e diferentes definições de gênero textual, estas definições têm um aspecto em comum: gênero textual é visto como ação social, que enfatiza as situações sociais recorrentes, práticas da vida cotidiana, e seu uso para atingir propósitos retóricos particulares. Segundo ela, gêneros textuais são vistos como processos dinâmicos e mutáveis, e, como tais, são também

estratégias de responder aos diversos contextos sociais. Nesse sentido, entra a relevância do nosso recorte teórico, justamente porque, através da noção de comunidade discursiva, Swales (1990) nos oferece suporte para melhor compreendermos como os gêneros estão imersos em contextos sociais, em comunidades discursivas, e como os propósitos comunicativos que circundam esses gêneros chegam a ser reconhecidos pelos membros especialistas dessas comunidades discursivas, já que estes compartilham os mesmos propósitos, vindo assim a contribuir para a inserção de sujeitos iniciantes.

E, em segundo lugar, porque a nosso ver, recorrer à contribuição teórica de Swales (1990; 2004) é quase uma obrigação em pesquisas que se propõem a trabalhar especificamente com gêneros da esfera científica, tendo em vista as influências e contribuições desse teórico para o estudo de gêneros acadêmicos. Conforme destaca Araújo (2000, p.188), é o trabalho desse teórico sobre gênero que tem influenciado pesquisadores e professores, especialmente de língua inglesa para fins acadêmicos, que vêem na aplicação da teoria um instrumento pedagógico eficiente para ensinar os estudantes a produzirem e compreenderem melhor os seus textos, assim como os de outros autores. Dessa forma, alcançando os objetivos propostos, acreditamos que além de contribuir para a produção de livros de orientação da escrita acadêmica mais eficientes, possamos também contribuir para uma produção científica mais significativa de graduandos e pós-graduandos, principalmente em se tratando dos membros iniciantes da comunidade acadêmica.

2.1.1 O conceito de gênero na concepção de John Swales

No tocante ao estudo sobre gêneros acadêmicos, Swales (1990) destaca a importância de compreendermos que a análise de elementos linguísticos se configura como insuficiente, uma vez que devemos levar em consideração o contexto. Tal consideração é de grande relevância para nossa pesquisa, afinal, o ensino de gêneros acadêmicos que almeje eficiência da escrita científica não pode permanecer apenas nos aspectos linguísticos, pautados apenas em normas muito generalistas.

Sob essa ótica, a fim de trabalhar o conceito de gênero de modo a considerar características formais e funcionais, levando em consideração as práticas sociais, Swales (1990) busca uma definição de gênero a partir da investigação de seu uso em quatro campos teóricos diferentes: nos estudos folclóricos, nos estudos literários, na linguística e no campo da retórica, e dessa investigação emerge uma série de critérios que contribuem para a

construção desse conceito: (1) um gênero é uma classe de eventos comunicativos, (2) o que faz um conjunto de eventos comunicativos ser considerado gênero é o conjunto de propósitos comunicativos partilhados, (3) a prototipicidade do gênero, (4) a lógica por trás de um gênero, e (5) a nomenclatura utilizada pela comunidade discursiva para nomear seus gêneros. Assim, Swales (1990) elabora a sua definição de gênero:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva, e assim, constituem a razão do gênero. Esse raciocínio molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe a escolha de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado e um critério que opera para manter o escopo de um gênero, foi concebido aqui estreitamente voltado para ação retórica comparável. Em adição ao propósito, exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se todas as expectativas forem realizadas, o exemplar será reconhecido com o prototípico pelos membros experientes da comunidade discursiva¹.

A respeito do primeiro critério, a ideia de que o gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, Swales (1990, p.45) destaca que devemos entender a noção de evento comunicativo como sendo uma situação em que a linguagem verbal tem um papel significativo e indispensável. O autor afirma que esses eventos comunicativos compreendem não apenas o próprio discurso e seus participantes, mas também o papel desse discurso e o ambiente de produção e recepção, incluindo suas associações históricas e culturais.

Em relação a essa primeira característica do gênero, Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009, p.21) destacam que tal noção está relacionada “à ideia de classe, uma categoria em que se encaixam textos semelhantes pertencentes ao mesmo gênero”. Conforme Swales (1990, p.46), essas classes sofrem variações, do mais recorrente ao mais raro. Assim, como bem destaca Pacheco (2016), embasado também por Swales (1990) no que se refere à divulgação de conhecimento, o artigo científico corresponde ao gênero mais requisitado e recorrente em comunidades acadêmicas, enquanto o gênero memorial, por exemplo, mesmo sendo também

¹ A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influence and constrains choice of content and style. Communicative purpose is both a privileged criterion and one that operates to keep the scope of a genre as here conceived narrowly focused on comparable rhetorical action. In addition to purpose, exemplars of a genre exhibit various patterns of similarity in terms of structure, style, content and intended audience. If all high probability expectations are realized, the exemplar will be viewed as prototypical by the parent discourse community” (SWALES, 1990, p. 58). (Tradução nossa)

relevante nesse ambiente, não representa o ideal de gênero mais apropriado para tal fim.

O segundo critério estabelecido por Swales (1990) nos permite depreender que o propósito comunicativo é um critério privilegiado na definição dos gêneros. Para o autor, os gêneros são instrumentos comunicativos para a realização de objetivos sociais (idem, p.46). No entanto, é importante ressaltar que esses propósitos nem sempre são de fácil identificação, principalmente por existirem gêneros que têm conjuntos de propósitos comunicativos. Assim, esse critério mostrou-se problemático no que se refere ao estudo do gênero, passando, então, por (re) formulações, conforme mostraremos na seção sobre o propósito comunicativo e a sua redefinição. A respeito dessa característica, na concepção de Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), o propósito seria o ponto fundamental para se definir um gênero, seria a força motivadora, já que o gênero é a realização, nas situações cotidianas, profissionais e acadêmicas, dos objetivos da situação comunicativa. Já Hemais e Biasi-Rodrigues (2005) destacam que essa característica é a mais importante de todas. E isso se dá em função da ideia fundamental de que os gêneros têm a função de realizar um objetivo ou objetivos. Elas destacam que mesmo Swales admite que o propósito pode não estar manifesto e, portanto, pode ser de difícil identificação. Dessa forma, as autoras reiteram que, no entender desse teórico, esse fato torna a cuidadosa investigação ainda mais importante para evitar uma classificação superficial, já que existem gêneros que contêm conjuntos de propósitos comunicativos.

Quanto à questão da prototipicidade do gênero, depreendemos de Swales (1990), que o texto que melhor apresenta as características típicas de um gênero é definido como protótipo, pois pode ser facilmente reconhecido como pertencente à classe de determinado gênero por seus usuários. Em relação à prototipicidade do gênero, Hemais e Biasi-Rodrigues (2005) destacam que um texto será classificado como sendo do gênero se possuir os traços especificados na definição do gênero. Por outro lado, é possível usar o critério de semelhança para a classificação no gênero, ou seja, a inclusão no gênero pode ser determinada pela semelhança com outros textos na grande família do gênero. Elas acrescentam ainda que na perspectiva da semelhança familiar, os exemplares que mais plenamente se integram ao gênero são aqueles que parecem os mais típicos entre os demais exemplares de um grupo, assim, os mais típicos da categoria são os protótipos. Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), por sua vez, reiteram que os textos mais típicos da categoria, os protótipos, são mais facilmente reconhecidos pelos usuários como realizações de um determinado gênero.

Swales (1990, p.49) ao tecer considerações sobre a noção de prototipicidade destaca que, para a questão do reconhecimento do gênero, além dos propósitos comunicativos,

existem também características adicionais que podem nortear tal reconhecimento, então ele apresenta duas abordagens que possibilitam aos indivíduos perceberem tais características, a saber: abordagem definicional e a abordagem de semelhanças de família. Swales (1990) nos diz que a visão definicional é mais bem estabelecida e sustenta a criação que podemos encontrar nos dicionários, glossários e tecnologias especializadas. Pelo menos em teoria, é possível produzir um pequeno conjunto de simples propriedades que são individualmente necessárias e suficientes para a identificação de todos os exemplares de uma categoria particular por meio de qualquer outro objeto no mundo.

Já no tocante à abordagem das semelhanças de família, Swales deixa claro que esta tem como base Wittgenstein², justamente por ele dizer que não consegue encontrar melhor expressão para a caracterização de similaridades entre membros de uma mesma família. Enfim, as teorizações desse autor originaram o protótipo, ou a teoria dos aglomerados, para dar conta da capacidade dos indivíduos de reconhecerem casos de categorias. Assim, a categoria mais típica são justamente os protótipos, temos, por exemplo, uma banana como protótipo de fruta, dentre outros exemplos que poderíamos elencar.

No que se refere a esse critério, Swales (1990) destaca ainda que, para identificar a prototipicidade de um determinado gênero, é preciso levar em consideração não só o propósito comunicativo, como também a forma, a estrutura e as expectativas do público.

O quarto ponto diz respeito à lógica (ou razão) implícita por trás de um gênero. Nesse item, conforme depreendido de Swales (1990), os sujeitos integrantes de uma determinada comunidade discursiva reconhecem o conjunto de propósitos comunicativos de um gênero, que, por sua vez, fornece a sua razão subjacente. Essa razão determina as convenções do gênero, fazendo restrições em termos de conteúdo, estrutura esquemática, e escolha léxica e sintática. O autor ressalta que, embora a compreensão da razão subjacente seja critério privilegiado, isso não implica garantia de sucesso comunicativo.

Ainda sobre esse critério, Swales recorre às contribuições de Martin. Nesse sentido, destaca que o reconhecimento de propósitos detém uma razão, uma lógica subjacente, implícita ao gênero. Essa razão lógica determina, conforme Martin³ (1985 apud SWALES, 1990), as estruturas esquemáticas do discurso, considerando-se também tanto as escolhas lexicais como as sintáticas, e conseguir entender tal lógica torna mais fácil o processo de recepção e produção de gêneros.

² WITTEGENSTEIN, L. **Philosophical investigations** (G. E. M. Anscombe, Trans.) Oxford: Blackwell, 1958.

³ MARTIN, J. R. **Process and text: two aspects of human semiosis**. In: Benson and Greaves (eds.): 248-74, 1985.

Para Bawarshi e Reiff (2013), a lógica subjacente ao gênero é responsável por moldar a estrutura esquemática do discurso, e influência e restringe a escolha de conteúdo e estilo. Em suma, conforme destacam essas autoras, a lógica subjacente determina o leque possível de opções substanciais, estruturais, sintáticas e lexicais do gênero e, à medida que um texto se realiza dentro desse leque de opções, define também seu pertencimento ao gênero.

Segundo Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), a quarta característica do gênero, para Swales, diz respeito à razão ou à lógica subjacente ao gênero. As autoras afirmam que o termo “razão subjacente” significa a lógica do gênero, e nessa lógica os sujeitos integrantes da comunidade reconhecem o gênero. O gênero tem uma lógica própria porque assim serve a um propósito reconhecido pela comunidade. Em função daquele propósito, existem algumas convenções que já são esperadas e manifestadas no gênero, ou seja, de acordo com seu entendimento a respeito do propósito, os membros utilizam as convenções que realizam o gênero com o propósito apropriado.

Para Hemais e Biasi-Rodrigues (*idem*), a razão, vinculada às convenções do discurso, estabelece restrições em termos de conteúdo, posicionamento e forma. Exemplo disso são a carta administrativa de “boas notícias” e a de “más notícias” citadas por Swales (1990, p.53). A carta de boas notícias transmite uma notícia bem-vinda ao receptor, em relação a um emprego ou uma bolsa, por exemplo. Isso é tomado como certo pelos membros da comunidade, a questão de que a notícia levada pela carta é bem-vinda. Temos que, nesse tipo de carta, o autor coloca as notícias boas no início, porque esta é a posição mais apropriada para elas. Por outro lado, a carta de más notícias é iniciada com considerações sobre as circunstâncias da empresa e o grande número de bons candidatos. Como bem destaca Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) a importância da razão do gênero está relacionada com seu propósito, ou seja, as convenções do gênero são cumpridas em função do propósito previsto. Eles apresentam também esse exemplo das cartas para reiterar que as notícias boas, em geral, são colocadas no início da carta, e essa sequência se justifica quando se compreende a lógica subjacente ao gênero.

O último critério referente à caracterização dos gêneros é a nomenclatura estabelecida pela comunidade discursiva para designar os gêneros utilizados em seu interior. Nesse item, os membros ativos da comunidade discursiva tendem a ter o maior conhecimento específico do gênero, e, por consequência disso, dão nomes de gênero para classes de eventos comunicativos conforme reconhecem e compreendem a ação retórica tipicamente recorrente. Swales (1990) reconhece também certos problemas nesse critério, como fato de que um mesmo evento pode vir a ser reconhecido por mais de um nome pela comunidade discursiva

ou o termo que identifica o gênero permanecer inalterado, embora a atividade que o realiza tenha passado por mudança substancial. Contudo, o autor sugere que a nomenclatura pode fornecer valiosa informação etnográfica sobre como e por que os membros das comunidades discursivas fazem uso dos gêneros.

No que se refere à quinta característica do gênero, Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) destacam que a terminologia é elaborada pela comunidade discursiva para seu próprio uso ao nomear os gêneros produzidos na comunidade. Os termos usados mostram como os seus membros percebem/compreendem a ação retórica dos eventos comunicativos, ou melhor, das situações comunicativas de uso da linguagem no interior das comunidades.

Logo, a definição de gênero de Swales nos servirá de base e norteará a nossa análise porque, conforme destacam Biasi-Rodrigues, Hemais e Araujo (2009, p.18) e ainda Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p.109), a abordagem teórica de Swales para a análise de gêneros textuais é permeada pela ideia de que o contexto, os processos sociais envolvidos na produção e circulação dos gêneros são fundamentais para se entender e interpretar um texto. Assim, a nosso ver, configura-se como suficientemente adequada para orientar o trabalho com gêneros acadêmicos, bem como para a análise que nos propomos nesta pesquisa, tendo em vista a necessidade dos discentes de graduação e pós-graduação, especialmente os iniciantes, de contarem com a contribuição de manuais de orientação da escrita científica como orientação para que possam produzir gêneros acadêmicos adequando-se ao contexto de produção e uso social, respondendo às especificidades das comunidades discursivas em que estão inseridos, produzindo os propósitos comunicativos compartilhados, assim como uma configuração retórica peculiar, aspectos que estão intimamente relacionados ao conceito de gênero de Swales (1990), já que, para este autor, as noções de gênero e comunidade discursiva estão intimamente imbricadas.

Dessa forma, temos suporte teórico para analisar como os manuais de orientação da escrita científica conceituam o artigo acadêmico, tentando perceber se esses livros apresentam uma definição muito generalista ou mais consistente, isto é, que tenha a preocupação de mostrar o quanto esse gênero é socialmente engajado e sofre variações em sua configuração retórica a depender do seu contexto de produção e das práticas sociais subjacentes a realização desse gênero, pois, conforme Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p.108), os trabalhos de Swales “[...] utilizam a análise textual para iluminar o gênero e as práticas sociais que subjazem ao gênero.” Afinal “[...] gêneros são interações ‘retóricas típicas com base em situações recorrentes’ num determinado contexto de cultura” (MILLER, 1984 apud MOTTA-ROTH, 2011, p 155). De acordo com MOTTA-ROTH (2011), entenda-se “cultura” como

conhecimento compartilhado, por qualquer grupo social, com suas respectivas práticas sócias. Assim, como bem exemplifica a autora, a cultura gaúcha ou a cultura de Santa Maria é identificada por um recorte geográfico e histórico contra o pano de fundo das outras regiões do Brasil, assim como a cultura acadêmica/universitária pode ser identificada por um recorte profissional-educacional em relação a outros contextos. Dessa forma, a noção de gênero de Swales, ao considerar a importância do contexto, nos oferece subsídios para melhor compreender a complexidade do processo de produção escrita na universidade, especificamente do artigo acadêmico, o qual deve atender a crenças, valores e propósitos comunicativos de um contexto de produção mais amplo, além dos demais aspectos elencados anteriormente, já que, para Swales, “[...] os elementos linguísticos não são suficientes para uma análise do gênero, para o seu reconhecimento em qualquer situação comunicativa [...], e para que a comunicação seja bem-sucedida.” (BIASI-RODRIGUES, HEMAIS E ARAÚJO, 2009, p 18).

2.1.2 O propósito comunicativo e a sua redefinição

O conceito de propósito comunicativo em sua acepção original era um critério privilegiado para a análise e o reconhecimento de gêneros (SWALES, 1990). Segundo BIASI-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), na teoria elaborada em 1990, o propósito comunicativo, além de ser o critério privilegiado para se identificar o gênero, determinaria a estrutura do gênero e as escolhas quanto ao conteúdo e ao estilo. O propósito seria a força que estabelece o foco da ação retórica do gênero. Já para Hemais e BIASI-Rodrigues (2005), na definição de 1990, Swales sustenta a posição de que o propósito comunicativo é a característica de maior importância, pois é o propósito que motiva uma ação social.

Apesar de Swales sustentar, na proposta de 1990, tão acentuadamente a importância do propósito comunicativo enquanto critério privilegiado, nós percebemos que, em 1990, ele também já discutia a dificuldade de identificar com precisão o conceito de propósito comunicativo, especialmente a dificuldade de identificar claramente o propósito de um exemplar de gênero, como também pontua BIASI-Rodrigues, Hemais e Araújo (2005).

Com base em Swales percebemos que a identificação dos propósitos comunicativos de determinado gênero nem sempre acontecem de maneira fácil. Conforme Swales (1990), os noticiários, por exemplo, possuem como propósito informar seus respectivos expectadores, porém, este não é o único propósito, subjacente a isso existe também o objetivo de instigar

determinados discursos ideológicos nesses consumidores. Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), por sua vez, destacam que existem também os gêneros que têm conjuntos de propósitos comunicativos, assim, sobre os programas de notícias, elas complementam que estes podem informar o público, formar a opinião pública ou orientar o público em casos de emergência. Dessa forma, como bem destaca Pacheco (2016, p. 28), a identificação dos propósitos nem sempre ocorrem de maneira fácil, “muitas vezes exige do investigador uma leveza de pensamento para não se influenciar, apenas, em caracteres estilísticos e formais de um determinado tipo de texto”.

Ainda segundo Pacheco (2016), é importante destacarmos que o critério privilegiado de caracterização do gênero não se observa tão superficialmente, mesmo havendo evidências de que essa apreensão se dê de forma mais fácil em determinados gêneros. Assim, para o propósito ser apreendido, faz-se necessário um apuro investigativo minucioso. Além disso, não se pode desconsiderar que existem gêneros em que é comum encontrarmos conjuntos de propósitos comunicativos, por isso, tal investigação precisa ser bem feita.

Apesar do propósito comunicativo ter sido considerado o critério privilegiado no que concerne ao estudo dos gêneros (SWALES, 1990), em publicações recentes, como em Askehave e Swales (2001), a centralidade do propósito comunicativo é rediscutida. A partir do texto traduzido, vemos que Askehave e Swales (2009) nos apresentam uma discussão sobre a identificação de tais propósitos não se revelar como uma tarefa fácil, tal como tinha sido vislumbrada em sua primeira proposta teórica. Nesse sentido, é possível depreendermos das palavras de Askehave e Swales (2009) que não podemos considerar o propósito comunicativo como critério absoluto de confirmação do gênero, revelando que tais propósitos e/ou objetivos se apresentam, por exemplo, mais evasivos:

[...] a maioria das obras importantes dentro da linha das primeiras publicações nesta área tem estabelecido, de várias formas, que os propósitos, objetivos ou resultados públicos são mais evasivos, múltiplos, sobrepostos e complexos do que originalmente concebidos. Como pode, então, conforme argumenta Askehave (1998, 1999), o propósito comunicativo ser usado para decidir se um determinado texto se qualifica para filiação em um dado gênero, por oposição a outro?” (ASKEHAVE; SWALES, 2009, p. 223-224).

Sobre essa questão, Askehave e Swales (idem) questionam ainda como pode o propósito comunicativo ser mantido como um critério “privilegiado” (Swales, 1990), se ele é indescritível *a priori*. E então, mediante tais teorizações a respeito do propósito comunicativo, eles sugerem o seguinte:

[...] sugerimos que seria prudente abandonar o propósito comunicativo como método imediato e rápido de classificar os discursos em categorias genéricas, embora o analista possa e deva conservar o conceito como valioso-talvez inevitável- resultado final de análise (ASKEHAVE E SWALES, 2009, p. 239).

Portanto, os autores chamam a atenção para o fato de que o propósito comunicativo deve deixar de ser considerado critério privilegiado e inicial de classificação de um gênero, passando a fazer parte de um processo mais amplo de investigação. Nesse sentido, Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p.118), ao referirem-se à publicação original de Askehave e Swales (2001) sobre essa questão, reiteram que ao distanciar-se da sua posição de defender o propósito como critério fundamental do conceito de gênero, Askehave e Swales propõem abandonar a noção de propósito comunicativo como meio imediato para a classificação de gêneros. No entanto, o analista deve manter em mente que o propósito está em função do resultado da análise, ou seja, descobre-se o propósito pela análise do gênero. No final das contas, segundo elas, “os autores concluem que o propósito comunicativo seja mantido, não como predominante ou evidente, mas como um critério privilegiado, em função do resultado da investigação sobre o gênero” (HEMAIS E BIASI-RODRIGUES, 2005, p.118).

Tendo em vista tais considerações, faz-se indispensável mencionar que, embora Askehave e Swales tenham sugerido abandonar o propósito comunicativo, destacam que o conceito ainda continua sendo um fator central para a questão de análise de gêneros, conforme mencionado abaixo:

[...] Podemos verificar que o propósito comunicativo continua sendo um conceito central em muitas abordagens baseadas em gêneros. [...] Antes, o que é imediatamente manifesto ao analista de gênero não é o propósito, e sim a forma e o conteúdo. Além disso, mesmo que um texto se refira ao próprio propósito comunicativo de forma explícita e evidente, como em “o propósito dessa carta é informar que sua conta excedeu o limite de crédito”, diríamos que é temerário interpretar sempre tais enunciados do modo como se apresentam (ASKEHAVE E SWALES, 2009, p. 228).

Percebemos em suas palavras, portanto, a constatação de uma nova maneira de “olhar” para a noção de propósito comunicativo no processo de análise de gênero, ou seja, não mais com base em uma análise apriorística. Conforme Pacheco (2016), embora possamos visualizar que o propósito continua a ter papel preponderante no que diz respeito à classificação e definição do gênero, nessa nova maneira de compreendê-lo, os autores estão questionando o

poder do propósito comunicativo em fazer tal definição de maneira rápida, tranquila, bem como imediata.

Nessa perspectiva, para a análise de gêneros, Askehave e Swales (2009) nos apresentam dois procedimentos e atribuem a denominação “re-propósito do gênero” ou, ainda, o neologismo “re-propósito”, tal como chamam. Askehave e Swales (2009, p.240) estabelecem, então, cinco passos relacionados à análise de gêneros, baseados no texto, já que consideram o propósito comunicativo, quando visto *a priori*, insuficiente para o estudo de gêneros. Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que ambos os procedimentos analíticos para identificação do gênero unem o aspecto linguístico e textual, o que difere é o ponto de partida da análise. No primeiro processo de análise, temos que o propósito comunicativo é examinado inicialmente, mas, deve ser revisto novamente para uma possível confirmação ou redefinição. Como bem destaca Askehave e Swales (*idem*), o primeiro procedimento analítico se aproxima da perspectiva mais tradicional do pesquisador, que se volta para uma abordagem linguística em que se valoriza, essencialmente, a análise textual.

Ainda sobre a execução do procedimento textual/linguístico, Biasi-Rodrigues, Hemis e Araújo (2009, p.27) nos dizem que o propósito, a estrutura do gênero, o estilo e o conteúdo seriam examinados em uma primeira etapa de investigação. Posteriormente, o propósito deveria ser revisto (*repurposing the genre*) para a confirmação ou redefinição do gênero. Vejamos os passos a seguir:

Figura 1 – Análise de gênero a partir do texto

1 Estrutura + estilo + conteúdo + “propósito”

↓

2 “Gênero”

↓

3 Contexto

↓

4 Re-propósito do gênero

↓

5 Revisão do *status* do gênero

Fonte: Askehave e Swales (2009, p. 239).

Quanto à interpretação do procedimento apresentado na figura acima, Askehave e Swales (2001), ou, ainda, Askehave e Swales (2009), propõem cinco passos de análise, os

quais devem ser seguidos na ordem em que aparecem. Primeiramente, o analista deve examinar a estrutura, o estilo, o conteúdo e o propósito de determinado texto para chegar a reconhecer determinado gênero. Em seguida, após avaliar o contexto e revisar o propósito comunicativo, o analista precisa rever o *status* do gênero, confirmando-o ou redefinindo-o.

No tocante a esse primeiro critério, Askehave e Swales (2009) nos chamam a atenção para os pontos “propósito” e “gênero”, esclarecendo que ambos se encontram entre aspas por indicarem um aspecto provisório da análise, já que necessitam ser revistos numa etapa posterior.

Já no que se refere ao contexto, os autores não definem o que é entendido como contexto, apenas destacam que é um espaço aberto que deverá ser utilizado de acordo com as circunstâncias e ambições investigativas do sujeito pesquisador. No que concerne a “revisão do status do gênero”, os autores mencionam que preferem compreendê-la como uma categoria em aberto, uma vez que podem ser revistas as fronteiras desses gêneros, podem perceber o surgimento de um novo gênero ou, ainda, o enfraquecimento de um mais antigo. Assim, a revisão do *status* do gênero, para Askehave e Swales, é compreendida como uma categoria aberta, que pode envolver a revisão dos limites do gênero.

Com relação ao processo contextual, segundo Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009, p.27-28), as etapas de investigação incluem, além do propósito, a identificação da comunidade discursiva, seus valores, suas expectativas e seu repertório de gêneros, e as características dos gêneros no repertório. Portanto, no segundo processo de análise, parte-se da identificação da comunidade discursiva onde se insere o gênero, para analisar os valores e propósitos em seguida. Vejamos o quadro referente à análise a partir do contexto:

Figura 2 – Análise de gênero a partir do contexto

1 Identificação da comunidade (discursiva)

↓

2 Valores, objetivos, condições materiais da comunidade discursiva

↓

3 Ritmos do trabalho, horizontes de expectativas

↓

4 Repertório de gêneros e normas de etiqueta

↓

5 Re-propósito dos gêneros

↓

6 Características do:

Gênero A Gênero B Gênero C Gênero D

Fonte: Askehave e Swales (2009, p. 240)

No que concerne ao modelo contextual, Askehave e Swales (2009, p. 240) estabelecem seis passos, cuja preocupação metodológica debruça-se sobre a análise do gênero no contexto no qual está inserido. Para tanto, parte-se primeiramente de uma descrição cuidadosa da comunidade discursiva da qual o gênero faz parte.

De acordo com Askehave e Swales (idem, p. 242), essa abordagem etnográfica diz respeito a uma categorização de gêneros que evidencia questões práticas da Linguística Aplicada, implicando, portanto, numa análise do “texto-em contexto e não um mero exame textual ou transcricional”.

E, por fim, conforme afirmam Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), esses dois procedimentos de análise valorizam o dinamismo do gênero. E Swales (2004), por sua vez, menciona que esses procedimentos podem ser combinados e são considerados úteis, uma vez que comunidades e gêneros sofrem mudanças. Assim, tendo em vista a importância de considerarmos a contribuição do propósito comunicativo no processo de análise de gêneros, seja como critério privilegiado, tal como proposto inicialmente por Swales (1990), seja fazendo parte de um processo de investigação mais amplo, conforme pensado posteriormente (ASKEHAVE E SWALES, 2009), reiteramos que investigamos, em nossa pesquisa, se os manuais analisados apresentam o(s) propósito(s) comunicativo(s) dos gêneros acadêmicos, especificamente como exploram o(s) propósito (s) do artigo acadêmico. Nessa pesquisa, verificaremos se é dada uma definição consistente desse critério, que, por sua vez, reflita a íntima relação que há entre gêneros, propósito comunicativo e comunidades discursivas (SWALES, 1990), afinal, ninguém usa a linguagem e produz conhecimento no vácuo. Para tanto, estamos compreendendo o propósito comunicativo do artigo acadêmico como sendo a funcionalidade mais geral desse gênero, assim, nos filiamos à abordagem de Swales (2009), que compreende que o propósito comunicativo deve ser analisado intrinsecamente relacionado a seu aspecto social. Para finalizarmos as teorizações dessa seção, adentremos ao conceito de comunidade discursiva de Swales (1990) e suas características definidoras.

2.1.3 A Comunidade discursiva e a sua redefinição

Para Bawarshi e Reiff (2013), a abordagem de Swales ao estudo dos gêneros é delineada por três conceitos-chave e inter-relacionados que são: comunidade discursiva, propósito comunicativo e gênero. Swales (1990), em sua concepção de gênero, evidencia a importância do conceito de comunidade discursiva definindo-a da seguinte forma:

Comunidades discursivas são redes sociorretóricas que se formam a fim de atuar em favor de um conjunto de objetivos comuns. Uma das características que os membros estabelecidos dessas comunidades possuem é a familiaridade com gêneros particulares que são usados em causas comunicativas desse conjunto de objetivos. Em consequência, gêneros são propriedades de comunidades discursivas; o que quer dizer que gêneros pertencem a comunidades discursivas, não a indivíduos. (Swales, 1990, p.09).⁴

Por essa ótica, Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) afirmam que fica evidente que os gêneros são propriedades de grupos de indivíduos, que geram convenções e padrões que restringem as escolhas individuais. Assim, por comunidade discursiva, Swales (1990) refere-se àquelas pessoas que trabalham profissionalmente com gêneros particulares e quem tem maior conhecimento das convenções desses gêneros, e é esse conhecimento que os possibilita responderem de forma similar a propósitos comunicativos similares. Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), por exemplo, destacam que a noção de comunidade discursiva é empregada em relação ao ensino de produção de texto como uma atividade social, realizada por comunidades que têm convenções específicas e para as quais o discurso faz parte de seu comportamento social. Segundo elas, dentro dessa visão, com a qual Swales (1990) se afina, o discurso mostra o conhecimento do grupo. E as convenções discursivas facilitam a iniciação de novos membros na comunidade, ou seja, os novatos são estimulados a usar de maneira apropriada as convenções discursivas reconhecidas pela comunidade.

Ainda com relação ao conceito de comunidade discursiva, Swales (1990) comenta alguns problemas com a sua definição, sendo um deles o critério usado para definir a comunidade discursiva. É difícil saber se ela será identificada, por exemplo, pelo objetivo das pesquisas da comunidade, pela metodologia de pesquisa, pela frequência de comunicação, ou ainda, pelas convenções discursivas compartilhadas. O autor menciona, então, a importância de se observar quais critérios podem definir uma CD considerando a atividade discursiva

⁴Discourse communities are sociorhetorical networks that form in order to work towards sets of common goals. One of the characteristics that established members of these discourse communities possess is familiarity with the particular genres that are used in the communicative furtherance of those sets of goals. In consequence, genres are the properties of discourse communities; that is to say, genres belong to discourse communities, not to individuals. (Tradução nossa)

relevante para a consolidação desse conceito. Ele sustenta que a ideia de comunidade discursiva terá de ser explícita, tendo base em critérios claros o suficiente para poderem ser aceitos ou rejeitados por outros pesquisadores.

Diante da necessidade de esclarecer o conceito de comunidade discursiva, e como meio de responder as críticas do esvaziamento do termo que vinha sendo empregado de forma indeterminada, Swales (1990) elaborou alguns critérios definidores que, para ele, seriam necessários para identificar um grupo de indivíduos de uma comunidade. Nesse sentido, antes de apresentarmos as características definidoras de uma comunidade discursiva, faz-se necessário tecermos algumas considerações sobre as tensões iniciais, sobre os questionamentos em torno desse conceito que implicaram em um melhor esclarecimento por parte desse teórico sobre o que vinha a ser uma comunidade discursiva, e, dessa forma, foram oferecidos alguns critérios de identificação de uma comunidade discursiva.

De acordo com Swales (1990), alguns autores, apesar de considerarem o conceito de comunidade discursiva relevante, chegaram a levantar questionamentos acerca do que seria uma comunidade discursiva. A título de exemplo, temos as considerações de Porter (1988)⁵, que questiona se uma CD pode ser determinada, assim como por gêneros e convenções de estilo, por objetos de estudo compartilhados, metodologias de pesquisa comuns ou oportunidades e frequência de comunicação. A partir das considerações e questionamentos desse autor e de outros autores, como Fenell, Herndl e Miller⁶ (1987 *apud* SWALES, 1990), que chamaram atenção para as incertezas que norteavam a conceituação de comunidade discursiva, Swales empenha-se em delinear critérios para o reconhecimento de uma comunidade discursiva. Para tanto, elabora seis critérios definidores para identificar um grupo de indivíduos como uma comunidade. Em Swales (1990), vemos que nem todo grupo que interage verbalmente pode ser reconhecido como uma CD. Assim, conforme Swales (*idem*), uma comunidade discursiva só poderá ser considerada como tal caso responda a um conjunto de critérios, de forma articulada, tendo em vista que a ausência de um critério já é o bastante para descaracterizá-la. Nesse sentido, vejamos a seguir cada um dos critérios propostos em Swales (1990).

Primeiramente, uma comunidade discursiva possui um amplo conjunto de objetivos públicos comuns. Swales (1990) destaca que esses objetivos públicos podem ser formalmente

⁵ PORTER, James E. **The problem of defining discourse communities**. Paper presented at CCC Convention, StLouis, March, 1988.

⁶ FENNEL, Barbara; HERNDL, Carl; MILLER, Carolyn. **Mapping discourse communities**. Paper presented at the CCC Convention, Atlanta, Ga, March, 1987.

estabelecidos em documentos escritos ou em acordos tácitos. Segundo Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009, p.23): “O fato de os membros do grupo terem os mesmos objetivos ou interesses é o critério mais importante na identificação de uma comunidade discursiva”. Dessa forma, os membros dessa comunidade mantêm propósitos e fins em comum. No tocante a essa característica, a título de exemplo, ressaltamos a contribuição da pesquisa de Bernardino (2000). Ela demonstrou em seu trabalho que a irmandade dos Alcoólicos Anônimos compartilha objetivos públicos comuns, como aponta o primeiro critério desenvolvido por Swales (1990), e que esses objetivos são conformados por um conjunto de princípios e propósitos, conhecidos como “Doze Passos” e “Doze Tradições”, que são compartilhados pelos membros da irmandade em todo o mundo. As “Doze Tradições” funcionam como uma carta de princípios que recomenda modos de comportamento dos membros dos Alcoólicos Anônimos dentro da própria irmandade, bem como em suas relações externas. Já os “Doze Passos” consistem em um conjunto de princípios espirituais que dizem respeito às atitudes necessárias para a mudança da condição de alcoólico na ativa para a condição de alcoólico em recuperação.

No segundo critério estabelecido, temos que uma CD possui mecanismos de intercomunicação entre os seus membros. Essa comunicação pode ocorrer face a face ou através dos mais variados tipos de meio de comunicação. Swales (1990, p.25) menciona ainda que os mecanismos de participação vão variar de acordo com a comunidade: reuniões, telecomunicações, correspondências, conversas e assim por diante. Nesse sentido, Bernardino (2000), afirma que, para existir uma comunidade discursiva, não é preciso haver contato direto entre os membros, sendo indispensável apenas que eles interajam através de mecanismos comunicativos comuns. A fim de oferecer melhores esclarecimentos acerca desse tópico apresentamos dois exemplos a seguir. Na comunidade dos Alcoólicos Anônimos, Bernardino (2000, p. 25) verifica que esse critério se faz presente através de sua “vasta literatura que inclui livros, revistas, boletins, folhetos que funcionam como instrumento de divulgação de informações”. Já em uma comunidade acadêmica, Hyland (1997) nos diz que os mecanismos de intercomunicação se tornam acessíveis através de suas publicações, especialmente em artigos de pesquisa, que promovem a manutenção e desenvolvimento de sua área.

No terceiro critério, Swales menciona que uma CD usa mecanismos de participação com o intuito de prover informação e *feedback*. Segundo Hemais e Biasi-Rodrigues (2009), essa característica descreve a função da troca de informações. Os mecanismos de comunicação servem para dar informações e estimular o retorno da comunicação. Quem é

membro da comunidade se envolve nas comunicações que recebe e, dessa maneira, participa também das atividades da comunidade. Sobre essa característica, Swales (1990) menciona um exemplo interessante: se um indivíduo assina uma revista específica que vem a ser meio de intercomunicação entre os membros de uma comunidade, mas não a lê, não pode ser considerado membro desta comunidade, mesmo sendo formalmente membro assinante da revista. De acordo com a pesquisa de Bernardino (2000), na comunidade dos Alcoólicos Anônimos, por exemplo, essa troca de experiências pode ocorrer de duas maneiras: na forma presencial ou através da internet.

O quarto critério aponta que a CD utiliza e compartilha gêneros. Esses gêneros são utilizados de modo a compartilhar o conhecimento tendo em vista os propósitos da comunidade. Essa característica é fundamental para a proposta de Swales (1990) uma vez que os conceitos de gênero e comunidade discursiva encontram-se indissociavelmente relacionados em sua teoria. Dessa forma, como bem destaca Bernardino (2000), os gêneros funcionam como espaço verbal da interação das comunidades discursivas. Na comunidade discursiva dos Alcoólicos Anônimos, por exemplo, são variados os gêneros que circulam como mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade. Essa variedade engloba artigos de opinião publicados em revista, panfletos de divulgação, depoimentos proferidos nas reuniões dos grupos locais e até remetidos via e-mail nas interações do grupo on-line, entre outros.

No quinto critério, há uma menção ao vocabulário específico de determinada comunidade discursiva. Swales (1990) destaca que, além dos gêneros, a CD possui um léxico específico. Os itens lexicais, incluindo as abreviaturas, são conhecidos pelos membros, especialmente os experientes. Swales (1990) afirma ainda que o uso destas abreviações é realizado em maior grau por membros especialistas integrantes da comunidade, resultando, por outro lado, na dificuldade que sujeitos estranhos ao grupo terão em compreender todos os itens lexicais usados na interação. Sobre esse critério, Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) mencionam que há membros que são novatos e procuram construir o próprio conhecimento das convenções discursivas que permitirão a sua participação efetiva nas atividades da comunidade. Já “na comunidade dos alcoólicos anônimos, existem siglas e mesmo palavras cujos significados escapam à compreensão dos membros iniciantes [...]” (BERNARDINO, 2000, p.80). Sobre esse critério, Bernardino realizou um levantamento de alguns itens lexicais que constituem o léxico específico da comunidade discursiva dos Alcoólicos Anônimos, apresentando em sua pesquisa de mestrado treze siglas e seus respectivos significados, fornecidas por seus informantes ou através da literatura oficial dos

Alcoólicos Anônimos. Entre os exemplos citados pelo autor, como ESL, EAP e WAC, Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) reiteram que os termos que servem para os eventos comunicativos de determinada comunidade talvez não tenham significado para outros grupos, como é o caso das siglas TOEFL ou EFL (*Test of English as a Foreign Language* ou *English as a Foreign Language*). “Para Swales, o ponto fundamental é que os membros da comunidade compartilham um léxico que favorece a realização dos seus objetivos” (Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo, 2009, p.24). Nesse sentido, Bernardino (2000) destaca também a importância do léxico específico para a identificação e constituição da identidade da comunidade discursiva, mostrando-nos que, por meio do léxico, pode ocorrer uma coesão ou uma divisão entre sujeitos experientes e iniciantes.

No último critério, Swales (1990) destaca que uma comunidade discursiva possui um nível mínimo de membros com grau adequado de conteúdo e experiência discursiva relevante. Mas, para a sobrevivência de uma comunidade, é preciso haver uma integração razoável entre membros novatos e experientes. Nesse sentido, como bem reitera Bernardino (2000), se, por um lado, um número grande de sujeitos iniciantes pode comprometer a comunidade, principalmente por conta da inabilidade com o uso dos gêneros, por outro lado, a entrada destes membros é essencial para a manutenção dessa comunidade. Assim, a sobrevivência da comunidade depende, de fato, de uma proporção equilibrada entre membros experientes e iniciantes. Na comunidade dos Alcoólicos Anônimos, particularmente no grupo AA-sobriedade, é que Bernardino (2000) percebeu claramente a presença de membros iniciantes e de membros *experts*, através das pistas inscritas nos 170 e-mails analisados em sua pesquisa, como a constante referência à entrada de novos membros no grupo, a presença de e-mails nos quais os integrantes assumiam abertamente sua condição de membro iniciante, bem como a deixavam implícita, dentre várias outras pistas elencadas em Bernardino (2000, p.93).

Apesar das inúmeras contribuições, a proposta de Swales (1990) continuava mantendo características utópicas e reducionistas. Então, ao ter consciência da problemática em se definir uma comunidade discursiva, ele sugeriu o seguinte:

[...], se a comunidade discursiva é para ser “o centro do conjunto de ideias” – como está neste livro – então, torna-se razoável esperar que ela seja, se não uma noção estabelecida, pelo menos que seja suficientemente explícita para os outros para ser capaz de aceitar, modificar ou rejeitar com base nos critérios propostos. (SWALES,

1990, p. 22).⁷

Esse trecho nos permite depreender que sua proposta já revelava possíveis ajustes em sua teoria. Então, em 1992, Swales realizou modificações na proposta de 1990, vindo a rerepresentar seus seis critérios modificados para representar um mundo mais complexo, com exceção do segundo critério. Na sua nova proposta, o segundo critério permanece inalterado, uma vez que, sem mecanismos de intercomunicação entre os membros, não existe comunidade discursiva. Vejamos em que consistem tais modificações.

No que se refere ao primeiro critério, uma comunidade discursiva possui um conjunto perceptível de objetivos que podem ser formulados pública e explicitamente, podem ser aceitos no todo ou em parte por seus membros, como também seus objetivos podem ser consensuais ou distintos, desde que sejam relacionados.

No tocante ao terceiro critério, temos que uma comunidade discursiva usa mecanismos de participação com diversas finalidades: para promover o incremento da informação e do *feedback*, buscar a inovação, manter o sistema de crenças e de valores da comunidade, e ainda para aumentar o espaço profissional. O quarto critério diz respeito a um crescente número de gêneros usados para alcançar o conjunto de objetivos da comunidade, bem como para praticar seus mecanismos de participação. No quinto critério, temos que uma comunidade discursiva, uma vez que permanece viva, possui, mas continua buscando, o léxico específico, sendo passível de mudanças. Já o último critério diz respeito à questão de que uma comunidade discursiva estabelece suas regras, as quais ditam o processo de inserção de seus novos membros e orientam o processo de promoção dentro dela.

Para finalizar as teorizações elencadas em torno das modificações por que passou o conceito de comunidade discursiva, vale ressaltar as palavras de Bernardino (2000, p. 27), posto que, para ela, tais propostas proporcionaram uma forma mais ampla e flexível do conceito de comunidade discursiva ao considerar “a possibilidade de evolução do gênero e de expansão do léxico; a importância da manutenção de um sistema de crenças e de um espaço profissional e a composição hierárquica implícita ou explícita da comunidade”. Nesse sentido, reiteramos que o estabelecimento de um conceito mais amplo de comunidade discursiva sem dúvida ofereceu um avanço à proposta inicial de Swales (1990). É importante ressaltar ainda, conforme enfatiza (PACHECO, 2016; p.36), “que Swales (1990) propõe os critérios de

⁷ “[However], if discourse community is to be ‘the center of a set of ideas’ – as it is in this book – then it becomes reasonable to expect it to be, if not a settled notion, at least one that is sufficiently explicit for others to be able to accept, modify or reject on the basis of the criteria proposed.” (SWALES, 1990, p. 22). (Tradução nossa)

comunidade discursiva pensando em comunidades acadêmicas, embora tal conceito venha a se expandir para outros domínios discursivos”.

A fim de endossar a discussão em torno do conceito de comunidade discursiva, apresentamos também a contribuição de Cassany (2008). Segundo ele, cada comunidade discursiva constrói e utiliza discursos com distintos fins. Para o autor, a comunicação não se limita a transmitir saberes disciplinares, comportando também significados linguísticos, pragmáticos, retóricos, contextuais e sociocognitivos que os interlocutores compartilham para poder compreender o discurso, atualizar o conteúdo e negociar a incorporação na dita comunidade. Junto com os conteúdos conceituais, o letramento especializado de cada comunidade supõe o desenvolvimento de distintos conhecimentos e competências. Nesse sentido, acreditamos que na medida em que os educandos compreendem que produzir gêneros acadêmicos é uma tarefa de implicações sociais, e que invocam convenções e diferentes discursos disciplinares, eles podem ampliar o seu leque de participações letradas dentro da comunidade discursiva acadêmica. “Uma vez que os alunos aprendam o que é comprometer-se profundamente e escrever bem em circunstâncias particulares, eles passam a perceber as possibilidades de participação letrada em qualquer arena discursiva” (BAZERMAN, 2006; p.33-34).

Ainda nesta seção, apresentamos as contribuições de Hyland (2000, 2009) sobre culturas disciplinares, além de tratarmos da visão do autor sobre comunidades discursivas. Tendo em vista que o nosso objeto de estudo trata dos gêneros acadêmicos, e mais especificamente do artigo científico, vemos a necessidade de entendermos com mais propriedade a relação entre comunidade discursiva, culturas disciplinares, disciplinas e discurso acadêmico. Para tanto, uma vez que trabalhar o conceito de cultura disciplinar implica, necessariamente, levar em consideração as noções de comunidade e de disciplina (HYLAND, 2000, 2009), Hyland é o autor que nos oferece suporte teórico, sobretudo para nossa análise.

Hyland (2000), numa tentativa de trabalhar o conceito proposto por Swales em 1990, nos diz o seguinte sobre as comunidades discursivas:

[...] comunidades discursivas não são monolíticas e unitárias. Elas são compostas de indivíduos com experiências diversas, conhecimento especializado, compromissos e influências. Há consideráveis variações no grau em que membros identificam seus objetivos, métodos e crenças, participam em suas diversas atividades, e identificam-

se com suas convenções, histórias ou valores. (HYLAND, 2000, p.09).⁸

As teorizações de Hyland (2000) em torno do conceito de comunidade discursiva são de extrema importância, pois nos direcionam para uma discussão mais adequada sobre a relação dos gêneros acadêmicos com o meio social da academia. Isso é percebido também na sua própria noção de disciplina e de cultura disciplinar, sobre as quais trataremos mais adiante. Já em 2009, esse autor nos diz que o conceito de comunidade nos remete à ideia de que as pessoas não usam a linguagem para o mundo em geral, mas que a utilizam com os outros integrantes dos grupos sociais dos quais fazem parte, e que possuem normas e convenções próprias. Dessa forma, depreendemos que a construção do conhecimento ocorre no interior das comunidades sociais. Nessa perspectiva, conforme destaca Costa (2015), com base também em Hyland (2009), ao buscar objetivos pessoais e profissionais, membros de comunidades tentam firmar a fala e a escrita em um mundo social particular. Assim, o modo como nos comunicamos com as outras pessoas, trocamos informações ou trabalhamos varia de acordo com os grupos a que pertencemos e com suas convenções.

A fim de melhor compreender o conceito de comunidade discursiva, Hyland (2000) nos apresenta o conceito de cultura disciplinar. Mas, primeiramente, é importante compreender o conceito de disciplina. Atentando para as especificidades de cada grupo acadêmico, Hyland (2000, p.08) nos diz o seguinte:

Cada disciplina pode ser vista como uma tribo acadêmica (Becher, 1989) com suas normas particulares, nomenclatura, corpos de conhecimento, conjuntos de convenções e modos de investigação que constituem uma cultura separada. (Bartholomae, 1986; Swales, 1990).⁹

Assim, cada área disciplinar pode ser vista como um grupo que interage com normas, nomenclaturas, campos de conhecimentos, conjuntos de convenções, objetos e metodologias de pesquisa, constituindo, assim, uma cultura disciplinar particular que se manifesta e é também construída pelos próprios discursos disciplinares. Segundo Hyland (2000), essas

⁸The fact is, of course, that discourse communities are not monolithic and unitary. They are composed of individuals with diverse experiences, expertise, commitments and influence. There are considerable variations in the extent to which members identify with their myriad goals, methods and beliefs, participate in their diverse activities, and identify themselves with their conventions, histories or values. (Nossa tradução)

⁹Each discipline might be seen as an academic tribe (Becher,1989) with its particular norms, nomenclature, bodies of knowledge, sets of conventions and modes of inquiry constituting a separate culture (Bartholomae, 1986; Swales, 1990). (Nossa tradução)

culturas se diferenciam no que se refere às dimensões cognitivas e sociais, apresentando contrastes não apenas em seus domínios de conhecimento, mas também em seus objetivos, comportamentos sociais, nas relações de poder que as envolvem, bem como nas formas de estruturar os argumentos. Assim, uma cultura disciplinar é constituída por normas, nomenclaturas, conteúdo, acervo de conhecimentos, conjunto de convenções, bem como por modos de investigação particulares (HYLAND, 2000).

Ainda com o intuito de explorar a noção de cultura disciplinar, Hyland (2009) destaca que disciplinas são instituições humanas em que ações e entendimentos são influenciados por relações pessoais, interpessoais e também por fatores sociais e institucionais. De acordo com Hyland, disciplina parece ser um bom termo a ser utilizado para descrever e diferenciar conhecimento, estruturas institucionais, pesquisadores e estudantes no ambiente da academia. A fim de aprofundar a discussão em torno da noção de disciplina, trazemos também a contribuição de Bhatia (2004), para quem as disciplinas devem ser compreendidas levando em consideração os conhecimentos específicos, metodologias e práticas compartilhadas pelos membros de uma comunidade. Nesse sentido, as disciplinas, ou, ainda, as diferentes áreas devem ser vistas a partir de seus modos de pensar, de produzir e consumir conhecimento, considerando suas normas, suas epistemologias específicas e objetivos próprios.

Hyland (2000) nos chama a atenção para a questão de que os indivíduos, dentro de cada cultura disciplinar, precisam adquirir competências discursivas especializadas para, então, participar como membros do grupo. Nesse sentido, acreditamos que a orientação sobre o processo de escrita de artigos acadêmicos dada pelos manuais deve levar em consideração as diferenças disciplinares, ou melhor, as diferenças entre culturas disciplinares. Afinal, de acordo com Hyland (2000), as disciplinas enquanto grupos interagem com características particulares e, assim, passam a constituir o que ele chama de cultura disciplinar. Culturas disciplinares diferem entre si no que concerne ao conhecimento, aos objetivos, nomenclaturas, produção, circulação e consumo dos gêneros, além de outros aspectos mencionados anteriormente.

De acordo com Lima (2015), o conceito de cultura disciplinar nasce a partir da evidência de que cada disciplina constitui uma forma específica de construir significados a respeito da experiência humana, que evoluiu ao passar do tempo e ao longo das gerações. Na concepção de Hyland (2000), cada cultura é constituída como um grupo acadêmico, com normas específicas, e, para inserirem-se de forma efetiva enquanto membros, os indivíduos se adaptam e passam a utilizar o tipo de discurso mais apropriado. Assim, os textos que são produzidos e circulam em uma dada área refletem aspectos característicos da cultura na qual

estão inseridos, afinal, como também diz Bhatia (2004), os gêneros são sensíveis às variações disciplinares. Para aquele autor, estudar a produção escrita na academia significa perceber o processo de produção, distribuição e consumo de gêneros como práticas institucionais particulares. Nessa perspectiva, concordamos com Costa (2015) quando ela destaca que, ao percorrermos a linha teórica de Hyland (2000, 2009), vemos que culturas disciplinares são diferenciadas, principalmente pela maneira como expressam conteúdo por meio do discurso e da escrita.

Como vimos, refletir sobre a ideia de disciplina e o conceito de cultura disciplinar é fundamental para compreendermos como cada área produz conhecimento, pois, conforme Hyland (2000), compreender uma disciplina implica também compreender seus discursos. Para ele, cada disciplina apresenta um modo particular de expor o conhecimento. Assim, o discurso acadêmico não é uniforme, logo, não podemos submeter o processo de escrita científica apenas à generalização de normas apresentadas na grande maioria dos manuais de orientação da escrita acadêmica, como se toda área produzisse o discurso acadêmico da mesma forma, principalmente quando se trata da escrita de artigos científicos, em que o processo de escrita é um produto inerente às diferentes disciplinas e “[...] o discurso é constituído socialmente em vez de ser simplesmente compartilhado socialmente; escrever não é somente outro aspecto do que se passa nas disciplinas, é visto como produção delas” (HYLAND, 2000, p.03). Ainda de acordo com esse autor, existem duas razões principais para considerarmos a importância da escrita e o reconhecimento da disciplina. O primeiro motivo diz respeito ao fato de que o discurso disciplinar deve ser considerado uma privilegiada fonte de informações sobre as práticas sociais que circundam o ambiente acadêmico. E o segundo motivo pelo qual grande atenção é dada para a escrita científica diz respeito ao fato de que a academia é fruto da escrita, e isso se evidencia nas várias publicações e nos gêneros que circulam no meio acadêmico. Vemos, nessas duas razões, a intrínseca relação existente entre escrita e as práticas sociais que subjazem o processo de produção de conhecimento na academia, além da importância da escrita ser entendida como fruto de práticas sociais coletivas, conforme destaca Hyland:

[...] nós precisamos ver a escrita acadêmica como práticas sociais coletivas, e focar nos textos publicados como realização mais concreta, pública e acessível dessas práticas. Estes textos são a força vital da academia como é através dos discursos públicos de seus membros que disciplinas autenticam conhecimento, estabelecem as

suas hierarquias e sistemas de recompensa e mantém a autoridade cultural (HYLAND, 2000, p.01).¹⁰

Ainda nessa perspectiva, Hyland (2000:03), ao recorrer às palavras de Kuhn (1970; MacDonald, 1994), nos diz que textos são influenciados por problemas, por práticas sociais e formas de pensar de grupos sociais particulares, o que respalda a ideia que nos propomos a defender nesta pesquisa, a partir do pressuposto de que culturas disciplinares constroem diferentemente os gêneros acadêmicos, dadas as suas crenças particulares, terminologias específicas, dentre outros aspectos. Tendo em vista essa questão, defendemos que o processo de orientação dos manuais de escrita científica deve apresentar referência às diferenças entre culturas disciplinares no que concerne à produção do conhecimento científico, especificamente ao artigo acadêmico, afinal, o processo de produção de textos acadêmicos ou ainda o “terreno” da escrita científica, metaforicamente falando, não deve funcionar como “uma terra sem dono”, em que a mera noção de que qualquer livro com o objetivo de orientar tal escrita servirá verdadeiramente e eficazmente para esse fim, instaurando suas regras, que, em sua grande maioria, são normas muito generalizadas, portanto, não fazendo menção às especificidades das diferentes culturas disciplinares no processo de escrita acadêmica. Dessa forma, faz-se necessário pensar nas influências de práticas sociais e nos modos de pensar e até de teorizar sobre o saber científico das diferentes áreas que subjazem ao processo de escrita de artigos acadêmicos.

Esses manuais devem alertar os estudantes para o fato de que a produção de um artigo sofre variações na sua configuração retórica e linguística nas diversas áreas. Não só a configuração retórica do gênero está sujeita a variações, mas também as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas na apresentação dos argumentos de cada seção de um artigo. Costa (2015), por exemplo, a fim de entender como diferenças disciplinares influenciam na produção e no consumo do artigo acadêmico experimental, nos levou a uma análise minuciosa da descrição sociorretórica desse gênero em duas distintas culturas disciplinares: as áreas de Linguística e Medicina. A partir de sua pesquisa, percebemos que “[...] as estratégias retóricas adquirem peculiaridades que podem ser explicadas pelas particularidades das culturas disciplinares em que determinado trabalho se insere” (COSTA, 2015, p.229). E é justamente através dessa forma particular de escrever de cada área que seus

¹⁰To do this we need to see academic writing as collective social practices, and to focus on published texts as the most concrete, public and accessible realisation of these practices. These texts are the lifeblood of the academy as it is through the public discourses of their members that disciplines authenticate knowledge, establish their hierarchies and reward systems, and maintain their cultural authority. (Tradução nossa)

membros publicamente autenticam os discursos inerentes aos seus campos disciplinares.

É preciso também mostrar os comportamentos sociais e as crenças intrínsecos à forma de escrever de cada campo, cada cultura disciplinar, pois, como defende Hyland (2000), para estudar as interações sociais expressas pela escrita acadêmica não é suficiente mostrar como produtores em diferentes disciplinas procedem quanto à construção do conhecimento. É preciso também revelar instrumentos sancionados por comportamentos sociais, crenças epistêmicas e ainda estruturas institucionais de comunidades acadêmicas. Dessa forma, compreender e dominar a escrita científica significa, a nosso ver, “mergulhar” na cultura disciplinar em que os textos se inserem, atentando para esses aspectos. Bernardino (2007), embasada também por Hyland (2000), nos diz que os textos são produzidos para serem compreendidos dentro de certos contextos culturais e, muitas vezes, as representações de dada cultura disciplinar não se apresentam apenas na superfície, por exemplo, através de léxico específico ou do conteúdo abordado. Faz-se necessário um mergulho mais profundo nessa determinada cultura para perceber como ela compreende e faz uso dos seus gêneros.

Em Hyland (2000) e Bhatia (2004) é possível depreendermos e, ao mesmo tempo, apontarmos como um ponto de semelhança entre esses autores o fato dos gêneros serem sensíveis a variações disciplinares. Assim sendo, compreender o processo de produção, circulação e consumo dos gêneros enquanto práticas institucionais particulares implica entendermos com propriedade a forma como os diversos campos disciplinares constroem seus conhecimentos, suas crenças, suas metodologias particulares e suas formas de interagir, pois, como os textos são diferentes em cada contexto, também variam os procedimentos para lê-los e escrevê-los (CASSANY, 2008). Nesse sentido, entendemos que os gêneros que permeiam a comunidade discursiva acadêmica refletem as práticas letradas específicas dos diferentes campos disciplinares. Como bem destaca Cassany (idem), cada comunidade linguística ou cultural, cada disciplina do conhecimento, desenvolve determinadas práticas letradas particulares, com características distintas. Considerar as diferenças do fazer ciência das diversas áreas no trabalho com gêneros acadêmicos nas graduações e pós-graduações significa, a nosso ver, promover um aprofundamento do viés social que deve nortear a produção de gêneros acadêmicos. Nesse sentido, acreditamos e defendemos a relevante contribuição dos manuais apresentarem orientações sobre como a escrita científica é reveladora das crenças e dos modos de produzir conhecimento das diferentes áreas disciplinares.

Compreendemos a complexidade do trabalho, nessa perspectiva, com os gêneros no meio acadêmico. A própria ideia de comunidade discursiva nos mostra essa complexidade, ao

mesmo tempo em que nos direciona para as especificidades que os gêneros incorporam no interior de uma comunidade discursiva. Complexamente não é qualquer grupo que interage verbalmente que é considerado uma comunidade discursiva. É preciso atender a um conjunto de critérios, conforme delineou Swales (1990). E dentre essas características definidoras de uma CD, segundo Swales (1990), uma CD utiliza e compartilha gêneros. O autor faz menção ao vocabulário específico de determinada comunidade, incluindo nomenclaturas, além de outros critérios. Logo, a CD utiliza um léxico específico.

Numa reflexão mais profunda é possível observarmos que a comunidade discursiva acadêmica, ao mesmo tempo em que possui convenções, normas, nomenclaturas e metodologias particulares que norteiam/orientam, de forma geral, toda a comunidade acadêmica, particulariza-se disciplinarmente no processo de produção de seus textos. Isso é percebido, justamente, nessa questão da utilização e compartilhamento de gêneros, mas também na ideia de uso de um léxico específico. Dessa forma, compreendemos que a comunidade discursiva acadêmica utiliza e compartilha gêneros que, por sua vez, são construídos diferentemente no interior das diferentes áreas disciplinares, pois, como vemos em Hyland, os gêneros são suscetíveis a variações disciplinares. Nesse sentido, percebemos a pertinência de nosso trabalho estar teoricamente embasado nas discussões de Hyland sobre culturas disciplinares, visto que a sua definição desse conceito nos possibilita compreender a intrínseca relação existente entre gêneros acadêmicos e campos disciplinares no processo de produção científica, assim como nos permite entender com propriedade que esses gêneros adquirem uma caracterização peculiar nas diversas áreas da universidade, justamente por conta das metodologias de pesquisa, convenções e normas particulares.

Ao mesmo tempo em que compreendemos a universidade enquanto comunidade discursiva acadêmica, que compartilha gêneros particulares, entendemos também que cada área constitui uma comunidade discursiva própria ou ainda, nas palavras de Hyland, uma cultura disciplinar, pois a noção de cultura disciplinar nos permite trabalhar a ideia de comunidade discursiva, afinando e particularizando ainda mais esse conceito com o intuito de melhor compreender a intrínseca relação entre gêneros acadêmicos e campos disciplinares, áreas distintas. Conforme também destaca Cassany (2008), cada disciplina constitui uma comunidade discursiva que se comporta a partir do uso de práticas próprias de leitura e escrita, com gêneros discursivos próprios desenvolvidos pelo conjunto de seus membros. Assim, trazendo também as contribuições teóricas de Cassany (idem), temos que a Medicina, a Odontologia, a Biologia e a Economia são exemplos de comunidades discursivas, articuladas em torno de um âmbito do conhecimento, de prática social e de gêneros

discursivos próprios. Considerando que a escrita acadêmica é uma prática situada socialmente e que cada área tem suas próprias normas, convenções e conjunto de conhecimentos (Hyland, 1997), entendemos que esta pesquisa, embasada pelos estudos de Swales (1990) e Hyland (2000) sobre comunidades discursivas e culturas disciplinares, pode viabilizar um maior entendimento sobre a seleção de quais manuais de orientação da escrita científica são mais relevantes para nortear o processo de escrita científica. Acreditamos que os livros que têm preocupação em teorizar sobre as diferenças entre culturas disciplinares quanto à produção de conhecimento oferecem uma grande contribuição ao processo de escrita acadêmica, viabilizando, portanto, um maior entendimento aos docentes e discentes sobre como ocorre a construção de crenças e valores que norteiam a produção, a circulação e o consumo dos gêneros acadêmicos, assim como a configuração retórica dos textos científicos, especificamente do gênero artigo no interior das diversas culturas disciplinares.

Para finalizar as considerações dessa seção, reiteramos ainda que as noções de comunidade discursiva e cultura disciplinar são aqui empregadas por compreendermos a comunidade acadêmica como uma comunidade discursiva, com valores, crenças e modos particulares de fazer ciência inerentes às diversas áreas disciplinares que integram a academia. Portanto, em se tratando de escrita científica, e especificamente do artigo acadêmico, não podemos homogeneizar todos os campos disciplinares.

2.2 O GÊNERO ARTIGO ACADÊMICO

Na comunidade discursiva acadêmica circulam gêneros típicos da esfera acadêmica, tais como a resenha, o resumo e o artigo científico, que são encontrados no meio universitário e são utilizados para compartilhar informações tendo em vista os objetivos específicos da academia. O ambiente universitário é aquele em que professores e alunos desenvolvem trabalhos, pesquisas, que são socializadas com a comunidade científica por meio de palestras e apresentações em eventos, por exemplo, além de poderem, certamente, veicular o conhecimento produzido em periódicos e revistas renomadas.

Assim que adentram ao universo acadêmico, os alunos são levados a produzir uma grande diversidade de textos, desde resumos até textos mais complexos, como a produção de um trabalho monográfico ao final do curso. Tomando a conceituação de Swales (1990), autor que tem sido referência obrigatória no trabalho com gêneros acadêmicos, sobre o gênero artigo acadêmico (AA), depreendemos que está associado a gêneros escritos que reportam

alguma investigação feita por seus (suas) autores (as), logo, têm como objetivo apresentar descobertas e/ou as discussões de questões teóricas e/ou metodológicas, conforme também reitera Bernardino (2000).

Nessa perspectiva, o artigo é o gênero acadêmico que mais tem recebido a atenção de pesquisadores dada sua importância na disseminação do conhecimento produzido nas atividades de pesquisa. O artigo científico é o gênero de maior status na divulgação do saber produzido. Esse gênero é utilizado pelas diversas áreas disciplinares (HYLAND, 2000), tais áreas são formadas por normas, nomenclaturas, campos de conhecimentos, conjuntos de convenções, objetos e metodologias de pesquisa diversas. Através do artigo, pesquisadores, bem como profissionais, professores e alunos de graduação e pós-graduação, interagem.

Oliveira (2002) destaca que esse gênero é o meio principal de veiculação de informação e de materialização de pesquisa. Para Hyland (2009), o artigo é resultado de um prolongado e, muitas vezes, torturante e árduo processo de escrita que exige, a fim de garantir um trabalho considerado mais maduro, a revisão de pares. Segundo Hyland (idem), na academia, artigos podem estabelecer ineditismo de posicionamentos, reconhecer trabalhos anteriores, situar produções dentro de contextos disciplinares, oferecer garantias acerca de determinados pontos de vista baseados em argumentos e procedimentos específicos da comunidade acadêmica ou, ainda, demonstrar identidade disciplinar apropriada. Assim, para o autor, esse gênero ao mesmo tempo em que é construído por determinada cultura disciplinar, perpetua convenções que regem a comunidade que dele faz uso.

Na concepção de Silva (1999), a recorrência do uso do gênero artigo acadêmico relaciona-se, ainda, a duas necessidades básicas que norteiam a produção científica: a necessidade de estabelecer uma interação constante e dinâmica entre os membros experientes ou iniciantes da academia e a necessidade dos (as) autores (as) de terem seus trabalhos devidamente reconhecidos para efeito de financiamento junto aos órgãos de fomento.

A fim de compreendermos o processo de mudança histórica do artigo científico, é importante ressaltar que esse gênero nem sempre possuiu a mesma descrição. Primeiramente, tinha características de narrativa em primeira pessoa. Em meados do século XVII, na medida em que a ciência foi se desenvolvendo, aumentou a necessidade de se criar um veículo por meio do qual fosse possível disseminar o conhecimento para um seletivo e influente grupo de cientistas. De acordo com Swales (1990, p.110-111), o artigo acadêmico, além de surgir como alternativa às cartas informativas que eram utilizadas pela comunidade científica na difusão de descobertas entre seus membros, nasceu embrionariamente em 1665, com o estabelecimento do primeiro periódico científico de que se tem notícia: *The Philosophical*

Transactions of the Royal Society. Então, atravessando um período de mais de 300 anos de existência, esse gênero veio passando por mudanças que o levaram à sua construção retórica atual. Na concepção de Bazerman (1988), o artigo surgiu como forma de resposta ao letramento da sociedade da época e foi se desenvolvendo por conta das necessidades daquele tempo.

A respeito da história do artigo acadêmico vale destacar também o estudo pioneiro de Bazerman (1988). Esse autor investigou os artigos publicados entre os anos de 1665 e 1800 no *The Philosophical Transactions of the Royal Society*, destacando como o artigo se desenvolveu ao longo dos anos, mostrando as mudanças no modo como os pesquisadores, os autores daquela época, apresentavam experimentos. Bazerman (1988, p. 65-66) constatou que, embora exista a tendência em se achar que os experimentos foram uma das bases fundadoras da ciência, somente um número pequeno dos artigos publicados nesse periódico apresentava resultados de experimentos. Conforme observado por esse autor, nos primeiros volumes, a maioria dos textos tratava de observações e relatórios de fenômenos naturais, tais como descobertas astronômicas e terremotos. Assim, os primeiros relatos de experimento pareciam tratar de qualquer acontecimento natural. Contudo, com o passar do tempo e com o amadurecimento da comunidade disciplinar, os experimentos simplesmente passaram a ser mais investigativos, argumentativos e corroborativos.

Tendo compreendido a história do surgimento do artigo científico e as mudanças sofridas por esse gênero ao longo dos tempos, faz-se necessário entendermos a sua configuração retórica atualmente. Para tanto, recorreremos aos estudos de Swales (1990), o qual descreve a caracterização retórica do gênero artigo acadêmico a partir de quatro unidades retóricas básicas: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão. A fim de reiterar a discussão, vale ressaltar a contribuição teórica de Bernardino (2007), para quem tal caracterização se refere mais à descrição do artigo experimental, mas não tão claramente aos demais tipos de artigos acadêmicos.

Em sua descrição retórica, Swales (1990) dá atenção especial à Introdução e faz uma representação esquemática da organização retórica dessa unidade, o que resultou no modelo CARS (*Create a Research Space*). Vejamos, então, o modelo CARS, o qual será explicitado a seguir:

Figura 3 - Modelo CARS

INTRODUÇÃO**MOVIMENTO 1: ESTABELEECER O TERRITÓRIO**

Passo 1 – Estabelecer a importância da pesquisa e/ou

Passo 2 – Fazer generalização (ões) quanto ao tópico e/ou

Passo 3 – Revisar a literatura (pesquisas prévias)

MOVIMENTO 2: ESTABELEECER O NICHOS

Passo 1A – Contra-argumentar ou

Passo 1B – Indicar lacuna(s) no conhecimento ou

Passo 1C – Provocar questionamento ou

Passo 1D – Continuar a tradição

MOVIMENTO 3: OCUPAR O NICHOS

Passo 1A – Delinear os objetivos ou

Passo 1B – Apresentar a pesquisa

Passo 2 – Apresentar os principais resultados

Passo 3 – Indicar a estrutura do artigo

Fonte: Biasi-Rodrigues (2009, p.30).

Esse modelo de análise proposto por Swales (1990) tem como objetivo o reconhecimento da organização retórica do gênero a partir da distribuição de informações recorrentes. Através da análise de uma amostra significativa de exemplares, é possível percebermos uma organização das unidades retóricas do gênero relativamente convencional e o comportamento retórico mais típico dentro de determinada comunidade discursiva (CD).

Swales (2004) afirma que a caracterização retórica, provavelmente, sofrerá mudanças em diferentes áreas do conhecimento. Como exemplo, esse autor cita que é muito comum à inexistência da seção de metodologia na área de humanidades, haja vista a natureza ensaística de alguns dos artigos que circulam no interior dessa área. Sobre o modelo, cabe reiterar que Swales (1990) aponta o modelo CARS (*Create aresearch space*) como uma contribuição metodológica relevante para o trabalho com análise de gêneros, permitindo analisar

estratégias de construção desses gêneros por parte de seus escritores e/ou produtores. O modelo possibilita ao analista encontrar um percurso metodológico que ajude na caracterização de gêneros, e, através desse modelo, é possível identificar movimentos (*moves*) no que se refere à composição textual dos gêneros, bem como de passos (*steps*).

O trabalho de Swales que deu origem ao modelo foi desenvolvido com base em um corpus de 48 introduções de artigos de pesquisa. Numa segunda etapa, o autor analisou mais de 110 introduções de três áreas diferentes: física, educação e psicologia. Os resultados dessas pesquisas apontaram uma regularidade de movimentos (*moves*) e passos (*steps*). Para o autor, os movimentos se referem às informações recorrentes presentes no gênero, já os passos são as unidades menores que ajudam a compor os movimentos, os quais são unidades retóricas que exercem uma função comunicativa coerente, seja em um discurso oral ou escrito. Por mais que tais unidades retóricas possam ser alinhadas por meio de traços gramaticais, os movimentos são “flexíveis em termos de sua realização linguística” (SWALES, 2004, p. 229). Para Silva (1999, p. 14), “o modelo CARS é uma representação esquemática da organização retórica da Introdução em torno de um objetivo central, ou seja, a apresentação da pesquisa dentro de um contexto”.

A partir da observação do modelo apresentado anteriormente na figura 3, podemos dizer que as introduções de artigos são compostas por 3 movimentos. O movimento 1 é responsável por apresentar em que área está inserido o estudo, estabelecendo o território de sua pesquisa. No movimento 2, o autor define o tópico que será foco do estudo, ou seja, estabelece o nicho. Por sua vez, o último movimento tem como papel principal ocupar o tópico de pesquisa determinado no movimento anterior.

No que se refere ao primeiro movimento, *estabelecer o território*, é possível a identificação de três passos que dizem respeito ao estabelecimento da relevância da pesquisa, à generalização quanto ao tópico, bem como à revisão da literatura existente sobre o assunto abordado nas introduções de artigo de pesquisa. O primeiro passo, *estabelecer a importância da pesquisa*, diz respeito a chamar a atenção da comunidade discursiva (CD) para a relevância da pesquisa. No tocante ao segundo passo, *fazer generalização(ões) quanto ao tópico*, nele devem ser apresentadas declarações mais gerais acerca do conhecimento ou da prática corrente. E no que concerne ao último passo desse movimento, *revisar a literatura* (pesquisas prévias), deve-se pôr em evidência trabalhos anteriores que sejam relevantes ao desenvolvimento da pesquisa. É importante ressaltar ainda que, apesar de Swales (1990, p. 143) ter explorado e apresentado um exemplar de artigo contendo todos os passos do movimento 1, “o autor resalta que eles não são obrigatórios; portanto, nem todas as

introduções apresentam essa organização retórica” (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 31).

No tocante ao movimento 2, *estabelecer o nicho*, adentramos a apresentação de uma contra-argumentação, a indicação de uma lacuna, ao apontamento de questões ou a continuação da tradição de pesquisa. No primeiro passo, *contra-argumentar*, devem ser evidenciados argumentos contrários às pesquisas anteriores. Por conseguinte, no segundo passo, *indicar lacuna(s) no conhecimento*, apresentam-se lacunas na área de conhecimento, ressaltando limitações detectadas em pesquisas anteriores. A fim de reiterar a discussão elencada acima, vale ressaltar as palavras de outros autores. Segundo Biasi-Rodrigues, Herais e Araújo (2009), de acordo com Swales (1990), esse passo é o mais prototípico. No passo 3, por sua vez *provocar questionamento*, há o questionamento acerca da literatura. No último passo desse movimento, *continuar a tradição*, expressa que a pesquisa se posiciona em dar curso a uma tradição de estudos prévios.

No movimento 3, *ocupar o nicho*, há o esboço de objetivos, a apresentação da presente pesquisa, de seus principais resultados, e ainda a indicação da estrutura do artigo científico. Desse modo, esse movimento tem como função ocupar um espaço de pesquisa determinado no movimento 2. No passo 1A, *delinear os objetivos*, devem ser mostrados os principais objetivos da pesquisa. Enquanto que, no passo 1B, *apresentar a pesquisa*, as principais características da pesquisa são descritas. De acordo com os autores Biasi-Rodrigues, Herais e Araújo (2009), o passo 1 é mais prototípico, ocorrendo geralmente na opção A. Entretanto, os outros dois passos são considerados opcionais. Para finalizar, adentramos aos últimos passos. No passo dois, *apresentar os principais resultados*, apresentam-se os principais resultados de pesquisa, e no passo 3, *indicar a estrutura do artigo*, apresenta-se como o artigo está estruturado. Cabe fazermos uma ressalva: Swales (1990) destaca que a ocorrência desses movimentos e passos nas introduções é fundamental para o reconhecimento e a elaboração de uma introdução de um artigo de pesquisa. No entanto, essas informações se apresentam através de passos, que variam de mais recorrente a menos recorrente.

Não podemos deixar de mencionar, para encerrarmos as considerações sobre o gênero artigo acadêmico, que, apesar de, em sua fase inicial, o modelo ser abordado apenas para análise de gêneros acadêmicos, vários pesquisadores se utilizam do modelo CARS para análise de gêneros não acadêmicos também. Bernardino (2000, p. 32) justifica essa utilização ao mostrar que vários grupos sociais têm comportamentos sociais típicos e, por isso, podem ser passíveis de uma descrição, levando-se em consideração como “elemento de análise a distribuição e a organização das informações no texto”. Dessa forma, o modelo CARS, uma

das grandes contribuições do autor aos estudos dos gêneros, tem embasado e influenciado os trabalhos de muitos pesquisadores, especialmente aqueles que têm interesse na análise e no ensino dos gêneros textuais no âmbito acadêmico e profissional. Nesse sentido, apresentamos ainda alguns modelos sociorretóricos.

Após a contribuição de Swales (1990), diversos autores realizaram diferentes estudos, resultando em descrições retóricas direcionadas para áreas distintas do conhecimento. Apresentamos como exemplo Nwogu (1997), Oliveira (2002; 2003) Yang e Alisson (2003) e Costa (2015). Nwogu (1997) realizou um estudo da organização retórica de artigos científicos da área de Medicina. Cabe reiterar que seu estudo se diferencia dos demais, pois, ao contrário de muitos trabalhos prévios em que somente uma ou duas seções eram analisadas, o autor realizou análise de todas as seções retóricas do gênero artigo. Nwogu fez um trabalho minucioso, cujo *corpus* foi constituído por 15 artigos selecionados aleatoriamente em alguns periódicos, a saber: *The Lancet* (7), *The British Medical Journal* (1), *The New England Journal of Medicine* (5), *The Journal of Clinical Investigation* (1) e *The Journal of the American Medical Association* (1). É importante destacar que eles seguem o modelo tradicional IMRD (Introdução, Métodos, Resultados e Discussão). Antes de apresentarmos detalhadamente o modelo de Nwogu, achamos pertinente mencionar que recorreremos às contribuições de Costa (2015), pois a autora também realizou um trabalho minucioso, o qual muito dialoga com as discussões em torno do modelo apresentado por Nwogu, trazendo novas nuances sobre a análise retórica do gênero em questão. O modelo de Costa será minuciosamente apresentado também. Nwogu (1997), ao realizar a descrição da organização retórica de artigos de Medicina, afirma que a Introdução possui uma regularidade de três movimentos, o que pode ser conferido na figura 4:

Figura 4 – Descrição retórica da unidade de Introdução da área disciplinar de Medicina

Movimento 1: Apresentando informações gerais

Passo 1 – Referência ao conhecimento estabelecido no campo

Passo 2 – Referência aos principais problemas de pesquisa

Movimento 2: Revisando pesquisas relacionadas

Passo 1 – Referência às pesquisas prévias

Passo 2 – Referência às limitações de pesquisas prévias

Movimento 3: Apresentando nova pesquisa

Passo 1 – Referência ao propósito da pesquisa

Passo 2 – Referência ao principal procedimento da pesquisa

Fonte: Nwogu (1997, p. 135, tradução nossa¹¹).

Segundo Nwogu (1997), o movimento 1 (*Apresentando informações gerais*) refere-se à exposição das informações gerais da pesquisa. Nesse sentido, consiste em mostrar o conhecimento considerado verdadeiro por longo período de tempo, seja conforme descrito no passo 1, *referência ao conhecimento estabelecido no campo*, seja pelo destaque do principal problema de pesquisa no passo 2, *referência aos principais problemas de pesquisa*. Pode, ainda, ser mostrado nos dois passos.

Sobre os passos que compõem esse movimento, Nwogu não nos apresenta maiores esclarecimentos a esse respeito. Já Costa (2015) destaca em sua pesquisa que esse primeiro passo, *referência ao conhecimento estabelecido no campo*, do movimento 1 (*Apresentando informações gerais*), não foi levado em consideração em seu *corpus*, uma vez que o passo 2, *referência a limitações de pesquisas*, que compõe o movimento 2 (*Revisitando pesquisas relacionadas*), já inclui pesquisas/estudos anteriores, bem como o conhecimento considerado verdadeiro dentro do campo de pesquisa. Sobre o segundo passo do movimento 1, *referência aos principais problemas de pesquisa*, Costa reitera que esse passo não se mostrou recorrente, mesmo que, em alguns exemplares, tal passo tenha sido realizado, de maneira plenamente ampla e detalhada, indicando os problemas do estudo a ser desenvolvido.

Quanto ao movimento 2, *revisitando pesquisas relacionadas*, objetiva mostrar que a pesquisa a ser executada se insere em um contexto maior de trabalhos prévios já realizados no interior de determinado campo, como indica o passo 1, *referência às pesquisas prévias*. No âmbito dessa contextualização, faz-se referência às lacunas deixadas por tais trabalhos, indicada pelo passo 2, *referência às limitações de pesquisas prévias*.

No tocante ao primeiro passo, *referência às pesquisas prévias*, como bem já destacou Pacheco (2016), pode-se realizar através da identificação nominal do autor, pelo uso de nomes comuns no que se refere à identificação de pesquisadores, assim como a partir de referência a

¹¹**Move 1: Presenting Background information**

(1) Reference to established knowledge in the field

(2) Reference to main research problems

Move 2: Reviewing Related Research

(1) Reference to previous research

(2) Reference to limitations of previous research

Move 3: Presenting New Research

(1) Reference to research purpose

(2) Reference to main research procedure

resultados ou generalizações de pesquisas prévias. Tais considerações são confirmadas por Costa (2015). Ela destaca que esse passo se faz presente por meio das citações diretas dos autores, assim como pela citação numérica, que funciona como um guia para o leitor dirigir-se às referências, sendo também comum o uso das duas estratégias ao mesmo tempo.

Em relação ao segundo passo, *referência às limitações da pesquisa*, Nwogu (1997) destaca alguns recursos linguísticos que sinalizam as informações relacionadas ao movimento, como o uso de formas verbais no passado para fazer menção a um único trabalho, e, para citar diversos estudos, o uso comum dos tempos presentes, conjunções adverbiais e de formas negativas. Assim, esse passo é realizado através de uma visão negativa ou pela presença de lacunas em pesquisas já realizadas.

O movimento 3, *apresentando nova pesquisa*, tem por objetivo introduzir, apresentar nova pesquisa, principalmente esclarecendo seu propósito, o que ocorre no passo 1, *referência ao propósito da pesquisa*. Esse movimento também pode trazer informações que fazem menção aos principais procedimentos de investigação adotados na pesquisa, o que constitui o passo 2, *referência ao principal procedimento da pesquisa*, até englobando, em alguns textos, a amostra de dados. Segundo Nwogu (idem, p. 128), o passo 1, *referência aos objetivos da pesquisa*, apresenta-se através de formas verbais no presente, assim como por meio de lexemas específicos, tais como “o objetivo dessa investigação”. Como bem já pontuou Pacheco (2016), também não podemos deixar de mencionar que Costa chegou a confirmar que esse passo se apresenta por expressões como *objetivo* ou através de verbos no infinitivo: “O presente estudo tem como principal objetivo avaliar [...]” (COSTA, 2015, p.179). Quanto ao passo 2, este foi desconsiderado na pesquisa de Costa. Como justificativa, a autora alegou que, na área em estudo, existe uma unidade retórica justamente para apresentação dos pontos metodológicos.

Agora que discorreremos sobre o modelo de Nwogu e a sua descrição retórica da unidade de introdução na área de Medicina, julgamos necessário apresentar o modelo de Costa (2015) atentando-nos também para a configuração retórica da unidade de introdução. Além disso, atentaremos para as demais unidades retóricas apresentadas pela autora de maneira paralela as demais unidades retóricas analisadas por Nwogu, Yang e Allisson, e Oliveira (2002, 2003). Costa (2015), realizou uma análise sociorretórica de 20 artigos experimentais das áreas de Linguística e Medicina, sendo analisados 10 de cada área. Tendo como base o modelo CARS de Swales (1990) e a análise retórica de Nwogu (1997), Costa realizou a análise sociorretórica de 10 artigos experimentais da área de Medicina. Nesse sentido, apresentamos aqui a análise realizada por Costa em 10 artigos de Medicina presentes

em nove periódicos, a saber: *Revista Ciência e Saúde Coletiva*; *Revista Brasileira de Educação Médica*; *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*; *Acta Ortopédica Brasileira*; *Jornal Brasileiro de Transplantes*; *Revista Brasileira de Reumatologia*; *Arquivos de Neuropsiquiatria*; *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, e *Revista de Saúde Pública*.

O trabalho de Costa (2015) oferece significativas contribuições para o campo da Medicina. Isso se dá porque a pesquisa dela proporciona um “mergulho profundo” na cultura disciplinar da área, oferecendo um maior conhecimento das especificidades do fazer ciência na área a partir da análise dos artigos experimentais investigados. E, por outro lado, por constatar a recorrência de novas unidades retóricas, as quais não foram destacadas por Nwogu (1997), traz novos avanços aos modelos anteriores, ampliando o modelo IMRD, de Swales (1990), para IMRDCR (Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão, Conclusão e Referências). Enfim, Costa chega a oferecer uma proposta para artigos experimentais na cultura disciplinar da área de Medicina. Vejamos, então, a sua proposta sociorretórica direcionada para as unidades retóricas desse tipo de artigo no campo Médico:

Figura 5 – Descrição das unidades retóricas em artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina

Unidade retórica 1 – Introdução e
Unidade retórica 2 – Metodologia e
Unidade retórica 3 – Resultados e
Unidade retórica 4 – Discussão e/ou
Unidade retórica 5 – Conclusão e
Unidade retórica 6 – Referências

Fonte: Costa (2015, p. 175)

Em sua pesquisa, Costa (2015) inclui mais duas unidades retóricas ao modelo de Swales (1990) e Nwogu (1997): as unidades Conclusão e Referências. Faz-se necessário ressaltarmos que, anteriormente, a primeira unidade integrava somente um dos movimentos retóricos da seção Discussão no modelo de Nwogu (1997). E a unidade Referências não era sequer considerada como movimento ou passo retórico.

É importante ressaltar que, para Swales (1990), a Introdução revela-se uma unidade retórica de suma importância no tocante ao processo de composição do gênero artigo acadêmico. Costa (2015) confirma isso em sua pesquisa, mostrando que essa unidade retórica teve recorrência de 100%. O trabalho dessa pesquisadora revelou que essa unidade se fez presente em todos os artigos analisados, pois é fato notório que grande parte de periódicos a

consideram obrigatória. A autora reitera que, se tal recomendação não fosse atendida, os artigos seriam rejeitados pelos periódicos aos quais foram submetidos.

No que concerne ao modo de configuração retórica da unidade de Introdução, Costa nos apresenta a proposta do seguinte modelo sociorretórico:

Figura 6 – Descrição retórica da unidade de Introdução de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina

Movimento 1 – **Apresentando o tema**

Passo 1 – Fazendo referência às pesquisas prévias e/ou

Passo 3 – Indicando limitações de pesquisas prévias e

Movimento 2 – **Apresentando os objetivos da pesquisa**

Fonte: Costa (2015, p. 188).

Conforme o exposto, temos que o modelo sociorretórico de Costa trata somente de dois movimentos retóricos, quais sejam: o movimento 1 (*Apresentando o tema*), e o movimento 2 (*Apresentando os objetivos da pesquisa*). O primeiro movimento integra dois passos: *fazendo referência às pesquisas prévias e indicando limitações de pesquisas prévias*. Já o segundo movimento não possui nenhum passo.

Sobre a recorrência desses movimentos, Costa (2015) esclarece que o primeiro movimento revelou-se recorrente através dos dois passos apresentados acima. O primeiro, *fazendo referência às pesquisas prévias* é justificado pela ausência de uma unidade retórica de Revisão de Literatura, embora esse passo não chegue a explorar mais a fundo pontos teóricos. Por outro lado, o segundo passo, *indicando limitações de pesquisas prévias*, é caracterizado justamente por apresentar lacunas no conhecimento que instigam e validam um novo estudo.

No tocante ao movimento 2 (*Apresentando os objetivos da pesquisa*), Costa (idem) reitera que os autores da área de Medicina preocupam-se em inserir o sujeito leitor no estudo através da apresentação de seus objetivos. Os trabalhos de Swales (1990) e Nwogu (1997), por exemplo, reforçam o argumento, conforme destaca a autora.

Para finalizar as teorizações da unidade retórica Introdução, faz-se necessário esclarecer que Costa trabalhou em sua pesquisa com duas áreas distintas, a saber: Medicina e Linguística. Nesse sentido, ela destaca que, diferentemente do que ocorreu com o campo da Medicina, não foram encontrados modelos de organização retórica direcionados, especificamente, para a área de Linguística. A partir daí, Costa, embasada por Swales, acredita que o modelo CARS, voltado para introduções de artigos acadêmicos e já apresentado anteriormente na presente dissertação, seja

ideal e suficiente para análise das introduções dos artigos dessa área. Afinal, como afirma Swales (2004), apresenta-se como um modelo relativamente simples, funcional, baseado em *corpus e sui generis* para a parte do gênero a que se aplica. Quanto à área de Medicina, a autora percebeu que o modelo de Nwogu (1997) é o mais aplicável à análise dos artigos dessa área disciplinar, pois o trabalho dele é de cunho bastante específico e voltado especialmente para o campo da medicina.

Adentraremos, agora, na seção de métodos, conforme descrito no modelo de Nwogu (1997), considerando também a contribuição de Costa a partir de seu modelo sociorretórico.

Figura 7 – Descrição retórica da Seção de Métodos da área disciplinar de Medicina

Movimento 1 – Descrevendo procedimentos de coleta de dados

- (1) Indicando fonte de dados
- (2) Indicando a dimensão dos dados
- (3) Indicando os critérios para a coleta de dados

Movimento 2 – Descrevendo procedimento experimental

- (1) Identificação dos principais instrumentos de pesquisa
- (2) Recontando processo experimental
- (3) Indicando critérios para o sucesso

Movimento 3 – Descrevendo procedimento de análise de dados

- (1) Definindo terminologias
 - (2) Indicando processo de classificação dos dados
 - (3) Identificando instrumento / procedimento analítico
 - (4) Indicando modificação no instrumento / procedimento
-

Fonte: Nwogu (1997, p. 135)¹²

¹²**Move 1: Describing Data-Collection Procedure**

- 1- Indicating source of data
- 2- Indicating data size
- 3- Indicating criteria for data collection

Move 2: Describing Experimental Procedures

- 1- Identification of main research apparatus
- 2- Recounting experimental process
- 3 Indicating criteria for success

Move 3: Describing Data-Analysis Procedures

- 1 Defining terminologies
- 2 Indicating process of data classification
- 3 Identifying analytical instrument/procedure
- 4 Indicating modification to instrument/procedure

Quanto à descrição retórica elencada anteriormente, temos que o movimento 1 (*Descrivendo procedimentos de coleta de dados*) tem como objetivo a apresentação do processo de identificação, seleção e delimitação dos dados. De acordo com Nwogu (1997, p.128), esse movimento é composto por três passos: *indicando dados da pesquisa, indicando a dimensão da amostra e indicando os critérios para a coleta de dados*. A partir da proposta de organização retórica de Nwogu (1997), Costa (2015) percebeu a presença relevante dos três movimentos apontados (*Descrivendo procedimentos de coleta de dados, Descrivendo procedimento experimental e Descrivendo procedimento de análise de dados*).

Em relação ao movimento 1, Costa afirma que, em seu corpus, o passo 1, *indicando fonte de dados*, revela-se através da indicação do local onde se coletou a amostra, conforme é possível constatar nos exemplos “[...] 36 (trinta e seis) tornozelos, obtidos no Instituto Médico Legal do Estado do Ceará”. Já o segundo passo, *indicando a dimensão dos dados*, mostrou-se por meio de numerais indicando quantidade, como em: “Analisou-se cerca de 2.000 formulários [...]”. Ela ressalta ainda que, embora o último passo, *indicando os critérios para a coleta de dados*, tenha apresentado baixa frequência, ele foi identificado por meio de seu conteúdo exposto, tal como neste exemplo: “Os critérios de inclusão foram [...]” (COSTA, 2015, p.184).

No movimento 2 (*Descrivendo procedimento experimental*), são apresentados, de maneira lógica e sequencial, os passos e os procedimentos adotados durante o andamento da pesquisa. Conforme depreendemos de Nwogu, o primeiro passo desse movimento (*Identificação dos principais instrumentos de pesquisa*), apresenta como características expressões explícitas em construções na voz passiva. Para Costa (2015), contudo, esse passo se revela pela indicação clara dos recursos utilizados. Nesse sentido, ela apresenta como exemplo a menção a entrevistas e questionários. No que concerne ao passo 2, *recontando processo experimental*, é composto por formas verbais na voz passiva, bem como por advérbios temporais, o que ficou evidente em todos os artigos analisados por Costa. Enfim, é importante ressaltar que Costa (2015) reforça essa questão, já elencada na investigação de Nwogu, uma vez que ela também percebe nesse passo uma tendência acentuada ao uso de verbos conjugados na voz passiva, tal como: “Foram realizadas entrevistas abertas [...]” (COSTA, 2015, p.191). Assim, para ela, esse passo tem a função de narrar determinado processo. Essa autora, embasada por Hyland (2000), destaca ainda que esses verbos foram conjugados principalmente na voz passiva, pois não parece ser uma característica da área o uso de marcadores pessoais como estratégias metadiscursivas, tendo como exemplo pronomes de primeira pessoa e adjetivos possessivos. E, por fim, o último passo desse movimento

(*Indicando critérios para o sucesso*), é composto por expressões explícitas que referentes ao critério para o sucesso da pesquisa. Conforme Costa (idem), esse passo não teve recorrência nos artigos analisados.

O movimento 3 (*Descrevendo procedimento de análise de dados*) geralmente aparece em pesquisas que utilizam abordagens quantitativas e estatísticas em suas análises. Conforme podemos observar em Nwogu, nesse movimento as informações são apresentadas por meio de expressões como “foi definido, foi classificado” (NWOGU, 1997, p.130)¹³, assim como por meio de verbos na voz passiva.

Em relação ao primeiro passo, *definindo terminologias*, o qual não foi recorrente no corpus de Costa (2015), sendo identificado em somente dois artigos, foi percebido por meio do etiquetamento dos sujeitos, assim como de outros aspectos que precisam de identificação específica. Em relação ao segundo passo, *indicando processo de classificação dos dados*, este se revelou através “de critérios para o reconhecimento de determinadas informações” (COSTA, 2015, p.185). Já o terceiro passo, *identificando instrumento/procedimento analítico*, deu-se por meio da apresentação de instrumentos das análises estatísticas, tal como em: “O programa utilizado para análise foi o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*” (COSTA, 2015, p.185). Por fim, o quarto passo, *indicando modificação no instrumento/procedimento*, simplesmente não teve ocorrência observada. Conforme o exposto, podemos perceber que alguns dos passos não foram contemplados na pesquisa de Costa (2015). Por outro lado, alguns passos que Nwogu não apresentou foram elencados por ela. Nesse sentido, observemos a organização da unidade Metodologia por Costa.

Figura 8 – Descrição retórica da unidade de Metodologia de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina

Movimento 1 – Descrevendo procedimentos de coleta de dados

Passo 1 – Indicando a fonte de dados e/ou

Passo 2 – Apresentando a amostra e

Movimento 2 – Descrevendo procedimentos experimentais

Passo 1 – Relatando o processo experimental e/ou

Passo 2 – Identificando o principal aparato da pesquisa e/ou

Movimento 3 – Descrevendo procedimentos de análise de dados

Passo 1 – Indicando o processo de classificação de dados e/ou

Passo 2 – Indicando o instrumento de análise estatística e/ou

Passo 3 – Apresentando método(s) e/ou

Movimento 4 – Indicando aprovação por comitê de ética

Fonte: Costa (2015, p. 195)

¹³“PIH was defined [...] e Birth weights were classified [...]” (NWOGU, 1997, p. 130).

Faz-se necessário destacar que Costa (2015) amplia o modelo proposto por Nwogu (1997) para essa unidade retórica. A autora acrescenta o passo *apresentando métodos* ao movimento 3, assim como propõe também o movimento 4 (*Indicando aprovação por comitê de ética*), justamente para tecer considerações sobre a aprovação em comitê de ética para aquelas pesquisas que tratam diretamente com seres humanos e/ou animais.

Ainda sobre a unidade retórica de metodologia, achamos melhor apresentar também, dentro desta seção, o modelo de Oliveira (2002, 2003) sobre a organização retórica da unidade de metodologia, ao invés de mostrá-lo posteriormente, posto que esse modelo, direcionado para a Linguística, assim como de Nwogu para a Medicina, serviu de base para a análise de dados de Costa (2015).

Oliveira (2003) destaca, na seção de metodologia e especificamente em relação aos modos de se trabalhar numa investigação, esses dois tipos de pesquisa: quantitativo e qualitativo. De acordo com esse autor, a pesquisa quantitativa (análise dedutiva dos dados) é descrita como aquela atrelada à confirmação ou não de uma hipótese pré-determinada, tendo como base à visão positivista, cuja característica principal é a objetividade, não existindo espaço para interpretar e refletir sobre a realidade social que circunda o sujeito pesquisador. Assim, cabe ao investigador apenas investigar através de sistemáticos métodos experimentais e estatísticos um determinado fenômeno, interpretando os resultados encontrados e desconsiderando o ponto de vista dos que estão sendo estudados. Já em relação à pesquisa qualitativa (análise indutiva dos dados), Oliveira (idem) destaca que tal pesquisa considera o entorno socialmente construído, sendo função do sujeito pesquisador tornar explícita essa realidade no decorrer do processo de investigação, levando em consideração, na obtenção e interpretação dos resultados, a visão dos participantes do contexto investigado.

Tecidas essas considerações, adentremos ao modelo do autor. Oliveira (2002, 2003), ao debruçar-se sobre a análise e descrição da configuração retórica da Metodologia em 39 artigos acadêmicos eletrônicos da área de Linguística Aplicada, apresenta-nos o seguinte modelo:

Figura 9 – Descrição retórica da unidade de Metodologia da área disciplinar de Linguística Aplicada

Movimento 1: Descrição do *corpus* ou dos participantes da pesquisa

Passo 1 – Especificação do tamanho da amostra (tamanho do *corpus* ou número de participantes)

Passo 2 – Especificação do perfil dos participantes

Passo 2A – Especificação do sexo e idade

Passo 2B – Especificação do nível de escolaridade (estudantes, professores, etc)

Passo 2C – Especificação da subárea a que os participantes pertencem

Passo 2D – Especificação do nível de conhecimento dos participantes na língua ou no tópico que está sendo investigado pela pesquisa

OU

Passo 3 – Especificação do *corpus* selecionado

Movimento 2: Descrição dos materiais ou instrumentos utilizados na coleta de dados

Movimento 3: Descrição dos procedimentos

Movimento 4: Descrição da análise dos dados

Fonte: Oliveira (2002, p. 248).

De acordo com o autor, o movimento 1 (*Descrição do corpus ou dos participantes da pesquisa*) refere-se geralmente à primeira informação contida na unidade de Metodologia. Nesse movimento, são tecidas considerações sobre o tamanho do *corpus* analisado ou o número de membros envolvidos diretamente com a pesquisa. Posteriormente, mostra-se o perfil dos participantes por meio dos seguintes dados: idade, sexo, nível de escolaridade, dentre outros aspectos.

No que concerne ao movimento 2 (*Descrição dos materiais ou instrumentos utilizados na coleta de dados*), Oliveira faz menção a materiais e instrumentos, tal como programas de computadores, gravações, entrevistas e questionários, os quais são usados no andamento da pesquisa. O movimento 3 (*Descrição dos procedimentos*), como o nome já explicita, diz respeito a descrever como os dados/informações foram coletados. E, por fim, o movimento 4 (*Descrição da análise dos dados*), tem a função de descrever como foi realizado o processo de análise e interpretação dos dados. Portanto, tendo apresentado os modelos de Nwogu, Costa e Oliveira sobre a unidade de métodos, passemos agora para a seção Resultados.

Costa (2015), embasada por Swales (1990), nos diz que a maioria dos artigos experimentais termina com seções isoladas de Resultados e Discussão, enquanto outros trazem uma mescla dessas duas unidades retóricas. Vejamos, então, como se apresenta a unidade Resultados conforme o modelo de Yang e Alisson (2003), uma vez que esses autores analisaram em sua investigação justamente as unidades de Resultados, Discussão e Conclusão de artigos na área de Linguística Aplicada. Em seguida, retomamos novamente as contribuições de Nwogu (1997) e Costa (2015).

Em relação a trabalhar Resultados e Discussão como uma única unidade retórica, Yang e Alisson (2003) não percebem de maneira clara a relação entre essas duas seções e, durante a investigação dos artigos do campo da Linguística Aplicada, chegam a observar a

relação entre Resultados e Discussão, apresentando modelos de organização retórica separados para as duas unidades. Os autores ressaltam a relevância dessa seção, afirmando que nela, além dos autores elencarem resultados, estabelecem a importância desses achados. Enfim, a partir da análise de 20 seções de Resultados de artigos de Linguística Aplicada, eles apresentam o seguinte modelo de descrição retórica:

Figura 10 – Descrição retórica da unidade de Resultados da área disciplinar de Linguística Aplicada

Movimento 1: Informação preparatória

Movimento 2: Apresentando resultados

Movimento 3: Comentando resultados

Passo 1 – Interpretando resultados

Passo 2 – Comparando resultados com a literatura

Passo 3 – Avaliando resultados

Passo 4 – *Accounting for results*

Movimento 4: Sumarizando resultados

Movimento 5: Avaliando o estudo

Passo 1 – Indicando limitações

Passo 2 – Indicando importância/vantagem

Movimento 6: Deduções a partir da pesquisa

Passo 1 – Recomendando pesquisa futura

Fonte: Yang e Allison (2003, p. 374)¹⁴.

De acordo com Yang e Alisson (2003), o movimento 1 (*Informação preparatória*) tem o objetivo de lembrar e interligar seções, oferecendo relevantes informações para a

¹⁴**Move 1: Preparatory information**

Move 2: Reporting results

Move 3: Commenting on results

Interpreting results

Comparing results with literature

Evaluating results

Accounting for results

Move 4: Summarizing results

Move 5: Evaluating the study

Indicating limitations

Indicating significance/advantage

Move 6: Deductions from the research

Recommending further research

apresentação dos resultados. O segundo movimento (*Apresentando resultados*) expõe os resultados da pesquisa, recorrendo a evidências, como estatísticas e exemplos. O movimento 3 (*Comentando resultados*) tem a função de mostrar o significado, bem como a relevância, dos resultados da pesquisa no interior da área na qual a pesquisa está inserida. Quanto ao movimento 4 (*Sumarizando resultados*), os autores mencionam que esse movimento é opcional, já os dois últimos, movimento 5 (*Avaliando o estudo*) e movimento 6 (*Deduções a partir da pesquisa*), através dos quais os autores estendem os resultados, são movimentos ocasionais.

Nwogu (1997), por sua vez, apresenta uma proposta de organização para a seção de Resultados apenas com a regularidade de dois movimentos. No primeiro movimento, denominado *Indicando observação consistente*, devem ser tecidas considerações gerais feitas no estudo. Para tanto, são apresentadas informações visuais, como tabelas, gráficos, quadros e figuras. No segundo movimento, *Indicando observações não consistentes*, são apresentadas considerações que indicam observações por meio de resultados que não estão em conformidade com os resultados esperados na pesquisa. Observemos o modelo abaixo:

Figura 11 – Descrição retórica da unidade de Resultados da área disciplinar de Medicina

Movimento 1: Indicando observação consistente

Passo 1 – Destacando informação global

Passo 2 – Indicando observações específicas

Passo 3 – Explicando observações feitas

Movimento 2: Indicando observações não consistentes

Fonte: Nwogu (1997, p. 135)¹⁵

No tocante aos passos do movimento 1, esses são demarcados pelo uso de expressões do tipo: “O início do estudo” (NWOGU, 1997,p.131), e ainda pela utilização de verbos no presente e na voz passiva para fazer menção aos elementos visuais destacados anteriormente (gráficos, tabelas e figuras). Além disso, também há o uso de verbos que indicam existência, de verbos no passado para o relato dos resultados, bem como a utilização de atenuadores para justificar as considerações elencadas no estudo. Neste sentido, achamos necessário destacar

¹⁵“Results

Move 1: Indicating Consistent Observation:

1-Highlighting overall observation.

2-Indicating specific observations.

3-Accounting for observations made.

Move 2: Indicating Non-Consistent Observations” (NWOGU, 1997, p. 135).

que, na pesquisa de Costa (2015), foi evidenciada apenas uma única ocorrência do passo 1, *destacando observação global*, revelando-se “por meio de informação com resultado global da pesquisa.” (COSTA, 2015, p.191). O segundo passo, *indicando observação específica*, mostrou-se através de informações específicas, tais como: “Todos os pacientes e 60% dos familiares (18/30) apresentaram o antígeno HLA-B27 [...]”. O terceiro passo, *explicando observações feitas*, não teve nenhuma ocorrência. Costa nos diz que a recorrência de aparatos visuais, como gráficos, tabelas e quadros, no que se refere ao movimento 1 (*Indicando Observações consistentes*) nos artigos investigados, funcionam como um auxílio na apresentação dos resultados.

Em relação ao movimento 2 (*Indicando observações não consistentes*), os resultados que não estão de acordo com o esperado, no estudo desenvolvido, são também apresentados. Nwogu deixa sugerido que esse movimento seja opcional devido a pouca recorrência em seu *corpus* de análise. Em Costa (2015), não foi percebido recorrência desse movimento. Então, Costa (2015) chega a propor somente um movimento para a unidade retórica de resultados. Observemos esse movimento abaixo:

Figura 12 – Descrição retórica da unidade de Resultados de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina

Movimento 1 - Apresentando resultados específicos

Fonte: Costa (2015, p. 200).

Costa (2015) ao tratar da organização retórica da unidade Resultados, sugere o movimento *Apresentando resultados específicos*, o qual diz respeito ao passo 2, *indicando observação específica*, de Nwogu (1997). Costa reitera que o movimento 1 apresenta uma terminologia autoexplicativa, diferentemente do que propôs Nwogu (1997). A autora destaca que esse movimento foi formulado através de informações que indicam resultados específicos. Enfim, para Costa (*idem*), a seção Resultados, no campo disciplinar da Medicina, centra-se na apresentação clara e objetiva de resultados. Após termos apresentado devidamente as contribuições de Yang e Alisson (2003), Nwogu (1997) e Costa (2015) para a seção de Resultados, adentremos, agora, a unidade Discussão.

**Figura 13 – Descrição retórica da unidade de Discussão da área disciplinar de
Linguística Aplicada**

Movimento 1: Informação geral

Movimento 2: **Apresentando resultados**

Movimento 3: Sumarizando resultados

Movimento 4: Comentando resultados

Passo 1 – Interpretando resultados

Passo 2 – Comparando resultados com a literatura

Passo 3 – *Accounting for results*

Passo 4 – Avaliando resultados

Movimento 5: Sumarizando o estudo

Movimento 6: Avaliando o estudo

Passo 1 – Indicando limitações

Passo 2 – Indicando importância/vantagem

Passo 3 – Avaliando a metodologia

Movimento 7: Deduções a partir da pesquisa

Passo 1 – Fazendo sugestões

Passo 2 – Recomendando pesquisa futura

Passo 3 – Traçando implicação pedagógica

Fonte: Yang e Allison (2003, p. 376, tradução nossa¹⁶).

Em relação à unidade retórica Discussão de Yang e Allison (2003), podemos encontrar, no modelo desses autores, movimentos e passos semelhantes aos já encontrados no modelo voltado para a unidade Resultados dos mesmos autores. É possível notarmos dois movimentos diferentes no modelo referente à seção de Discussão, quais sejam: o movimento 1 (*Informação geral*) e o movimento 5 (*Sumarizando o estudo*), bem como três passos

¹⁶**Move 1: Background information**

Move 2: Reporting results

Move 3: Summarizing results

Move 4: Commenting on results

Interpreting results

Comparing results with literature

Accounting for results

Evaluating results

Move 5: Summarizing the study

Move 6: Evaluating the study

Indicating limitations

Indicating significance/advantage

Evaluating Methodology

Move 7: Deductions from the research

Making suggestions

Recommending further research

Drawing pedagogic implication

distintos, são eles: no movimento 6, o passo 3, *avaliando a metodologia*; no movimento 7, o passo 1, *fazendo sugestões*, e também o passo 3, *traçando implicação pedagógica*.

Quanto à organização retórica da unidade de discussão pra área da Medicina, Nwogu (1997) apresenta um modelo com a frequência de três movimentos:

Figura 14- Descrição retórica da unidade de discussão da área de Medicina

Movimento 1: Destacando resultados globais de pesquisa

Movimento 2: Explicando resultados específicos de pesquisa

Passo 1 – Declarando um resultado específico

Passo 2 – Interpretando o resultado

Passo 3 – Indicando a importância do resultado

Passo 4 – Contrastando resultados presentes e prévios

Passo 5 – Indicando limitações dos resultados

Movimento 3: Declarando conclusões de pesquisa

Passo 1 – Indicando implicações de pesquisa

Passo 2 – Alertando sobre a necessidade de pesquisas futuras

Fonte: Nwogu (1997, p. 135, tradução nossa¹⁷).

Com base em Nwogu (1997), o movimento 1 (*Destacando resultados globais de pesquisa*) tem como função confirmar ou refutar a realização do principal objetivo da pesquisa. Esse movimento, mesmo não contendo passos, apresenta o principal resultado da pesquisa. Revela-se por meio de expressões do tipo “o resultado deste estudo sugere que [...]” (NWOGU, 1997, p. 132)¹⁸. No trabalho de Costa, a recorrência desse movimento foi quase nula, pois apareceu somente um único exemplar.

No movimento 2 (*Explicando resultados específicos de pesquisa*), são declaradas as principais observações realizadas no estudo, indicando sua relevância e justificando tais declarações. Julgamos necessário ressaltar, a respeito desse movimento, que, na pesquisa de Costa (2015), não foi observada ocorrência do passo 1, *afirmando um resultado específico*, do movimento 2 (*Explicando resultados específicos de pesquisa*). Já em relação, no movimento 2, ao passo 2, *interpretando o resultado*, fez-se recorrente em todos os artigos analisados. No

¹⁷ **Move 1: Highlighting Overall Research Outcome**

Move 2: Explaining Specific Research Outcomes

(1) Stating a specific outcome

(2) Interpreting the outcome

(3) Indicating significance of the outcome

(4) Contrasting present and previous outcomes

(5) Indicating limitations of outcomes

Move 3: Stating Research Conclusions

(1) Indicating research implications

(2) Promoting further research

tocante ao passo 3, *indicando a importância do resultado*, e ao passo 5, *indicando limitações dos resultados*, em alguns momentos foram construídos por meio da associação prévia da apresentação dos resultados, e, em outros momentos, através da apresentação isolada, relacionada às informações tecidas anteriormente. Para finalizar, o passo 4, *contrastando resultados prévios e atuais*, mostrou-se construído através do paralelo entre os resultados da pesquisa e a literatura prévia.

No que concerne ao movimento 3 (*Declarando conclusões de pesquisa*), destaca, de forma resumida, as contribuições que tal pesquisa almeja, e também chama atenção para a necessidade de outra pesquisa. O primeiro passo se revela através de lexemas explícitos. Vejamos um exemplo: “As implicações práticas [...]”. Da mesma forma, o segundo passo também se evidencia através de lexemas explícitos, a saber: “Merece um estudo mais aprofundado [...]” (NWOGU, 1997, p. 133-134)¹⁹.

É interessante reiterarmos, sobre o movimento 3, que, na investigação de Costa (2015, p.196), o primeiro passo, *indicando implicações de pesquisa*, revelou-se através de implicações práticas sugeridas para o dia a dia do exercício da medicina. O passo 2, *alertando sobre a necessidade de pesquisas futuras*, obteve pouca ocorrência, fazendo menção aos novos estudos sobre tema determinado. Finalmente, observemos o modelo de organização retórica de Costa (2015) para a unidade de Discussão:

Figura 15 – Descrição retórica da unidade de Discussão de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina

Movimento 1 – **Apresentando informação introdutória e**

Movimento 2 – **Explicando resultados específicos de pesquisa**

Passo 1 – Interpretando o resultado e/ou

Passo 2 – Indicando a importância do resultado e/ou

Passo 3 – Comparando resultados com literatura prévia e/ou

Passo 4 – Indicando limitações dos resultados e/ou

Movimento 3 – **Indicando implicações práticas de pesquisa**

Fonte: Costa (2015, p. 205)

No que se refere à seção Discussão, o trabalho de Costa (2015) oferece contribuições significativas, pois apresenta um novo movimento retórico (*Apresentando informação introdutória*), cuja principal função é fazer uma introdução da seção de Discussão.

¹⁹ “The practical implications [...] / [...] deserve further study [...]” (NWOGU, 1997, p. 133 - 134).

No tocante ao último movimento (*Indicando implicações práticas de pesquisa*), Costa (2015) chega a propor essa mudança terminológica uma vez que diz respeito a uma unidade informacional, em que o objetivo é revelar implicações práticas na área da Medicina. No que se refere ao movimento 2, *indicando a importância do resultado*, ela não observou mudanças significativas, apesar de ter mencionado a ausência do primeiro passo elencado por Nwogu (1997). Apresentados alguns modelos a respeito da seção de Discussão, passemos ao tópico Conclusão.

Sobre a unidade Conclusão, Yang e Alisson (2003), ao realizarem um estudo na área de Linguística Aplicada, chegaram a um modelo retórico contendo três movimentos. Observemos o modelo a seguir:

**Figura 16 – Descrição retórica da unidade de Conclusão da área disciplinar de
Linguística Aplicada**

Movimento 1: Sumarizando o estudo

Movimento 2: Avaliando o estudo

Passo 1 – Indicando importância/vantagem

Passo 2 – Indicando limitações

Passo 3 – Avaliando a metodologia

Movimento 3: Deduções a partir da pesquisa

Passo 1 – Recomendando futuras pesquisas

Passo 2 – Traçando implicação pedagógica

Fonte: Yang e Allison (2003, p. 379, tradução nossa²⁰).

Yang e Allison (2003) alertam que, muitas vezes, os pesquisadores chegam a analisar as seções de Discussão e Conclusão como sendo uma só unidade sem elencar qualquer justificativa consistente. Nesse sentido, vemos que os passos e os movimentos podem ser

²⁰**Move 1: Summarizing results**

Move 2: Evaluating the study

Indicating significance/advantage

Indicating limitations

Evaluating Methodology

Move 3: Deductions from the research

Recommending further research

Drawing pedagogic implication

encontrados no modelo direcionado a seção de Discussão, também proposto por Yang e Allison (2003). Faz-se necessário ressaltar que, apesar dos aspectos em comum nesses dois modelos, a investigação deles revela que essas duas unidades se diferenciam pelo propósito comunicativo apresentado inicialmente. Resultados específicos são comentados mediante interpretação, explicação, avaliação ou ainda comparação com pesquisas anteriores na unidade de Discussão. Enquanto que, na Conclusão, o foco está em tecer considerações sobre resultados globais e sobre a avaliação do estudo em questão. Enfim, pontua resultados, avalia e faz um paralelo com possíveis estudos futuros.

A respeito da unidade de Conclusão, Costa (2015), utilizando como base o movimento 3 (*Declarando conclusões de pesquisa*) da unidade Discussão do modelo de Nwogu (1997), analisa, na unidade de Conclusão, a frequência e a recorrência dos passos que compõem esse movimento, além de identificar um novo movimento: *Apresentando interpretações gerais dos achados da pesquisa*). Vejamos, então, a proposta retórica de Costa para a Conclusão.

Figura 17 – Descrição retórica da unidade de Conclusão de artigos experimentais da área de Medicina

Movimento 1 – **Apresentando interpretações gerais dos achados da pesquisa e/ou**

Movimento 2 – **Indicando implicações práticas de pesquisa**

Fonte: Costa (2015, p. 208).

Em relação ao movimento 1 (*Apresentando interpretações gerais dos achados de pesquisa*), é fundamental destacar que o objetivo primeiro é realizar uma retomada da pesquisa em desenvolvimento através de um paralelo entre as considerações elencadas na Discussão e na Conclusão. No *corpus* de Costa (idem), esse movimento mostrou-se através de comentários que faziam menção aos resultados da pesquisa. Já o movimento 2 (*Indicando implicações práticas de pesquisa*), revelou-se por meio de informações que remetem a implicações sobre a prática do médico.

Ainda sobre as contribuições do modelo proposto por Costa (2015), apresentamos breves considerações a respeito da unidade de Referências, uma vez que muito já foi dito por autores que também citaram o trabalho de Costa e descreveram esse mesmo modelo retórico, por exemplo, Pacheco (2016). Podemos dizer brevemente que Costa (idem) destaca a relevância de compreendermos as Referências como uma unidade que elenca informações

pertinentes sobre a pesquisa que vem sendo desenvolvida. Atentemos, então, para a unidade de Referências da área de Medicina delineada por essa pesquisadora:

Figura 18 – Descrição retórica da unidade de Referências de artigos experimentais da cultura disciplinar da área de Medicina

Movimento 1 - Listando referências completas de todos os trabalhos citados

Fonte: Costa (2015, p. 210).

Com base em Costa (2015), essa unidade apresenta, somente, um movimento, conforme destacado na figura, que se fez recorrente em todos os exemplares do seu *corpus*.

Encerramos aqui a apresentação das contribuições da proposta de organização retórica de Nwogu (1997), Oliveira (2002, 2003), e Yang e Allison (2003), autores e modelos retóricos que também conduziram a análise do *corpus* de Costa (2015). Outras propostas poderiam ser apresentadas ainda, como a relevante contribuição da proposta de organização retórica de Pacheco (2016) para a área de Nutrição, mas, por questão de espaço, não a faremos. Passemos, então, tendo em vista o foco de nosso trabalho, para a apresentação dos diferentes tipos de artigo.

2.2.1 Os diferentes tipos de artigo: teóricos, experimentais e de revisão de literatura

De acordo com a conceituação de Swales (1990), que tem sido referência obrigatória no trabalho com gêneros acadêmicos, temos que o gênero artigo acadêmico está associado a gêneros escritos que tratam de alguma investigação realizada por seus (suas) autores (as) com vistas à apresentação de descobertas e/ou à discussão de questões teóricas e/ou metodológicas. Swales (2004), ao retomar a caracterização do gênero AA, leva em consideração as diferenças entre artigos experimentais propriamente ditos, artigos teóricos e artigos de revisão. Estes últimos, por sua vez, se desdobram ainda em artigos que descrevem a situação atual de um campo do conhecimento, e artigos que propõem uma teoria ou modelo para resolver alguma questão do campo de conhecimento a ser estudado.

Para Swales (2004, p. 210), o artigo de revisão tem como objetivo fazer uma discussão da literatura existente, concluindo com uma avaliação global. Bernardino (2006), em suas pesquisas, mostra que esse tipo de artigo é o que mais se distancia do modelo proposto por

Swales (1990). O artigo de revisão de literatura apresenta como objetivo central “um panorama histórico de uma determinada área de estudo” (BERNARDINO, 2007, p. 125), enquanto o artigo teórico tem como objetivo principal realizar “uma discussão, prioritariamente teórica, sem necessariamente recorrer à análise de dados” (BERNARDINO, 2007, p. 122).

De acordo com Swales (1990), o artigo experimental (AE) é um texto escrito que contém também textos não verbais (tabelas, gráficos, figuras, esquemas e diagramas), geralmente esse gênero possui mais ou menos 10.000 palavras, e seu objetivo é reportar os resultados de um estudo realizado por um pesquisador ou ainda um grupo de pesquisadores.

O AE tem o objetivo de analisar dados de qualquer natureza apresentando as unidades retóricas de Resultados e de Discussão (SWALES, 2004). Na concepção de Bernardino (2006) caracteriza-se pela análise e discussão dos dados, presença da seção de Resultados e Discussão, bem como pela questão da presença de informações metodológicas, em uma seção distinta ou não. De acordo com Motta-Roth (2001), é necessário levar em consideração os aspectos de forma e de conteúdo ao descrever um artigo. Portanto, o autor deve desenvolver atividades que consistem em selecionar bibliografia, delimitar e analisar um problema, discutir e avaliar os resultados do estudo. O objetivo básico diz respeito a fazer referência a um estudo, e, dessa forma, é preciso descrevê-lo, bem como expor e avaliar seus resultados, utilizando modos particulares e convenções próprias da área em que está inserido.

Na concepção de Bernardino (2007), o artigo experimental tem como objetivo central a análise de dados de qualquer natureza, apresentando assim, necessariamente, a unidade retórica Análise e Discussão dos dados. Em seu trabalho de tese, a autora investigou, em um *corpus* composto somente por artigos experimentais da área de Linguística, de que modo os autores organizaram as unidades informacionais de seus textos. Dessa forma, Bernardino (2007) chegou à seguinte caracterização retórica: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Discussão, e Considerações Finais.

Todos os artigos analisados por Bernardino apresentaram informações teóricas, metodológicas e resultados de análise com variação na distribuição: alguns não apresentaram uma unidade destacada para Revisão de Literatura, uma vez que os pressupostos teóricos estavam presentes na unidade de Introdução ou na unidade de Resultados e Discussão; alguns artigos não apresentaram tópico destacado para a Metodologia, uma vez que as informações metodológicas estavam presentes na unidade de Introdução. Nesse sentido, Bernardino (2007) conclui que o AE parece caracterizar-se por objetivar a análise e discussão dos dados, organizados para fins de investigação, por apresentar sempre a unidade de Resultados e

Discussão, e por apresentar informações metodológicas em uma unidade separada ou não.

No tocante às pesquisas prévias sobre o gênero artigo acadêmico, achamos pertinente também mostrarmos outras pesquisas que tiveram como foco de análise o gênero artigo acadêmico. Dessa forma, além dos trabalhos mostrados na seção anterior, os quais realizaram análise retórica e nos apresentaram modelos retóricos para as áreas estudadas, destacamos ainda as seguintes pesquisas em torno desse gênero.

Costa (2003), por sua vez, teve como objetivo descrever e analisar o gênero artigo científico, apontando as diferenças e semelhanças de estruturas textuais e estratégias discursivas entre os artigos investigados. Para tanto, analisou um *corpus* constituído de 5 artigos da revista *Investigações: Linguística e Teoria Literária*, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, publicados entre os anos de 1989 e 2001. A hipótese considerada é a de que a estrutura do artigo científico é condicionada à função social do mesmo. A partir da análise realizada, observou-se que: Primeiro, os artigos pertencem ao domínio discursivo científico e aos gêneros secundários (modalidade escrita); Os artigos apresentam conteúdos temáticos diferentes, predominando os do tipo de artigo de análise; Os artigos apresentam formas diferentes de textualização do conteúdo temático, porém possuem uma estrutura básica consistindo de: título, nome do autor, introdução, corpo do artigo, conclusão e referências bibliográficas; Os artigos possuem sequência textual expositiva como predominante. E, por fim, embora os conteúdos temáticos sejam apresentados de forma específica em cada artigo, os autores lançam mão dos mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos (estilo, verbal), porém usando-os de forma peculiar.

Kutz (2004) analisou quarenta artigos acadêmicos eletrônicos coletados de dois e-journals em Linguística Aplicada (*Language Learning and Technology* e *Reading online*), em termos de sua estrutura textual e contextual com duplo objetivo: verificar os tópicos de pesquisa presente nos artigos que compõem o corpus, bem como os procedimentos metodológicos que os autores utilizam ao investigar tais tópicos. Para analisar o contexto, foram realizadas entrevistas com os autores dos artigos que compõem o *corpus* do estudo. A análise textual evidenciou que os artigos podem ser reunidos em um tópico geral, aprendizagem de línguas assistida por computador, em que há ênfase em quatro subtópicos: a) processos de letramento; b) interface tecnológica; c) formação de professores e d) análise do discurso/ análise textual. Os procedimentos associados a estes tópicos são semelhantes haja visto que, para cada tópico observado, os autores parecem utilizar procedimentos metodológicos específicos. Em relação a esse aspecto, foi observado um maior uso de

métodos quantitativos. Outro ponto evidenciado na pesquisa diz respeito à presença de artigos de relato de experiência. Nesses artigos, os autores referem-se à pesquisa desenvolvida de forma pessoal, através do uso de pronomes pessoais. Nos demais artigos, os autores dão referência, aparentemente, ao uso de expressões impessoais e nominalizações ao referir-se à pesquisa realizada, utilizando processos materiais e relacionais.

Nogueira (2007) trata em sua tese do ensino de Língua Portuguesa na Educação Superior, considerando a leitura e a escrita como instrumentos para a ampliação do universo de letramento dos alunos. Para tanto, ela trabalhou com os gêneros do discurso, num percurso que partiu do poema-motivador e desencadeador do processo para chegar à produção de gêneros acadêmicos, com as características e marcas linguísticas que lhes são próprias. A autora parte da leitura poética à produção do gênero artigo científico. O objetivo principal foi apresentar uma proposta operacional de ensino de língua que levasse os alunos do curso de Administração de Empresas a ler e produzir textos voltados para suas necessidades acadêmicas, de modo consistente, no curto prazo de um ano letivo. O referencial teórico contemplou estudos sobre análise do discurso, autoria, heterogeneidade enunciativa, dentre outros. O resultado da pesquisa, ilustrada pelo *corpus* analisado, busca mostrar a relevância da formação do leitor como etapa essencial para que o aluno assuma o papel de produtor de textos, assim como o caráter inovador e operacional do trabalho apoiado em gêneros do discurso para formar redatores de gêneros discursivos específicos.

Bernardino (2007) analisou um corpus de artigos produzidos por pesquisadores (as) no periódico D.E.L.T.A buscando perceber e analisar como, na área de Linguística, os(as) autores(as) de exemplares do gênero textual artigo acadêmico constroem significados interpessoais de posicionamento avaliativo ao produzirem seus textos. Essa questão parte da consideração de que diferentes padrões de avaliação podem exercer papéis específicos em gêneros específicos e, portanto, cabe levantar tais padrões nos termos de suas ocorrências e seus funcionamentos, articulando-os aos valores e propósitos dos grupos sociais que utilizam tais gêneros. O *corpus* foi composto por 10 exemplares de artigos experimentais, 10 exemplares de artigos de revisão de literatura e de 10 exemplares de artigos teóricos, compilados a partir de exemplares do periódico D.E.L.T.A disponíveis no site <http://www.scielo.br>, e publicados no período compreendido entre os anos de 1997 e 2004. Para o levantamento e mapeamento dos adjuntos modais, que funcionaram como marcadores interpessoais, foi feita uma anotação manual do *corpus* que permitiu extrair dados quantitativos com o programa *WordSmith Tools*.

Como delimitação de seu objetivo principal, Bernardino mapeou e analisou os

marcadores metadiscursivos interpessoais (HYLAND, 1994/2000) realizados por meio de adjuntos modais (HALLIDAY, 1994/2004). Verificou como estes elementos se apresentam em artigos acadêmicos experimentais, teóricos e de revisão de literatura (SWALES, 2004). Para tanto, trabalhou com a articulação de três teorias de base: a análise de gêneros textuais, com foco na produção teórica de Jonh Swales (1990/2004), o estudo do metadiscorso interpessoal de Hyland (1996/1998/2000), e a teoria sistêmico funcional de M.A.K Halliday (1994/2004), particularmente para o tratamento dos adjuntos modais.

A análise dos dados apontou para os seguintes resultados: a) nos três *corpora*, o marcador metadiscursivo mais utilizado pelos (as) autores (as) foi o marcador atributivo, que é realizado por adjuntos modais de validade, intensidade e usabilidade; b) Os marcadores metadiscursivos de ênfase foram realizados por adjuntos modais de suposição, persuasão, probabilidade, obviedade e intensidade, e o número de ocorrências desses marcadores foi muito próximo nas três categorias de artigos, sendo levemente maior em artigos teóricos; c) os marcadores metadiscursivos de atenuação foram realizados, nos três *corpora*, por adjuntos modais de probabilidade e suposição, com predomínio absoluto dos adjuntos de probabilidade; d) os marcadores meadiscursivos atitudinais realizados pelos adjuntos modais de desejo, predição e intensidade foram os menos utilizados em todas as três categorias de artigos. Encerradas todas as considerações dessa seção, passemos ao capítulo de Metodologia.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos as questões que nortearam a realização de nossa pesquisa. Para tanto, destacamos os tipos de pesquisa, a descrição do *corpus* e os procedimentos de análise que foram utilizados.

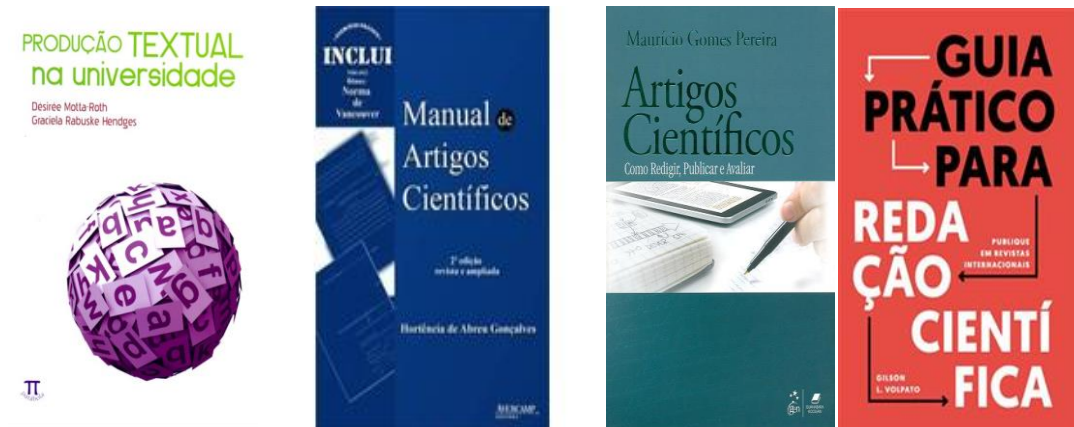
3.1 TIPOS DE PESQUISA

Como nossa proposta foi analisar quatro manuais de orientação da escrita científica, seguimos um modelo de pesquisa descritiva de caráter qualitativo. Segundo Rudio (1998), a pesquisa descritiva trabalha com dados colhidos da realidade estudada e tem como principal finalidade observar sistematicamente fenômenos (no nosso caso, como os manuais recentes destinados a orientação da escrita científica tratam o gênero artigo acadêmico) procurando descrevê-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los. Ou seja, por meio deste tipo de metodologia, o pesquisador objetiva conhecer as características, as relações e os processos que constituem o objeto em estudo.

No que concerne ao caráter qualitativo da pesquisa, recorreremos às reflexões de Minayo (1994). Para esta autora, "a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado" (ibidem, 1994, p.21). Esse tipo de abordagem trabalha, portanto, com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

3.2 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

Na pesquisa realizada, analisamos quatro manuais de orientação da escrita científica, conforme figura a seguir:



Fonte: Elaborado pela a autora a partir de imagens disponibilizadas na internet.

Os manuais que analisamos são: “Produção textual na universidade”, das linguistas Désirée Motta-Roth e Graciela Rabuske Hendges (2010); “Manual de artigos científicos”, de Hortência de Abreu Gonçalves (2013); “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar”, de Maurício Gomes Pereira (2014); e “Guia prático para redação científica”, de Gilson Luiz Volpato (2015). Como critério de seleção dos manuais, optamos por escolher livros cuja edição esteja enquadrada nos últimos seis anos. A opção por trabalhar com Motta-Roth e Hendges (2010) justifica-se por ser um livro bastante usado no curso de Letras, da Universidade Estadual do Ceará, na disciplina Produção de gêneros acadêmicos em Língua Portuguesa. Os materiais de Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015) foram escolhidos justamente por serem três materiais recentes. A seleção dos dois primeiros deve-se, principalmente, por tratarem exclusivamente do artigo científico. O manual de Volpato (2015) foi selecionado por direcionar-se especificamente para a redação científica, com foco no gênero artigo, mas também pelo fato do autor ser palestrante em muitos cursos sobre redação científica em universidades brasileiras. Conforme consta em seu manual, ele ministra anualmente cerca de 50 a 80 cursos sobre redação científica nas principais universidades brasileiras. É autor de vários livros nessa área.

Antes de iniciarmos a descrição propriamente dita do *corpus*, é de suma importância destacar a formação dos autores e autoras dos manuais supracitados. Para tanto, seguimos a ordem em que os livros apareceram anteriormente. Désirée Motta-Roth é professora da Universidade Federal de Santa Maria, onde leciona desde 1984, e coordena o Laboratório de

Pesquisa e Ensino de Leitura e Redação (LABLER) desde 1998, conforme consta na contracapa do livro. É licenciada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (1993), mestra em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990), possui doutorado em Letras (Inglês) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), com estágios de pós-doutorado no *English Language Institute* da Universidade de Michigan (2002-2003) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009).

Graciela Rabuske Hendges é professora da Universidade Federal de Santa Maria desde 1999. Licenciada em Letras-Inglês (1997) e Letras-Espanhol (1999) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Maria (2001) e doutora em Letras-Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007).

Hortência de Abreu Gonçalves é graduada e bacharel em História, tendo cursado dois mestrados, a saber: em Sociologia, pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (NPPCS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e outro em Geografia pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da UFS. Possui doutorado em Geografia também pelo NPGeo/UFS, e recentemente concluiu o curso de Pós-doutorado pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) / Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Mauricio Gomes Pereira é formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduado na Espanha, na Bélgica e nos Estados Unidos. Tem o título de Ph.D. pela Universidade de Columbia, Nova York. Leciona na Universidade de Brasília, na qual é professor titular.

Gilson Volpato é biólogo, formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde completou sua pós-graduação e é docente desde 1981. Desde 1986 tem se dedicado ao estudo e ensino da redação científica. Apresentadas a formação dos autores, passemos à descrição propriamente dita dos manuais.

O manual de orientação da escrita científica intitulado “Produção textual na universidade” apresenta um total de 166 páginas, possuindo 8 capítulos com orientação da escrita científica dos principais gêneros que circulam na esfera acadêmica: (1) Publique ou pereça; (2) Resenha; (3) Projeto de Pesquisa; (4) Artigo acadêmico: introdução; (5) Artigo acadêmico: revisão da literatura; (6) Artigo acadêmico: metodologia; (7) Artigo acadêmico: análise e discussão dos resultados; (8) Abstract/ Resumo acadêmico, além da indicação das Referências dos exemplos citados no livro e da Bibliografia.

No primeiro capítulo do manual de Motta Roth e Hendges (2010), “Publique ou pereça”, as autoras discutem sobre a questão da publicação científica. O segundo capítulo,

intitulado “Resenha”, aborda o referido gênero mostrando aos leitores qual é o objetivo de uma resenha, sua estrutura básica e a variabilidade entre áreas na produção desse gênero. O terceiro capítulo, “Projeto de pesquisa”, apresenta uma discussão bem detalhada do quem vem a ser um projeto. O capítulo objetiva justamente explicar e detalhar cada uma das seções de um projeto de pesquisa de modo a oferecer um roteiro capaz de guiar sua elaboração. O capítulo 4, “Artigo acadêmico: introdução” trata especificamente da unidade de introdução. Temos, no quinto capítulo, a discussão da revisão da literatura. O sexto capítulo foca na seção de metodologia, e o sétimo, na seção de discussão e resultado. Em todos os capítulos direcionados ao artigo acadêmico são discutidos a organização retórica das unidades desse gênero. O último capítulo do livro trata do gênero abstract/resumo acadêmico. Percebemos, portanto, que as autoras apresentam quatro capítulos para teorizar sobre o artigo acadêmico. Vejamos como se organizam os demais manuais.

O “Manual de artigos científicos”, de Gonçalves (2013), se encontra na segunda edição e tem um total de 120 páginas. Apresenta oito capítulos, a saber: (1) Artigo científico, no qual são apresentadas considerações básicas do artigo acadêmico como definição, objetivo, características básicas, tipos de artigo e organização do texto; (2) “Estrutura formal” em que são discutidas as formas de organização, padronização de títulos, questões de formatação, tamanho de fonte e margem do artigo; (3) Aspectos gráficos e conteúdos: título, nome dos autores, resumo na língua vernácula do texto, palavras-chave na língua vernácula do texto, elementos textuais para a área das Ciências Humanas e Sociais (estrutura IDC-Introdução-desenvolvimento-conclusão), elementos textuais para o campo das Ciências Naturais, Exatas, Tecnológicas e da Saúde (estrutura IRMRDC-Introdução-revisão da literatura-material e Métodos-Resultados e Discussão-Conclusão), elementos pós-textuais, como resumo e palavras-chave em língua estrangeira, notas explicativas, referências, glossário, apêndice(s) e anexo(s); (4) Regras gerais de apresentação: indicativo de seção, numeração progressiva, citações, siglas, equações e fórmulas, ilustrações e tabelas; (5) Revistas especializadas e científicas: características dos periódicos científicos e/ou especializados brasileiros, principais tipos, referência oficial, seleção dos periódicos para envio, endereços importantes no âmbito das Revistas Brasileiras; (6) Redigir e divulgar artigos discute sobre a questão da publicação de artigos; (7) Apresenta alguns pontos norteadores da produção do artigo; (8) Normatização do estilo de Vancouver, que apresenta orientações em torno das referências, autoria da obra, título da obra, nome do periódico, paginação, dicionários e verbetes, artigo em meio digital, resenha em meio digital, monografias, dissertação, documentos jurídicos online e referências.

A terceira obra, o manual de Pereira (2014), é composto por vinte e quatro capítulos,

todos elaborados pelo mesmo autor, possuindo um total de 386 páginas. Conforme esclarecido no texto de apresentação, os três capítulos iniciais constituem uma introdução aos tópicos Publicação científica e Redação de textos. O capítulo 4 descreve a estrutura de um trabalho científico original, como ela é hoje comumente encontrada em periódicos científicos na área das Ciências da Saúde. Essa estrutura é detalhada nos capítulos 5 a 8. As demais partes, ou seja, referências, título, autoria, resumo e palavras-chave, são analisadas nos capítulos 9 a 13. Tópicos voltados à complementação do texto, com o objetivo de submeter o artigo para publicação, constituem assuntos dos capítulos 14 a 16. Do capítulo 17 ao 21, são abordados temas complementares, também úteis para auxiliar a preparação do texto e aumentar a probabilidade de sua aprovação pelos editores e revisores, as pessoas que opinam ou decidem se um trabalho deve ou não ser publicado. Esses temas dizem respeito a: como um texto é avaliado, a estatística que os trabalhos devem conter, a preparação de tabelas e figuras, e aspectos éticos das investigações. Na parte final da obra, há comentários sobre a validade de publicar artigo científico, na qual são mencionados recursos que auxiliam o autor em sua tarefa de redigir o texto (capítulo 22). No capítulo 23, são traçados caminhos para ter o material aprovado para a publicação. Finalmente, no último capítulo, são reunidas as dicas dispostas no decorrer do manual.

A quarta obra analisada, o manual de Volpato (2015), é dividido em partes e capítulos, contendo um total de 267 páginas. A introdução é dividida em três momentos. Inicialmente, é esclarecido por que se discutir redação científica. Em seguida, são feitas explanações sobre o por que desse manual orientar a escrita científica pautado nas revistas internacionais. O terceiro momento da introdução trata de explanações sobre como surgiu a ideia da elaboração do livro.

A primeira parte do livro de Volpato (2015) intitula-se “Bases lógicas e comunicacionais do método lógico” discute a estrutura do método lógico, esclarecendo o que é o método lógico, seu objetivo e a construção de um artigo a partir da base desse método. É esclarecido o que é ciência, base empírica, classificação lógica das revistas científicas internacionais, requisitos de um artigo internacional, variáveis, tipos lógicos de pesquisa, estratégia da pesquisa, contextos no texto científico, o texto científico como argumento lógico, o que tem mudado na redação científica, elementos fundamentais do estilo científico internacional, funções das partes do artigo e literatura complementar.

A segunda parte do manual trata da rotina do método lógico, seu planejamento. Essa parte se refere ao planejamento do processo de produção do artigo. O momento de escolher a pesquisa, de definir a “história” que se quer contar no trabalho. Trata também da seleção de

revistas visando possíveis publicações. A terceira parte do manual diz respeito à estruturação do texto científico. São dadas orientações sobre selecionar resultados necessários, definir a melhor maneira de apresentá-los, sobre fazer tabelas e figuras e a produção das unidades do artigo acadêmico. Na quarta parte, temos orientações sobre melhorar o manuscrito, revisar, solicitar ajuda de colegas, colocar nas normas da revista que o texto será submetido. A quinta parte discute o processo de divulgação do artigo, redigir “a cover letter”, indicar revisores, acompanhar o impacto do artigo. Por fim, na sexta parte deste manual temos uma recapitulação das orientações anteriores, especificamente sobre a produção das seções do artigo acadêmico. Finalizadas às descrições do nosso *corpus*, passemos à próxima seção.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, fizemos a seleção dos manuais de orientação da escrita científica. No que concerne ao processo de análise propriamente dito, elencamos cinco etapas. Primeiramente, realizamos a leitura completa de todos os manuais. No segundo momento, analisamos como cada manual conceitua o gênero artigo acadêmico, explora o(s) propósito(s) comunicativo(s) do artigo, a comunidade discursiva científica e os processos de produção e circulação, se fazem referência às diferenças entre culturas disciplinares, e como realizam a descrição retórica desse gênero. Em seguida, comparamos todos os manuais em relação a todos os critérios mencionados na fase anterior, apontando semelhanças e diferenças entre eles. Na quarta etapa, comparamos os manuais também em relação às concepções teóricas de Swales (1990; 2004) para o artigo acadêmico, mostrando até que ponto esses livros se aproximam e se distanciam das teorizações de Swales. Por fim, verificamos quais as perspectivas teóricas dos estudos de gêneros embasam e norteiam a concepção de gênero de cada manual. É importante reiterar que essas etapas estão imbricadas, uma vez que, ao debruçar-se sobre o manual a ser analisado, obviamente estaremos lançando um olhar analítico que abrange concomitantemente todas as fases, e que estamos separando a fim de manter uma organização para o tratamento dos dados. Finalizadas as considerações em torno da metodologia, passemos, então, ao capítulo de análise e interpretação dos dados.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No presente capítulo, nosso foco está em analisarmos como os manuais de orientação da escrita científica conceituam o gênero artigo acadêmico, exploram o(s) propósito(s) comunicativo(s) e os processos de produção e circulação desse gênero, se fazem referência às diferenças entre culturas disciplinares em relação à produção do conhecimento científico e como fazem a descrição retórica desse gênero. Para tanto, usamos como base os estudos de Swales (1990; 2004) sobre tais noções, além do conceito de cultura disciplinar de Hyland (2000). Assim, nas próximas seções, nos debruçamos detalhadamente sobre cada manual apresentando como eles tratam todos esses critérios.

No que concerne à descrição e análise dos manuais, descrevemos inicialmente como cada livro aborda um a um os critérios a serem analisados. Ao final da descrição de cada critério, faremos a análise propriamente dita referente ao ponto que foi descrito. Nesse momento, fazemos um paralelo entre as teorizações de Swales (1990) e as contribuições de Hyland (2000) sempre que for necessário. Também apontaremos, na etapa de análise, semelhanças e diferenças entre os livros analisados e em relação às postulações de Swales (1990) sobre a descrição do gênero artigo acadêmico. Iniciemos, portanto, com a conceituação desse gênero nos diversos manuais.

4.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ARTIGO ACADÊMICO EM MANUAIS DE ORIENTAÇÃO DA ESCRITA CIENTÍFICA

4.1.1 Descrição do conceito de Artigo Acadêmico nos manuais

No tocante à conceituação dada pelo manual “Produção textual na universidade” (2010), antes mesmo de adentrarmos aos capítulos especificamente sobre esse gênero, nos deparamos, primeiramente, com algumas breves considerações sobre o artigo acadêmico, que, a nosso ver, não se configuram como uma conceituação desse gênero propriamente dita. Inicialmente, Motta-Roth e Hendges (2010, p.23) nos dizem que o artigo é um dos três gêneros centrais no meio acadêmico (que seriam o artigo, o *abstract* e a resenha), sendo publicado em periódicos acadêmicos de diferentes áreas. Elas reiteram que os artigos contidos nesses periódicos correspondem ao gênero mais utilizado atualmente na comunidade acadêmica como meio de produção e divulgação do conhecimento na atividade de pesquisa. As autoras esclarecem que “em geral, o artigo estende-se por 10 a 20 páginas, incluindo uma ou duas páginas de referências a outros artigos e livros relevantes para a discussão do tópico

em questão” (MOTTA-ROTH E HENDGES, 2010, p.23). Destacando também, posteriormente, o seguinte: “Como o artigo acadêmico é o gênero textual mais conceituado na divulgação do saber especializado acadêmico, concentraremos nossa atenção nele” (MOTTA-ROTH, 2010, p.66). É no primeiro capítulo sobre gênero, denominado “Artigo acadêmico: introdução”, que as autoras o conceituam significativamente. Observemos, então, o primeiro conceito de artigo:

O artigo é um texto, de aproximadamente 10 mil palavras, produzido com o objetivo de publicar, em periódicos especializados, os resultados de uma pesquisa desenvolvida sobre um tema específico. Esse gênero serve como via de comunicação entre pesquisadores, profissionais, professores e alunos de graduação e pós-graduação (MOTTA-ROTH, 2010, p.65).

Atentemos também para a segunda conceituação apresentada por Motta-Roth e Hendges (2010).

A título de generalização, um artigo pode ser visto como um documento escrito por um ou mais pesquisadores para relatar os resultados de uma atividade de investigação. Cada área e cada problema de pesquisa determinam o modo como a pesquisa será desenvolvida e, como consequência, a configuração final do artigo que relatará a pesquisa (MOTTA-ROTH e HENDGES, 2010, p. 66).

As autoras esclarecem, nessas duas conceituações, que o artigo volta-se para a publicação em periódicos especializados, atendendo a uma “temática específica.” Vemos também, especificamente nesta última definição, a menção às especificidades de cada área em relação ao fazer científico, conforme postulam alguns teóricos e pesquisadores, tal como Hyland (2000), Lima (2015), dentre outros. Ainda na referida página, as autoras esclarecem que há diferentes tipos de artigos, conceituando-os da seguinte forma:

Há o artigo de revisão teórica, que relata uma pesquisa que consiste em um levantamento de toda a literatura publicada sobre um tema (o conceito de identidade na sociologia ou o mal de Alzheimer, por exemplo) em determinado período de tempo (nos últimos vinte anos, de 2000-2010 etc.). Há o artigo experimental, que relata um experimento montado para fins de testagem de determinadas hipóteses (testagem dos efeitos de impulsos elétricos no tratamento de depressão por meio de levantamento estatístico em um grupo de pacientes). Há os chamados artigos científicos empíricos, em que o autor ou autores não relatam uma pesquisa desenvolvida em um ambiente experimental controlado, mas reportam a observação direta dos fenômenos conforme percebidos pela experiência (a análise das representações sociais sobre a mulher conforme observadas nos textos que circulam na mídia e nas entrevistas com os jornalistas autores dos textos). (MOTTA-ROTH, 2010, p.66-67).

Posteriormente, na referida página, as autoras se dirigem mais uma vez aos artigos experimentais e empíricos. Elas destacam que ambos objetivam a apresentação e discussão de dados sobre determinado problema dentro de uma área de conhecimento específica e fazem interpretações na forma de resultados de pesquisa. Finalizadas as descrições do livro de Motta Roth e Hendges (2010), passemos, então, ao livro “Manual de artigos científicos”, de Gonçalves (2013).

No que se refere à conceituação do gênero artigo, observemos as palavras de Gonçalves (2013):

O artigo científico é um texto escrito para ser publicado num periódico especializado e tem o objetivo de comunicar os dados de uma pesquisa, seja ela experimental ou documental” (AZEVEDO, 2001, p. 82). De acordo com a ABNT (NBR 6022,2003, p.2), três definições são apresentadas para o artigo, são elas: **Artigo científico:** Parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. **Artigo de revisão:** Parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas. **Artigo original:** Parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais. (GONÇALVES, 2013, p. 21).

Ao conceituar o gênero artigo, Gonçalves (2013) também apresenta as contribuições de Lakatos e Marconi (2001), a saber:

Em Lakatos e Marconi (2001, p.261), o artigo, de acordo com sua abordagem, pode ser: Argumento teórico: Apresenta argumentos favoráveis ou contrários a uma opinião a fim de comprová-la ou refutá-la. Classificatório: Classifica os aspectos de um determinado assunto e explica suas partes. Analítico ou de análise: Prioriza o estudo de cada elemento constitutivo do assunto e sua relação com o todo (LAKATOS E MARCONI, 2001, *apud* GONÇALVES, 2013, p.25).

Gonçalves (2015, p. 25-26) reitera ainda que, para Lakatos e Marconi (2001), o conteúdo desse gênero abrange os mais variados assuntos, podendo:

a) Versar sobre um estudo pessoal, uma descoberta, ou dar um enfoque contrário ao já conhecido; b) oferecer soluções para questões controvertidas; c) levar ao conhecimento do público intelectual ou especializado no assunto ideias novas, para sondagem de opiniões ou atualização de informes; d) abordar aspectos secundários, e levantados em algumas pesquisas, mas que não seriam utilizados na mesma [sic] (LAKATOS E MARCONI, 2001, *apud* GONÇALVES, 2013, p.26).

Em relação à conceituação do gênero em questão, vemos que Gonçalves (2013) recorre a diferentes fontes de embasamento ao nos apresentar a sua definição de artigo. Primeiramente, ela embasa-se em Azevedo (2001), em seguida na ABNT e, por fim, em Lakatos e Marconi (2001). Adentremos agora ao livro intitulado “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar”, de Pereira (2014).

A conceituação de artigo em Pereira (2014) é apresentada, especificamente, no capítulo 2, intitulado “Canais de comunicação científica”. Mais especificamente, no tópico 2.4, denominado “O que é o artigo científico”. Vejamos o que este autor nos diz ao definir esse gênero:

O artigo científico é a unidade de informação do periódico científico. Segundo a ABNT, artigo científico é ‘parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos, e resultados nas diversas áreas do conhecimento’ (PEREIRA, 2014, p.10).

Ainda em relação à definição apresentada, Pereira (2014, p.10) reitera que o conjunto de artigos compõe o número do periódico (ou fascículo), e que esses, reunidos, formam um volume. Tanto os fascículos como os volumes são numerados. Nesse sentido, ele nos apresenta dois exemplos de periodicidade de algumas revistas científicas, a saber: a Revista da Associação Médica Brasileira e o *New England Journal of Medicine*. Faz-se necessário mostrar também o espaço que esse autor dedica para teorizar sobre os periódicos científicos, uma vez que isso é pontuado já em seu conceito de artigo. Essa discussão será retomada na seção de análise e confronto entre os livros. Pereira (2014) apresenta também os tipos de periódicos científicos na área biomédica e suas características. São eles: periódico de pesquisa, clínico, revisão e geral.

No tópico 2.5, intitulado “Tipos de artigo científico e suas características”, Pereira (2014, p.10) esclarece que existem diversas modalidades de artigo científico, maneiras de classificá-los e terminologias para designá-los. A depender do material de que disponha, o autor escolherá a modalidade mais adequada para divulgar o seu trabalho, dentre as aceitas no periódico ao qual será submetido o seu texto (Ver tabela 2.6). O autor destaca que o limite máximo de palavras, de referências e de ilustrações usualmente adotado está assinalado na mesma tabela. Embora haja limites, a preferência dos editores é por artigos curtos. Preferem publicar dois artigos curtos em lugar de um extenso. Pereira (2014), então, nos apresenta também uma tabela com variados tipos de artigos. Observemos a seguir:

Figura 20 – Tipos de artigos científicos e suas características

Tabela 2.6 Tipos de artigos científicos e suas características*

Tipos de artigo	Significado	Palavras [†] (n)	Ilustrações [‡] (n)	Referências (n)
Original	Relato, em primeira mão, dos resultados de pesquisa.	3.000	5	40
Comunicação breve	Descrição concisa de novos achados.	1.000	1	10
Relato de casos	Artigo original, com pequeno número de casos (até dez).	1.000	1	10
Revisão	Avaliação crítica de material publicado; síntese da parte mais relevante das pesquisas sobre um tema; a opinião qualificada sobre um assunto; tipos de revisão: narrativa e sistemática.	4.000	5	100
Correspondência (carta ao editor)	Comentários não solicitados, em geral breves, sobre tema de interesse dos leitores, vinculados usualmente a artigo publicado em fascículo anterior do periódico.	500	1	10
Editorial	Opinião de especialista; a visão do editor, dos membros do Conselho Editorial ou de convidado.	1.000	1	10
Resenha	Revisão crítica de uma obra (livro, <i>software</i> , vídeo); descreve-se o que contém e emite-se opinião.	1.000	1	10
Consenso	Recomendações sobre um tema, por exemplo, sobre diagnóstico, tratamento e prevenção de determinado agravo à saúde, formuladas por grupo de especialistas.	3.000	5	30
Outros tipos	Material que não se enquadra nas categorias mencionadas, caso de relato de conferências, monografias e estudos teóricos.	Variável	Variável	Variável

* Os números situados nas três últimas colunas são aproximações. Representam limites máximos aceitos em revistas biomédicas. A tendência é a redução desses números, visto a pressão por artigos curtos.
[†] O número de palavras refere-se apenas ao texto, excluídos título, resumo, tabelas, figuras e referências.
[‡] Em termos médios, uma página contém 250 palavras se em papel A4, espaço duplo, fonte *Times New Roman*, tamanho 12.
 § Ilustrações compreendem tabelas e figuras (ver 19.1, Terminologia).

Fonte: Pereira (2014, p.11).

Quando discorre sobre os tipos de artigo científico e suas características, Pereira (2014, p.10), no exemplo 2.5, relacionado aos tipos de artigo científico, apresenta a terminologia empregada para identificar as modalidades de artigo científico. Neste exemplo, o autor destaca que os tipos de artigo mencionados nas instruções para autores de 19 periódicos científicos brasileiros, na área de cirurgia, publicados em 1993, foram estes: artigo original, revisão, relato de caso, cartas ao editor, sessões anatomoclínicas, comunicação, atualização, investigação experimental, editorial, resumo comentado, técnica cirúrgica, estado da arte, artigo especial, nota prévia, progressos em cirurgia, ensino e educação cirúrgica, normas e rotinas, novos métodos. O segundo exemplo trata dos artigos aceitos na Revista da Associação Médica Brasileira, em que é esclarecido que as respectivas instruções para autores indicam que a Revista da Associação Médica Brasileira tem por objetivo publicar artigos que contribuam para o conhecimento médico e que não tenham sido publicados em outros periódicos. São aceitos para publicação textos nas categorias artigos originais, revisões, correspondências, ponto de vista, panorama internacional, à beira do leito e imagem em Medicina. O autor informa também que trabalhos de outra natureza poderão ser aceitos para publicação, dependendo da avaliação do Conselho Editorial.

No tópico 2.6, intitulado “O que é artigo científico original”, desse mesmo capítulo, Pereira (2014) apresenta também a seguinte conceituação para artigo original:

Entende-se por artigo científico original, o texto publicado como relato, em primeira mão, dos resultados de uma pesquisa. Significa o relato de dados originais. Em inglês, original article, research article, scientific article e por vezes simplesmente paper. Conforme a ABNT, é “parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais.” (PEREIRA, 2014, p. 10).

Tendo realizado a devida descrição do conceito de artigo no manual de Pereira (2014), iremos apresentar a descrição da conceituação do gênero artigo no último livro do nosso *corpus*, a obra de Volpato (2015).

No tocante ao conceito do gênero artigo em Volpato (2015), inicialmente, nas primeiras leituras do livro, chegamos a acreditar que esse manual não trazia uma conceituação de artigo. Entretanto, ao amadurecermos nossas leituras, depreendemos que sua noção de artigo não se apresenta de forma clara e objetiva, tal como nos demais livros, pois o autor recorre a várias histórias/exemplos e até a uma analogia para nos apresentar o que acreditamos ser sua conceituação de artigo. Dessa forma, passamos por várias histórias antes de chegarmos, por exemplo, na seguinte definição: “Um artigo científico conta essas histórias” (VOLPATO, 2015, p.81). Observemos abaixo as histórias e a analogia que o autor nos apresenta a fim de construir sua noção de artigo. Primeiramente, no segundo capítulo, intitulado “Encontre sua história”, no tópico 3, *defina a história com seus resultados*, Volpato (2015, p.80) nos diz que, ao coletar os dados da sua pesquisa, devemos conectá-los entre si, procurando mostrar que esses dados fazem sentido. Por exemplo, se uma certa variável ficou maior numa dada situação e em outra obteve seu valor reduzido, você deve entender por que isso faz sentido. É como analisar um sistema complexo e ver o comportamento de suas partes e ainda entender o que cada uma está fazendo no sentido de que se explique por que esse sistema está ou se comporta de determinada maneira. Em seguida, ele nos apresenta as seguintes histórias:

Imagine um jogo de futebol. Ao terminar o jogo, podemos explicar seu resultado com base nas evidências que obtivemos ao assisti-lo. Podemos dizer que determinado jogador estava mal na partida, que o juiz não viu certos lances definitivos, que o adversário não desperdiçou as poucas chances que teve etc. Olhando todas essas informações, elas fecham um discurso que nos permite explicar o fenômeno do jogo assistido. (VOLPATO, 2015, p.80).

Vejamos outros exemplos de histórias apontadas pelo autor ainda na referida página:

Imagine também uma disputa eleitoral. Depois que ela ocorreu, podemos avaliar melhor e explicar melhor o resultado final. Alguns comportamentos da imprensa, a posição defendida pelos candidatos nos debates, ocorrência de certos casos anteriores à eleição, o perfil dos eleitores e as propostas que apresentaram são alguns dos elementos que nos ajudam a explicar (essa é sua história) o resultado final da eleição. Note que essas informações não podem ser contraditórias (VOLPATO, 2015, p.80).

Nessa perspectiva, ele reitera que alguns dados podem ser mais fortes do que outros, de forma que venham a explicar por qual motivo, mesmo com certas ocorrências não esperadas, a história final se confirma (idem, p.80). Mostramos, a título de exemplo, mais algumas histórias citadas antes de chegarmos à possível definição de artigo.

Volpato (2015, p. 80-81) nos diz que quando Watson e Crick descreveram a estrutura da molécula do DNA, em 1953, eles viram borrões dessa molécula em chapa de raio X e, com argumentações lógicas e conhecimento de química, imaginaram como deveria ser essa molécula (duas fitas de aminoácidos numa configuração em forma de espiral). Posteriormente, os estudos de genética molecular confirmam essa percepção, mostrando que temos que ter visão e imaginação na ciência, que podem ir muito além de técnicas sofisticadas. Atentemos ainda para mais duas histórias/exemplos apresentadas, cuja exemplificação tem o que acreditamos ser a primeira conceituação do gênero artigo apresentada por Volpato (2015):

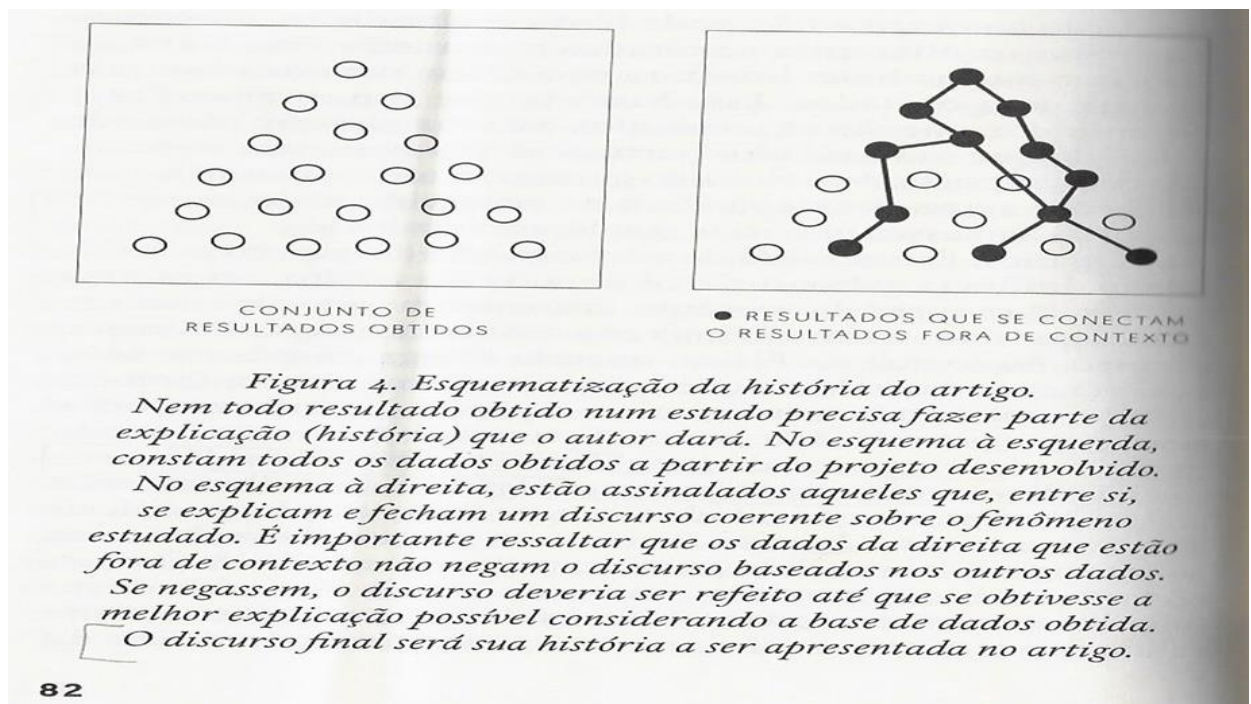
Quando Freud falou da participação de experiências da vida na infância sobre o perfil de vida do adulto, criou uma história. Para torna-la coerente, criou até mesmo algumas entidades que não se viam. Uma vez aceitas, dão coerência ao seu discurso. Note que na Física, quando Higgs propôs em 1964 a existência da partícula que levou seu nome, estava também criando uma história imaginária a partir das informações e teorias que possuía. Em 2012 tal partícula foi “vista”, sendo corroborada em março de 2013! Isso é fazer ciência. **Um artigo científico conta essas histórias.** Algumas mais óbvias, mais presas diretamente aos dados, outras mais amplas e difíceis de serem aceitas. Quando dizemos o que um hormônio faz no interior de uma célula para controlar determinada função, certamente não vimos isso acontecer. Temos uma série de resultados que se acomodam nessa explicação, a qual é também validada por outros conhecimentos já aceitos na área. Essa é a batalha do cientista: construir explicações (histórias) a partir de evidências incompletas. (VOLPATO, 2015, p.81-82).

Ainda na página 82, o respectivo autor faz uma analogia com a montagem de uma palestra. Vejamos:

Numa analogia, considere o que eu falei acima como a montagem de uma palestra. Embora na preparação da palestra você se confronte com uma série de informações, é necessário que apresente um discurso coeso. Não poderá esconder informações que contrariem seu discurso, mas também não precisa apresentar informações que não fazem sentido com o que se pretende mostrar aos leitores. De tudo o que você lê nessa preparação, apenas alguns dados irão para sua apresentação final. (VOLPATO, 2015, p.82).

Nesse sentido, Volpato (2015, p.82) apresenta também duas imagens, intituladas “Esquemática da história do artigo”, para mostrar que nem todo resultado obtido num estudo necessita fazer parte da explicação (história) que o autor dará, conforme pode ser observado na figura abaixo:

Figura 21 – Esquemática da história do artigo



Fonte: Volpato (2015, p. 82).

No tópico 4, *identifique a força das evidências*, o autor retoma os esquemas da figura anterior e a analogia apresentada com a apresentação de uma palestra e nos diz que, ao olhar nos esquemas da figura 4, podemos perceber que uns dados estão mais abaixo do que outros, indicando que esses mais baixo sustentam os que aparecem acima. Ele destaca que essa

ilustração nos revela que alguns dados são dependentes de outros. As linhas que ligam as bolinhas pretas indicam essas relações. Mas é bom perceber que uma “bolinha” pode receber ligações de uma ou mais “bolinhas”, indicando que mais de uma informação pode ser usada para sustentar ou explicar outra informação. Nesse conjunto, é importante detectarmos quais são as informações mais essenciais e aquelas mais coadjuvantes na história. Os dados mais fortes devem ser enfatizados no artigo, enquanto os mais coadjuvantes também são mantidos, mas sem ênfase (VOLPATO, 2015, p. 83). Em seguida, retoma a analogia anterior. Observemos:

Retomando a analogia entre o artigo científico e a apresentação de uma palestra, vista no Passo 3, aqui você está percebendo quais são as informações mais relevantes para o discurso que pretende apresentar. Elas serão destacadas, seja pela sua colocação num slide da apresentação, pela sua repetição sistemática ao longo da fala, ou ainda pelo aumento do volume para se referir a ela no momento em que aparecer. Sem essas flutuações com as informações, o ouvinte (leitor) não perceberá com clareza a relação exata entre as informações e a história que você está contando. (VOLPATO, 2015, p.83).

Vimos o longo “percurso” que o autor percorre para trabalhar a sua noção de artigo, desde as primeiras histórias/exemplos até chegar nessa analogia entre o artigo e a apresentação de uma palestra, a qual é mais uma vez retomada na referida página. Assim, nos capítulos descritos, essas histórias parecem cruciais para chegarmos à definição de que o artigo conta uma história, o que é enfatizado no capítulo 3, denominado “Entenda a sua história”, quando, no tópico 6, *certifique-se de sua história*, o autor reitera que se deve lembrar dos seguintes preceitos: “O texto científico conta uma história. Sem ter clareza sobre essa história, não conseguirá redigir um artigo de excelência” (VOLPATO, 2015, p.91).

Posteriormente, especificamente no capítulo 4, intitulado “Planeje”, dentro do passo 8, *escolha e conheça a revista para publicação*, encontramos outra definição que nos permite depreender também uma relação de sinonímia entre o que o autor chama de “texto científico” e artigo científico, o que se configura, ao nosso ver, como outra conceituação de artigo. Vejamos, então, outra definição:

Imagine que o texto científico seja um conjunto de informações extremamente conectadas entre si. Imagine uma grande molécula, com seus átomos conectados entre si. Se mexer num dos átomos, mexerá no restante. Assim, é o texto científico. Se alterar uma informação num local, possivelmente terá que alterar também em algum outro lugar do texto. É um discurso coerente e completamente concatenado em seu interior. Fazer esse tipo de texto com interrupções é a melhor forma de destruí-lo. (VOLPATO, 2015, p. 95).

Em seguida, logo abaixo, no segundo parágrafo da referida página, o autor continua discorrendo sobre as interrupções no processo de produção do texto científico. Nesse sentido, nos chama atenção para o gênero artigo, o que nos leva a depreender uma relação sinonímia entre essas noções.

Mas não são apenas as interrupções involuntárias que prejudicam. As interrupções necessárias pela falta de tempo também atrapalham, pois são interrupções. Assim, se tiver pouco tempo para escrever o artigo, será melhor não usar esse tempo e transferir a redação para um dia em que possa iniciar e concluir, ao menos suas partes cruciais. (VOLPATO, 2015, p.95).

Portanto, descrevemos até aqui como o manual intitulado “Guia prático para redação científica” conceitua, compreende o artigo acadêmico. E, conforme mostrado, essa tarefa não foi fácil, pois inicialmente não tínhamos atentado para essa interligação entre todas as histórias, a analogia que o autor nos apresenta e as suas possíveis conceituações de artigo científico.

4.1.2 Análise comparativa do conceito de artigo acadêmico nos manuais

Ao descrevermos como os manuais de orientação da escrita científica conceituam o gênero artigo acadêmico, especialmente em Motta Roth e Hendges (2010), percebemos que, inicialmente, as autoras apresentam breves considerações a respeito da importância e do respaldo que o gênero artigo tem na circulação do conhecimento científico. Nesse sentido, as autoras pontuam que o artigo é um dos três gêneros centrais na academia, a saber: artigo, abstract e resenha. (idem, p.23); que o artigo é o gênero mais usado hoje na divulgação do saber científico (idem, p.23); e ainda que o artigo é o gênero textual mais conceituado, ou seja, de maior respaldo na divulgação do conhecimento especializado acadêmico (idem, p.66). Essas considerações parecem validar as teorizações de Hyland (1997), uma vez que este autor pontua justamente a relevância desse gênero para a questão da manutenção e valorização de dada cultura disciplinar, podendo ser visto também como espaço de negociação no interior da comunidade acadêmica. Lima (2015), embasada por Hyland (2000), nos diz que “[...] o artigo acadêmico pode ser visto, principalmente, como espaço de negociação dentro da comunidade acadêmica” (LIMA, 2015, p. 43).

Em relação às conceituações do gênero artigo em Motta-Roth e Hendges (2010), achamos bastante pertinente o fato das autoras especificarem que esse gênero direciona-se

para a publicação em periódicos especializados, como também os resultados advêm de um estudo em torno de uma temática específica, especialmente quando as autoras destacam que o “artigo é um texto, de aproximadamente 10 mil palavras, produzido com o objetivo de publicar, em periódicos especializados, os resultados de uma pesquisa [...] sobre um tema específico [...]” (MOTTA-ROTH E HENDGES, 2010, p.65). Afinal, como destaca Hyland (2000), além de estabelecer ineditismo de posicionamento, reconhecer trabalhos anteriores, dentre outros aspectos elencados por ele, artigos também podem situar produções dentro de contextos disciplinares, oferecendo garantias acerca de certos pontos de vista com base em argumentos e procedimentos específicos da comunidade acadêmica. Essa conceituação dialoga também com as teorizações de Swales (1990) sobre esse gênero, especificamente quando Motta Roth e Hendges (2010) nos esclarecem que o artigo é um texto que contém aproximadamente 10 mil palavras, e que esse gênero serve como via de comunicação entre pesquisadores, profissionais, professores etc. Em outras palavras, esse gênero serve como via de comunicação entre um grupo de pesquisadores. Swales (1990, p.93) destaca que o artigo acadêmico é um texto escrito que contém também textos não verbais (tabelas, gráficos, figuras, esquemas e diagramas), geralmente limitado a mais ou menos 10 mil palavras, cujo objetivo é reportar os resultados de um estudo realizado por um pesquisador ou um grupo de pesquisadores. Retomamos ainda o outro conceito apresentado por Motta-Roth e Hendges (2010):

“A título de generalização, um artigo pode ser visto como um documento escrito por um ou mais pesquisadores para relatar os resultados de uma atividade de investigação. Cada área e cada problema de pesquisa determinam o modo como a pesquisa será desenvolvida e, como consequência, a configuração final do artigo que relatará a pesquisa” (MOTTA-ROTH e HENDGES, 2010, p. 66).

A partir dessa conceituação de Motta-Roth e Hendges (2010), depreendemos a preocupação das autoras em mostrar que o artigo acadêmico é escrito adequando-se a um contexto social, vindo a concordar com a epistemologia e os objetivos do campo de estudo do qual faz parte. Percebemos também que as autoras, já na conceituação do artigo acadêmico, fazem referência às diferenças entre culturas disciplinares no que se refere à produção de conhecimento. Assim, elas sugerem que o artigo sofrerá variações em sua configuração retórica no interior das diversas áreas. Fazendo um paralelo com as teorizações de Swales (1990), temos que, a partir da proposta desse autor, os gêneros verdadeiramente emergem e se desenvolvem dentro de comunidades discursivas (CD), concebidas como redes sociorretóricas

articuladas em torno de objetivos comuns compartilhados pelos membros que fazem uso dos mesmos gêneros. Nesse sentido, podemos afirmar que os gêneros podem ser vistos como sua face mais concreta, pública e acessível, oriundos de uma prática social que é coletiva Hyland (2000).

Ainda segundo Hyland (2000), à medida que o artigo científico é produzido por uma dada cultura disciplinar, também ajuda a perpetuar as convenções inerentes à comunidade que o utiliza. Lima (2015, p.43), embasada por Hyland (2000), nos diz que “o artigo acadêmico é escrito para ser inteligível e influente dentro de um contexto social e histórico e deve ser concordante com a epistemologia e os objetivos da disciplina à qual pertença”. Vemos, portanto, já no conceito de artigo de Motta Roth e Hendges (2010), que a discussão apresentada pelas autoras a respeito da produção desse gênero nas diferentes áreas condiz com o que Swales (1990) e Hyland (2000; 2009) defendem.

Ainda em relação a essa última definição de artigo, de Motta-Roth e Hendges (2010), reiteramos que essa conceituação das autoras corrobora as teorizações de Swales (1990) especialmente quando elas pontuam que “a título de generalização, um artigo pode ser visto como um documento escrito por um ou mais pesquisadores para relatar os resultados de uma atividade de investigação” (MOTTA-ROTH E HENDGES, 2010, p.66). Para Swales (1990), esse gênero trata de alguma investigação realizada pelos (as) autores (as) almejando à apresentação de descobertas e/ou à discussão de questões de cunho teórico e/ou metodológico.

Nessa perspectiva, no que se refere à conceituação do gênero artigo, percebemos que um dos quatro manuais analisados não se aproxima das teorizações de Swales (1990) sobre esse gênero, sendo este o livro de Volpato (2015). Dos outros três manuais restantes, temos dois que, em alguns momentos e de modo breve, pontuam questões semelhantes às discussões desse autor, os quais são os livros de Gonçalves (2013) e Pereira (2014). O manual de Motta-Roth e Hendges (2010) é o que mais se aproxima dos postulados de Swales, mostrando, já em sua noção de gênero, que a produção do artigo deve considerar o contexto social em que o gênero se insere.

De acordo com as palavras de Swales, podemos dizer que o contexto social é a comunidade discursiva em que o gênero está inserido, ou ainda a cultura, a área disciplinar, como bem defende Hyland (2000). Nesse sentido, faz-se necessário pontuar que o fato do manual de Motta Roth e Hendges (2010) ser o livro que mais se aproxima das discussões de Swales (1990), talvez se justifique pelo fato dessas autoras serem as únicas que estão calcadas num suporte teórico dos estudos de gêneros acadêmicos propriamente dito. Mesmo assim, não podemos deixar de esclarecer essa questão, principalmente porque uma das nossas questões

de pesquisa busca identificar qual o aporte teórico que esses manuais trazem. Apesar do livro de Motta Roth e Hendges (2010) estar calcado em um suporte teórico da área dos estudos de gêneros, e especificamente de gêneros acadêmicos, também apontamos alguns pontos críticos na obra, conforme veremos adiante. Enfim, percebemos algumas semelhanças e diferenças em relação com as teorizações de Swales (1990) e entre os próprios manuais.

Gonçalves (2013) e Pereira (2014) tocam na questão de que o artigo apresenta e discute ideias, métodos, etc, nas diversas áreas do conhecimento. Logo acima, dissemos que, para Swales (1990), o artigo almeja apresentação e/ou discussão teórica e/ou metodológicas. Percebemos aqui uma semelhança com esse teórico, bem como entre os próprios manuais, principalmente pelo fato de, ao esclarecerem o que é especificamente o artigo científico, apresentarem exatamente a mesma definição, cujos conceitos estão embasados na ABNT. Isso nos permite depreender novas informações sobre nosso *corpus*. Primeiramente, tal como imaginávamos que poderia vir a acontecer, muitos desses manuais, ao conceituarem o artigo, estão embasados principalmente na ABNT. Por outro lado, percebemos que, apesar de ancorados na ABNT, tanto Gonçalves (2013) como Pereira (2014), em partes de suas definições, mesmo de forma breve, assemelham-se ao que Swales nos diz sobre o artigo. Vemos que, por exemplo, ao definirem o artigo, Gonçalves (2013) e Pereira (2014) apresentam semelhanças entre si. No entanto, o que Gonçalves pontua em seu conceito de gênero não é tão explorado no decorrer de seu livro. Ambos dizem que o artigo se direciona para a publicação em periódicos, mas somente Pereira (2014) explora significativamente essa questão.

Essa diferença entre Pereira (2014) e Gonçalves (2014) também é evidente em relação ao manual de Motta-Roth e Hendges (2010). Ao lançarmos um olhar comparativo minucioso dos conceitos de artigo em relação aos três livros, Motta-Roth (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014), percebemos claramente uma diferença. Vemos que, mesmo recorrendo a ABNT em suas conceituações, esses últimos, tal como Motta Roth e Hendges (2010) revelaram pontos semelhantes com Swales (1990). No entanto, de acordo com o que analisamos e com o que o *corpus* nos revelou, parece-nos que, nas conceituações de artigo embasadas pela ABNT, temos uma generalização da definição de artigo acadêmico, diferentemente do que encontramos no manual de Motta-Roth e Hendges (2010), por exemplo, que está ancorada em uma teoria de gênero, a qual é direcionada especificamente para o estudo de gêneros acadêmicos.

Em nenhum dos conceitos de artigo ancorados na ABNT percebemos a menção às especificidades de cada área ao produzir o artigo, tal como destacam Motta-Roth e Hendges

(2010). Conforme descrevemos, para Gonçalves (2013) e Pereira (2014), o artigo científico parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, como também processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. Essa definição vem corroborar justamente o conceito da ABNT (NBR 6022, p. 2) sobre o artigo científico, aquele gênero que “apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados” nos mais variados campos do saber. Assim, ao mesmo tempo em que temos uma semelhança com Swales, temos também essa generalização para as diversas áreas. Por sua vez, Motta Roth e Hendges (2010) afunilam seu conceito ao dizer que cada área e cada problema de pesquisa determina um modo particular de produzir o artigo, e como consequência, a configuração final do artigo que relatará o estudo. Em relação a isso, Pereira (2014) avança mais do que Gonçalves (2013). Isso não é pontuado em sua definição de artigo, mas Pereira (2014, p.11) destaca algo semelhante em outro momento, quando discorre sobre a questão de adequar o artigo ao público alvo, a audiência, destacando, por exemplo, que não se pode escrever um único texto para todos os tipos de leitor. Mas isso será explorado na seção de análise dos processos de produção e circulação do artigo acadêmico.

Já a definição de artigo encontrada no manual de Volpato (2015) é o que mais significativamente se distancia de Swales (1990), principalmente pela forma como o autor vai discorrendo sobre esse gênero. Conforme mostramos na seção de descrição, o autor recorre a várias histórias/exemplos para explicar o que é um artigo acadêmico. Na verdade, acreditamos que todas essas histórias são parte do seu conceito de artigo, uma vez que constroem a sua definição. Assim, o que compreendemos ser a sua conceituação de artigo, não apresenta semelhanças com o que propõe Swales (1990; 2004), principal estudioso dos estudos de gêneros acadêmicos.

Fazendo um comparativo com os demais livros, percebemos uma semelhança com Gonçalves (2013) e Pereira (2014) quando, em seus conceitos de artigo, ao terem como base a ABNT, parecem generalizar o conceito de artigo acadêmico para todas as áreas. Nesse ponto fazemos uma ressalva, embora não apareça em sua noção de artigo, Pereira (2014) chega a mostrar posteriormente, quando discorre sobre o artigo original, que especificamente no âmbito das ciências da saúde, assim como em outras áreas, o artigo original é a forma de publicação recomendada para divulgar os resultados de uma investigação, assim como também suas discussões estão o tempo todo situadas e dialogando com essa área. Ao discutir, por exemplo, sobre os tipos de periódicos, o autor aponta os tipos de periódicos científicos na área biomédica (idem, p.10). Caracteriza, por exemplo, os tipos de leitores de periódico científico nas ciências da saúde. (idem, p. 12). Ao teorizar sobre as contribuições da internet,

chega a apontar os pontos relevantes, especificamente para a medicina (idem, p.04). Apesar do teor generalista do conceito de artigo, Pereira dirige-se o tempo todo para a comunidade disciplinar da medicina, para a qual o seu livro se direciona. Já em Volpato o viés generalista está em todo o seu livro, inclusive em suas noções de artigo, principalmente porque ele vai nos falar o tempo todo sobre “a lógica interna de um texto científico” (VOLPATO, p.25), como sendo algo que perpassa todo texto científico, entenda-se o artigo acadêmico.

Em Volpato (2015) nos deparamos com a ideia de que há um sistema científico que rege todas as áreas, independentemente das especialidades das diferentes áreas, ou ainda, das diferentes culturas disciplinares, para fazer menção a Hyland (2000). Esse parece ser o objetivo do autor, mostrar que existe uma lógica científica que subjaz o processo de escrita acadêmica, ou redação acadêmica, conforme ele nomeia. Observemos suas próprias palavras:

Afinal, quem sabe ciência não se expressa equivocadamente em ciência. E falo em ciência e não em especialidade científica. Falo do conhecimento sobre o sistema científico que permeia todas as especialidades de todas as áreas. (VOLPATO, 2015, p. 26).

Essas teorizações do autor estão embasadas não em teorias de gênero, mas no que ele chama de método Lógico. “O Método Lógico propõe o uso das bases teóricas e filosóficas da ciência para resolver dúvidas que surgem enquanto se constrói um texto científico” (VOLPATO, 2015, p.25). Logo em seguida, ele esclarece que o seu objetivo é mostrar aos cientistas como usar um conjunto bem limitado de conhecimentos básicos necessários e suficientes para resolver quaisquer dúvidas durante o processo de redação e publicação de um artigo científico. Reiterando que, por esse método, “corrigimos a escrita por meio do ensino das principais bases conceituais de ciência (lógica e comunicação)” (VOLPATO, 2015, p. 25-26). Verifiquemos, mais uma vez, como essa discussão em torno da ideia de uma lógica do texto científico é reiterada o tempo todo em seu livro. Vejamos suas palavras:

A construção de um texto científico de alto nível requer pensamento estratégico para composição das informações. Nada é ao acaso. É uma construção artística[...]. A construção de um bom texto exige lógica profunda e profundo pensamento artístico. A ciência é lógica, mas sua comunicação exige arte. O Método Lógico foi concebido para lhe dar as duas coisas: lógica e arte. Ele não lhe dá regrinhas, mas direções que servem de guia para suas audácias (VOLPATO, 2015, p. 26).

Até aqui temos mostrado como essa generalização do processo da escrita científica é construída no presente livro. No entanto, numa reflexão mais apurada, percebemos que é possível vislumbrarmos, no âmbito dessa generalização, um ponto que parece ir de encontro com a generalização apresentada, especialmente quando o autor, ao definir texto científico/artigo, destaca que imaginemos que o texto científico seja um conjunto de informações conectadas; que imaginemos uma grande molécula, com seus átomos conectados entre si, vindo a mexer num dos átomos, mexerá no restante. Portanto, numa tentativa generalizada de pensar, conceituar o texto científico, ou melhor o artigo, fica claro uma relação sinonímica dessas noções, o autor elabora seu raciocínio, seu discurso, adequando-se à terminologia, a modos de inquerir o conhecimento típicos das ciências naturais. Enfim, essa discussão mais relacionada às diferenças entre áreas disciplinares será explorada na seção de análise da menção às diferenças entre culturas disciplinares. Isso nos revela o que, há tempos, teóricos dos estudos de gêneros acadêmicos, escrita e discurso científico já dizem (SWALES, 1990; HYLAND, 2000). Como bem destaca Hyland, cada área possui um modo particular de inquerir o conhecimento. E pesquisadores contemporâneos comprovam que áreas diferentes tendem a produzir o artigo de forma diferente (COSTA, 2015; LIMA, 2015; PACHECO, 2016; BERNARDINO E COSTA, 2016). Enfim, a questão da generalização foi o ponto em comum entre Volpato, Pereira e Gonçalves, embora essa questão em Volpato se apresente no decorrer do livro e não apenas em sua conceituação de artigo. Também tem o fato de que esses autores possuem em comum a questão de não estarem ancorados a um suporte teórico dos estudos de gêneros, ou ainda de gêneros acadêmicos, o que seria ainda mais significativa.

Vemos também muitos pontos semelhantes e positivos entre Volpato (2015) e Pereira (2014). Diferentemente de todos os livros, ao definir artigo, Volpato não pontua que este gênero se direciona para a publicação em periódicos. Mas isso não significa dizer que o autor não trate disso, ao contrário, ele explora muito essa questão. Volpato e Pereira são os dois autores que mais exploram esse ponto. Isso será mostrado mais à frente ao discorrermos sobre o fato de Motta-Roth (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) terem em comum a questão de pontuarem, já em seus conceitos de artigo, que esse gênero se dirige para a publicação em periódicos especializados. Mas, antes disso, discorreremos sobre os tipos de artigos.

No tocante à discussão sobre os tipos de artigos, Swales (2004, p.207), ao retomar a caracterização do gênero artigo acadêmico, leva em consideração as diferenças entre artigos experimentais propriamente ditos, artigos teóricos e artigos de revisão. Em relação aos desdobramentos de artigo acadêmico apresentado por Swales, percebemos que os manuais de Motta-Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) têm em comum o fato de

apresentarem, entre os tipos de artigo, o de revisão, o qual se enquadra nas descrições desse teórico. Retomando a nossa fundamentação teórica, temos que, para Swales (2004, p.210), o artigo de revisão tem como objetivo fazer uma discussão da literatura existente, concluindo com uma avaliação global. Corroborando essa definição, Motta Roth e Hendges (2010) destacam que o artigo de revisão teórica relata uma pesquisa que consiste em um levantamento de toda a literatura publicada sobre um tema. No entanto, as teorizações das autoras se referem apenas a dois dos tipos de artigos mencionados por Swales, a saber: revisão teórica e experimental.

Para Swales (2004), o artigo experimental tem o objetivo de analisar dados de qualquer natureza, apresentando as unidades retóricas de Resultados e de Discussão. Bernardino (2007), corroborando as discussões de Swales, destaca que o artigo experimental se caracteriza pela análise e discussão dos dados, presença da seção de Resultados e Discussão, assim como pela questão da presença de informações metodológicas, em uma seção distinta ou não. No segundo momento, em que Motta Roth e Hendges (2010, p.67) discorrem sobre o artigo experimental e artigos empíricos, pontuam algo semelhante quando destacam que ambos têm o objetivo de apresentar e discutir dados sobre determinado problema dentro de uma área de conhecimento específica vindo a fazer interpretações na forma de resultados de pesquisa. Mas, diferentemente de Swales (1990), as autoras destacam também os artigos científicos empíricos.

Gonçalves (2014), embasada pela ABNT, parece dialogar, de modo breve, com as discussões de Swales quando também destaca que, no artigo de revisão, temos uma discussão da literatura existente, o que ela parece chamar de “informações já publicadas” (Idem, p.21). Em sua definição, ela pontua que o artigo de revisão resume, analisa e discute essas informações. Posteriormente, ela destaca ainda que o artigo de revisão pode estabelecer um debate entre os autores pesquisados e desses com o autor do artigo, visando à identificação de ideias, posturas acadêmicas e estado da arte (Idem, p.25). Gonçalves (2013), então, discorre apenas sobre um dos desdobramentos do artigo de revisão, tal como Motta-Roth e Hendges (2010). Assim, ao mesmo tempo, que se aproximam das conceituações de Swales, ambas se afastam por não explorarem os demais desdobramentos desse tipo de artigo. O mesmo acontece no manual de Pereira (2014). Para Swales (2004), os artigos de revisão se desdobram ainda em artigos que descrevem a situação atual de um campo do conhecimento e artigos que propõem uma teoria ou modelo para resolver alguma questão do campo de conhecimento a ser estudado. Pereira (2014) parece se aproximar das teorizações de Swales quando brevemente destaca que o artigo de revisão faz uma “[...] síntese da parte mais

relevante das pesquisas sobre um tema [...]” (PEREIRA, 2014,p.11). Por outro lado, afasta-se ao apresentar os seguintes tipos de revisão: narrativa ou sistemática.

Gonçalves (2013) apresenta ainda outros tipos de artigo com base em Lakatos e Marconi (2001). Nesse sentido, destaca que o artigo pode ser argumento teórico, classificatório, analítico ou de análise. Desses, somente o argumento teórico parece se aproximar dos estudos de Swales (1990/2004), pois esse teórico esclarece que o artigo acadêmico se desdobra também em artigo teórico. Bernardino (2007), embasada nos estudos de Swales, destaca que o artigo teórico faz uma discussão prioritariamente teórica, sem precisar recorrer à análise de dados. A definição apresentada por Gonçalves também não faz menção a análise de dados, apenas pontua que apresenta argumentos favoráveis ou contrários a uma opinião com o intuito de comprová-la ou refutá-la. Pereira (2014) pontua ainda, em outro momento, alguns tipos de estudos aceitos em periódicos científicos da área de biologia e saúde. Nesse sentido, apresenta uma tabela com três tipos de estudo e suas características, a saber: estudo empírico, de revisão e estudo teórico. Esses três se aproximam das discussões de Swales (1990), pois, conforme descrito no manual de Pereira (2014, p.11), o estudo empírico caracteriza-se por fazer uma descrição de pesquisas originais, tal como faz o artigo experimental definido por Swales (1990). O de revisão da literatura faz uma avaliação crítica do material, e o estudo teórico é um relato em que o autor utiliza a literatura para desenvolver teoria ou reformulações que chegam a levar à produção de conceitos novos e à apresentação de hipóteses e modelos de representação da realidade. No entanto, reiteramos que o estudo empírico e o teórico não compõem a tabela direcionada especificamente para os tipos de artigos científicos. Isso é pontuado somente para mostrar os principais tipos de estudos/artigos aceitos em periódicos científicos da área anteriormente destacada.

Conforme verificamos, Gonçalves (2013) e Pereira (2014) citam o artigo original exatamente da mesma maneira. Ambos destacam, com base na ABNT, que esse tipo de artigo parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais. Na sua tabela dos tipos de artigo, Pereira (2014, p.11) diz apenas o seguinte: “Relato, em primeira mão, dos resultados de pesquisa”. Significando também um relato de dados originais, conforme mostrado na seção de descrição do conceito de artigo (Idem, p.10). Swales, por sua vez, não apresenta uma definição específica para artigo original. Nesse sentido, fazemos uma ressalva, pois percebemos uma aproximação entre as conceituações de Gonçalves (2013) e Pereira (2014) para artigo original com as definições de Swales para artigo experimental, já que, tanto as definições desses autores para artigo original como as considerações de Swales para artigo experimental, revelam que ambos tratam de uma investigação original. Dessa forma, o que

esses autores chamam de artigo original parece corresponder ao artigo experimental de Swales.

Faz-se necessário esclarecermos também que a definição de estudo empírico apresentada no manual de Pereira (2014) se diferencia, em parte, da conceituação de Motta Roth e Hendges (2010, p.67) para o artigo empírico. Elas nos dizem que há os chamados artigos científicos empíricos, em que o autor ou autores não relatam uma pesquisa desenvolvida em um ambiente experimental controlado, mas reportam a observação direta dos fenômenos conforme captados pela experiência. Enquanto Pereira (2014) pontua que o estudo empírico faz a descrição de pesquisas originais, como dissemos acima, as quais são classificadas em: pesquisa experimental e pesquisa observacional. Na primeira “o fenômeno é investigado sob condições controladas, ditadas pelo investigador; em ciências da saúde, é conhecido como estudo *randomizado*” (PEREIRA, 2014, p.11). Na pesquisa observacional, temos o “estudo de situações que ocorrem naturalmente sem intervenção do investigador; representadas pelos estudos epidemiológicos, clínicos e descrições de fenômenos naturais [...]” (PEREIRA, 2014, p. 11). Parece-nos que a definição de Motta Roth e Hendges (2010) de artigo empírico se aproxima do que Pereira (2014) classifica como pesquisa observacional.

Enfim, vimos anteriormente que Pereira (2014) apresenta oito tipos de artigos científicos. Para Swales (1990/2004), o artigo acadêmico divide-se em três tipos. No livro de Pereira (2014), encontramos um número bem maior e um tanto amplo, pois o gênero resenha chega a ser considerado um artigo científico. O que, a nosso ver, possui uma configuração retórica diferente do artigo, sendo mais um gênero da esfera científica. Para encerrarmos as discussões desta seção, esclarecemos ainda uma diferença entre a definição de artigo de Gonçalves (2013) e Swales (1990). Vimos que, para o último, o artigo acadêmico divide-se em mais três tipos de artigos, cuja definição abarca todos os artigos mencionados por ele. No livro de Gonçalves (2013), o artigo científico é apenas mais um tipo de artigo, portanto, não se desdobra nos demais apontados pela autora, entre os quais está o artigo de revisão destacado também por Swales. Isso ocorre na conceituação de artigo embasada pela ABNT.

Ainda fazendo um paralelo com os demais manuais, elencamos mais algumas semelhanças e diferenças em relação à conceituação de artigo, agora, entre os próprios livros. Nesse sentido, destacamos a questão de três livros terem em comum o fato de, ao conceituarem o artigo, pontuarem que esse gênero se direciona para publicação em periódicos, entre outros pontos que destacaremos. Mas deixaremos essa discussão para a seção em que descreveremos e analisaremos como os manuais exploram a questão da menção aos processos de produção e circulação desse gênero, uma vez que, a menção dos autores da

publicação do artigo em periódicos implica, necessariamente, pensarmos sobre o contexto de circulação do artigo.

Por fim, fazendo um apanhado geral e recapitulando rapidamente o que descrevemos e analisamos, temos que, dos quatro livros, somente um pontua que esse gênero sofrerá variação nas diferentes áreas ao conceituar o artigo acadêmico, o livro de Motta Roth e Hendges (2010), o qual se aproxima mais das teorizações de Swales (1990). Gonçalves (2013) e Pereira (2014) ancoram-se na ABNT ao apresentarem sua conceituação de artigo e, de forma breve, em alguns momentos, parecem se aproximar dos postulados swalisianos. Em outros, se afastam significativamente. Nesse sentido, percebemos também certa generalização no conceito de artigo embasado pela ABNT. Já a conceituação de artigo do livro de Volpato (2015) é a que não apresenta aproximações com as discussões desse teórico.

No tocante aos tipos de artigo destacados nos manuais analisados, mostramos também que três livros têm em comum o fato de apresentarem o artigo de revisão, o qual é pontuado também por Swales, a saber: os livros de Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014). No entanto, esses livros não apresentam outros desdobramentos para o artigo de revisão, diferentemente do que faz Swales. Motta Roth e Hendges (2010) destacam ainda o artigo experimental, o qual também é apontado por Swales (1990). Gonçalves (2013) e Pereira (2014) não apresentam o artigo experimental. No entanto, ambos destacam o artigo original, cuja definição se assemelha ao que Swales destaca sobre artigo experimental. Mostramos ainda que Pereira (2014) destaca, em outro momento, os tipos de estudos/artigos aceitos em periódicos da área de biologia e saúde, a saber: estudo empírico, de revisão e teórico, mas que somente o artigo de revisão compõe a tabela dos tipos de artigos citados pelo autor. Volpato (2015), por sua vez, não discorre sobre os tipos de artigos. Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015) têm em comum a questão da generalização do conceito de artigo, mas em Volpato (2015) o teor generalista perpassa todo o seu livro e, ao mesmo tempo, parece constituir o foco das discussões desencadeadas em torno do artigo e do processo de escrita científica, ou “redação científica” conforme as próprias palavras do autor. Enfim, esses foram os principais pontos elencados. Passemos, então, ao próximo critério a ser analisado.

4.1.3 Descrição do(s) propósito(s) comunicativo(s) do Artigo Acadêmico nos manuais

Na presente seção, faz-se necessário reiterarmos que para a análise do critério “propósito comunicativo” nos filiamos à proposta de Swales (1990), especialmente porque para esse autor é justamente o propósito comunicativo²¹ presente nos gêneros textuais que direcionam as atividades de linguagem da comunidades discursiva. Dessa forma, tal como pontua Pacheco (2016), estamos considerando que o reconhecimento do propósito comunicativo nos gêneros está relacionado à identificação de sua funcionalidade mais geral, por isso, tal reconhecimento está diretamente relacionado à ocorrência de um dado gênero no meio social. No âmbito dessa discussão, é importante destacar também que existem gêneros que atendem a conjuntos de propósitos (SWALES, 1990; 2009).

Nessa perspectiva, acreditamos que os propósitos devem ser tomados em termos sociais, conforme nos diz ainda o próprio Swales (2009) ao recorrer às contribuições de Martin. Segundo Swales (2009), Martin chega a desconsiderar que um texto seja analisado em conformidade com as intenções do falante, uma vez que os gêneros são processos sociais e, assim sendo, seus propósitos também são interpretados em termos sociais. (MARTIN, 1992, *apud* ASKEHAVE; SWALES, 2009). Assim, aqui estamos nos filiando a essa ideia de que os propósitos devem ser também analisados vinculados a sua dimensão social. No entanto, se surgirem propósitos que não estejam relacionados à funcionalidade mais geral do gênero textual artigo acadêmico, estes também serão devidamente apresentados. Afinal, como nos esclarece Swales (1990), um gênero também pode atender a variados propósitos. Elucidados esses pontos, observemos como os manuais analisados exploram a questão do (s) propósito (s) comunicativo (s) do artigo acadêmico.

No tocante à descrição do propósito comunicativo nos manuais investigados, iniciemos com o manual “Produção textual na universidade” de Motta Roth e Hendges (2010). Identificamos em algumas partes desse material a menção a esse critério, inclusive nas próprias definições do gênero artigo apresentadas anteriormente, por exemplo, quando as autoras destacam que “um artigo pode ser visto como um documento escrito por um ou mais pesquisadores para relatar os resultados de uma atividade de investigação. [...]” (MOTTA-ROTH e HENDGES, 2010, p. 66). Nessa explicitação o propósito comunicativo, ou ainda a função mais geral de um artigo é justamente relatar os resultados obtidos de uma investigação

²¹ “It is communicative purpose that drives the language activities of the discourse community [...]” (SWALES, 1990, p.10). Tradução nossa.

minuciosa. No primeiro capítulo do livro, nos deparamos mais uma vez com uma discussão que está claramente relacionada ao propósito comunicativo:

Comumente se publicam artigos com o objetivo de divulgar, discutir ou apresentar dados referentes a um projeto de pesquisa experimental sobre um problema específico (artigo experimental) ou apresentar uma revisão dos livros e artigos publicados anteriormente sobre o tópico (artigo de revisão) dentro de uma área de conhecimento específica. [...]. (MOTTA-ROTH, 2010, p.23).

No trecho acima temos a menção ao propósito/a função de dois tipos de artigo. Deparamo-nos novamente com a alusão ao propósito comunicativo quando as autoras conceituam os chamados artigos científicos empíricos. Nesse sentido, destacam que há os chamados artigos científicos empíricos, em que o autor ou autores não relatam uma pesquisa desenvolvida em um ambiente experimental controlado, mas reportam a observação direta dos fenômenos tal como percebidos pela experiência. Em seguida, ao se direcionarem tanto para os artigos experimentais como os empíricos destacam que ambos tratam de “[...] apresentar e discutir dados sobre determinado problema dentro de uma área de conhecimento específica e fazer interpretações na forma de resultados de pesquisa.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 67).

No sexto capítulo, “Artigo acadêmico: metodologia”, especificamente no tópico 6.1, “A seção de metodologia no artigo acadêmico” as autoras destacam o seguinte em relação à atividade de pesquisa: “Uma pesquisa é um conjunto de ações determinadas para o propósito de se investigar, analisar e [criticamente] avaliar determinada questão ou problema em dada área do conhecimento.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 111). Em seguida, elas pontuam que se pode definir pesquisa como um processo planejado de investigação que consiste de três momentos, a saber: O levantamento de perguntas, hipóteses ou problemas, a coleta de dados e a análise e interpretação desses dados.

No capítulo 7, intitulado “Artigo acadêmico: análise e discussão dos resultados” Motta Roth e Hendges (2010) discorrendo a respeito da estrutura retórica, sobre como se organiza a seção de resultados e discussão e os movimentos retóricos recorrentes dessa seção, ressaltam que: “esses movimentos são relevantes, pois a função do gênero artigo acadêmico é relatar RESULTADOS de uma pesquisa, avaliando-os em relação à literatura na área e fornecendo uma conclusão quanto a seu significado.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 128).

Para finalizarmos, achamos pertinente destacar que não encontramos, nesse manual, nenhum tópico direcionado, especificamente, para a discussão a respeito do propósito comunicativo do artigo acadêmico. No entanto, conforme descrito, nos deparamos com

trechos ao longo do livro que claramente pontuam esse critério. Portanto, encerramos aqui a descrição do propósito comunicativo no manual de Motta Roth e Hendges (2010). Passemos, então, ao “Manual de artigos científicos” de Gonçalves (2013). Nesse manual, percebemos claramente a menção ao propósito comunicativo quando Gonçalves (2013) teoriza sobre os tipos de artigos. Observemos:

Na elaboração de artigos científicos, aparecem dois tipos fundamentais. Em primeiro lugar, o artigo original utilizado para o relato de experiência de pesquisa, estudo de caso etc. e, em segundo, o de revisão, que significa um estudo aprofundado sobre determinado tema com o propósito de estabelecer um debate entre os autores pesquisados e deles com o autor do artigo, para a identificação de ideias, posições e posturas acadêmicas [...] (GONÇALVES, 2013, p. 25).

No trecho destacado, a autora discorre apenas sobre os artigos original e de revisão. Os propósitos comunicativos dos demais artigos citados no seu manual (argumento teórico, classificatório, analítico ou de análise) não são apresentados neste momento. Dessa forma, tal como percebido no manual de Motta Roth e Hendges (2010), acreditamos que o propósito também se revela na própria conceituação desses três tipos de artigos. Assim sendo, podemos dizer que o propósito do artigo denominado “Argumento Teórico” é justamente apresentar argumentos favoráveis ou contrários a uma opinião com o intuito de comprová-la ou refutá-la. Já o artigo “Classificatório” classifica os aspectos de um determinado assunto e explica suas partes. O artigo “Analítico” ou de análise tem como propósito justamente priorizar o estudo de cada elemento constitutivo do assunto, bem como sua relação com o todo. Então, finalizada a descrição do propósito no livro de Gonçalves (2013), adentremos ao manual “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar” de Pereira (2014).

No tocante ao manual de Pereira (2014), percebemos que a menção ao propósito comunicativo também se revela em seus próprios conceitos de artigo. Nesse sentido, podemos dizer que o propósito, a função mais geral do artigo científico é justamente apresentar e discutir ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento (Idem, p. 10). Também depreendemos que o artigo original tem como propósito apresentar temas e abordagens originais (Idem, p. 10). Já o artigo de revisão apresenta uma síntese da parte mais relevante das pesquisas sobre um tema, um assunto (Idem, p.11).

No segundo capítulo do manual de Pereira (2014), especificamente no tópico 2.11, “Que normas adotar?”, nos deparamos com uma discussão em torno do propósito. Verifiquemos o que o autor ressalta:

Os editores de periódicos científicos brasileiros de ciências da saúde, para inserirem suas publicações no plano internacional, adotam as normas de Vancouver, as quais foram elaboradas para auxiliar autores e editores na tarefa de criar textos claros e precisos. Será útil os escritores científicos seguirem essas recomendações com o intuito de melhorar a qualidade do relato de originais a serem submetidos a uma revista. No entanto, cada periódico tem requisitos editoriais direcionados especificamente a seus propósitos. Portanto, os autores precisam familiarizar-se com as instruções para autores da revista que escolheram para submeter seus originais. (PEREIRA, 2014, p.15).

No trecho destacado temos a menção não exatamente ao propósito comunicativo do artigo, mas aos propósitos que subjazem cada periódico científico. No capítulo 23, “Como ter artigo aprovado para publicação” nos deparamos mais uma vez com uma discussão relacionada à questão do propósito. Observemos:

Nos bons textos científicos, os pontos centrais da investigação estão claramente explicados. O propósito é fazer o leitor compreender o que foi feito, receba esclarecimentos sobre os procedimentos e argumentos e, ao fim, compartilhe ou entenda que a conclusão do autor faz sentido, pois está sustentada em base sólida.[...]. (PEREIRA, 2014, p. 352-353).

Aqui o propósito configura-se como algo relacionado aos bons textos científicos. No capítulo 24, “Síntese das sugestões sobre redação científica”, e especificamente no tópico “Avaliação do artigo científico”, Pereira (2014) ressalta que:

A publicação de um artigo científico original tem por finalidade divulgar os resultados das pesquisas para a comunidade científica. Se publicado em periódico bem conceituado, o trabalho tende a alcançar os leitores certos. Para que textos de qualidade inferior não encontrem espaço na literatura científica, os artigos são avaliados por especialistas, antes da publicação. [...]. (PEREIRA, 2014, p. 366).

Nesse trecho temos não só a referência ao propósito comunicativo, mas também é salientada uma relação do propósito com a comunidade científica. Esses foram os principais pontos nos quais percebermos a menção ao propósito comunicativo. Embora nem todas as partes descritas tratem do propósito do artigo propriamente dito, achamos necessário também apresentá-los. Passemos, então, ao livro “Guia prático para a redação científica” de Volpato (2015).

Em relação à menção ao propósito comunicativo, ou ainda à função mais geral do

artigo, o único momento em que Volpato (2015) pontua algo mais próximo dessa discussão é quando apresenta as funções das seções do artigo. No entanto, isso está relacionado à descrição das unidades retóricas e não ao propósito comunicativo. Nesse sentido, o autor apresenta considerações desde o título a outras unidades desse gênero, a saber: título, autores, autor de correspondência, autores com igual participação no trabalho, endereços, Highlight, resumo, introdução, métodos, resultados, discussão, conclusões, material suplementar, participação de cada autor, referências e agradecimentos. Enfim, as considerações desses pontos, principalmente sobre as unidades do artigo (Introdução, Métodos, Resultados, Discussão e Conclusão) serão devidamente apresentadas na seção direcionada para a descrição da organização retórica do gênero artigo acadêmico.

Por outro lado, dada a maneira como Volpato (2015) conceitua o artigo/texto científico e discorre sobre a questão da publicação desse gênero talvez possamos considerar que a menção ao propósito do artigo se revele nesses dois momentos. Na sua própria conceituação de artigo, especialmente quando ele destaca que “O texto científico conta uma história.” (VOLPATO, 2015, p. 91). Assim sendo, podemos dizer o propósito comunicativo do artigo em sua abordagem teórica seria justamente contar uma história. O segundo momento diz respeito à ênfase que o autor dá ao objetivo dos artigos atingirem o nível das revistas internacionais, especificamente das revistas supraespecialidade. “O objetivo é atingir as revistas internacionais [...], mas a cada ano se torna mais necessário que adentre as revistas supraespecialidade.” (VOLPATO, 2015, p.32). Portanto, considerando-se que as orientações do livro desse autor estão direcionadas principalmente para a publicação de nível internacional quem sabe possamos fazer esse paralelo com as discussões do propósito nesses dois momentos, já que não encontramos nenhum tópico ou algo mais relacionado a tal questão. Dessa forma, poderíamos considerar que outro propósito comunicativo do artigo no âmbito da abordagem teórica de Volpato (2015) é justamente atingir as revistas internacionais, especificamente as supraespecialidade.

Finalizadas as descrições em torno do propósito comunicativo em todos os manuais, passemos à análise comparativa entre os manuais.

4.1.4 Análise comparativa do(s) propósito(s) comunicativo(s) do Artigo Acadêmico nos manuais

Nossas análises revelaram que Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) não direcionam nenhum capítulo ou tópico para discutir especificamente a questão do propósito comunicativo do gênero artigo acadêmico, conforme descrevemos anteriormente. No entanto, fica evidente também a preocupação desses autores em pontuar essa questão em alguns trechos no decorrer dos seus livros, diferentemente de Volpato (2015) que não aponta nenhum capítulo, tópico ou mesmo trechos no livro que explicitamente estejam relacionados diretamente à discussão dos propósitos comunicativos do artigo acadêmico. Em relação ao livro de Volpato (2015), fazemos algumas ressalvas a respeito desse aspecto mais à frente. Passemos, então, para as considerações em torno dos demais livros.

Depreendemos da primeira explicitação de Motta Roth e Hendges (2010) que o propósito comunicativo, ou seja, ainda a função mais geral de um artigo, é justamente relatar os resultados obtidos de uma atividade de investigação. No segundo trecho descrito, notamos que as autoras apresentam o propósito comunicativo de diferentes artigos. Em outras palavras, podemos dizer que o propósito comunicativo, a função principal do artigo experimental, conforme compreendemos aqui, é justamente divulgar, discutir e também apresentar dados sobre um estudo de cunho experimental. Por outro lado, o artigo de revisão tem como propósito apresentar aos leitores uma revisão dos livros e artigos de pesquisadores que trataram do tema anteriormente. Em outro momento, Motta Roth e Hendges (2010) pontuam que os artigos experimental e o empírico apresentam e discutem os dados relacionados a um problema. Dessa forma, depreendemos que o propósito desses dois tipos de artigo acadêmico é justamente apresentar e discutir os dados relacionados a um problema específico que está situado em determinado campo de estudo. No último trecho descrito, depreendemos claramente que o propósito, a função mais geral do artigo acadêmico é justamente relatar resultados de uma pesquisa (Idem, p. 128).

No tocante ao manual de Gonçalves (2013), nos deparamos com a menção ao propósito comunicativo ainda em sua conceituação de artigo. Depreendemos que, enquanto propósito comunicativo, o artigo científico apresenta e discute ideias, métodos, técnicas e resultados. Posteriormente, Gonçalves (2013) destaca explicitamente o propósito de dois tipos de artigo. Assim, o propósito do artigo “original” é justamente proporcionar o relato de

experiências de pesquisa, estudo de caso, etc. Já o artigo de revisão, enquanto propósito, estabelece um debate entre os autores pesquisados e deles com o autor do artigo para a identificação de ideias, posições e posturas acadêmicas. O artigo denominado argumento teórico tem como propósito apresentar argumentos que sejam favoráveis ou contrários a uma opinião. O artigo classificatório tem como propósito classificar os aspectos de dado assunto estudado. O artigo analítico ou de análise enquanto propósito prioriza o estudo de cada elemento constitutivo do assunto que está sendo analisado.

Em Pereira (2014) também é possível depreendermos a menção ao propósito comunicativo em suas próprias conceituações de artigo. Assim, compreendemos que o propósito comunicativo, a função mais geral do artigo científico, é apresentar e discutir ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nos vários campos do conhecimento. O artigo original tem como propósito apresentar temas e abordagens originais. Pereira (2014) discorre ainda sobre diferentes propósitos, apontando propósitos de periódicos científicos e de bons textos científicos.

Nessa perspectiva, conforme as teorizações de Swales (1990, p.93), o propósito comunicativo, ou ainda a função mais geral do artigo acadêmico, é justamente apresentar descobertas e/ou discussões de questões teóricas e/ou metodológicas de uma atividade de investigação. De modo semelhante, Motta Roth e Hendges (2010) pontuam que o artigo acadêmico relata resultados de uma atividade de investigação. Gonçalves (2013) e Pereira (2014), nas considerações mais relacionadas ao propósito comunicativo, destacam que o artigo científico apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados. Além da aproximação da definição de Motta Roth e Hendges (2010) com a definição de Swales (1990), percebemos que Swales (1990), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) destacam que o artigo apresenta e discute aspectos teóricos e metodológicos.

Com base em Swales (2004), o artigo de revisão tem como propósito comunicativo apresentar uma discussão da literatura existente. O artigo teórico tem o propósito de realizar uma discussão de cunho teórico. Já o artigo experimental analisa dados e reporta resultados de qualquer natureza, sendo estes dados originais. Portanto, é notória uma aproximação entre as teorizações de Swales (1990/2004) e as considerações de Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) em relação ao artigo acadêmico, artigos de revisão, teórico e/ou argumento teórico para Gonçalves (2013) e experimental para Motta Roth e Hendges (2010). Os propósitos comunicativos nas teorizações de Gonçalves (2013) e Pereira (2014) para o artigo original se aproximam das considerações de Swales para o artigo experimental, já que artigos originais e experimentais relatam resultados de um estudo original. Pereira

(2014) se aproxima das discussões de Swales (1990) apenas quando discorre sobre o artigo acadêmico, o artigo original e o artigo de revisão conforme podemos perceber mais acima. Afinal, Pereira (2014) se detém a apresentar também propósitos que não dizem respeito propriamente ao propósito comunicativo do artigo.

Diante das considerações elencadas, notamos que quase todos os trechos anteriormente descritos dos livros de Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) respondem ao propósito comunicativo do artigo, com exceção apenas de um trecho especificamente do manual de Motta Roth e Hendges (2010), no qual as autoras apresentam o propósito da atividade de pesquisa, o que nos parece ser algo mais relacionado ao ato de pesquisar sobre dado problema e não do propósito do artigo propriamente dito. Outra exceção diz respeito aos trechos em que Pereira (2014) discorre sobre propósitos que não são referentes ao artigo acadêmico.

Dessa forma, as teorizações desses três autores em torno do propósito comunicativo parecem se aproximar dos postulados de Swales (1990), uma vez que para este autor, os gêneros em seus vários desdobramentos, inclusive o artigo acadêmico, estão sempre respondendo a um propósito comunicativo, ou ainda a um conjunto de propósitos. No entanto, percebemos ainda que, em nenhum momento, Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015) apresentaram orientações sobre o(s) propósito(s) comunicativo(s) do artigo acadêmico e seus variados desdobramentos (teórico, de revisão, experimental, etc), de modo geral, serem reconhecidos pelos membros da comunidade científica ou de uma área em específica na qual os gêneros se inserem.

Diante do exposto, Swales (1990, p.58) defende que os propósitos comunicativos vinculados aos gêneros são sempre reconhecidos pelos membros da comunidade discursiva na qual os textos circulam. Bezerra (2009, p.03), corroborando as discussões de Swales (1990), esclarece que o propósito comunicativo constitui o repertório de estratégias que o gênero coloca em ação para atingir os fins comunicativos a que se destina, cumprindo assim sua função como prática social. Ainda para Swales (1990, p.54), o reconhecimento das convenções de um gênero é, provavelmente, maior para aqueles indivíduos que lidam com os gêneros diariamente do que para aquelas pessoas que apenas mantêm contatos mais casuais. Conforme este teórico, o uso adequado das convenções dos gêneros, especificamente do artigo acadêmico, é realizado pelos membros de acordo com o entendimento do propósito comunicativo do gênero.

Pereira (2014), por sua vez, aproxima-se ainda das discussões de Swales (1990), pois é o único livro que demonstra a preocupação em chamar a atenção do leitor para a relação

imbricada entre gênero, propósito e comunidade científica, tão reiterada em Swales (1990), especificamente quando no último trecho descrito Pereira (2014) destaca que a publicação de um artigo original tem por finalidade a divulgação dos resultados das pesquisas para a comunidade científica (Idem, p. 366). Motta Roth e Hendges (2010) e Gonçalves (2013) apenas pontuam, de forma objetiva, os propósitos comunicativos dos diferentes tipos de artigos citados em seu livro.

Motta Roth e Hendges (2010) quando discorrem sobre o artigo experimental e de revisão, chegam a mencionar que, especificamente o artigo de revisão, apresenta uma revisão de livros e artigos publicados sobre o tópico/tema dentro de uma área específica, mas ainda assim não percebemos essa relação paralela entre propósito do artigo e comunidade científica, na qual o artigo venha a divulgar resultados para a comunidade, tal como o faz Pereira (2014). Dessa forma, é notória também uma aproximação de Pereira (2014) com as discussões de Swales (1990). Em relação aos demais tipos de artigos apresentados por Gonçalves (2013), com base em Lakatos e Marconi (2001), também não percebemos essa relação tão próxima entre o gênero artigo, propósito e comunidade, tal como notamos no livro de Pereira (2014).

No tocante ao livro de Volpato (2015), não identificamos nenhum capítulo ou tópico direcionado para a questão do propósito comunicativo do artigo acadêmico. Conforme descrevemos anteriormente, o autor chega a discorrer sobre funções das seções do artigo, mas isso diz respeito à configuração retórica desse gênero. Nessa perspectiva, fazemos uma ressalva de que talvez possamos fazer uma relação ainda com o propósito em dois momentos, conforme descrito anteriormente. Primeiramente, na própria conceituação de artigo apresentada pelo autor, quando ele destaca que “o texto científico conta uma história” (VOLPATO, 2015, p.91). E quando discorre sobre a necessidade de se publicar um artigo nas revistas em que os principais cientistas estão publicando, nas revistas internacionais da especialidade, e principalmente nas revistas da supraespecialidade, precisamente quando ele destaca que o objetivo é justamente atingir as revistas da supraespecialidade (Idem, p.32). Diante do exposto, talvez possamos considerar que o propósito comunicativo de um artigo acadêmico, na visão de Volpato (2015), seja justamente contar uma história, dada a maneira como o autor vai conceituando esse gênero, ou seja, a partir da exemplificação de várias histórias. Como também seja possível considerarmos que atingir as revistas internacionais da supraespecialidade pode configurar-se também como um propósito do artigo segundo a concepção de Volpato (2015), uma vez que o próprio perfil das orientações das estruturas do artigo defendidas em seu livro está direcionado para as revistas internacionais, especificamente para as supraespecialidade (Idem, p. 19). Mesmo assim, apesar de ser um

livro recente, aspectos tão pertinentes para nortear as orientações da produção de um artigo científico não são tocados ou mesmo explorados, como é o caso da questão do propósito comunicativo.

Portanto, vimos que essa questão do propósito foi pontuada em três manuais. No entanto, percebemos também a necessidade desse aspecto ser explorado de forma mais significativa. Afinal, os quatro manuais analisados têm em comum o fato de não direcionarem nenhum tópico especificamente para essa discussão. As considerações mais relacionadas a tal questão dizem respeito a alguns trechos que surgem ao longo dos livros.

Diante do exposto, notamos claramente a mais pertinente necessidade dos manuais de orientação da escrita científica discutirem quais são os propósitos comunicativos dos gêneros acadêmicos. Dada a importância desse critério para uma produção escrita consistente de exemplares do gênero, faz-se necessário que esses livros dediquem pelo menos um tópico para discorrerem sobre o(s) propósito(s) comunicativo(s) que subjazem o processo de escrita científica de qualquer gênero, também do artigo acadêmico, e que este seja explorado significativamente em suas variações, posto que, para Swales (1990/2004), o artigo acadêmico se divide em experimental, teórico e de revisão. Embora tenhamos percebido também que os únicos dois livros que melhor discutem isso apenas mencionam em um trecho ou outro, vimos que no manual de Pereira (2014), por exemplo, foi possível perceber tal relação entre propósito/função, ou ainda funcionalidade do artigo, como ele mesmo destaca, e comunidade científica. Mas, por outro lado, isso deveria ser mais explorado.

Recapitulando as ideias principais, nossas análises apontam que Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) mais uma vez se aproximam das teorizações de Swales (1990), principalmente por suas considerações mais direcionadas à discussão do propósito comunicativo corresponderem, em grande medida, ao propósito do artigo, assemelhando-se ao que Swales (1990/2004) teoriza sobre essa questão e em relação ao artigo acadêmico. Por outro lado, nenhum manual dedica um tópico/seção para teorizar sobre o(s) propósito(s) comunicativo(s) dos gêneros acadêmicos, especificamente do artigo. Percebemos também que as teorizações de Pereira (2014) revelaram essa relação imbricada entre gênero e propósito, mas também entre gênero, propósito e contexto, entenda-se a relação entre o gênero artigo, propósito(s) e comunidade discursiva/científica. Motta Roth e Hendges (2010) e Gonçalves (2013), tratam dos propósitos dos tipos de artigo apresentado em seus livros ao serem mais objetivas, mas, em suas considerações, não percebemos esse paralelo do propósito com a comunidade científica, tal como revelada em Pereira (2014). Já Volpato (2015) distancia-se sobremaneira das teorizações de Swales (1990) e dos demais autores analisados.

Concluída a descrição e análise do propósito, passemos, à descrição e análise de como os manuais exploram a comunidade discursiva científica e os processos de produção e circulação do gênero artigo acadêmico. Começemos, então, pelo manual intitulado “Produção textual na universidade”, de Motta Roth e Hendges (2010).

4.1.5 Descrição da menção à comunidade discursiva científica e aos processos de Produção e circulação do artigo acadêmico nos manuais

Quanto ao processo de produção e de circulação do artigo acadêmico, percebemos já no conceito de artigo apresentado no manual de Motta Roth e Hendges (2010) a menção a esse aspecto, especificamente quando elas destacam que “O artigo é um texto [...], produzido com o objetivo de publicar, em periódicos especializados, os resultados de uma pesquisa desenvolvida sobre um tema específico. [...]” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.65). No primeiro capítulo, intitulado “Publique ou pereça”, também é discutida essa questão do artigo direcionar-se para a publicação em periódicos. As autoras esclarecem que essas publicações têm periodicidade que varia entre semanal, quinzenal, mensal e trimestral, sendo encontradas em bibliotecas de universidades ou em sites na internet, como o do Scielo ou dos periódicos da CAPES, que dão acesso a periódicos acadêmicos disponíveis on-line. Contudo, antes das autoras pontuarem essa questão, elas apresentam uma discussão muito pertinente no ambiente acadêmico sobre a publicação de trabalhos científicos.

Inicialmente, nesse primeiro capítulo, as autoras lançam o seguinte questionamento: Por que produzir textos acadêmicos? Nessa perspectiva, discorrem sobre a questão do sistema universitário brasileiro, da política de financiamento de bolsas de iniciação científica, das bolsas de pós-graduação e de projetos de pesquisa se basearem no já conhecido ditado: “Publique ou pereça! (Publish or perish!)” das universidades americanas. Existindo, então, uma pressão para escrever e publicar que tem levado alunos e professores a um esforço concentrado na produção de textos de qualidade na forma de artigos direcionados aos periódicos. Conforme elas esclarecem, na academia, a produtividade intelectual é medida pela produtividade na publicação. Neste primeiro capítulo, é direcionado um breve tópico para discorrer sobre a questão da audiência. Vejamos:

A redação acadêmica demanda que tenhamos uma imagem precisa de nosso público-alvo, o qual, provavelmente, conhece o assunto e lerá o texto em busca de informação nova. Devemos encontrar o tom apropriado para projetar as expectativas

que temos sobre o leitor, bem como os objetivos e o conhecimento prévio que o leitor trará para a tarefa de leitura. Devemos definir como nos relacionamos com nossa audiência para poder explicitar nossos objetivos: um especialista escrevendo para iniciantes (objetivos pedagógicos) ou um membro da disciplina (especialista ou não) escrevendo para especialista (objetivo de demonstrar familiaridade e conhecimento na área) (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.16).

Esse trecho explora claramente a questão do processo de produção e circulação do gênero. Aqui vemos que pensar sobre isso significa considerar com precisão a audiência, ou seja, um público alvo específico, que, conseqüentemente, está imerso numa área, num contexto particular, no qual circulam gêneros mais específicos de determinado campo. A questão da publicação vai sendo brevemente reiterada, como podemos perceber, até o quarto capítulo, intitulado “Artigo acadêmico: introdução”. Observemos:

[...] A atividade de pesquisa está essencialmente ligada ao meio universitário, onde professores e alunos desenvolvem estudos avançados e pesquisas que, mais tarde, se tornarão públicas por meio de apresentações em congressos, mas principalmente, por meio da publicação de artigos. Esse conhecimento será gradativamente reescrito e recontextualizado na forma de informações simplificadas a serem publicadas na forma de textos de popularização da ciência em outros contextos como jornais e revistas de comunicação de massa para que o público em geral vá assimilando os avanços da ciência. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.66).

O trecho acima também faz menção a outros contextos de publicação, como os jornais e as revistas de comunicação de massa. Posteriormente, as autoras destacam também que “a atividade de pesquisa está essencialmente ligada ao meio universitário [...]”. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 66). Passemos, então, ao próximo manual.

Em relação ao processo de produção e circulação do gênero artigo, vemos que Gonçalves (2013) discorre sobre publicação periódica, destaca alguns tipos de periódicos e rapidamente pontua a questão da audiência em suas orientações para a produção do artigo acadêmico, conforme mostraremos aqui.

Gonçalves (2013), além de pontuar em seu conceito de gênero que o artigo se direciona para a publicação em periódicos especializados (Idem, p.21), apresenta dois capítulos para discutir sobre a questão da publicação em periódicos, a saber: capítulo cinco, “Revistas especializadas e científicas”, e o capítulo seis, “Redigir e divulgar artigos”. Porém, é no quinto capítulo que são apresentadas as características dos periódicos científicos. No sexto capítulo, são tecidas algumas considerações sobre como o produtor do texto deve se

comportar frente à produção do artigo acadêmico. Ainda na introdução, Gonçalves (2013, p.17) destaca que variadas são as formas de comunicar os resultados alcançados pela pesquisa, dentre elas: reuniões, congressos, seminários, artigos científicos e livros publicados em meio digital. A autora destaca que, ao decidir escrever o artigo, o autor deve ter em mente os passos a serem seguidos para a sua elaboração e posterior divulgação via meio de publicação periódica impressa e/ou eletrônica. Para tanto, destaca alguns passos: estética e lógica do texto, veracidade das informações, argumentação coerente, referencial teórico atualizado (últimos cinco anos) e revisão dos originais (ortográfica e de digitação). Apresenta também, ainda nesse capítulo, algumas indagações básicas que são perguntas que devem ser feitas a nós mesmos ao produzirmos um artigo. As indagações são as seguintes: O que deseja comunicar? A argumentação do assunto é confiável? As fontes consultadas são precisas? A abordagem dada ao tema é inovadora? A ótica estudada é inédita? Quais as suas contribuições para a ciência? Enfim, Gonçalves (2013, p.61) embasa-se em Lakatos e Marconi (2001), na ABNT, em Severino (2002) e em SECAF (2000) para teorizar sobre a publicação periódica.

Gonçalves (2013) destaca que, para Lakatos e Marconi (2001), concluído um trabalho de pesquisa-documental, bibliográfica, laboratorial ou de campo, é necessária a publicação em revistas especializadas e/ou científicas (periódicos) que tenham o objetivo fundamental de transmitir esses resultados à comunidade científica e à própria sociedade para que os resultados sejam conhecidos. De acordo com a NBR 6021 da ABNT, a publicação periódica é aquela editada em intervalos regulares, pré-fixados, com a colaboração de vários autores, sobre diversos assuntos, de acordo com o plano e a responsabilidade de uma comissão editorial. Conforme a NBR 10525, a autora destaca que a publicação seriada é todo tipo de publicação que contenha numeração cronológica ou sequencial, sejam elas revistas técnicas ou científicas e editadas sob a forma impressa ou não (SECAF, 2000, p.67). Assim sendo, é extensiva também às eletrônicas. Embasada em Severino (2002), Gonçalves nos diz que, de um modo geral, essas revistas:

promovem normas de qualidade na condução da ciência e na sua comunicação. Consolidam critérios para a avaliação da qualidade da ciência e da produtividade dos indivíduos e instituições. Consolidam áreas e subáreas do conhecimento. Garantem a memória da ciência. Representam o mais importante meio de disseminação do conhecimento em escala. São instrumentos de grande importância na constituição e institucionalização de novas disciplinas e disposições específicas (SEVERINO, 2002, p.198).

Gonçalves (2013, p.62) apresenta ainda 14 características dos periódicos científicos e/ou especializados brasileiros e destaca os principais tipos de periódicos. São as seguintes características: (1) são direcionados a professores, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como a profissionais de campos específicos e áreas afins, sendo a publicação em geral gratuita; (2) Priorizam a discussão interdisciplinar sob diferentes perspectivas de conhecimento por meio de divulgação de investigações teórico-empíricas e de ensaios teóricos; (3) Dispõem de áreas e temas preestabelecidos para a publicação dos trabalhos; (4) Recebem textos em idiomas estrangeiros, preferencialmente inglês, francês e espanhol; (5) Dão preferência a artigos inéditos, resultados de pesquisa ou contribuição original. (6) Em sua grande maioria, têm como parâmetro as normas da ABNT; (7) Os artigos encaminhados são examinados por dois ou três professores da revista; (8) A avaliação do artigo leva em conta a originalidade, atualidade e identificação com a orientação temática da revista; (9) Em casos excepcionais, aceitam que tenham sido publicados em periódicos estrangeiros, desde que passem pelo mesmo processo de avaliação que os artigos inéditos. Nesse caso, é exigida uma autorização por escrito do editor da revista em que o artigo foi originalmente publicado; (10) Os artigos podem ser aceitos sem ou com eventuais correções para posterior publicação; (11) As informações apresentadas são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não cabendo à revista ônus de nenhuma espécie; (12) Os erros gramaticais ou de revisão ortográfica são de inteira responsabilidade do(s) autor(es); (13) Os periódicos científicos geralmente são editados por universidades, sociedades científicas ou instituições de ensino superior (IES). Muitas vezes, são publicados por órgãos oficiais de algum departamento ou núcleo, quase sempre com qualificação da agência Capes, órgão pertencente ao Ministério da Educação (MEC), por um de seus comitês de área; (14) Os periódicos especializados (magazines) são normalmente publicados por editoras particulares.

No que concerne aos principais tipos de periódicos, a autora, com base em Secaf (2000), destaca que os periódicos científicos são assim classificados: **Periódicos científicos** são veículos institucionais de divulgação dos trabalhos resultantes de pesquisas científicas em diversas áreas. **Boletins de sociedades científicas ou informativo profissional** são veículos de informações e notícias de entidades que podem ou não divulgar trabalhos científicos na área. **Revistas de divulgação científica ou periódicos especializados (magazines)** são periódicos dirigidos ao grande público e/ou especializados, publicados por editoras. Posteriormente, são apresentados endereços eletrônicos no âmbito das Revistas Brasileiras (idem, p.64). Descrevemos, até aqui, o espaço que Gonçalves (2013) dedica para discorrer sobre a publicação do artigo em periódicos. Outros aspectos contextuais, como a importância

de se considerar a audiência, ou seja, o público alvo para o qual o artigo se direciona e a consideração da comunidade científica, também serão destacados, uma vez que estão relacionados diretamente com o processo de produção e circulação de qualquer gênero, especialmente do artigo acadêmico. Na introdução, ela esclarece que, para garantir uma boa redação, alguns aspectos são necessários, a saber:

Para garantir uma boa redação, alguns aspectos devem ser observados, dentre eles: público alvo, relevância das ideias e dos fatos, utilidade para a ciência e para a comunidade, domínio do assunto e capacidade de sistematização, recriação e crítica do material coletado, uso gramatical correto, com texto claro, lógico, terminologicamente preciso e fundamentado em argumentos coerentes, mantendo a sua originalidade e a simplicidade do vocabulário (AZEVEDO, 2001, Apud GONÇALVES, 2013, p.15).

Em seguida, especialmente no primeiro capítulo, nos deparamos com a menção a alguns aspectos importantes para a redação científica. Gonçalves (2013) pontua ainda que “antes de iniciar a redação de um artigo científico, é conveniente considerar alguns aspectos, dentre eles: sobre o que escrever, por que escrever, para quem e como escrever” (GONÇALVES, 2013, p. 21). Nesse sentido, são elencadas algumas qualidades que devem ser inerentes ao pesquisador. São elas: (1) O interesse e a curiosidade para pesquisar sobre o tema selecionado; (2) O prazer da produção científica, a ponto de dedicar-lhe tempo indefinido para visualizar, selecionar, bem como entender os detalhes do objeto d estudo, sob os vários prismas; (3) Capacidade de se autojulgar e aceitar a crítica, assim como outras contribuições que possibilitam e favoreçam a realização do trabalho científico; (4) Estilo próprio e hábito de escrever, que permitam o reconhecimento do que foi escrito pelos seus pares; (5) Comportamento metódico de leituras regulares, não somente formativa, como também informativa, contribuindo para a ampliação do seu saber nos diversos campos de atuação; (6) Participação em eventos profissionais, com a função de apresentar o seu trabalho e dialogar com pesquisadores interessados no tema; (7) Publicação de capítulos de livros ou livros que tenham uma função significativa no campo acadêmico em que se insere; (8) Divulgação de suas pesquisas por meio de relatórios, monografias, dissertações, teses e artigos científicos em revistas indexadas tanto nacionais como internacionais; (9) Atuação na atividade didática, enaltecendo a ação pedagógica do ensino por meio da pesquisa, fazendo, portanto, da sala de aula um laboratório, sustentado no ensino-pesquisa-extensão como resultado do trabalho educativo.

Ainda no primeiro capítulo, Gonçalves (2013), especificamente no tópico

“Características básicas” aponta 13 características, das quais 03 são as mesmas citadas por Pereira (2014), são elas: Clareza, concisão e originalidade. As demais características são: criatividade, correção, encadeamento, consistência, contundência, precisão, originalidade, extensão, especificidade, correção política e fidelidade. Mesmo não se caracterizando como aspectos contextuais, achamos pertinente mostrá-las aqui também, pois serão consideradas quando confrontarmos as diferenças e semelhanças entre os livros analisados aqui.

Por fim, são apresentadas no último capítulo as normas de estilo de Vancouver. Dentro desse capítulo, Gonçalves (2013) também discorre sobre a ABNT, conceituando-a e tecendo outras informações mais gerais sobre esse órgão. Como, por exemplo, o fato da ABNT, na verdade, ser a única instituição brasileira representante exclusiva das seguintes entidades internacionais: ISSO (Internacional Organization for Standardization), IEC (International Electrotechnical Commission) e das entidades de normalização regional COPANT (Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas) e AMN (Associação Mercosul de Normalização) (ABNT, 2012) (Idem, p.89). É importante reiterar que as normas de Vancouver são direcionadas para a área da saúde. Apesar do manual de Gonçalves não se direcionar para uma área específica do conhecimento, a autora apresenta as normas de Vancouver. Observemos a definição apresentada:

O estilo Vancouver possui especificidades que contemplam algumas diferenças em relação aos demais estilos de normalização. Além disso, pelo seu direcionamento à área da saúde, esta norma não contempla documentos jurídicos, como o faz a Norma Registrada Brasileira (ABNT) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). [...]. (GONÇALVES, 2013, p. 92).

Finalizada a descrição do livro de Gonçalves (2013), adentremos ao Manual de “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar” de Pereira (2014). É importante ressaltar que, nesse manual, as discussões mais relacionadas ao público alvo, à audiência do artigo científico são mencionadas, especificamente no segundo capítulo. Mas como a questão da publicação científica é muito pontuada no livro, decidimos seguir a ordem com a qual as discussões vão sendo desencadeadas. Dessa forma, descrevemos, inicialmente, como se apresenta a questão da publicação em periódicos.

No conceito de artigo do manual de Pereira (2014) percebemos a menção ao processo de produção e circulação do artigo, especialmente em relação ao contexto de circulação quando é destacado que “o artigo científico é a unidade de informação do periódico científico”. (PEREIRA, 2014, p.08). Pereira (2014, p.02), já no primeiro capítulo, nos

apresenta alguns tópicos em que é discutida essa questão da publicação em periódico; a saber: o tópico 1.3, intitulado “Preparação de artigo científico”, em que é discutido, de forma breve, o processo de escrita, revisão e preparação de uma publicação científica. Nesse sentido, Pereira destaca três etapas no processo de preparação de uma publicação científica. A redação da estrutura do texto: introdução, método, resultados e discussão. A preparação das demais partes: referências bibliográficas, título, autoria, resumo e palavras-chave. A terceira etapa diz respeito à revisão, complementação e submissão do material para publicação em periódico científico. Inicialmente, o autor parece destacar também a importância e o respaldo que o artigo acadêmico tem na divulgação do conhecimento, especificamente quando pontua que “[...] uma pesquisa só termina quando os seus resultados são divulgados de forma adequada. O artigo científico é a maneira mais eficiente de fazê-lo” PEREIRA, 2014, p.02). Posteriormente, esclarece ainda que “[...] o artigo publicado em periódicos é o meio mais adequado de comunicação” (PEREIRA, 2014, p.08).

Em 1.4, “Publicação de artigo científico”, o autor nos fala sobre o processo de envio do artigo para um entre milhares de periódicos, assim como esclarece como é examinado o material enviado para publicação.

Quando o autor julga que o artigo está pronto, ele o envia para um entre os milhares de periódicos científicos existentes na atualidade. Ao chegar à redação, o material é examinado pelo editor, o qual não pode publicar qualquer coisa que lhe chega às mãos. Deve zelar para que somente textos de qualidade e condizentes com a política editorial do periódico sejam nele divulgados. [...]. (PEREIRA, 2014, p.03).

Em 1.6, “Revolução digital”, adentramos a discussão das facilidades que a via eletrônica trouxe para a comunicação entre autor e editor, assim como todo o processo editorial e a divulgação dos artigos científicos (idem, p.4). No tópico 1.7, “Informações científicas na internet”, temos a discussão da relevância do uso da internet para a divulgação do conhecimento científico, assim como suas fragilidades.

Uma das mais relevantes expressões do emprego da internet na Medicina é o acesso imediato às bases de dados de material científico. [...]. Ao lado de abundantes aspectos altamente positivos, a internet também tem fragilidades. As informações que comporta nem sempre têm o mesmo nível de qualidade. Parte do material não passou pelo filtro da revisão por pares, característica dos periódicos de boa qualidade. (PEREIRA, 2014, p.04).

Pereira (2014, p.04), então, nos apresenta três exemplos de bancos de dados de artigos científicos na internet. O MEDLINE, a LILACS e o SciELO. O autor destaca que o MEDLINE, pela abrangência, facilidade de acesso e gratuidade, se firmou como a base de dados mais utilizadas para a recuperação de informações científicas sobre saúde no Brasil e em todo o mundo. E que existem numerosos outros bancos, embora nenhum seja tão usado como o MEDLINE. A LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) apareceu em 1982 e tornou-se o mais abrangente índice bibliográfico da produção científica e técnica da região. Sobre o último banco de dados, Pereira (2014) esclarece que, em 1997, foi implantada a SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*), que não é uma base de dados como a LILACS, mas é uma biblioteca de revistas científicas em formato eletrônico. Ambas representam contribuição relevante para a divulgação e uso de resultados de pesquisa da América Latina.

Em 1.8, “Periódicos de acesso livre”, o autor discorre sobre os periódicos de acesso livre apontando também exemplos de revistas científicas em formato eletrônico de livre acesso na internet. O autor destaca os seguintes exemplos: *Directory of Open Access Journals* (DOAJ). Nesse sentido, Pereira (2014) esclarece que, em 1992, foi publicada a primeira revista eletrônica na área da saúde, a *Online Journal of Clinical Trials*, com textos completos. Em julho de 2010, estavam registradas no *Directory of Open Access Journals* 5.160 revistas eletrônicas em regime de acesso aberto, em todas as áreas, das quais 2.137 permitiam consulta por artigo. Estavam disponíveis cerca de 420 mil artigos de texto completo gratuitos para uso. O número de periódicos de ciências da saúde em texto completo era o seguinte: 50 de odontologia, 29 de enfermagem, 377 de medicina geral e 140 de saúde pública. Somente são incluídas nessa base de periódicos as que utilizam um sistema de controle de qualidade para a seleção de artigos (Idem, p.04-05).

O segundo exemplo diz respeito ao *Public Library of Science* (PLOS), que é uma biblioteca pública de ciências, dos Estados Unidos, que adota o sistema de acesso livre. Edita vários periódicos científicos, entre os quais, *PLOS Medicine*. Esse periódico situa-se entre os dez de maior prestígio em Medicina interna, com fator de impacto de 13,05 no ano de 2009. De acordo com Pereira (2014), o fator de impacto é um indicador que expressa o número de vezes que um periódico é citado. Outros periódicos dessa organização, com os respectivos fatores de impacto, são: *PLOS Biology* (12,91); *PLOS Genetics* (9,53), *PLOS Pathology* (8,97), *PLOS Computational Biology* (5,75), *PLOS Neglected Tropical Diseases* (4,69) e *PLOS One* (4,35). O modelo de financiamento adotado nessa biblioteca requer que seja efetuado pagamento dos custos de publicação pelos autores do artigo. O terceiro exemplo é o *OPEN*

Access central. Essa entidade tem o propósito de albergar revistas de acesso aberto de medicina, biologia e mesmo de outras áreas. Tem como lema “Maximizar a comunicação de pesquisa científica por meio do acesso livre”. Já o SciELO é novamente mencionado como ilustração de biblioteca virtual de acesso aberto.

Em 1.9, “Competição para publicar”, Pereira discute novamente sobre a redação de um artigo e a sua publicação. Ele discorre sobre esse processo e as possibilidades de publicar em periódicos científicos de prestígio.

Dois temas centrais abordados no capítulo são a redação de um artigo e a sua publicação. Esses dois temas são mais bem apresentados como um apenas: a preparação de artigo com mais possibilidade de ser aceito em periódico científico de prestígio[...]. O caminho para ter razoáveis possibilidades de publicação em periódico científico de prestígio é produzir texto de qualidade superior. (PEREIRA, 2014, p.5).

Dos treze tópicos referentes ao primeiro capítulo, seis fazem menção à publicação em periódicos, discutindo, inicialmente, o processo de preparação de uma publicação científica, o envio do artigo para o periódico e a sua examinação, aspecto positivo e negativo da internet para a comunicação entre autor e editor e processo editorial, assim como as contribuições para a divulgação do conhecimento científico no campo da Medicina. E ainda as considerações sobre os periódicos de acesso livre. Essa discussão sobre o artigo direcionar-se para publicação em periódicos perpassa grande parte dos capítulos de Pereira, sendo em alguns o foco da discussão, como é o caso do capítulo 14 intitulado “Escolha do periódico”. Neste capítulo o autor discorre sobre número de periódicos científicos; fatores que influenciam a escolha do periódico, prestígio e público alvo; Características do periódico e tema da investigação; Probabilidade de aceitação do artigo para publicação, Fator de impacto dos periódicos, dentre outros aspectos e sendo em outros capítulos apenas pontuada.

Á título de exemplificação destacamos, ainda, no segundo capítulo denominado “Canais de comunicação científica” de Pereira (2014) mais uma vez a preocupação deste autor em discorrer sobre os periódicos científicos, destacando que “Uma sábia decisão do autor de texto científico é selecionar atentamente o veículo de comunicação que utilizará para a divulgação dos resultados de sua pesquisa.” (PEREIRA, 2014, p.08). Nesse sentido, apresenta uma tabela com os principais canais de comunicação científica escrita, a saber: Anais de eventos, Relatórios, Teses e dissertações, Livros e Periódicos.

No tópico 2.2 “O que é periódico científico”, Pereira conceitua a publicação periódica com base na ABNT. Ele nos diz que a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

assinala que publicação impressa é um dos tipos de publicação seriadas, que se apresenta sob forma de revista, boletim, anuário etc. É editada em fascículo com designação numérica ou cronológica, em intervalos prefixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida. Ainda neste tópico o autor reitera que os periódicos científicos têm funções a preencher, conforme é apresentado numa tabela. São as seguintes funções: divulgar os resultados das pesquisas para a comunidade científica e a sociedade; constituir-se em memória da ciência; fornecer dados para a avaliação da produção de cientistas e instituições; favorecer a implementação de critérios de qualidade para realização e divulgação da pesquisa; consolidar áreas de pesquisa; constituir-se em cenário para treinar revisores e autores em análise crítica de artigos científicos e, assim, concorrer para melhorar a qualidade da ciência. (Idem, p.08).

Em 2.3 temos a apresentação dos tipos de periódico científico e suas características. Nesse sentido, Pereira (2014, p.09) destaca os seguintes tipos de classificação periódica: classificação temática dos periódicos, periódicos científicos e práticos, classificação de periódicos da Biblioteca Nacional de Medicina, Norte-Americana e classificação de periódicos por tipo de indexação. Classificação temática dos periódicos: nesta o autor esclarece que existem periódicos que abrigam textos de todas as áreas, como as revistas *Science* e *Nature*, e os voltados para um dado campo do conhecimento, tais como *Annals of Internal Medicine*, *Annual Review of Medicine*, *British Medical Journal* e *Revista da Associação Médica Brasileira*.

Periódicos científicos e práticos. Os periódicos científicos propriamente ditos e periódicos científicos práticos representam outra forma de classificação. Os primeiros trazem o relato de pesquisas originais, enquanto que os de cunho prático têm o objetivo principal da educação continuada. Esses fazem chegar aos profissionais da área extensa gama de informações, de pesquisas originais ou não. Pereira (2014) esclarece que muitos periódicos sobre saúde têm dupla finalidade, ao mesmo tempo científica e prática, caso da *Revista da Associação Médica Brasileira* e do JAMA. (idem, p.09). Classificação de periódicos da Biblioteca Nacional de Medicina, Norte-Americana. Em publicação da *National Library of Medicine*, os periódicos da área biomédica estão classificados, pela finalidade declarada de cada um, em quatro categorias. Têm-se os de pesquisa, os clínicos, os de revisão e os gerais.

Classificação de periódicos por tipo de indexação. Nesta, tradicionalmente, as revistas são classificadas em nível internacional, nacional e local. As de circuito internacional têm maior prestígio, são mais procuradas pelos autores e, conseqüentemente, torna-se mais difícil

publicar um artigo nelas. A classificação de uma revista como internacional é feita com base na indexação do periódico em bases de dados de prestígio, tipo MEDLINE/PubMed e ISI (*Institute for Scientific Information*).

No tópico 2.4, “O que é o artigo científico” adentramos a conceituação de artigo. Em 2.5 temos a explanação sobre os tipos de artigo científico e suas características, os quais já foram apresentados na seção de descrição. Em 2.6 temos a definição de artigo original apresentada também anteriormente.

No tópico 2.7, “Público alvo do artigo científico” o autor nos esclarece que “pelo nome e tipo de periódico, tem-se indicação das características do público que alcança” (PEREIRA, 2014, p.11). Pereira reitera que é conveniente o autor conhecer a clientela para a qual o texto estará endereçado. Em relação à audiência, aspecto importante no que se refere à descrição da comunidade discursiva científica, o autor destaca também o seguinte:

A delimitação do público alvo tem, pelo menos, duas justificativas: não se pode escrever um único texto para todos os tipos de leitor; e, uma vez delimitada a audiência, têm-se delineados a grosso modo, os critérios para compor o conteúdo, a forma do artigo a ser preparado, as definições a constar, os termos a utilizar e a linguagem a adotar. (PEREIRA, 2014, p.11).

Ainda no âmbito do tópico direcionado especificamente para a discussão do público-alvo do artigo científico, Pereira (2014, p.11-12) reitera que a linguagem usada em periódicos de pesquisa pode ser diferente da empregada em revistas de divulgação científica endereçadas ao público mais amplo, tais como a *Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). De acordo com o autor, uma coisa é escrever para o especialista; outra, para o não especialista, o universitário ou o grande público, havendo ainda uma infinidade de segmentos da sociedade aos quais o texto poderia ser endereçado (Idem, p.12). Nesse sentido, apresenta duas tabelas. A primeira com a classificação dos principais tipos de estudo aceitos em periódicos da área de biologia e saúde, e a segunda destacando os tipos de leitor de periódico da área das ciências da saúde. A primeira tabela trata dos tipos de estudos/ artigos aceitos nesses periódicos (empíricos, de revisão e estudo teórico), os quais foram mostrados anteriormente na descrição do conceito de artigo nos manuais. A segunda tabela apresenta os tipos de leitor de periódicos científicos da área das ciências da saúde. Observemos:

Figura 22 – Tipos de leitor de periódico científico da área das ciências da saúde

12 *Artigos Científicos | Como Redigir, Publicar e Avaliar*

Tabela 2.8 Tipos de leitor de periódico científico da área das ciências da saúde

Pesquisador: procura informações relacionadas às suas pesquisas

Profissional, especialista (clínico, sanitarista): busca atualização para aplicação prática dos resultados

Estudante: acumula conhecimentos como parte da formação científica

Fonte: Pereira (2014, p. 12).

Logo em seguida, Pereira (2014, p.12) discorre sobre os tipos de leitores de alguns periódicos, ou melhor, “leitores de periódicos selecionados”, conforme suas próprias palavras. Vejamos:

Uma revista de biologia molecular tem seu público restrito a pesquisadores e alunos em formação científica nesse campo do conhecimento. Os periódicos gerais, como a Revista da Associação Médica Brasileira e o JAMA, da Associação Médica Americana, são lidos principalmente por clínicos, sejam pesquisadores ou não. Os leitores dos Anais brasileiros de Dermatologia são os especialistas dessa área ou os que, de uma ou outra maneira, lidam com temas dermatológicos. (PEREIRA, 2014, p.12).

No final do primeiro capítulo, Pereira (2014), especificamente no tópico intitulado “Sugestões”, nos diz ainda o seguinte:

O artigo publicado reflete as características do autor e mesmo da instituição que ele representa. É conveniente ter esse aspecto em consideração ao prepará-lo. Fazer o melhor para si e à sua instituição é submeter para publicação somente bons textos científicos. (PEREIRA, 2014, p. 06).

Pereira (2014) volta a discorrer sobre o público alvo, desta vez no capítulo quatorze, intitulado “Escolha do periódico”, especificamente no tópico “Prestígio e público-alvo”. Vejamos:

O leitor exigente em seu intuito de atualizar-se tende a procurar periódicos respeitados pela comunidade científica. O mesmo acontece com o leitor exigente, quando decide publicar um texto. Escolhendo-se um periódico de grande respeitabilidade, cujo campo de divulgação abranja o assunto do artigo, tende-se a alcançar o público que se almeja. O prestígio de um periódico tem sido aferido pelas citações que recebe, como se verá no decorrer do capítulo. (PEREIRA, 2014, p.194).

No tópico 2.8, “Instruções aos autores”, ainda do segundo capítulo, são apresentadas orientações sobre as normas dos periódicos científicos. No tocante a questão das normas dos periódicos, o autor destaca que cada país possui seu órgão de normatização. Nesse sentido, esclarece ao leitor o que é a ABNT no tópico 2.9, e, no ponto 2.10, apresenta as normas de Vancouver.

Sobre as normas Vancouver, Pereira (2014, p.12) nos esclarece que os editores de periódicos biomédicos, principalmente norte-americanos e ingleses, lideram, na atualidade, o processo de reflexão e de investigação sobre publicações científicas, o que aponta para os problemas, as soluções e as variações existentes, concorrendo para melhorar o nível de apresentação dos artigos. E como parte desse processo, um grupo de editores de periódicos da área médica encontrou-se, em 1978, na cidade de Vancouver, no Canadá, para estabelecer diretrizes sobre o formato dos originais submetidos a periódicos, que hoje são conhecidas como normas de Vancouver. O grupo publicou pela primeira vez um conjunto de diretrizes no ano de 1979, atualizadas periodicamente. O autor reitera que, conforme o explicado no próprio documento, as normas de Vancouver lidam com os princípios éticos relacionados aos processos de avaliação, melhoria e publicação de originais em revistas biomédicas, assim como as relações entre editores e autores, revisores especialistas e a mídia. Segundo ele, são centenas os periódicos na área das ciências da saúde que adotam as normas de Vancouver por todo o mundo. Quando adotam tais normas, os editores dos periódicos aderem à convenção sobre múltiplos aspectos, e que vão além do formato, tais como: diretrizes para lidar com a aceitação de publicação duplicada, autoria de trabalhos e conflito de interesses. Enfim, o autor nos diz que os trechos principais das normas de Vancouver estão transcritos no livro de acordo com a temática de cada capítulo. As normas de Vancouver são constantemente mencionadas no decorrer do livro.

Para finalizar as descrições elencadas a partir do livro de Pereira (2014), vejamos mais alguns pontos. Destacamos também outro trecho que achamos importante mencionar, já que o autor destaca alguns aspectos julgados importantes para que se alcance uma publicação em periódico conceituado, embora não seja um aspecto contextual propriamente dito. Nesse sentido, Pereira (2014, p.05) pontua ainda que a lógica, ou sua falta, estará estampada no relato de uma investigação. Tendo o artigo científico em mãos, o leitor verificará se o autor reuniu matéria adequada e suficiente para que se possa formar opinião sobre a investigação e sua conclusão. E que os detalhes para sustentar a conclusão do autor e para a compreensão do que foi feito deverão constar do relato. De outra maneira, não se poderá concordar ou discordar do autor. Em investigação deficiente ou texto incompleto, as falhas se tornarão

aparentes pela leitura do relato. São esses os textos candidatos à rejeição ao serem submetidos para publicação.

Pereira, ao discorrer sobre “As qualidades de um bom texto”, destaca ainda cinco qualidades muito apreciadas de um texto científico, a saber: clareza, para o leitor entender o que lê; concisão, para não desperdiçar o tempo do leitor e o espaço do periódico; exatidão, para não enganar o leitor; sequência lógica de apresentação de fatos e argumentos, para assegurar continuidade de leitura, e elegância, para manter a atenção do leitor, até mesmo encantá-lo. Em seguida, apresenta também uma tabela com uma lista de virtudes e pecados de um texto (16 características para virtudes e vinte sete características para os pecados). Além das palavras destacadas acima, também são apresentadas mais doze virtudes, a saber: objetividade, sobriedade, moderação, coerência, continuidade, harmonia, interesse, originalidade, simplicidade, imparcialidade, equilíbrio, honestidade, lisura, vocabulário variado, adequação gramatical e estilística. Como pecados temos as seguintes palavras: prolixidade, verbosidade, ambiguidade, obscuridade, inexatidão, incorreção, subjetividade, exagero, intemperança, repetição, redundância, incoerência, descontinuidade, deselegância, desarmonia, desinteresse, tédio, imitação, plágio, pedantismo, exagero, parcialidade, desequilíbrio, distorção, desonestidade, vocabulário limitado, inadequação gramatical e estilística. Enfim, passaremos à descrição do manual “Guia prática para a redação científica”, de Volpato (2015).

No tocante ao processo de produção e circulação do artigo, não encontramos no manual de Volpato (2015) nenhum tópico que discorra especificamente sobre levar em consideração a audiência, o público alvo, ao se produzir o artigo científico, mas a circulação desse gênero em periódicos científicos é bastante explorada. Apesar de o autor não fazer menção ao direcionamento do artigo para a publicação em periódicos quando tece considerações sobre o conceito de artigo, o seu livro está muito voltado para essa questão, tal como Pereira (2014), principalmente para as revistas internacionais.

Todo o trabalho desenvolvido por Volpato (2015) no presente livro sobre redação científica, volta-se para a publicação em revistas internacionais. Essa discussão perpassa todo o seu livro, mas, em alguns capítulos, é mais explorado que em outros, como o é caso da segunda parte da introdução. Percebemos, já no texto introdutório, que a sua maneira de compreender a ciência está intrinsecamente associada ao fazer científico internacional. “A ciência é uma atividade intrinsecamente internacional. Embora cada cientista colete suas bases factuais em determinadas regiões (muitos deles na própria cidade em que residem), os

discursos criados a partir daí são gerais” (VOLPATO, 2015, p. 17). Volpato (2015) chega a defender uma divisão das revistas internacionais. Observemos suas próprias palavras:

Embora o nível das revistas seja variável, aqui defendo uma divisão das revistas internacionais: aquelas que publicam artigos de uma única especialidade e as que publicam artigos de várias especialidades (Veja detalhes na Parte I, Cap. 2, item 3). Entre todos os cientistas, ao menos duas revistas do nível supraespecialidade são bem conhecidas: a Nature e a Science. Não são as de maior fator de impacto; em 2014, a Nature foi a 7ª revista de maior fator de impacto e a Science a 16ª. Há outras revistas com esse perfil, como a Nature Communications (145ª), Proceedings of the National Academy of Science, USA-PNAS (186ª), Scientific Reports (487ª) [...]. A revista brasileira que mais se aproxima desse perfil, embora numa escala de impacto muito menor, é a Anais da Academia Brasileira de Ciências. (VOLPATO, 2015, p.18-19).

Na segunda parte do livro de Volpato (2015), percebemos novamente a menção das revistas internacionais, especificamente no capítulo 4, “Planeje”, e, particularmente no tópico intitulado “escolha e conheça a revista para publicação”, em que adentramos a questão da importância de se conhecer melhor a revista que se pretende publicar, chegando a observar, por exemplo, os artigos recentes e as normas. Passamos, então, toda a terceira parte do livro e a quarta parte, intitulada “Rotina do Método Lógico”, então é que nos deparamos novamente com a discussão em torno das revistas internacionais, especificamente no tópico, “Coloque nas normas da revista”, em que o autor nos chama atenção para nos atentarmos sempre para as normas. Na parte 5 do manual, “Rotina do método lógico/ o debate científico”, todos os tópicos (36, 37, 38,39) mencionam a discussão da submissão do artigo à revista. No tópico 36, “Redija a *cover letter*”, a discussão gira em torno da carta por meio da qual os autores apresentam o manuscrito para o editor da revista que o texto se direciona. O tópico 37 volta-se para a indicação de revisores, já no tópico 38 temos a questão de responder aos revisores e editores. O último trata da divulgação do artigo, principalmente da colocação de um artigo em revista conceituada. Na parte 6, “Dúvidas comuns”, temos uma recapitulação do que foi discutido nos tópicos anteriores do manual.

Como dissemos anteriormente, essa discussão em torno das revistas internacionais perpassa todo o manual de Volpato (2015), assim como as suas orientações para a escrita científica, ao longo do texto, atestam isso. Para exemplificarmos, destacamos mais um trecho, especialmente quando ele nos diz: “Mas, lembre-se: as direções apresentadas neste livro são ousadas, miradas para revistas de muito bom nível internacional. Caso você mire seu trabalho abaixo desse nível, faça as ponderações necessárias” (VOLPATO, 2015, p. 22). Enfim, o autor

apresenta uma discussão pormenorizada em torno das revistas científicas internacionais e do estilo científico internacional no decorrer dos demais capítulos citados acima. Discorrendo sobre o que são as revistas científicas internacionais, seus níveis, o que um artigo deve conter para aproximar-se/adequar-se ao nível internacional, etc. Na primeira parte do livro, especificamente no segundo capítulo, é esclarecido que uma revista internacional não é apenas aquela que está em inglês, na internet e que tem dois ou três artigos do exterior. A revista internacional precisa ter duas coisas: publicar artigos de cientistas de vários países e ter seus artigos citados por cientistas de vários países, principalmente com autores de uns países citando artigos de autores de outros países (VOLPATO, 2015, p.31).

Temos também esclarecimentos sobre dois níveis que precisam ser considerados em se tratando de revistas internacionais. Segundo Volpato (2015, p. 32) revistas internacionais da especialidade são aquelas conhecidas e respeitadas na especialidade, mas que indivíduos de outras áreas (especialidades) não conhecem. Nessas revistas, os editores (e revisores) se preocupam muito com detalhes da pesquisa desenvolvida, mas nem sempre têm a percepção das grandes ideias. Podem até deixar de publicar um belo estudo por discussões pormenorizadas de vícios de área. Enquanto as revistas internacionais supraespecialidades são as que publicam artigos de várias especialidades. Com isso, o autor destaca que corpo editorial tem uma visão mais ampla de ciência e fica mais interessante discutir com esse grupo. Os principais exemplos dessas revistas gerais são *Nature*; *Science*; *Nature Communications*; *PNAS - Proceedings of the National Academy of Science*; *Science Advances* e *PLOS ONE*. Na primeira parte do livro, no segundo capítulo, deparamo-nos com um tópico intitulado “Contextos no texto científico”. Neste, o autor destaca inicialmente o seguinte: “O texto científico tem dois contextos, por analogia do que temos na filosofia (veja Miguel e Videira, 2011): o contexto da descoberta e o contexto da justificação” (VOLPATO, 2015, p.47).

Sobre o contexto da descoberta, o autor esclarece que é o contexto no qual estamos descobrindo a proposta da pesquisa. Procuramos identificar uma pergunta relevante e por meio dela estabelecer nosso objetivo, não sendo a crítica tão fundamental. É composto por um conjunto de informações e raciocínios que levam o cientista a estabelecer seu caminho almejado (objetivo da pesquisa que pode ser apenas três). No artigo científico, esse contexto equivale à introdução do trabalho, no qual contextualizamos a problemática do estudo, dizendo por que escolhemos essa problemática, bem como validamos que nosso objetivo merece ser perseguido. O autor finaliza dizendo que, no contexto da descoberta, não validamos conclusões, mas a proposta teórica de nossa pesquisa, mesmo que apresentemos as

nossas conclusões ao invés dos objetivos.

No que concerne ao contexto da justificação, Volpato (2015) destaca que, ao contrário do anterior, neste validamos nossas conclusões. No caso da ciência empírica, ele é composto das evidências de que dispomos e de nossas argumentações para sustentar as conclusões. Como evidências, entram aqui a nossa metodologia de estudo, os resultados obtidos e conhecimentos válidos da literatura. Já a fundamentação dessa argumentação ocorre na Discussão, na qual o cientista usa de raciocínios lógicos (dedutivos e indutivos) para avaliar suas conclusões.

Por fim, achamos pertinente pontuar que Volpato (2015) nos mostra ainda o que tem mudado na redação científica (idem, p.52). Nesse sentido, o autor discorre sobre as mudanças com o advento da internet. Segundo ele, com o passar do tempo muita coisa muda. O mesmo acontece com os ambientes da ciência e da comunicação científica, “mas essa mudança natural foi atropelada pelo aumento vertiginoso, até incalculável, da diversidade, velocidade e popularização da comunicação. Isso veio com a internet [...]” (VOLPATO, 2015, p. 52). O autor destaca alguns pontos fundamentais, facilidades, influências positivas da internet. No ambiente das publicações, uma mudança fundamental foi que, com o advento da internet, o acesso dos cientistas aos artigos aumentou vertiginosamente. Mesmo aqueles de revistas menos conhecidas, de países sem tradição em ciência, começam a aparecer com a internet. Com isso, para uma mesma temática, o cientista passa a ter mais de uma opção para informação e eventual citação. Ao contrário de antigamente, que o leitor corria atrás do artigo, dada a dificuldade de encontrá-lo ou obtê-lo. “Hoje é o artigo que corre atrás do leitor. Essa foi a principal mudança de influência significativa para a redação científica” (VOLPATO, 2015, p.53).

Segundo o autor, também surgiram mais cientistas com o advento da internet, se consideramos o ano de 1995 como o início dessa era, muitas crianças que nasceram numa época de franca expansão da internet têm hoje menos de 20. Outros já passaram boa parte da adolescência no ambiente da internet e ainda não chegaram aos quarenta anos. No exterior, muitos cientistas conseguem reconhecimento internacional entre 30 e 40 anos. Muitos cientistas antigos se adaptaram bem à nova dimensão do mundo digital. Com isso, muitos cientistas de hoje estão fortemente atrelados em toda essa tecnologia, o que os coloca como leitores especiais, com perfis bem definidos e que exigem da publicação características que antes não eram necessárias ou imaginadas.

Outros exemplos são apontados, tais como os seguintes: “O aumento da possibilidade de se usar cores nos artigos científicos foi um dos primeiros avanços. Foi importante

principalmente para algumas áreas [...]” (VOLPATO, 2015, p. 56). Outra grande novidade apontada são os *links* (idem, p.56), dentre outros pontos elencados. Finalizada a descrição de todos os manuais, passemos, agora, ao olhar analítico e de confronto entre os manuais.

4.1.6 Análise comparativa da menção à comunidade discursiva científica e aos processos de produção e circulação do artigo acadêmico nos manuais

No tocante à questão do processo de produção e circulação do artigo, percebemos algumas semelhanças e diferenças entre os livros analisados, inclusive ainda nos seus conceitos de artigo. Gonçalves (2013, p.21), tal como Motta-Roth (2010, p.65), diz que o artigo acadêmico “é um texto escrito para ser publicado num periódico especializado e tem o objetivo de comunicar os dados de uma pesquisa [...]”. Pereira (2014), já em sua conceituação de artigo, também demonstra essa preocupação de mostrar para o leitor que o artigo é produzido para ser publicado em periódicos, especialmente quando o autor nos diz em sua primeira conceituação de artigo que “o artigo científico é a unidade de informação do periódico científico [...]” (PEREIRA, 2014, p.08). Em Volpato (2015), essa discussão não se revelou em suas conceituações de artigo, mas essa questão do artigo se direcionar para a publicação periódica perpassa todo o seu livro. Percebemos que, em Pereira (2014), essa preocupação é recorrente e retomada em muitos capítulos.

Posteriormente, o autor reitera que se tende a considerar conhecimento científico novo justamente aquilo que aparece publicado em periódicos indexados em base de dados de prestígio. Além disso, continua discorrendo em torno da publicação em periódicos, dos tipos de periódico e suas características, dentre outros pontos conforme mostramos anteriormente. Essas considerações sobre a questão do artigo estar direcionado para a publicação em periódicos especializados aparece em todos os manuais analisados, e não necessariamente e apenas em suas conceituações de artigo. No entanto, somente alguns manuais dedicam um espaço maior para teorizar sobre isso. Em Motta-Roth e Hendges (2010), como vimos, essa discussão revela-se já em sua conceituação de gênero, tal como em Gonçalves (2013) e Pereira (2014). Apresenta-se no primeiro capítulo intitulado “Publique ou pereça” quando as autoras discorrem sobre a questão de que o artigo é publicado em periódicos acadêmicos de diferentes áreas (Idem, p.23).

Lançando um olhar comparativo mais aguçado sobre os manuais, focando a relação ao tratamento dado e o espaço dedicado à questão do artigo ser direcionado para a publicação em periódicos científicos especializados, percebemos que os manuais de Pereira (2014) e Volpato

(2015) são os dois livros que dedicam um espaço maior e mais significativo a essa questão. Gonçalves (2013) discorre um pouco mais do que Motta-Roth e Hendges (2010), já que dedica dois capítulos a isso.

Fazendo um paralelo com as teorizações de Swales (1990), percebemos que sua noção de comunidade discursiva nos oferece suporte para refletimos sobre aspectos contextuais intrínsecos a produção e consumo dos gêneros, uma vez que tal conceito nos remete diretamente ao contexto social de produção e circulação dos gêneros, posto que, para Swales (1990), gêneros são produzidos e emergem no interior de comunidades. Dessa forma, com base em Swales (1990), compreendemos que considerar o processo de produção e circulação social do artigo acadêmico implica considerar também o próprio contexto da comunidade acadêmica enquanto comunidade discursiva que interage com valores, crenças, propósitos, gêneros específicos, modos bem específicos de fazer ciência das diferentes áreas disciplinares que compõem a academia, como também com uma audiência bem definida, pois, ao produzirmos um artigo, devemos ter em mente sempre um público-alvo específico.

Swales (1990), ao caracterizar uma comunidade discursiva, elenca uma série de critérios definidores, dos quais alguns relacionamos com as considerações dos autores dos manuais analisados. Inicialmente, Swales (1990) destaca que uma comunidade discursiva possui um amplo conjunto de objetivos públicos comuns. Assim, os membros de uma comunidade discursiva mantêm propósitos e fins comuns. Conforme descrito anteriormente, percebemos que todos os autores discorrem sobre o aspecto da publicação do artigo acadêmico. Acreditamos que essa questão se configura como um dos objetivos que os membros da comunidade científica têm em comum. Dentre os vários objetivos públicos compartilhados possíveis de serem mencionados, Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) chamam a atenção para a questão da publicação ainda em seus conceitos de artigo.

O segundo e o terceiro critérios elencados por Swales (1990) para a caracterização de uma comunidade discursiva dizem respeito à presença de mecanismos de intercomunicação, participação e *feedback* entre os membros da comunidade. Nesse sentido, podemos destacar que a comunidade discursiva científica possui variados recursos de intercomunicação e uma vasta literatura que também promovem a informação e o *feedback* entre seus membros, tais como livros, papers, artigos etc. Ao discorrerem sobre a atividade de pesquisa, Motta Roth e Hendges (2010, p.66) ressaltam que tal atividade está essencialmente ligada ao meio universitário, no qual professores e alunos desenvolvem estudos que, mais tarde, se tornarão públicos por meio de apresentação em congressos e da publicação de artigos.

Gonçalves (2013) dedica dois capítulos para discutir essa questão da publicação do artigo em periódicos. A autora elenca alguns exemplos de periódicos científicos, revistas de divulgação científica e boletins. Gonçalves (2013, p. 17) destaca ainda que variadas são as formas de comunicar os resultados alcançados pela pesquisa, dentre elas: reuniões, congressos, seminários, artigos científicos e livros publicados em meio digital. Ela reitera que, no caso do artigo, é necessário publicá-lo em periódico ou evento específico para obter visibilidade e respeitabilidade entre os pares no meio acadêmico. Pereira (2014) e Volpato (2015) são os dois autores que dão um destaque maior para a questão do artigo ser publicado em periódicos e revistas científicas, e ambos elencam exemplos de periódicos. Pereira (2014) ainda destaca como canais da comunicação científica escrita os anais de evento, relatórios, teses, dissertações, livros e periódicos. Portanto, apresentações de congressos, bem como a discussão em torno da publicação do artigo em periódicos, reuniões, teses, livros, dentre outros modos de comunicação também, funcionam como mecanismos de intercomunicação e promovem *feedback* conforme argumenta Swales (1990).

Swales (1990) nos esclarece que a comunidade detém ainda um ou mais gêneros a seu dispor. Dentre os diversos gêneros que a comunidade científica detém, os autores pontuam a importância do artigo acadêmico. Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) são os dois autores que parecem mostrar que o artigo é um gênero central na academia. Motta Roth e Hendges (2010, p.23) destacam que o artigo corresponde ao gênero mais utilizado na academia como meio de produção e divulgação do conhecimento. Pereira (2014, p.08) revela, por sua vez, que o artigo é um gênero central da comunidade acadêmica, servindo como um mecanismo de *feedback* entre os membros da comunidade, especificamente quando ele pontua que uma pesquisa só termina quando os seus resultados são divulgados de forma adequada. Pereira (2014) destaca ainda que, nas ciências da saúde e em numerosas outras áreas, o artigo publicado em periódico é o meio mais adequado de comunicação.

Swales (1990) destaca também a necessidade de uma integração razoável entre membros novatos e experientes das comunidades discursivas. Neste sentido, acreditamos que essa integração também ocorra mediante os mecanismos de intercomunicação utilizados ao mesmo tempo pelos membros novatos e pelos membros mais experientes da comunidade discursiva científica, tais como a troca de experiência em congressos, relatórios, anais de evento e publicação de artigos em periódicos, os quais foram citados anteriormente por Motta Roth (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014). Enfim, atentemos ainda para mais algumas observações em torno de outros aspectos importantes na consideração da comunidade discursiva científica e do processo de produção e circulação do artigo acadêmico.

Em relação à audiência/ público alvo, outro aspecto importante ao se produzir o artigo científico, percebemos em Motta-Roth e Hendges (2010) a preocupação das autoras em tratar dessa questão, chegando a destinarem um tópico para tal discussão, embora não tenham dedicado um espaço maior para discutir isso. Além de teorizarem sobre a audiência, as autoras também chamam a atenção para a relação existente entre pesquisa e contexto acadêmico ao dizerem, por exemplo, que a atividade de pesquisa está intimamente ligada ao ambiente universitário (Idem, p. 66). Ao se preocuparem com tais aspectos contextuais, depreendemos mais uma vez uma aproximação das discussões de Motta Roth e Hendges (2010) com as teorizações de Swales (1990), dada a preocupação também deste último em pensar a intrínseca relação existente entre gênero e contexto social e/ou ainda entre gênero e comunidades discursivas. Importante destacar que Motta Roth e Hendges (2010) destacaram também outros contextos de publicação, como jornais, revistas e meios de comunicação de massa.

No livro de Gonçalves (2013), a audiência é rapidamente pontuada. Conforme descrito, vemos que a autora discorre sobre publicação periódica e destaca alguns tipos de periódicos, mas pouco explora essa questão da audiência, aspecto contextual fundamental na consideração da relação entre gênero e comunidade discursiva. Gonçalves (2013, p.15), também de forma breve, pontua a necessidade de se levar em consideração no processo de escrita científica, além do público alvo, a utilidade para a ciência e para a comunidade, dentre outros aspectos. Nesta perspectiva, temos uma aproximação com Swales (1990) no sentido de pensar sobre escrita acadêmica, gêneros acadêmicos, implica necessariamente levar em consideração o contexto social. De todos os livros, somente os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e de Pereira (2014) destinam um tópico específico para teorizar sobre a audiência. Pereira, por sua vez, é quem explora mais significativamente essa questão. Vimos que, no manual deste autor, a menção ao público alvo é retomada em muitos momentos no livro. O autor chega a apresentar tipos de leitores de periódicos científicos da área das ciências da saúde, assim como o tipo de público alvo de alguns periódicos.

Ainda percebemos em Pereira (2014) a preocupação de mostrar a relevância do conhecimento produzido para a comunidade científica, especificamente quando, no capítulo quatorze, discorre sobre a relação existente entre o prestígio dos periódicos e o público alvo, destacando que o leitor exigente, em seu intuito de se atualizar, tende a procurar periódicos respeitados pela comunidade científica. Assim, escolhendo um periódico de grande respeitabilidade, cujo campo de divulgação abrange o assunto do artigo, tende-se a alcançar o público que se almeja (Idem, p. 194). O autor pontua, ainda, que “o artigo publicado reflete as

características do pesquisador e mesmo da instituição que ele representa” (Idem, p.06). Dada essa preocupação recorrente de Pereira (2014) em discutir e dedicar um espaço maior para discorrer sobre aspectos contextuais, foi que notamos também sua aproximação com os postulados teóricos de Swales (1990), considerando-se que, na abordagem teórica de Swales, texto e contexto são indissociáveis.

Vimos que Pereira (2014) destaca que a delimitação do público-alvo se justifica porque não se pode escrever um único texto para todos os tipos de leitor. Portanto, uma vez delimitada a audiência, têm-se delineado, grosso modo, os critérios para compor o conteúdo, a forma do artigo a ser preparado, as definições a constar, os termos a utilizar e a linguagem a adotar. É possível depreendermos das palavras desse autor que, a depender da audiência do artigo, todos esses critérios sofrem uma variação. Fazendo um comparativo entre Gonçalves e Pereira, temos que Gonçalves (2013) chega a pontuar muito brevemente essa questão da audiência, mas a forma como se apresenta essa discussão não chega a tocar na questão de que o artigo pode sofrer variações. Ela destaca apenas que, “antes de iniciar a redação de um artigo científico, é conveniente considerar alguns aspectos, dentre eles: sobre o que escrever, por que escrever, para quem e como escrever” (GONÇALVES, 2013, p.21). São, portanto, breves considerações em torno da audiência.

No manual de Volpato (2015), não nos deparamos com tópicos mais direcionados para a discussão da audiência, tal como fazem Motta Roth (2010) e Pereira (2014). No entanto, a questão da publicação é outro aspecto relacionado ao processo de produção e circulação do artigo que é muito discutido no manual desse autor, principalmente porque as suas orientações são para a produção de artigos a nível internacional. Afinal, “o objetivo é atingir as revistas internacionais” (VOLPATO, 2015, p. 32). Ainda segundo Volpato (2015), na vida acadêmica, o cientista perambulará especialmente pelo nível das revistas da especialidade, mas a cada ano se torna mais necessário que adentre as revistas supraespecialidade (Idem, p. 32).

Além das discussões focadas em torno das publicações em periódicos internacionais, o que Volpato (2015, p.47) apresenta ainda como “contextos no texto científico”, diferencia-se das discussões dos outros manuais analisados, assim como de Swales (1990), posto que, para Volpato (2015), a ideia de contexto diz respeito, primeiramente, ao contexto da descoberta, equivalendo à introdução do trabalho, o momento em que se contextualiza o problema do estudo. E, em segundo lugar, refere-se ao contexto da justificação, momento em que se validam as conclusões. Como vimos, à fundamentação dessa argumentação em torno do contexto de justificação ocorre na discussão do trabalho, etapa na qual o cientista utiliza de raciocínios lógicos (dedutivos e indutivos) para validar suas conclusões (Idem, p.47-48).

Em se tratando especificamente da análise do processo de produção e circulação do gênero artigo acadêmico no manual de Volpato (2015), acreditamos que talvez a questão do autor dar um enfoque maior na produção e publicação do artigo em revistas internacionais não deixe de ser a menção a processo de produção e circulação social desse gênero, aspecto tão considerado por Swales (1990) em se tratando de gêneros acadêmicos. Não dá para pensar no estudo de gêneros acadêmicos no âmbito da abordagem de Swales sem pensar no viés social que os circunda, considerando-se, principalmente, os entornos da comunidade discursiva, seja ela acadêmica ou não. A pesquisa de Bernardino (2000) na comunidade dos Alcoólicos Anônimos atesta isso. Mas, por outro lado, vemos que o manual de Volpato (2015) não apresenta nenhum tópico ou capítulo mais direcionado a explorar outros aspectos necessários à escrita científica, como a audiência. Vimos que, dos demais manuais analisados, somente Gonçalves (2013) também não destina algum tópico para essa questão. No entanto, diferentemente de Volpato (2015), Gonçalves (2013) chega ainda a pontuar esse aspecto em determinado momento.

Ao se considerar a importância da audiência no processo de escrita de textos científicos, sem dúvida, possibilita-se uma adequação do estilo e da linguagem ao público alvo do texto. Conforme descrito especificamente no manual de Pereira (2014), alguns periódicos têm um público leitor que lhe é mais comum. Além disso, um dos trechos descritos corrobora o que acabamos de mencionar sobre a audiência implicar adequação da linguagem. Nesse sentido, Pereira (2014) destaca que delimitada a audiência, têm-se delineados os critérios para compor o conteúdo, a forma do artigo a ser preparado, as definições a constar, os termos a utilizar e a linguagem a adotar (Idem, p.11). Enfim, de forma geral, percebemos que se faz necessário que os manuais de orientação dediquem um espaço mais significativo para discutir, por exemplo, a importância da audiência no processo de produção e circulação do artigo, afinal somente dois manuais direcionaram um tópico para discorrer sobre isso.

Já em relação ao aspecto da publicação, todos os manuais dedicaram um espaço para tal questão, alguns até mais que outros. É notória também a necessidade desses manuais mostrarem a relevância do conhecimento produzido para a comunidade. Afinal, pensar a produção do gênero artigo de modo significativo implica levar em consideração justamente pontos que vão desde a audiência à relevância do conhecimento produzido pela comunidade. Nesse sentido, o livro de Pereira (2014) foi o que melhor explorou esses aspectos. A seguir, apontamos ainda alguns outros pontos semelhantes entre os manuais acima.

Vimos que tanto Volpato (2015), assim como Pereira (2014), destacam revistas de muito bom nível internacional. Pereira, por sua vez, foca nas revistas direcionadas para a área

médica. Tanto Pereira (2014) como Volpato (2015) discorrem sobre as influências da globalização e a questão das publicações eletrônicas. Gonçalves apenas apresenta uma lista com endereços eletrônicos no âmbito das revistas brasileiras.

Em relação ao processo de produção do artigo acadêmico, Pereira (2014) discorre sobre a ideia de que o texto científico tem uma lógica interna, tal como Volpato (2015). No entanto, em Pereira essa questão não se apresenta de forma tão explícita e com o mesmo espaço como é tratado no livro de Volpato. Neste último, é algo inerente ao seu modo de teorizar sobre o texto científico. Embora Pereira pontue isso em determinado momento e diga que o raciocínio que fundamenta a comunicação científica é abordado em todo o livro, é algo que não está tão explícito e não é reiterado o tempo todo, como em Volpato (2015). Por sua vez, em Gonçalves (2013) essa discussão é apresentada quando a autora elenca alguns aspectos importantes para garantir uma boa escrita científica conforme descrito anteriormente. Como vimos, dentre os pontos destacados por Gonçalves (2013), temos a importância do texto ser claro e lógico. Esse é, portanto, mais um ponto em comum entre Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015).

Entre Pereira (2014) e Volpato (2015) ressaltamos ainda a questão do espaço que ambos dedicam para teorizar sobre os pontos positivos e críticos do advento da internet para a comunicação científica. Considerando que estamos imersos em novas formas de conceber o conhecimento, ler, pesquisar e, principalmente, de produzir o conhecimento, realmente faz-se necessário e pertinente essa discussão nos manuais. Ainda em relação ao processo de produção do artigo, apontamos outra semelhança entre Pereira e Gonçalves, e que também dialoga com Volpato. Conforme descrito anteriormente, Pereira (2014) apresenta algumas qualidades que um bom texto deve conter. Dentre as características elencadas, temos a sequência lógica de apresentação de fatos e argumentos. Neste ponto, vemos uma semelhança com Volpato (2015). E, no que se refere às características apresentadas por Gonçalves (2013), percebemos uma aproximação com Pereira (2014). Das treze características destacadas por Gonçalves (2013), notamos que três são exatamente as mesmas citadas por Pereira (2014), são elas: clareza, concisão e originalidade.

Pudemos perceber também que Pereira (2014) e Gonçalves (2013) discorrem sobre as normas de Vancouver ao discutir sobre normas para a publicação científica. Embora tenhamos resumido o espaço que ambos dedicam para discorrer sobre tais normas, é importante ressaltarmos que esse espaço é ainda maior e mais significativo em Pereira (2014), em que as normas de Vancouver são retomadas como tópico de discussão nos capítulos mais direcionados para a publicação científica, como por exemplo, no capítulo 16, “Submissão do

artigo para publicação”. “Diversos tópicos que constam das normas de Vancouver constituem temas do presente capítulo” (PEREIRA, 2014, p. 224). A título de exemplo, temos a menção das normas de Vancouver para a preparação de tabelas no capítulo 19 (Idem, p. 281). No capítulo 21, sobre ética na pesquisa científica, o autor apresenta as normas de Vancouver sobre conduta em caso de fraude científica (Idem, p. 334).

Antes de encerrarmos as considerações dessa seção, contudo, recapitularemos os principais pontos elencados. Mostramos que, no tocante ao processo de produção e circulação do artigo, ao o conceituarem, três livros têm em comum o fato destacarem que o gênero artigo direciona-se para a publicação em periódicos, os quais foram: “Produção textual na universidade”, de Motta Roth e Hendges (2010); “Manual de artigos científicos”, de Gonçalves (2013), e o livro “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar”, de Pereira (2014). O manual “Guia prático para a redação científica”, de Volpato (2015), não menciona essa questão em suas conceituações de artigo. No entanto, essa discussão do artigo direcionar-se para a publicação em periódicos perpassa todo o seu livro, justamente porque as suas orientações para a redação científica/artigo estão pautadas principalmente no nível das revistas internacionais, inclusive nas revistas supraespecialidades. De todos os livros, os manuais de Pereira (2014) e Volpato (2015) são os dois que dedicam um espaço maior e exploram mais a questão da publicação do artigo.

No que concerne a outros aspectos importantes no processo de produção e circulação do artigo acadêmico, como a menção à audiência e a relevância do estudo para a comunidade, percebemos que Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) são os que mais exploram isso, pois são também os únicos que destinam tópicos para discorrerem sobre a audiência, sendo que essa questão é ainda mais explorada em Pereira (2014). Gonçalves (2013), por sua vez, pontuou muito brevemente, mas também chama atenção para a pertinência do estudo para a comunidade. Volpato (2015) não destina nenhum tópico ou capítulo que trate especificamente desse aspecto. No entanto, fazemos uma ressalva quanto a isto. Tendo em vista que suas orientações focam principalmente no nível das revistas internacionais, talvez possamos tomar o público leitor dessas revistas como o público alvo em se tratando de contexto de produção e circulação do artigo.

Em relação ao comparativo com as teorizações de Swales (1990), podemos dizer que os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) são os dois que mais se aproximam da intrínseca relação entre texto e contexto social, tão pensada por Swales (1990) ao compreender os gêneros como imersos em contextos sociais, o que esse teórico vai chamar de comunidades discursivas. Isso é corroborado justamente pela preocupação e o espaço que

ambos demonstram e dedicam aos aspectos inerentes ao processo de produção e circulação do artigo acadêmico, chegando, por exemplo, a destinarem tópicos para teorizar especificamente sobre a importância de se considerar audiência no processo de produção de textos científicos, dentre outros pontos mencionados.

As teorizações dos manuais de Gonçalves (2013) e Volpato (2015) aproximaram-se de Swales (1990) somente em alguns momentos breves, afastando-se sobremaneira em outros. Ela, por exemplo, mesmo ainda pontuando a questão da audiência, ao mesmo tempo, faz menção ao raciocínio lógico, a lógica e clareza que subjaz o processo de escrita científica. Ele, por sua vez, não explora tanto outros aspectos importantes no processo de produção e circulação do artigo acadêmico, como a audiência, tal como fazem Pereira (2014) e Motta Roth e Hendges (2010), que reservam espaço para teorizar sobre isso. Por fim, outros pontos semelhantes foram apontados entre os livros. Vimos que Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015) têm em comum o fato de ambos discorrerem sobre aspectos lógicos do texto científico ou da redação científica. Pereira (2014) e Volpato (2015) discutem os aspectos positivos, os críticos e as influências da internet para a pesquisa científica, dentre outros pontos não tão principais quanto estes. Portanto, concluímos aqui a análise crítica e comparativa do processo de produção e circulação do artigo acadêmico e da menção à comunidade discursiva científica. Passemos à seção de descrição das diferenças disciplinares.

4.1.7 Descrição da referência às diferenças entre culturas disciplinares nos manuais

Nessa seção descrevemos como os manuais de orientação da escrita científica fazem referência às diferenças entre culturas disciplinares. Iniciemos com o manual de Motta Roth e Hendges (2010). Deparamo-nos, inicialmente, com as primeiras considerações a respeito das diferenças entre culturas disciplinares na construção do artigo acadêmico, especificamente quando Motta Roth e Hendges (2010) discutem sobre a importância de revisarmos o texto ao concluí-lo. As autoras destacam a necessidade de estarmos atentos ao modo como nos posicionamos enquanto membros de uma área. Observemos:

Ao revisar, tente ler o texto em voz alta, como se fosse para outra pessoa. [...]. Leia o texto cuidadosamente e assinale erros de gramática, ortografia, estrutura, estilo etc. Sobretudo, esteja atento ao modo como você se posiciona no texto como membro de uma disciplina acadêmica enquanto comunidade. Para tanto, leve em conta a cultura disciplinar de sua área e as práticas de redação adotadas por seus pares. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 22).

Ainda no primeiro capítulo, ao se referirem aos gêneros acadêmicos de uma forma geral, pontuam aspectos fundamentais para a produção significativa de textos acadêmicos:

Ter uma ideia clara desses gêneros e do modo como eles normalmente são utilizados em nossa área são condições primordiais para que possamos produzir textos acadêmicos eficazmente. Numa área como a química, por exemplo, o artigo acadêmico tem sido tradicionalmente o tipo de texto mais comumente publicado. Mais recentemente, o artigo de química vem perdendo certo espaço para a “comunicação” (Short communication) – um resumo, mais longo que o abstract, de uma pesquisa em andamento. [...]. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 24-25).

Ao fim do primeiro capítulo, Motta Roth e Hendges (2010) esclarecem que na área de letras, os educandos buscam orientações sobre outros gêneros, além do artigo, destacando o principal passo a ser tomado em relação a isso:

Na área de letras, por outro lado, alunos de graduação e pós-graduação frequentemente buscam orientação sobre outros gêneros além do artigo, tais como o ensaio e a resenha. Assim, o primeiro passo para produzir um texto acadêmico é verificar quais os gêneros mais usados na área em questão e como esses gêneros se configuram. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 25).

É no quarto capítulo, “Artigo acadêmico: introdução” que nos deparamos com a menção clara e explícita às diferenças entre áreas/ culturas disciplinares na produção do artigo acadêmico, especificamente quando as autoras esclarecem que “Cada área e cada problema de pesquisa determinam o modo como a pesquisa será desenvolvida e, como consequência, a configuração final do artigo que relatará a pesquisa.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.66).

Ao discorrerem sobre os artigos científicos empíricos e experimentais, Motta Roth e Hendges (2010, p.67) com base em Swales (2004) pontuam que em algumas áreas como astrofísica, artigos experimentais são impensáveis, uma vez que não se pode realizar um experimento com uma estrela ou uma galáxia da mesma forma como se pode realizar um experimento com um composto químico ou uma planta. Assim, os artigos de astrofísica se estruturam mais como argumentações lógicas do que como relatos de análise de dados.

Mais uma vez no capítulo quatro, especificamente no tópico “Razões para se escrever

um artigo” temos à referência às diferenças entre culturas disciplinares. Primeiramente, Motta Roth e Hendges (2010, p.67-68) esclarecem que o artigo objetiva reportar um estudo. No entanto, para que essa informação circule e tenha impacto na área de conhecimento, o leitor precisa estar convencido de que o estudo desenvolvido tem relevância para a área do saber em que a pesquisa se inscreve (neurologia, botânica, educação, sociologia ou economia, por exemplo) e que tem adequação às práticas de pesquisa e de argumentação usadas nessa disciplina. Corroborando essa discussão, as autoras remetem às especificidades de cada área:

Para demonstrar isso, o autor descreve o estudo, expõe e avalia seus resultados, conclui e argumenta, utilizando as convenções próprias àquela área. Cada área tem uma cultura própria que se traduz em um objeto de estudo próprio (numa analogia rudimentar, pode-se dizer que o uso da linguagem é o objeto de estudo na área de letras assim como a saúde bucal na área de odontologia). Isso resulta em modos particulares de construir objetivos e procedimentos, padrões para propor argumentos, maneiras de usar a linguagem (estilo e vocabulário técnico), de argumentar e de refletir sobre problemas na área. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.68).

Em relação ao trecho citado, as autoras esclarecem que a questão das variações disciplinares será discutida melhor no segundo capítulo intitulado “Resenha”, pois o gênero resenha será usado para ilustrar essa variabilidade existente entre as áreas. Aqui fazemos uma ressalva. Nossas análises não contemplam esse capítulo, uma vez que o nosso foco é o artigo acadêmico. No entanto, as leituras realizadas na íntegra desse manual nos oferecem subsídios para fazermos algumas observações sobre tal capítulo.

No quinto capítulo, “Artigo acadêmico: revisão da literatura”, especificamente ao apontarem as características linguísticas da revisão de literatura, Motta Roth e Hendges (2010, p. 99) com base nos estudos de Feak e Swales (2009) esclarecem ainda que “Diferentes áreas tendem a usar verbos de citação específicos”. Nesse sentido, apresentam uma tabela com verbos de citação e frequência de ocorrência em diferentes áreas. Observemos:

Figura 23 – Verbos de citação e frequência de ocorrência em diferentes áreas

Disciplina	Verbos de citação e frequência de ocorrência					
	1*	2	3	4	5	6
Posição						
Biologia	descrever	descobrir	reportar	mostrar	sugerir	observar
Física	desenvolver	reportar	estudar	descobrir	expandir	---
Engenharia elétrica	propor	usar	descrever	mostrar	publicar	desenvolver
Engenharia mecânica	descrever	mostrar	reportar	discutir	dar	desenvolver
Epidemiologia	descobrir	descrever	sugerir	reportar	examinar	mostrar
Enfermagem	descobrir	sugerir	reportar	identificar	indicar	mostrar
Medicina	mostrar	reportar	demonstrar	observar	descobrir	sugerir
Marketing	sugerir	argumentar	descobrir	demonstrar	propor	mostrar
Linguística aplicada	sugerir	argumentar	mostrar	explicar	descobrir	destacar
Psicologia	descobrir	mostrar	sugerir	reportar	demonstrar	enfocar
Sociologia	argumentar	sugerir	descrever	notar	analisar	discutir
Educação	descobrir	sugerir	notar	reportar	demonstrar	fornecer
Filosofia	dizer	sugerir	argumentar	alegar	destacar	pensar

* Da esquerda para a direita, o nº 1 indica os verbos de citação mais usados em cada disciplina.

Tabela 5.1: Frequência de uso de verbos de citação em diferentes áreas

Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p.99)

Ao discorrerem sobre a estrutura retórica da seção de metodologia no sexto capítulo, Motta Roth e Hendges (2010, p.115) esclarecem que existem poucas pesquisas sobre a organização retórica da seção de metodologia no artigo acadêmico. E as poucas pesquisas publicadas dão conta de áreas específicas e é difícil afirmar se as descrições da seção de metodologia apresentadas nessas pesquisas podem ser generalizadas para outras áreas. Percebemos que essa discussão é cabível tanto para a seção de análise da organização retórica do artigo, como para esta seção. Talvez a apresentação de tais pesquisas e modelos retóricos demonstre justamente a preocupação das autoras em comprovar com base em dados de respaldo que verdadeiramente áreas diferentes produzem e organizam o artigo acadêmico de uma maneira retoricamente particular. Estes foram os momentos que Motta Roth e Hendges (2010) fizeram referência às diferenças disciplinares. Passemos, então, a descrição do manual de Gonçalves (2013). No manual de Gonçalves (2013), o único momento que a autora menciona algo mais relacionado à consideração das diferenças disciplinares é quando discute a organização do artigo em dois grandes campos de estudo: ciências humanas e sociais e nas ciências naturais, exatas, tecnológicas e da saúde. Faz-se necessário reiterarmos que essa discussão será explorada, principalmente na seção de análise da descrição retórica do artigo nos manuais.

De acordo com Gonçalves (2013, p. 26) a organização do texto obedece a dois

paradigmas, de acordo com a área em que o estudo se insere. O primeiro volta-se para as ciências humanas e sociais, o qual é reconhecido pela sigla IDC (I-Introdução – D-Desenvolvimento (revisão da literatura e resultados obtidos) e C-Conclusão. O segundo é utilizado nas Ciências Naturais, Exatas, Tecnológicas e da Saúde, representado pela sigla IRMRDC, que significa: I-Introdução, RMRD-Desenvolvimento (revisão da literatura, materiais e métodos, resultados, discussão), C-Conclusão. Portanto, percebemos que tais considerações estão relacionadas tanto com o aspecto da cultura disciplinar quanto com a discussão da descrição retórica do artigo. Finalizada a descrição do manual de Gonçalves (2013), passemos ao manual de “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar” de Pereira (2014).

Considerando-se que o manual de Pereira (2014) é voltado para o público da área da saúde, percebemos que obviamente o autor está sempre se dirigindo para tal público conforme esclarecemos na seção de análise do processo de produção e circulação do artigo, especificamente ao discutirmos sobre a questão da audiência. Por outro lado, percebemos que em alguns momentos ele apresenta algumas considerações mais relacionadas às diferenças entre áreas, conforme mostraremos mais à frente. Vejamos o primeiro trecho mais relacionado a essa questão:

A linguagem usada em periódicos de pesquisa pode ser diferente da empregada em revistas de divulgação científica endereçadas a público mais amplo, como a *Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Uma coisa é escrever para o especialista; outra, para o não especialista, o universitário ou o grande público, havendo uma infinidade de segmentos da sociedade, aos quais o texto poderia ser endereçado. (PEREIRA, 2014, p.12).

No trecho destacado, em outras palavras, o autor discute o processo de adequação da escrita científica aos diferentes públicos, áreas e segmentos sociais. O segundo momento em que podemos fazer uma relação com tal discussão é quando Pereira (2014) discute sobre o processo de escrita e revisão do texto.

No terceiro capítulo, “Planejamento, redação e revisão do texto”, especificamente no tópico “O que evitar na redação” temos a discussão de que ao redigir um artigo, não devemos possibilitar ao leitor associar o texto a qualidades negativas como ignorância, desleixo e descompromisso, pois características negativas dos textos estão associadas a altas taxas de rejeição pelos editores de periódicos científicos. Nesse sentido, o autor destaca que em “Em cada atividade humana, há erros que os especialistas da área classificam como graves, mesmo imperdoáveis. Por exemplo, confundir infecção com doença e associação com relação

causal.” (PEREIRA, 2014, p.24).

Ao fim do sexto capítulo, no tópico “Sugestões”, o autor pontua algo extremamente relacionado à produção científica em diferentes áreas. Ele destaca a necessidade de se usar termos técnicos com seus significados exatos, já que cada campo de estudo utiliza um vocabulário específico. “Cada área do conhecimento dispõe de vocabulário próprio que, se usado corretamente em artigo científico, predispõe o editor favoravelmente na avaliação do texto.” (PEREIRA, 2014, p.80). Encerradas às explanações do manual de Pereira (2014), adentremos ao próximo material.

No manual de Volpato (2015), nos deparamos com a discussão mais relacionada à questão das diferenças disciplinares já na introdução. Ao esclarecer que o perfil das estruturas de artigo defendidas em seu livro é coerente com o que encontramos em revistas internacionais, principalmente nas supraespecialidades, o autor chama atenção para as revistas de especialidades, ressaltando que elas contêm muitos “vícios de área”. Observemos:

No caso das revistas internacionais tradicionais de uma especialidade, a situação pode ser mais complicada. Nelas há muitos vícios de área (que alguns chamam de perfil de área), os quais atrapalham pensar o texto apenas a partir das bases sólidas da ciência e do meio comunicacional. Mas quando o fundamento é forte, mesmo vícios de área podem ser superados. (VOLPATO, 2015, p.19-20).

No trecho em destaque percebemos claramente que os modos particulares de fazer ciência das diferentes áreas são considerados como “vícios de área”. Considerando-se a necessidade de explorar significativamente essa questão da referência às diferenças disciplinares, faz-se necessário retomarmos uma discussão iniciada quando analisamos o conceito de artigo, especificamente quando Volpato (2015) esclarece que está sempre se referindo à ciência e não a especialidade científica. “E falo em ciência e não em especialidade científica. Falo do conhecimento sobre o sistema científico que permeia todas as especialidades de todas as áreas.” (VOLPATO, 2015, p. 26). Em relação a esse trecho, o autor esclarece ainda que para se produzir um artigo de alto nível é preciso ter noção do que seja ciência de bom nível:

Assim, pelo Método Lógico, a construção de um artigo de alto nível se inicia muito precocemente. Começa com a percepção clara do que seja ciência de bom nível. Mais que isso, requer viver o clima de ciência (há muito afastado de nossas instituições). (VOLPATO, 2015, p.26).

Na primeira parte do livro, especialmente no tópico “Classificação lógica das revistas científicas internacionais” o autor critica as revistas das especialidades de áreas:

Revistas internacionais da especialidade são aquelas conhecidas e respeitadas na especialidade, mas que pessoas de outras áreas (especialidades) não conhecem. Nessas revistas os editores (e revisores) se preocupam muito com detalhes da pesquisa desenvolvida, mas nem sempre têm a percepção das grandes ideias. Podem deixar de publicar um belo estudo por discussões pormenorizadas de vícios de área. (VOLPATO, 2015, p.32).

Em seguida define o que são as revistas internacionais supraespecialidade:

Revistas internacionais supraespecialidade são as que publicam artigos de várias especialidades. Com isso, o corpo editorial tem uma visão mais ampla de ciência e fica mais interessante discutir com esse grupo. Os principais exemplos dessas revistas são *Nature*; *Science*; *Nature Communications*; *PNS-Proceedings of the National Academy of Science, USA*; *Science Advances* e *PLOS ONE*. (VOLPATO, 2015, p.32).

Na referida página, Volpato (2015) esclarece que o intuito é justamente atingir as revistas internacionais, principalmente da supraespecialidade.

Volpato (2015) chega a pontuar uma questão um tanto problemática para algumas áreas. Atentemos para suas palavras:

Em minha visão, acredito que haverá uma migração dos textos para formatos curtos, possivelmente de I ou duas páginas, nas quais o autor conta sua história, com dados suficientes para demonstrar a um cientista de áreas paralelas a validade de suas conclusões. Porém, fornecerá ao especialista os detalhes suficientes por meio de Materiais Suplementares. Com isso, não afugentará o cientista de área paralela à especialidade e não frustrará o especialista. (VOLPATO, 2015, p.59).

Ao discorrer sobre os elementos fundamentais do estilo científico internacional, Volpato (2015) destaca as mudanças do estilo científico brasileiro:

Apesar das grandes mudanças nos meios comunicacionais na ciência, o estilo científico (o jeito de escrever) parece ser o que menos mudou. No Brasil a mudança foi maior, porque tínhamos, em várias áreas, vícios de linguagem e expressão que

confrontavam diretamente o estilo científico internacional. Com a globalização, essas áreas tiveram, e algumas ainda têm, dificuldade de se adequarem aos preceitos comunicacionais da ciência internacional de bom nível. (VOLPATO, 2015, p. 60).

Quando defende o uso da primeira pessoa na escrita científica (Eu, para um autor; Nós, para mais de um autor), Volpato (2015) adentra mais uma vez à discussão dos “vícios de área”. Atentemos:

Fazer ciência é defender um discurso construído a partir de base empírica, mas não se reduzindo a essa base. Por questão de coerência e padronização, todo texto passa a ser escrito na primeira pessoa. A arte de uma boa redação impedirá que se fique repetindo demasiadamente “eu” ou “nós” dentro do texto; mas isso depende da criatividade do escritor. Veja que o estilo pessoal é frequentemente mais encontrado nas revistas supraespecialidade, pois nelas os editores fogem mais dos vícios de área e experienciam mais as diferentes áreas, ficando com uma visão mais ampla de ciência. (VOLPATO, 2015, p. 60-61).

Volpato (2015, p.60) ao sugerir que se redija na primeira pessoa destaca que a objetividade científica foi abandonada a mais de um século.

Posteriormente, Volpato (2015) sugere que usemos palavras simples, de fácil entendimento, mesmo fora de nossa área. Vejamos:

Use palavras simples, de fácil compreensão por qualquer cientista, mesmo fora de sua área. Por ex.; ao invés de “Este estudo corrobora que os peixes são seres sencientes”, diga simplesmente que “Este estudo sustenta que os peixes são conscientes de sofrimento”. (VOLPATO, 2015, p.61).

Por fim, Volpato (2015) ressalta ainda que devemos ter cuidado com jargões, pois estes podem restringir seu texto aos especialistas:

Cuidado com jargões. De um lado, podem ser termos técnicos que fecham seu texto aos especialistas (veja item e). De outro, podem ser palavras imprecisas que apenas os mais próximos de seu cotidiano identificam com o sentido que pretende (por e., “correr o gel”, “rodar a análise”, “correr o teste” etc. (VOLPATO, 2015, p.63).

Finalizada a descrição da questão da consideração das diferenças entre culturas disciplinares, passemos à análise.

4.1.8 Análise comparativa da referência às diferenças entre culturas disciplinares nos manuais

Ao descrevermos como os manuais analisados apresentam referência às diferenças disciplinares e como o fazem, percebemos que três manuais têm em comum o fato de não direcionarem nenhum capítulo ou tópico especificamente para teorizar sobre as variações que os gêneros acadêmicos sofrem no interior das diversas áreas, a saber: Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015). Desses três, o manual de Volpato (2015) é o que se distancia sobremaneira dos demais autores, como também dos postulados teóricos de Swales (1990) e das teorizações de Hyland (2000) em torno da noção de cultura disciplinar. É importante destacarmos em relação ao manual de Motta Roth e Hendges (2010) que as autoras pontuam essa questão ao longo do livro e a discutem no capítulo direcionado para o gênero resenha. “A resenha foi usada como exemplo para ilustrar como diferentes culturas disciplinares elaboram maneiras próprias de construir e avaliar conhecimento [...]” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 68). Faz-se necessário esclarecermos que mesmo o nosso foco recaindo sobre o gênero artigo acadêmico, nossas leituras do manual analisado por completo, nos permite fazer um paralelo com esse capítulo de resenha a fim de enriquecer nossas discussões. Passemos, então, às considerações em torno dos manuais.

Nos cinco trechos citados anteriormente, Motta Roth e Hendges (2010) chamam-nos a atenção para como nos posicionamos como membros de uma disciplina, para a necessidade de levarmos em consideração a cultura disciplinar de nossa área e a observação das práticas de redação adotadas pelos seus pares. Elas fazem ainda ponderações sobre os gêneros mais usados em alguns cursos, como também sobre a necessidade de compreendermos como os gêneros são comumente utilizados em dada área disciplinar. Diante do exposto, percebemos a preocupação das autoras em mostrar que a construção do conhecimento verdadeiramente ocorre dentro de comunidades sociais, como bem defende Swales (1990) ao destacar a existência de uma relação indissociável entre gêneros e comunidades discursivas.

Para Hyland (2000), ao considerarmos as comunidades como entidades reais de grupos estáveis em conformidade com suas crenças e valores, podemos estar deixando à margem uma potencial variação e diversidade de regras, participação, modos próprios de interagir dos membros de sua cultura disciplinar. É justamente nesse sentido que Hyland (2000) esclarece que comunidades discursivas não são monolíticas e unitárias. Elas são compostas de indivíduos com experiências diversas, conhecimento especializado, havendo ainda consideráveis variações no modo como os membros identificam seus objetivos, métodos e

crenças, como também na própria maneira como interagem em suas atividades.

Em “Razões para se escrever um artigo”, Motta Roth e Hendges (2010) chama-nos a atenção para a necessidade de estarmos convencidos de que o estudo reportado tem relevância para o campo de estudo em que a pesquisa se insere, bem como adequa-se às práticas de pesquisa e argumentação usadas nesse campo de estudo. Elas reiteram que o autor descreve o estudo, expõe, avalia seus resultados, conclui e argumenta usando as convenções típicas àquela área. No referido tópico, as autoras pontuam ainda que cada área possui modos particulares de construir objetivos, maneiras próprias de usar a linguagem (estilo e vocabulário técnico), modos próprios de argumentar e de refletir acerca de problemas na área. Fazendo um paralelo com os demais autores, percebemos que essa discussão é brevemente pontuada no manual de Pereira (2014), especificamente quando o autor destaca a necessidade de usar termos técnicos com seus significados exatos. Para ele, “cada área do conhecimento dispõe de vocabulário próprio que, se usado corretamente em artigo científico, predispõe o editor favoravelmente na avaliação do texto.” (PEREIRA, 2014, p.80).

No manual de Volpato (2015) a situação é mais crítica, principalmente porque tudo que está aparentemente relacionado aos modos particulares de fazer ciência das diferentes áreas, como o uso de um léxico específico, o autor considera “vícios de área” (VOLPATO, 2015, p.61), ou ainda “vícios de linguagem” (VOLPATO, 2015, p.61). Vimos nos últimos trechos descritos que Volpato (2015) sugere que usemos palavras simples, de fácil compreensão. Ele ressalta que é preciso ter cuidado com jargões, o que ele está compreendendo, por um lado, como termos técnicos e, por outro lado, como palavras imprecisas, tais como as mencionadas no trecho destacado anteriormente. Aos se referir também às revistas internacionais, Volpato (2015) critica as revistas internacionais da especialidade, por considerar que nestes periódicos há muitos vícios de área. Sua visão de ciência é generalista, já que ele fala de um conhecimento que perpassa as especialidades de todas as áreas (Idem, p.26). Na abordagem teórica de Swales (1990), dentre os critérios caracterizadores de uma comunidade discursiva, o autor destaca que além dos gêneros, uma comunidade discursiva possui objetivos e uma nomenclatura em comum, ou seja, o léxico específico. Os itens lexicais, incluindo as abreviaturas, são conhecidos pelos membros, principalmente os experientes. Sujeitos estranhos à comunidade costumam não compreender esse léxico.

Retomando a nossa base teórica, temos que, para Hyland (2000, p.08), cada disciplina pode ser considerada uma tribo acadêmica, com normas particulares, nomenclatura, corpos de conhecimentos, conjunto de convenções e maneiras de indagar sobre o conhecimento como

uma cultura particular. Dessa forma, depreendemos da visão desse autor que cada área possui especificidades que a particulariza frente às demais áreas. Segundo Oliveira (2003), cada campo do conhecimento possui paradigmas peculiares que norteiam, orientam e fundamentam a prática de pesquisa científica. Ainda conforme Hyland (2000), os aspectos caracterizadores de uma área não se apresentam somente no léxico específico ou no conteúdo abordado, mas, principalmente, no modo como cada área conduz, inquir e produz o conhecimento. Segundo Hyland (2000), essas culturas diferem sobremaneira na constituição de seus objetivos, e na própria maneira como estruturam e fundamentam seus argumentos.

Tanto Swales (1990) quanto Hyland (2000) nos falam de uma necessidade de equilíbrio entre membros experientes e novos para a manutenção da comunidade. Para Swales (1990), a sobrevivência da comunidade depende justamente desse equilíbrio entre esses membros. Na concepção de Hyland (2000), os indivíduos de dada cultura disciplinar necessitam adquirir competências discursivas especializadas para se adequarem às expectativas da sua área disciplinar e, então, serão considerados membros efetivos de tal comunidade. Portanto, as teorizações de Volpato (2015) e a sua concepção de fazer ciência notadamente vão de encontro com as discussões desses dois teóricos. De acordo com a visão de Volpato (2015), a qual está respaldada nos estudos do “método lógico”, para se produzir ciência de bom/alto nível é necessário desconsiderar essa maneira particular como cada área argumenta e reflete sobre seus objetos de estudo, especialmente o uso de léxico específico, sendo exatamente essa visão que norteia as orientações da produção do artigo acadêmico, um dos gêneros que mais dialoga com as crenças, os valores, e os modos específicos de construir argumentos de cada área enquanto uma cultura própria (COSTA, 2015; PACHECO, 2016). No que concerne ao manual de Gonçalves (2013), conforme descrito, o único momento que esta autora parece discutir algo mais relacionado à questão das diferenças entre culturas disciplinares é quando discute a organização do artigo em dois grandes campos de estudo: Ciências Humanas e Sociais, e nas Ciências Naturais, Exatas, Tecnológicas e da Saúde (IDC – introdução, desenvolvimento - revisão da literatura e resultados obtidos - e conclusão). Enquanto as Ciências Naturais, Exatas, Tecnológicas e da Saúde são representadas pela sigla IRMRDC, que significa: I- introdução, RMRD-desenvolvimento (revisão da literatura, matérias e métodos, resultados, discussão), C-conclusão. Percebemos que, embora a autora divida em dois grandes grupos, Ciências Humanas e Sociais de um lado, e Ciências Naturais, Exatas, Tecnológicas e da Saúde de outro, acaba tratando esses dois grupos de forma essencialista. A organização de introdução, desenvolvimento e conclusão, em algumas áreas das Ciências Humanas e Sociais, é diferente, havendo diversidade no próprio campo, como

também no segundo grupo mencionado.

Na tentativa de mostrar que há diferenças entre esses grupos, Gonçalves (2013) é essencialista de tal forma que desconsidera, por exemplo, que dentro desses dois grandes campos de estudo existe variação. No âmbito das Ciências Humanas e Sociais, a área da Linguística, por exemplo, costuma apresentar a unidade de metodologia. A pesquisa de Costa (2015, p.139) sobre a organização de artigos experimentais na área da Linguística revelou que a unidade de metodologia foi construída em cinco de dez exemplares desse tipo de artigo. Nos outros artigos, as informações metodológicas eram citadas na seção de introdução, resultados e discussão. Percebemos ainda que Gonçalves (2013) não faz nenhuma ressalva quanto a essa possibilidade das informações metodológicas aparecerem em seções como a introdução. Swales (1990), por sua vez, apresenta como esquematização retórica básica do artigo acadêmico a estrutura IMRD (introdução, metodologia, resultados e discussão), a qual apresenta variações nas diversas áreas do conhecimento. Outras pesquisas atestam essa variação entre campos de estudo ressaltada por Swales (1990), como também mostram que em algumas áreas, como Exatas, Biológicas e Humanas, têm-se averiguado uma heterogeneidade na forma como estruturam o artigo científico. Conforme Kurtz (2004, p.23), a estrutura retórica de Swales (1990) para o artigo acadêmico realmente apresenta variações entre os diferentes campos de estudo: “Pesquisas ligadas à análise do AA²² nas diversas áreas do conhecimento como Biológicas, Rurais, Exatas e Humanas [...] têm constatado variações estruturais de acordo com o contexto disciplinar.”. Para ilustrar essa questão, ela faz referência a algumas pesquisas anteriores.

Tendo em vista o exposto, a diferença entre culturas disciplinares não é levada em consideração no manual de Gonçalves (2013), justamente porque a discussão desencadeada nesta pesquisa, com base nos estudos de Hyland (2000/2009), nos permite dizer que tal noção não é pensada em grandes blocos, ao contrário, diz respeito às especificidades de cada área/cultura. Nesse sentido, a Linguística tem um modo próprio de produzir conhecimento que se diferencia de outras áreas dentro desse bloco das Ciências Humanas e Sociais, assim como as demais áreas do segundo grupo. No âmbito da área da Saúde, a qual está incluída no segundo bloco de áreas mencionadas por Gonçalves (2013), Pereira (2014) nos apresenta a estrutura IMRD (introdução, método, resultados e discussão) para artigos originais habitualmente encontrados em periódicos do campo das Ciências da Saúde, conforme consta no seu texto de apresentação do manual. Gonçalves (2013) não considera, por exemplo, que a

²²Abreviação de Artigo Acadêmico

unidade de revisão da literatura também pode ocorrer dentro da seção de introdução, como bem destaca Motta Roth e Hendges (2010, p.90), conforme mostraremos no próximo critério de análise. Dessa forma, Gonçalves (2013) acaba tratando igualmente esses dois grandes blocos de áreas. Reiteramos ainda que Motta Roth e Hendges (2010).

Motta Roth e Hendges (2010) destacam ainda que “cada área e cada problema de pesquisa determinam o modo como a pesquisa será desenvolvida e, como consequência, a configuração final do artigo que relatará a pesquisa” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.66). Essa afirmação das autoras corrobora o que alguns pesquisadores dos estudos sociorretóricos de gêneros acadêmicos têm mostrado recentemente. Pacheco (2016), ao analisar como a área de Nutrição produz o artigo acadêmico e organiza suas unidades retóricas, verificou que realmente os valores, crenças, os modos próprios de inquirir o conhecimento dessa área enquanto uma cultura particular influenciam na maneira como os gêneros acadêmicos são produzidos, especialmente o artigo acadêmico. Costa (2015), ao analisar artigos acadêmicos experimentais, constatou que realmente “[...] as estratégias retóricas adquirem peculiaridades que podem ser explicadas pelas particularidades das culturas disciplinares em que determinado trabalho se insere” (COSTA, 2015, p.229). Portanto, percebemos claramente que Motta Roth e Hendges (2010) realmente discutem a questão das diferenças entre áreas disciplinares, assim como ressaltamos a pertinência dessa questão ser discutida nesses manuais de orientação da escrita científica. No entanto, percebemos que essa discussão deveria ser mais explorada, principalmente nos capítulos direcionados ao artigo acadêmico no manual dessas autoras.

Mostramos que Motta Roth e Hendges (2010) pontuam essa discussão em vários trechos ao longo do manual e nos capítulos direcionados para o artigo acadêmico, como também se propõem a discutir com mais precisão essa variabilidade das áreas no segundo capítulo intitulado “Resenha”. No entanto, percebemos que a associação entre teoria e prática ressaltada pelas autoras, em alguns momentos, não é muito explorada. “Este material didático resulta de uma “reflexão prática” ou da íntima relação entre *reflexão teórica e aplicação prática.*” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.09). Nos capítulos direcionados ao artigo acadêmico, são poucos exemplos práticos apresentados referentes às unidades do artigo acadêmico em diferentes áreas. No capítulo 4, “Artigo acadêmico: introdução”, elas fazem, em alguns momentos, uma discussão teórica em torno das diferenças disciplinares, apresentam o modelo de representação esquemática da seção de introdução de artigos acadêmicos de Swales (1990), mas, ao adentrarem a parte prática, apresentam apenas dois exemplos de fragmentos/textos, um da área de Linguística Aplicada e o outro da área de

Medicina, os quais podem ser averiguados nas referências direcionadas especificamente para os exemplos utilizados (Idem, p.163).

No que concerne a seção de introdução, o primeiro trecho/exemplo prático referente à área de Linguística Aplicada é de um trabalho da própria Motta Roth apresentado em um evento. Este trecho não é de uma introdução, é de um resumo de uma palestra. “Resumo da palestra apresentada no III Seminário do Projeto Salínguas Pesquisa em sala de aula de línguas.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 71). Parece-nos um tanto equivocado as autoras utilizarem um resumo para fazer ponderações para a seção de introdução de artigos acadêmicos. Percebemos ainda que elas tentam mostrar com esse exemplo que há uma progressão das informações ao longo das seções do artigo na própria maneira de encadear as ideias sendo possível retomar na discussão informações mencionadas na introdução. “Assim, as questões mencionadas na introdução são retomadas na discussão de tal maneira que essas duas seções podem ser vistas como imagens espelhadas uma da outra.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 70). Mas por que não utilizar um trecho/exemplo de introdução propriamente dita? Como estão tentando mostrar que as informações mencionadas na introdução serão retomadas na discussão, dada essa progressão das informações do artigo, por que não explorarem um exemplo prático de introdução?

O segundo exemplo apresentado por Motta Roth e Hendges (2010) é realmente uma introdução, e especificamente da área de Medicina. Diz respeito a um trabalho publicado nos Cadernos de saúde pública, conforme consta em suas referências dos exemplos (Idem, p. 163). Nesse momento, notamos que a introdução é usada para mostrar, primeiramente, como palavras-chave são empregadas no texto. As autoras apresentam um mapa semântico para área de Medicina (Saúde pública) com algumas palavras-chave, a saber: mortalidade infantil, condições sociais e análise espacial. Elas reiteram que “geralmente, variações dessas palavras-chave se repetirão na introdução”. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 73). Destacam apenas em uma nota de rodapé que, nas áreas de Humanas, é comum a inserção dos mesmos termos no título do artigo e na citação das palavras-chave, logo abaixo do abstract. Enquanto nas Ciências Rurais, é prática comum à inserção de termos diferentes no título, assim como nas palavras-chave.

Em relação a explorar a discussão das diferenças entre culturas disciplinares, o trecho que mais revela tal relação em se tratando do capítulo direcionado à introdução do artigo acadêmico é quando elas destacam que a Medicina é mostrada como um território “povoado” por pesquisadores que estão constantemente dialogando com estudos já realizados, assim como em outras áreas. Observemos:

Aqui (como também em artigos de outras áreas), a medicina é mostrada como um território “povoado” por pesquisadores, onde muitos estudos já foram realizados e muitos achados já estão sedimentados, conforme a revisão da literatura indica. No entanto, os autores indicam lacunas ainda por preencher no conhecimento estabelecido.” (MOTTA -ROTH E HENDGES, 2010, p. 80).

Percebemos, então, que a referência às diferenças entre culturas disciplinares poderia ser mais explorada nesse capítulo sobre introdução, com ponderações, por exemplo, sobre como diferentes áreas organizam as informações da seção de introdução, justamente através do confronto entre mais exemplos práticos. Parece-nos que os dois exemplos apresentados poderiam ter sido melhor explorados nesse sentido. E por que não usarem trechos/exemplos de introduções de diferentes áreas, já que ressaltaram tanto as diferenças entre culturas disciplinares?

No capítulo “Artigo acadêmico: revisão da literatura”, as autoras apresentam apenas dois exemplos práticos desta unidade. O primeiro exemplo é da área de Economia, o segundo é da área de Educação, além de fragmentos/exemplos sem referência, os quais são usados para exemplificar as subfunções retóricas da seção de revisão da literatura. As autoras fazem esclarecimentos a esse respeito em nota de rodapé: “Por razões de economia de espaço e apenas para fins de ilustração, exemplos sem identificação são adaptações do original” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.94).

No capítulo direcionado para a discussão da metodologia do artigo acadêmico, as autoras apresentam somente dois exemplos práticos dessa unidade, dos quais um é utilizado como sugestão de atividade. O primeiro exemplo/trecho é da área de Arquitetura. Já o segundo trata-se de um trecho da área de Zootecnia. Observemos:

Observe o exemplo 6.2 e tente reconhecer elementos pertinentes à metodologia desse estudo (na área de zootecnia). Tente identificar a menção de elementos relativos a: 1.sujeitos; 2.materiais; 3.categorias; 4.ações; 5.procedimentos; 6.ordem cronológica dos fatos; e 7.tempo e espaço. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.121-122).

É justamente o trecho retirado da área de Zootecnia que as autoras propõem para a atividade. No capítulo da análise e discussão dos resultados, encontramos dois trechos/exemplos práticos da seção de resultados e discussão, ambos da área de Biologia. E um terceiro exemplo que foi utilizado como sugestão de atividade, este do campo da Saúde Pública (Idem,

p.143).

No segundo capítulo, a variabilidade entre as áreas discutidas a partir da resenha restringem-se a dois exemplos práticos desse gênero. O primeiro é uma resenha de um livro na área de Sociologia. O segundo é um “exemplo de resenha retirado do site do periódico da área de Letras [...]” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 37). Um terceiro exemplo de resenha citado é da área de Sociologia, mas como sugestão de atividade. “Observe a resenha do exemplo 2.6 e desenvolva as atividades de números 2 a 5 mencionadas acima” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.46). As autoras ainda destacam alguns trechos sobre essa questão ao longo desse capítulo. Esclarecem, por exemplo, que o gênero resenha poderá ser usado com maior ou menor frequência conforme os interesses de cada área, dentre outras considerações.

Em relação à primeira resenha, Motta Roth e Hendges (2010, p.36) chegam a destacar ainda que ao fazer comentários avaliativos sobre as temáticas abordadas no livro, a resenhadora chama para si o papel de especialista (autoridade) frente ao leitor que, por sua vez, se constitui como membro (aspirante ou especialista) de uma comunidade acadêmica. O objetivo da autora da resenha parece ser demonstrar autoridade dentro da disciplina. Nesse momento, as autoras esclarecem também que resenhas comumente trazem descrição de material extra que vai além do texto principal de cada capítulo do livro, no formato de apêndice, anexos, tabelas, gráficos, figuras etc. “O tipo e a frequência desses materiais adicionais variam de área para área e dentro de cada área, dependendo do assunto tratado no livro” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 36). Portanto, apesar das autoras apresentarem modelos retóricos para as unidades do artigo acadêmico e mencionarem o tempo todo essa variabilidade entre áreas no segundo capítulo, percebemos que essa última questão deveria ser mais explorada, tanto nos capítulos voltados para o artigo acadêmico como no capítulo de resenha. Essa discussão talvez fosse mais enriquecida caso fossem apresentados mais exemplos práticos da construção desses gêneros em um número maior de áreas, principalmente em se tratando das considerações em torno das unidades do artigo acadêmico. Enfim, passemos a outras considerações elencadas de nossas análises.

Em relação às teorizações dos demais autores, percebemos que além do manual de Motta Roth e Hendges (2010), o manual de Pereira (2014) é o único dos demais que pontua algo relacionado às diferenças entre culturas disciplinares. Por outro lado, essa discussão revela-se de forma muito breve, incipiente, principalmente porque essa questão é pontuada somente em alguns trechos ao longo do seu manual. Ao mencionar que uma coisa é escrever para o especialista e outra é escrever para o não especialista, o universitário ou o grande

público, havendo ainda uma infinidade de seguimentos de sociais, em outras palavras, Pereira (2014) diz que o especialista é alguém com autoridade no estudo realizado, que é um membro experiente da comunidade, da área em que a pesquisa se insere (SWALES, 1990; HYLAND, 2000). Os diferentes segmentos sociais mencionados pelo autor também não deixam de englobar os diferentes campos de conhecimento para os quais o estudo poderá ser direcionado.

No tocante as teorizações de Volpato (2015), percebemos que ele aponta um aspecto muito positivo no processo de escrita científica, ele se posiciona contra a objetividade científica. Esse aspecto é muito pertinente, por que, de acordo com os estudos de Hyland (2000/2009), vemos que o discurso científico também revela como os autores se posicionam enquanto membros de uma cultura disciplinar. Ao se desconsiderar a objetividade científica, abrimos espaço para se pensar questões como essa. Segundo Hyland (2009), por meio do discursivo, ou seja, da forma como nos posicionamos discursivamente, construímos as relações sociais que sustentam a academia, as disciplinas, bem como a produção do próprio conhecimento. Hyland (2009) reitera que, ao usar a linguagem para escrever, compreender questões particulares, os indivíduos criam realidades sociais e identidades pessoais. Ainda segundo o autor, escrever enquanto membro de uma área, significa utilizar-se dos textos de modo que os membros iniciantes compreendam, por exemplo, como “fazendo biologia” ou “fazendo sociologia”, o que implica restringir como algo pode ser dito como também confere ao escritor certa autoridade para dizê-lo. Então, quando utilizamos a primeira pessoa (eu/nós) estamos não somente nos implicando no que estamos escrevendo, estamos implicados enquanto membros de determinado campo de estudo ou ainda de dada instituição.

Por fim, vimos que Volpato (2015) destaca algo muito problemático para algumas áreas, especificamente quando menciona que, em sua visão, haverá uma migração dos textos para formatos curtos, possivelmente de uma lauda ou duas. Essa questão é inviável, principalmente para as áreas do campo das ciências humanas, as quais tradicionalmente têm uma tendência a escrever muito. Na área da Linguística Aplicada, por exemplo, o próprio objeto de estudo, a linguagem, requer sempre que reflitamos, problematizemos, que sejam construídos argumentos que ora se corroboram e ora se contrastam. Estas são questões que requerem espaço. Assim, duas páginas invalidam a própria maneira de fazer ciência de algumas áreas.

Recapitulando as ideias principais, temos que somente o manual de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) fazem referências às diferenças entre culturas disciplinares. Reiteramos que Pereira (2014) adentra a essa discussão ainda de forma muito breve.

Percebemos que a relação entre teoria e prática no manual de Motta Roth e Hendes (2010), por vezes, não foi tão explorada e que, talvez, a apresentação de mais exemplos práticos das diferentes áreas na discussão das seções do artigo acadêmico enriquecesse mais essa variabilidade entre as áreas tão reiterada em diversos trechos ao longo do livro.

Tanto Motta Roth e Hendges (2010) quanto Pereira (2014) fazem menção ao léxico específico que cada área detém, aproximando-se assim dos postulados teóricos de Swales (1990) e Hyland (2000). O manual de Gonçalves (2013), mesmo ao apresentar uma organização estrutural do artigo em dois grandes grupos de áreas, vai de encontro com as discussões de Hyland (2000), já que a noção de cultura disciplinar é pensada em relação às especificidades de cada área e não para grandes grupos de área. Por fim, o manual de Volpato (2015), mais uma vez, se distancia sobremaneira do que esperávamos e principalmente das teorizações de nosso aporte teórico, especialmente por considerar as particularidades, os modos de argumentar próprios de cada área como “vícios de área” ou “vícios de linguagem”.

4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS UNIDADES RETÓRICAS DO ARTIGO ACADÊMICO NOS MANUAIS

4.2.1 Descrição da organização retórica da unidade de introdução nos manuais

Nesta seção seguiremos um direcionamento diferente das anteriores. Por questão de espaço, faremos a descrição retórica e análise dos manuais por unidades do artigo. Iniciemos, então, com as discussões da unidade de introdução no Manual de Motta-Roth e Hendges (2010). Inicialmente, antes de apresentarmos a esquematização de um modelo retórico para a unidade de introdução, Motta Roth e Hendges (2010, p.73) esclarecem que na Introdução é apresentado o tema central como também é contextualizado o problema de pesquisa dentro da área de conhecimento pertinente. Nesta seção também são apresentados o objetivo e a justificativa do estudo. Todas essas questões compreendem a unidade de introdução do artigo. As autoras chamam atenção novamente para tais aspectos caracterizadores da introdução:

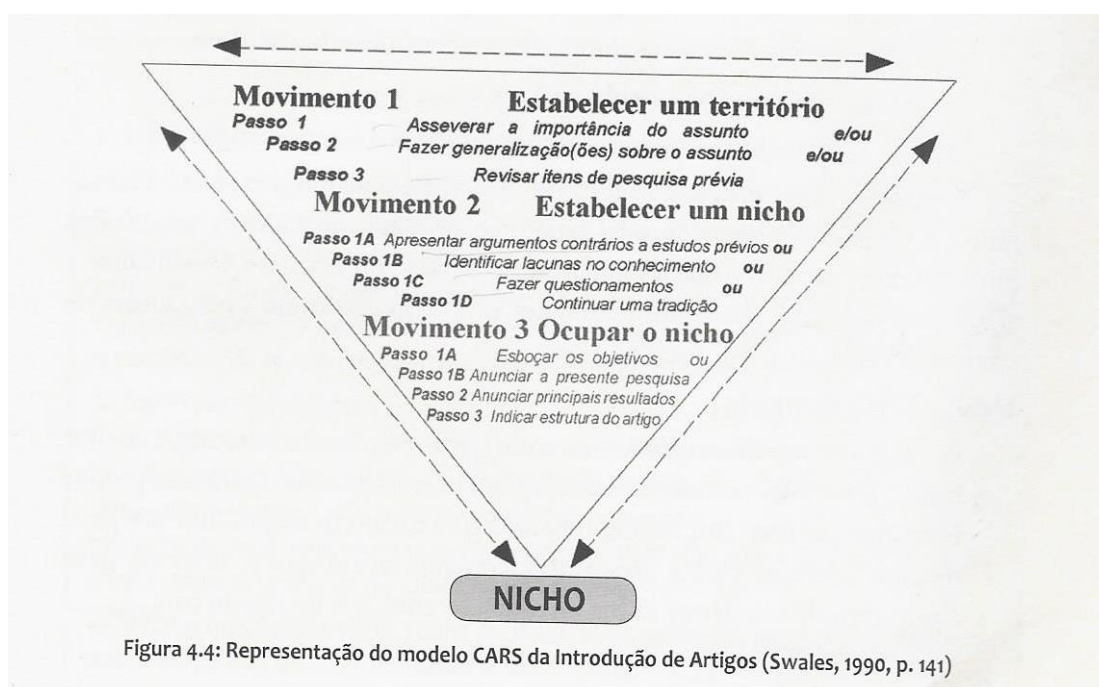
Na introdução, o autor geralmente indica a relevância do tema, revisa itens de pesquisa prévia e faz generalizações sobre o assunto que será tratado no artigo. A relevância do tema é sinalizada por passagens que apontam as lacunas no conhecimento ou a dificuldade na solução de problemas correspondentes. O objetivo é estabelecer uma base de conhecimento compartilhado com o leitor para contextualizar a questão de pesquisa. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.77).

Posteriormente, elas discorrem sobre uma estratégia muito usada no texto introdutório. Observemos:

Uma estratégia muito usada para finalizar a introdução é a apresentação de uma visão geral da organização do trabalho para que o leitor possa construir um enquadramento mental e antecipar os pontos temáticos que serão tratados no texto que se segue, de modo a tornar mais ágil a leitura. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.82).

As autoras esclarecem que fornecer uma visão geral ao fim da introdução sobre como o trabalho se estrutura é muito comum. Motta Roth e Hendges (2010) apresentam ainda o modelo CARS para a seção de introdução, uma representação esquemática elaborada por Swales (1990). Observemos:

Figura 24 – Representação esquemática do modelo CARS



Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p.83).

As autoras reiteram que essa representação ilustra a organização de uma introdução com três momentos. Dessa forma, para introduzir seu relato de pesquisa, um autor: apresenta um território de conhecimento; constrói um nicho para sua pesquisa; ocupa esse nicho com seu trabalho, conforme ilustrado na figura acima. As autoras esclarecem o que significam os movimentos apresentados na figura:

Esses movimentos do texto são chamados movimentos retóricos, pois a cada momento do texto o autor usa os recursos linguísticos disponíveis para interagir com o leitor, persuadindo-o a agir numa determinada direção de acordo com o argumento defendido no texto. (MOTTA ROHT E HENDGES, 2010, p.83).

Esse esclarecimento aos leitores é muito importante para que eles compreendam realmente o que são movimentos retóricos dentro de um texto. De acordo com Motta Roth e Hendges (2010) o primeiro movimento retórico tem como objetivo *apresentar um território* de conhecimento. Para tanto, os autores podem: asseverar a importância do assunto; fazer generalização (ões) sobre ele; revisar itens de pesquisa prévia. Frequentemente, os autores adotam essas três estratégias em conjunto. Para *identificar um nincho* no campo de conhecimento onde seu trabalho possa se inscrever, o autor revê a pesquisa prévia e pode: apresentar argumentos contrários a estudos prévios; Identificar lacunas no conhecimento estabelecido; fazer questionamentos sobre o assunto; continuar uma tradição de pesquisa já estabelecida. Elas reiteram que os autores adotam uma dessas quatro linhas de argumentação para construir um espaço para seu trabalho, já que não pode, por exemplo, indicar lacunas em uma tradição de pesquisa já estabelecida e ao mesmo tempo aderir integralmente a ela. Por fim, para ocupar o nicho que construiu, se pode: definir os objetivos ou as principais características do trabalho; anunciar os principais resultados; indicar a estrutura do artigo. Finalizadas as considerações sobre a organização retórica da seção de introdução no manual de Motta Roth e Hendges (2010), passemos ao “Manual de artigos científicos” de Gonçalves (2013).

A organização retórica do artigo acadêmico no manual de Gonçalves (2013) obedece às estruturas IDC e IRMRDC direcionadas a dois grandes campos de estudo. Observemos as palavras da autora:

A sua organização obedece a dois grandes paradigmas, de acordo com a área em que o estudo se insere. O primeiro, voltado para as Ciências Humanas e Sociais, é reconhecido pela sigla **IDC**, que significa: **I**-Introdução, **D**-Desenvolvimento (revisão da literatura e resultados obtidos) e **C**-Conclusão. O segundo, utilizado nas Ciências Naturais, Exatas, Tecnológicas e da Saúde, representado pela sigla **IRMRDC**, que significa: **I**-Introdução, **RMRD**-Desenvolvimento (revisão da literatura, materiais e métodos, resultados, discussão), **C**- Conclusão. (GONÇALVES, 2013, p.26).

Percebemos no trecho em destaque que a introdução é uma seção produzida por diferentes áreas. Atenemos para as considerações da unidade de introdução da estrutura IDC (Introdução, Desenvolvimento e Conclusão):

A introdução apresenta o assunto e delimita o tema, analisando a problemática que será investigada, definindo conceitos e especificando e especificando os termos adotados a fim de esclarecer o assunto. Nela, devem constar os objetivos da pesquisa, o problema e as hipóteses de trabalho ou as questões norteadoras (quando for o caso), a justificativa da sua escolha e a metodologia utilizada [...], com base no referencial teórico pesquisado. (GONÇALVES, 2013, p.36).

Neste trecho, temos à menção ao assunto, à delimitação do tema, à problemática, aos objetivos e às hipóteses como pontos caracterizadores da unidade de introdução. Em relação à seção de introdução da estrutura IRMRDC, Gonçalves (2013) baseia-se em Azevedo (2001) para caracterizá-la:

Parte inicial do artigo, “onde são estabelecidos, entre outros aspectos, a delimitação da pesquisa, o problema de que trata e os objetivos” (AZEVEDO, 2001, p.82. Encerra-se com uma justificativa da escolha do tema e sua relevância social e científica. Aparecem ainda o problema investigado, suas hipóteses ou as questões norteadoras da pesquisa (quando for o caso). (GONÇALVES, 2013, p.42).

Encerradas as descrições do manual de Gonçalves (2013), adentremos ao manual de “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar” de Pereira (2014). No quinto capítulo “Introdução do artigo” de Pereira (2014) nos deparamos com o tópico “Para que serve a introdução”. Neste tópico o autor apresenta algumas características dessa seção. Observemos:

A introdução informa o que foi pesquisado e o porquê da investigação. É a parte do artigo que prepara o leitor para entender a investigação e a justificativa de sua realização. Deve ser organizada com o propósito de despertar o interesse do leitor e fazê-lo prosseguir na leitura. (PEREIRA, 2014, p.42).

Em “tópicos a abordar na seção de introdução”, o autor destaca que dois conjuntos de informação compõem a seção de introdução do artigo original. O primeiro tem o objetivo de fornecer as informações sobre o tema e a justificativa para a realização da pesquisa. Pereira (2014, p.42) reitera que “[...] a boa introdução convence o leitor de que a pesquisa é relevante, original e assentada em bases sólidas. Será realçado que na área Médica, faz-se menção sucinta aos trabalhos anteriores [...]”. Em seguida, o autor apresenta uma pequena tabela com a estrutura da seção de introdução de um artigo científico original. Vejamos:

Figura 25 – Estrutura da seção de introdução de um artigo científico original**Tabela 5.1** Estrutura da seção de introdução de um artigo científico original e a localização dos tópicos dessa estrutura nas seções do presente capítulo

Tópicos	Seções
Tema da pesquisa e justificativa para investigação	5.3 a 5.13
– Problema investigado e lógica da pesquisa	5.3 a 5.8
– Ligação com a literatura científica	5.9 a 5.13
Objetivo da investigação	5.14 e 5.15

Fonte: Pereira (2014, p.42).

No tópico 5.3 “Apresentação do tema e justificativa para a investigação”, o autor apresenta mais esclarecimentos sobre informações típicas da introdução:

A introdução informa o problema investigado. O exemplo adiante refere-se à pesquisa sobre fatores de risco de câncer de pâncreas. Outros exemplos são mostrados no capítulo. A forma de redação do texto faz com que, direta ou indiretamente, justifique-se a investigação. Relevância do tema e originalidade da investigação são dois ângulos que podem ser realçados na introdução, assunto das próximas duas seções. (PEREIRA, 2014, p.42).

Em a “Relevância do tema”, Pereira (2014) chama a atenção para questões como: Por que o assunto é relevante? Ele é relevante para quem? Não basta o autor julgá-lo relevante. O editor do periódico ao qual o texto é direcionado tem de estar convencido disso. Uma frase apenas pode indicar a relevância do tema “O câncer de pâncreas é altamente letal e sua origem desconhecida na maioria dos casos”. Se necessário, estatísticas devem ser usadas para reforçar ou comprovar a magnitude e a importância do tema investigado.

Nos “comentários adicionais sobre a relevância”, Pereira (2014, p.43) esclarece que “Na introdução do artigo científico, o tema é descrito de modo a mostrar a relevância do problema e prender a atenção do leitor.”. O autor reitera ainda que “A relevância da investigação pode estar ligada não somente à magnitude ou importância do tema, mas à originalidade da abordagem, assunto tratado a seguir.” É importante ressaltar que Pereira (2014) elenca vários exemplos relacionados à área da saúde para ilustrar suas considerações sobre essas questões, os quais não detalharemos por questão de espaço.

Em “Lacunas no conhecimento”, Pereira (2014, p.44) destaca que uma investigação

tem justificativa quando existem lacunas no conhecimento e há possibilidade de acrescentar algo ao que se conhece sobre o assunto com a realização da pesquisa. Nesse sentido, o autor destaca: tema pouco estudado, ampliação de pesquisas anteriores, confirmação de resultados e esclarecimentos de controvérsias. Todos esses aspectos são discutidos por meio de exemplos.

No tópico “Redação do geral para o específico”, Pereira (2014, p. 46) pontua que a redação da introdução é conduzida partindo-se de informações gerais sobre o tema para fixar-se no problema específico investigado. “Em termos figurativos afunila-se o relato para apontar o tópico estudado e, em especial, o que é desconhecido e merece ser investigado.” Nesse sentido, o objetivo da pesquisa vem logo a seguir. O *funil* é uma figura apropriada para representar a redação do texto introdutório.

No tópico intitulado “Objetivo da investigação”, Pereira (2014, p.49) nos chama a atenção para o posicionamento do objetivo dentro da introdução: “Se o encadeamento de assuntos no início do artigo for adequado, o objetivo, que está situado habitualmente no fim da introdução, será a consequência natural e o fechamento dessa parte do artigo.” Ao fim do capítulo, Pereira (2014, p.54) oferece sugestões para a escrita da introdução, destacando que se “inspecione a introdução dos artigos nas melhores revistas científicas.” Reitera que em periódicos de pesquisa clínica de grande impacto, as introduções são concisas.

Por fim, faz-se necessário ressaltarmos que no manual de Pereira (2014) muitas outras questões são exploradas nesse capítulo da introdução. O autor teoriza sobre vinte um tópicos, pertinentes para a área da saúde de uma forma ampla. Então, nos detemos a priorizar as informações mais direcionadas à organização retórica da introdução. Encerradas as explanações em torno do manual de Pereira, iniciemos a descrição do manual “Guia prático para a redação científica” de Volpato (2015). O primeiro momento que Volpato (2015) teoriza sobre a seção de introdução é quando destaca que o texto científico tem dois argumentos lógicos. Observemos:

No texto científico, temos dois argumentos lógicos. Um no contexto da descoberta e outro no contexto da justificação. [...]. Na introdução do artigo temos o contexto da descoberta. O contexto da justificação compreende Métodos, Resultados e Discussão. Com base nessa analogia, esses argumentos lógicos no texto científico são como segue: A-Introdução

- Premissas-Conjunto de todas as informações necessárias para justificar e apresentar a problemática na qual se insere o artigo e também as informações que fundamentam o objetivo escolhido.
- Conclusão – é o objetivo do estudo. (VOLPATO, 2015, p.48).

O autor esclarece nesse trecho que se deve notar que o argumento é desenvolvido para fundamentar o objetivo. Assim, se tiver dúvida se alguma informação deve ou não fazer parte da Introdução do trabalho, pergunte-se: “essa informação é necessária para o leitor entender e perceber a necessidade do objetivo proposto?” (VOLPATO, 2015, p.49). A segunda parte do artigo (contexto da argumentação) será apresentada nas seções de métodos, discussão e conclusão.

Em “Faça o outline da introdução”, Volpato (2015, p.127) destaca que se deve selecionar as informações necessárias para fundamentar os objetivos da pesquisa; organize a sequência de apresentação dessas informações. O autor ressalta que na seção de introdução não se deve ficar comentando sobre variáveis, mas explorar as justificativas que norteiam os objetivos do trabalho. Se há algum referencial teórico que necessariamente tenha que ser explicado, apresente-o da forma mais resumida possível, ligando diretamente à fundamentação do objetivo da pesquisa. O autor chama atenção para à questão da lógica. “Construa a Introdução como se fosse um argumento lógico: toda informação incluída nela deverá ser uma premissa necessária para que o leitor perceba seu objetivo antes de lê-lo.” (VOLPATO, 2015, p.128).

Em “Redija a introdução”, o autor destaca mais algumas orientações sobre a seção de introdução. Ele destaca que se deve mostrar a novidade de sua proposta, devendo incluir somente informações necessárias para contextualizar a pergunta que direcionou o trabalho e justificar o objetivo. O autor ressalta ainda que o objetivo pode aparecer em qualquer lugar da introdução:

O objetivo pode estar em qualquer parte da introdução, mas é importante que o leitor, ao lê-lo, consiga entendê-lo. Ao ler a Introdução (sem o objetivo), o leitor deve conseguir prever o objetivo do trabalho. Se isso ocorre, a argumentação está adequada e suficiente. (VOLPATO, 2015, p.129).

No que concerne à seção de introdução, Volpato (2015) discorre sobre possíveis dúvidas que os educandos possam ter sobre como proceder na produção da introdução. Para tanto, o autor elenca alguns questionamentos sobre a produção dessa unidade. Inicialmente, ao questionar sobre a inclusão do objetivo na introdução ele faz uma analogia com a apresentação de um palestrante para tentar esclarecer se na introdução devemos sempre colocar o objetivo no final. Observemos:

Quando uma pessoa introduz algum palestrante, ela simplesmente deve dizer por que o assunto a ser abordado é necessário e por que aquela pessoa é a melhor opção para falar daquele assunto. No artigo científico não é diferente. Dessa analogia com o palestrante, substitua a “pessoa” pelo “objetivo” e encontrará um caminho interessante. (VOLPATO, 2015, p. 210).

Questionando sobre como deve ser o primeiro parágrafo da introdução, o autor esclarece que não existem regras: “Não há regras. [...] na Introdução você pode ser mais criativo. O padrão mais comum é iniciar apresentando o problema que originou a pesquisa.” (VOLPATO, 2015, p.212).

Outro questionamento que também chama atenção diz respeito à consideração de algum formato, padrão para o texto introdutório. Observemos as palavras do autor:

Há algum formato padrão para se fazer uma Introdução? Não há. O que há é a intenção do autor de mostrar para os leitores qual é o trabalho que ele apresentará na sequência. E essa apresentação é livre. Como estar livre exige maior capacidade, tanto criativa quanto de conteúdo e lógica, uma vasta maioria de pessoas prefere seguir regras mais pontuais (diga-me o que faço...e eu farei!).[...]. O padrão mais óbvio e lógico é: A.Apresente a pergunta que originou a pesquisa (explique-a para o leitor, podendo recorrer ao contexto de onde se extrai a pergunta); B.Fundamente o objetivo escolhido para responder à pergunta apontada acima; C.Apresente seu objetivo (ou mesmo aonde chegou, o que também permite ao leitor conhecer seu objetivo). Esse perfil de Introdução, no entanto, não deve ser seguido como regra. Você pode inovar, desde que fique melhor que isso! (VOLPATO, 2015, p.213).

Outra questão diz respeito à inserção da revisão de literatura na introdução. Verifiquemos suas palavras:

E a revisão de literatura? A revisão da literatura não é um tópico para se colocar nem na Introdução e nem em qualquer outra parte do texto científico. Essa exigência antiquada decorre de uma incompreensão sobre o que significa ensinar um aluno a escrever artigo científico. Pelo fato de orientadores inexperientes exigirem que se inclua esse tópico no texto científico, acabam inculcando no aluno que esse item é necessário e que faz parte de um texto científico. (VOLPATO, 2015, p.213-214).

Para finalizar as descrições do livro de Volpato, vejamos mais uma das questões elencadas pelo autor em relação à escrita da seção de introdução.

Quantas páginas deve ter a Introdução? A sugestão que passo vale não apenas para a Introdução, mas para qualquer parte do artigo (ou TCC, Dissertação e Tese): “nem mais, nem menos do que o necessário”. Essa é a regra para qualquer texto científico. (VOLPATO, 2015, p.219).

Essas foram algumas das questões problematizadas no manual de Volpato (2015). Finalizadas tais considerações, passemos à análise comparativa referente à seção de introdução.

4.2.2 Análise comparativa da organização retórica da unidade de introdução nos manuais

Ao descrevem como a unidade de introdução se organiza nos manuais, Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014) têm em comum a questão de destacarem que, nesta seção, são apresentados o assunto estudado, a contextualização do problema dentro da área em que o estudo se insere, a relevância do tema, os objetivos e a justificativa da pesquisa. Os autores apresentam esses aspectos de forma bastante objetiva. As teorizações de Motta Roth e Hendges (2010) para a introdução têm como base ainda as contribuições do modelo CARS de Swales (1990) para essa seção, oferecendo, assim, uma compreensão mais precisa de como as informações introdutórias são retoricamente organizadas. Pereira (2014) oferece também orientações com base nas instruções para autores do periódico *Annals of Internal Medicine* sobre a redação da introdução.

As orientações em torno dessa unidade, no manual de Volpato (2015), não se apresentam de maneira tão clara e objetiva como nos demais manuais, primeiramente por o autor compreender o artigo como duas grandes seções, a saber: (1) Introdução (ou contexto da descoberta) e (2) Métodos, resultados e discussões (ou contexto da justificação). No interior dessas duas seções existe o que ele chama de “premissas” e “conclusão”, conforme mostrado na seção anterior. Ao dividir o artigo dessa maneira, o autor nos parece falar de uma relação lógica entre as “premissas” e a “conclusão”, tanto para a unidade de introdução (contexto da descoberta) como para a segunda seção (contexto da justificação). Assim, ao se produzir a introdução, o conjunto de informações necessárias para a sua elaboração (premissas) devem dialogar e validar as conclusões do estudo como um todo, conforme podemos depreender de suas próprias palavras:

No texto científico, temos dois argumentos lógicos. Um no contexto da descoberta e outro no contexto da justificação [...]. Como são tratados como argumento lógico,

não devem ter premissas desnecessárias e nem falta de premissas. Ou seja, deve ser exato na relação entre premissas e conclusões. (VOLPATO, 2015, p.48).

Dessa forma, a julgar pela estrutura de artigo apresentada (com premissas e conclusões) e pela observação das próprias palavras do autor, talvez possamos dizer que o processo de escrita e organização das unidades no texto científico (especificamente o artigo), em sua abordagem teórica, só é possível mediante a consideração dessa relação lógica entre premissas e conclusões. Vimos ainda que, posteriormente, ao retomar as considerações da seção de introdução, Volpato (2015), de forma sucinta, mais uma vez chama atenção para a problemática, à fundamentação do estudo e os objetivos como aspectos caracterizadores da unidade de introdução, reiterando que a introdução apresenta o trabalho como um todo, mas sem maiores esclarecimentos (Idem, p.65). Em outro momento, ao retomar as discussões da seção de introdução, Volpato (2015) discorre sobre onde se deve colocar o objetivo na introdução, sobre avançar alguma informação da metodologia já na introdução, sobre como deve ser o primeiro parágrafo, dentre outros pontos. No entanto, essas considerações parecem incipientes, já que Volpato (2015, p.212) parece sugerir tal organização baseado em argumentos do senso comum: “Não há regras. [...] na Introdução você pode ser mais criativo. O padrão mais comum é iniciar apresentando o problema que originou a pesquisa”.

Diante do exposto, percebemos que os aspectos mencionados acima poderiam ter sido mais explorados em alguns manuais, dada a importância da unidade de introdução. Para Swales (1990), a introdução é uma unidade retórica de suma importância na composição do gênero artigo acadêmico. Costa (2015) confirma essa informação ao mostrar, em seu estudo, a recorrência de 100% dessa unidade retórica em artigos acadêmicos. Assim, aspectos como a apresentação do tema e sua relevância, contextualização do problema, objetivos e a justificativa, menção ao objetivo ou de informações metodológicas já na introdução, poderiam ter sido mais discutidos no manual de Volpato (2015), como também em Gonçalves (2013), no sentido de mostrarem, por exemplo, como essas informações se organizam no texto introdutório. Volpato (2015, p.48) pontua brevemente que as premissas são todas as informações necessárias para justificar e apresentar a problemática na qual se insere o artigo, bem como as informações que fundamentaram o objetivo escolhido. Já no manual de Pereira (2014), em alguns momentos, percebemos a preocupação do autor em esclarecer que certas informações são habitualmente usadas para compor a introdução e outras se encontram especificamente em certas partes dessa seção. Essa preocupação do autor pode ser notada

quando, por exemplo, ele destaca que o objetivo é apresentado em uma parte específica da introdução. Nesse sentido, retomemos a leitura de um dos trechos descritos anteriormente:

Dois conjuntos de informação habitualmente compõem a seção introdutória do artigo original [...] as informações sobre o tema e a justificativa para a realização da pesquisa. A boa introdução convence o leitor de que a pesquisa é relevante, original e está assentada em bases sólidas. Será realçado que, na área médica, faz-se apenas menção sucinta aos trabalhos anteriores que deem sustentação aos argumentos apresentados. [...]. A parte final da introdução está reservada para o objetivo do relato. (PEREIRA, 2014, p.42).

O trecho acima revela que o objetivo do estudo deverá aparecer ao fim da introdução, ilustrando como dadas informações obedecem à retórica própria de cada seção do artigo, conforme mostraram também Motta Roth e Hendges (2010) ao recorrerem ao modelo CARS de Swales (1990). Na representação do modelo CARS, a menção ao(s) objetivo(s) do estudo é justamente um dos passos do último movimento retórico (movimento 3, *Ocupar o nicho*) da introdução. Faz-se necessário esclarecermos que os termos *movimento* e *passo*, são uma tradução literal da proposta de Swales (1990). A respeito da análise de gênero proposta por Swales em 1990, citando Bhatia (1993) e Swales (1990), Amirian, Kassaian e Tavakoli (2008) destacam que essa abordagem procura, como objetivo principal, identificar a estrutura esquemática, as estratégias possíveis que permitem aos usuários do gênero atingir seus propósitos comunicativos e as escolhas linguísticas possíveis para realizar essas estratégias. Essa mesma abordagem é baseada no movimento²³, que é uma unidade retórica ou discursiva que realiza função comunicativa coerente no discurso falado ou escrito (SWALES, 2004) ou, ainda, uma unidade semântica associada ao propósito do gênero (AMIRIAN; WANNARUK, 2013; AMIRIAN; KASSAIAN; TAVAKOLI, 2008), isto é, moldada por uma função comunicativa específica (HOLMES, 1997).

De acordo com Nwogu (1997), o movimento significa um grupo de características linguísticas, como os significados lexicais, os significados proposicionais e as forças ilocucionárias, que servem para orientar o segmento textual em relação ao conteúdo. Yang e Allison (2003), por sua vez, esclarecem que um movimento pode ser realizado por qualquer passo²⁴ ou combinação de passos. Esses dois autores reiteram que o movimento captura a função e o propósito do segmento de texto em um nível mais geral, enquanto o passo implica

²³Tradução do termo *move* proposto por Swales (1990) no modelo CARS.

²⁴Tradução do termo *step* proposto por Swales (1990) no modelo CARS, que indica as unidades que compõem o movimento (*move*).

o significado retórico da realização dessa função de maneira mais específica. O quadro de passos é, portanto, um quadro de escolhas retóricas que permitem aos autores realizarem seus propósitos (YANG; ALLISON, 2003). Na literatura atual, também existem diferentes terminologias para a noção de movimento, tais como unidade retórica (BIASI-RODRIGUES, 1998). Sobre a noção de passo, temos subfunção (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010) ou ainda subunidade retórica (BIASI-RODRIGUES, 1998). Esclarecidas as noções de movimento e passo, continuemos nossas considerações sobre como os manuais descrevem retoricamente a unidade de introdução.

Elencamos outras considerações a respeito da descrição da organização retórica nos manuais. Apesar de dois manuais não mencionarem em nenhum momento como retoricamente se organizam as informações que tipicamente aparecem na seção de introdução, percebemos que os aspectos destacados como caracterizadores de tal unidade se apresentam no modelo retórico de Swales (1990). Assim sendo, a relação estabelecida com esse modelo já é suficiente para as discussões desenvolvidas nessa seção, já que este é direcionado especificamente para a seção de introdução de artigos acadêmicos.

Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Pereira (2014), ambos destacam a importância de apresentar o tema, o assunto estudado ou ainda fazer generalização do assunto. No modelo de Swales (1990) os dois primeiros passos do primeiro movimento retórico (*Estabelecer um território*) é justamente asseverar a importância do assunto e/ou fazer generalizações sobre ele. No tocante a questão da contextualização do problema dentro da área e da menção a justificativa, talvez possamos associá-las ao segundo movimento retórico do modelo CARS (*Identificar o nincho*) no campo de conhecimento onde seu trabalho se inscreve. Para tanto, os autores podem tanto (1) apresentar argumentos contrários a estudos prévios; (2) identificar lacunas no conhecimento estabelecido; (3) fazer questionamentos sobre o assunto; ou (4) continuar uma tradição de pesquisa já estabelecida. Essas são questões que, de fato, os autores podem recorrer a uma ou outra ao contextualizarem seus problemas de investigação e justificarem a pesquisa. Os autores também mencionaram o (s) objetivo (s) como um aspecto que também aparece na introdução. No modelo CARS esboçar os objetivos é o primeiro passo do movimento 3 (*Ocupar o nincho*). É importante destacar que os aspectos apresentados por esses autores, de certa forma, foram pontuados em Volpato (2015), mas muito brevemente, não sendo dedicado um espaço para discutir sobre como tais informações se organizam retoricamente se organizam na introdução. Por fim, recapitulando as ideias principais, temos que somente os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014), ao apontarem as informações caracterizadoras da seção de introdução, também mostram como

tais informações se organizam retoricamente no texto introdutório, embora, por outro lado, essa questão em Pereira (2014) ainda seja incipiente, já que o autor não está ancorado a nenhum modelo retórico propriamente dito. Percebemos também que Pereira (2014), ao apresentar todas as informações caracterizadoras da introdução, preocupou-se em explorá-los com variados exemplos. Volpato (2015) dedica um grande espaço para discorrer sobre essa seção, mas suas explicações não tratam propriamente da organização retórica das informações da seção em questão.

Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) são os únicos que apresentam orientações com base em algum modelo para introduções. Elas utilizam como base o modelo CARS de Swales (1990) e ele apresenta como orientações para essa seção as instruções do *Annals of Internal Medicine*. Mas, de forma geral, é evidente a necessidade de alguns manuais explorarem a organização retórica das informações da introdução com base em um suporte teórico ou modelos retóricos que realmente ofereça suporte para tal. Swales (2009, p.39) destaca a importância de se perceber a totalidade de dado texto, ressaltando como modelos de configuração retórica podem contribuir para essa questão. O autor reitera que os “bons” modelos devem causar em seus leitores, ou pelo menos, em boa parte deles, certo senso de revelação. Necessitam evocar, pelos menos no início, algum sentimento como: “Ah, agora entendo o que está acontecendo aqui, de uma maneira que eu não percebia antes; antes eu só via os detalhes, agora tenho uma visão do todo”. Dessa forma, segundo esse teórico, nossa percepção original, confusa e incipiente, sobre uma narrativa oral, um breve relatório técnico, uma transação comercial ou uma introdução de artigo de pesquisa é substituída pelo esquema do modelo. Encerradas as descrições e as análises referentes à seção de introdução do artigo acadêmico, passemos à descrição da unidade de revisão da literatura.

4.2.3 Descrição da organização retórica da unidade de revisão da literatura nos manuais

Inicialmente, Motta Roth e Hendges (2010, p.90) esclarecem que embora o capítulo intitulado “Artigo acadêmico: revisão da literatura” direcione-se para a revisão de literatura como uma seção específica, separada da seção de introdução, ela pode ocorrer “dentro” da seção de introdução. Quando separada, essa seção, geralmente se localiza depois da seção de introdução e antes da seção de metodologia.

Em “Para que serve a revisão de literatura?”, é esclarecido que a revisão de literatura significa fazer referência à literatura previa e tem sido um traço característico dessa unidade.

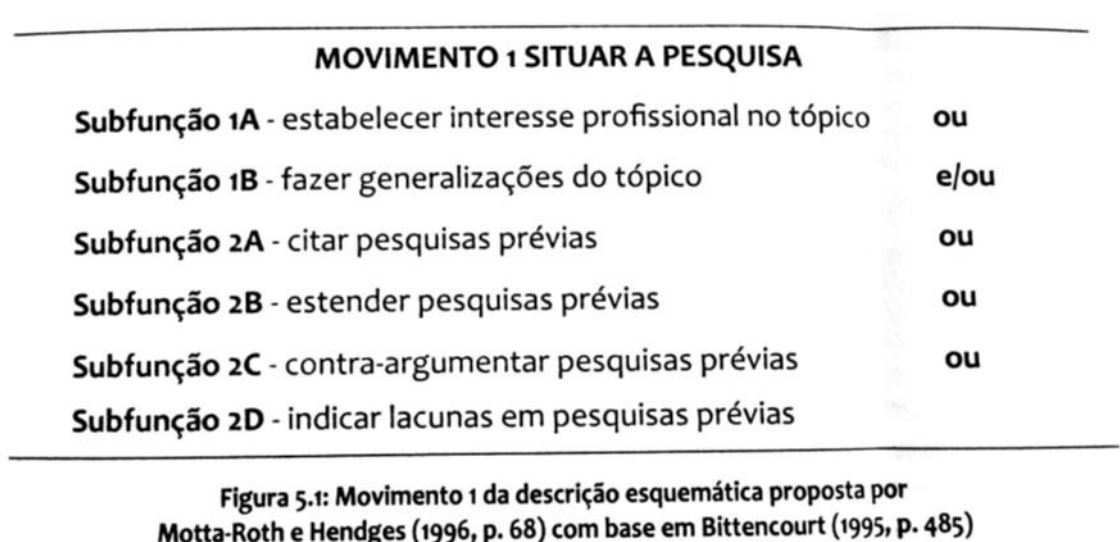
“Essa é uma das várias funções da literatura: utilizar, reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outra (os) autoras (es).” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.90).

Outras funções essenciais da revisão de literatura são: indicar que nos qualificamos como membros de determinada cultura disciplinar por meio da familiaridade com a produção de conhecimento prévia na área; evidenciar que nosso campo de conhecimento já está estabelecido, mas pode e deve receber novas pesquisas; emprestar uma voz de autoridade e posicionamento intelectual ao texto; demonstrar que nossa pesquisa se situa na nossa área de conhecimento, indicando onde e como isso ocorre. Ainda dentro desse tópico as autoras apresentam uma definição para a revisão de literatura. Observemos abaixo:

[...] a revisão da literatura pode ser vista como o momento em que situamos nosso trabalho, pois ao citar uma serie de estudos prévios que servirão como ponto de partida para nossa pesquisa, estaremos “afunilando” a discussão, até chegar ao tópico específico que vamos investigar. Por meio da revisão da literatura, reportamos e avaliamos o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para o trabalho. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.91).

No tópico “Qual é a estrutura retórica da seção de revisão da literatura? Temos a apresentação de um modelo retórico para essa seção. As autoras esclarecem que dentro ou depois da introdução, a revisão de literatura em geral se organiza de acordo com a descrição apresentada na figura abaixo:

Figura 26 – Descrição esquemática da seção de revisão da literatura



Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p.93).

Motta Roth e Hendges (2010) destacam que dentro da introdução, a revisão de literatura apresenta uma orientação mais ampla do que quando situada depois da introdução.

Nas subfunções 1A e 1B, a literatura na área é citada de modo amplo, em termos de interesse geral e generalizações, enquanto, nas subfunções 2A e 2D, são citadas questões mais específicas apontadas por estudos prévios. A subfunção 1 é utilizada para estabelecer o conhecimento na área quanto ao tópico, enquanto a subfunção 2 é usada para selecionar pesquisas prévias específicas ao assunto do trabalho em questão. Ao contrário do que acontece com a subfunção 1 (especialmente ao se fazerem generalizações-subfunção 1B), em que a presença do nome do autor das informações citadas não é obrigatória, a subfunção 2 demanda a identificação da pesquisa prévia.

Na subfunção 1A-“Estabelecer interesse profissional no tópico”, precisamos chamar atenção para a relevância de nosso tópico como forma de seduzir os leitores. Para tanto, podemos usar diferentes marcadores, que podem indicar o número ou a quantidade de estudos já realizados em relação ao tópico que será investigado, tais como “frequentemente”, “bastante”, “muitos”, “um número considerável”, “crescente” dentre outros. Como exemplo é destacado: “Nos últimos anos, um número crescente de estudos têm investigado alternativas para o desenvolvimento sustentável.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.94).

Subfunção 1B, Fazer generalizações do tópico, consiste em afirmações de caráter amplo sobre o estado da arte, que dispensam maiores evidências que as suportem, pois sugerem conhecimento prévio, compartilhado, estabelecido entre escritor e leitor. São, em geral, asserções sobre conhecimento acordado na área, considerado “consensual” entre pesquisadores. Essas asserções podem ser sobre o conhecimento ou sobre práticas da disciplina específica, sendo identificadas por lexemas explícitos como “reconhecido”, “muita evidência”, “completamente compreendido” dentre outros. Exemplo: “O desenvolvimento sustentável é reconhecido como alternativa fundamental para solucionar os problemas relacionados à miséria mundial e à degradação ambiental.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.95).

No que se refere à Subfunção 2A, Citar pesquisas prévias, as autoras esclarecem que considerando as variantes da subfunção 2 (2A, 2B, 2C e 2D), cada uma servirá para o escritor inserir seu trabalho de forma mais ou menos objetiva na área de interesse. Na revisão da literatura de artigos acadêmicos eletrônicos em inglês nas áreas de linguística e economia, Hendges (2001) verificou que, das quatro formas de inserção do trabalho no contexto das pesquisas prévias, os artigos de economia estariam orientados para o extremo mais objetivo e outro de um eixo de progressão (*um continuum*) variável entre dois extremos, um mais

objetivo e outro mais avaliativo. (HENDGES, 2001, p.79). Essa objetividade é expressa pela simples citação de pesquisas prévias (subfunção -2A) na revisão da literatura.

A subfunção 2B, Estender pesquisas prévias, é utilizada para mostrar concordância entre o estudo em questão e pesquisas prévias, o autor pode continuar a tradição em pesquisa na área. Exemplo: “A fim de testar a eficiência de um modelo de desenvolvimento sustentável, fulano (2000) realizou um estudo aplicado ao Nordeste do país [...]. Portanto, o presente trabalho dá continuidade ao trabalho de fulano [...]” (MOTTA-ROTH E HENDGES (2010, p. 96). A Subfunção 2C, Contra-argumentar pesquisas prévias, além de ser frequentemente usado para mostrar concordância, também pode ser usado para contra-argumentar pesquisas prévias, sinalizando, é claro, uma oposição em relação a essas pesquisas.

A subfunção 2D, Indicar lacunas em pesquisas prévias, revela que o estudo anterior não é conclusivo e apresenta alguma limitação, a qual deverá ser compensada com o trabalho desenvolvido. Para tanto, além dos conectivos textuais, os quantificadores negativos como (muito) *pouco* são usados para indicar carências na pesquisa prévia (SWALES, 1999, p.155). Essas são todas as subfunções apresentadas pelas autoras para a seção de revisão da literatura. Passemos às descrições do manual de Gonçalves (2013).

Gonçalves (2013, p.36) discorre brevemente sobre essa seção. Inicialmente, pontua que a revisão de literatura apresenta um debate entre os autores pesquisados, extraído das mais variadas fontes de informação atualizadas, especialmente de publicações periódicas. Posteriormente, destaca apenas que a revisão de literatura faz um “[...] amplo debate entre os autores pesquisados e deles com o autor do artigo, com o objetivo de identificar o estado da arte.” (GONÇALVES, 2013, p.42). É importante ressaltar que somente Motta Roth e Hendges (2010) e Gonçalves (2013) discorrem sobre a unidade de revisão de literatura como uma seção do artigo, conforme a estrutura de artigo acadêmico apresentada por elas. Os manuais de Pereira (2014) e Volpato (2015) fazem apenas algumas considerações sobre essa unidade.

No manual de Pereira (2014), especificamente no tópico “Revisão de literatura na introdução ou na discussão?”, o autor esclarece, primeiramente, que características muito apreciadas em artigo científico são a clareza e a concisão. Para consegui-las é preciso eliminar as repetições. Porém, segundo ele, há dois locais para situar a menção a resultados de pesquisas realizadas na introdução e na discussão. Nesse sentido, é que ele faz menção à revisão de literatura. Observemos:

Uma solução adotada na área médica é restringir a introdução à menção de alguns poucos trabalhos científicos para justificar a própria investigação e para sustentar as afirmações. Já a discussão abrigará apanhado mais extenso da literatura, em que se enfocará a confrontação de resultados das pesquisas de melhor qualidade com os da que está sendo relatada. A sistemática pode ser diferente em outras áreas do conhecimento e, em algumas, a revisão da literatura aparece como seção separada ou subseção da introdução. Não é a prática na área médica. (PEREIRA, 2014, p.108-109).

Reiteramos que a referência à revisão de literatura é realizada dentro do capítulo que o autor discorre sobre a seção de discussão.

No manual de Volpato (2015) às discussões em torno da revisão de literatura se apresenta de maneira um tanto problemática. Observemos suas palavras:

E a revisão de literatura?

A revisão da literatura não é um tópico para se colocar nem na Introdução e nem em qualquer outra parte do texto científico. Essa exigência antiquada decorre de uma incompreensão sobre o que significa ensinar um aluno a escrever artigo científico. Pelo fato de orientadores inexperientes exigirem que se inclua esse tópico no texto científico, acabam incumbindo no aluno que esse item é necessário e que faz parte de um texto científico. Inicialmente, vamos para uma análise amostral. A presença desse tópico na Introdução, ou próximo a ela, num artigo científico, é exceção das mais raras entre as publicações internacionais. Isso já nos sugere que alguma coisa possa estar errada na prática de incluir um item de revisão da literatura na Introdução. Quando vamos para as bases lógicas do processo, vemos que, de fato, essa inclusão é errada e, por isso, ocorre apenas como exceção. Assim, neste caso a prática se coaduna com a lógica, indicando que a prática funciona bem. (VOLPATO, 2015, p.213-214).

No trecho acima, em outras palavras, o autor parece dizer que a revisão de literatura não deve nem ser considerada uma unidade do artigo acadêmico.

Volpato (2015, p.14) esclarece que quando olhamos textos de pior qualidade, tais como a maioria dos TCCS em nosso país, vemos predominância da inclusão do tópico “revisão de literatura” no texto, seja na introdução ou fora dela. “Estariam os TCCS mais corretos que a franca ciência internacional que perambula pelo mundo?” (VOLPATO, 2015, p.214). O autor chega a sugerir que se apresente a revisão de literatura de maneira separada. Atentemos para suas palavras:

Caso seu orientador insista muito para você fazer um texto sobre a tal revisão da literatura, com o intuito de incluí-lo em seu texto científico, proponha a ele apresentar esse texto separado da pesquisa, para ele julgar sobre sua aplicação às

tarefas da aula, ou da orientação, mas não um exercício para o debate científico. Se ele concordar, escreva o texto. Seu orientador poderá corrigi-lo como se fosse uma prova e até lhe dar uma nota, mas não misture isso com a construção de um texto científico que deve trazer conclusões novas. (VOLPATO, 2015, p.215).

Esses foram os pontos mais relacionados à revisão de literatura elencados no manual de Volpato (2015). Finalizadas as considerações da seção de descrição da revisão de literatura, passemos à análise.

4.2.4 Análise comparativa da organização retórica da unidade de revisão da literatura nos manuais

Em se tratando da seção de revisão da literatura, os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Gonçalves (2013) são os únicos manuais que apresentam tal seção. Gonçalves (2013) apresenta a revisão de literatura para a estrutura IDC e para a estrutura IRMRDC para as Ciências Naturais, Exatas, Tecnológica e da Saúde. Fazendo um comparativo entre os manuais dessas autoras, percebemos que o “Manual de artigos científicos”, de Gonçalves (2013), não dedica um espaço maior para teorizar sobre essa unidade, como também em momento algum discorre sobre a organização retórica das informações da revisão de literatura. A autora destaca apenas que o desenvolvimento é elaborado na forma de uma revisão da literatura, apresentando um debate entre autores. Posteriormente, destaca que a revisão de literatura diz respeito a um amplo debate entre os pesquisadores e deles com o autor do artigo, com o objetivo de identificar o estado da arte. Comprendemos que, à medida que fazemos referência a literatura, de certo modo estamos proporcionando um debate entre os autores estudados e deles com o sujeito que fez o artigo. Semelhantemente Motta Roth e Hendges (2010, p.90) destacam que revisar a literatura significa fazer menção à literatura prévia. Para elas, essa seção é muito importante porque é por meio dela que o pesquisador dar crédito a produção intelectual de outra (os) autora (es).

De forma geral, percebemos a necessidade dos manuais discutirem mais sobre as características típicas da seção de revisão da literatura, haja vista que apenas dois manuais trataram a revisão de literatura como uma seção do artigo acadêmico. Outro aspecto importante diz respeito ao fato dessa unidade ocorrer também dentro da introdução. Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) pontuam também essa questão. Pereira (2014) faz explanações sobre a revisão de literatura ser explorada também na seção de discussão, já Gonçalves (2013) não menciona em nenhum momento. Em se tratando do manual de Volpato

(2015), a situação parece um tanto problemática, principalmente porque o autor chega a mencionar que a revisão de literatura não é uma unidade para ser inserida na introdução nem em qualquer outra parte do artigo acadêmico, vindo a reiterar que essa unidade é vista como importante por conta também da inexperiência de alguns orientadores em solicitá-la na produção do artigo acadêmico. As considerações de Volpato (2015) sobre a menção à revisão de literatura na introdução vão de encontro com as discussões de Motta Roth e Hendges (2010), que esclarecem que é comum isso acontecer. Conforme mostrado na seção de descrição, Volpato (2015, p. 214) associa também a predominância da revisão de literatura aos textos de pior qualidade. A pesquisa de Costa (2015) em artigos experimentais na área de Linguística atesta justamente o contrário. Seus achados revelam a pertinência da revisão de literatura para que os autores compreendam melhor as interpretações realizadas na análise de dados. “[...] os autores buscam convidar os leitores a se envolverem com as questões teóricas, para que possam entendê-las bem e compreender melhor as interpretações feitas na análise de dados.” (COSTA, 2015, p. 139). A investigação dessa pesquisadora atesta a importância da unidade de revisão da literatura, diferentemente do que pontua Volpato (2015).

Quanto ao modelo retórico apresentado por Motta Roth e Hendges (2010), faz-se necessário destacar que a pesquisa de Costa (2015) constatou todas as seis subfunções descritas no manual das autoras para a revisão de literatura. Ela explica que a organização retórica da revisão de literatura dos artigos de Linguística, como já mencionado anteriormente, foi elaborada na maior parte dos exemplares do *corpus*, em oito artigos. Diante desse dado, para a análise de movimentos e passos somente consideraremos os oito artigos com a unidade, passando então a considerá-los o total de 100%. Observemos as palavras da autora:

[...] percebemos todas as seis subfunções esperadas por Motta-Roth e Hendges (2010), porém nem todas com frequência relevante. As quatro primeiras subfunções da proposta das autoras apresentaram porcentagem acima de 50%, enquanto as duas últimas apresentaram-se abaixo dessa média. A subfunção 2B (*Estender pesquisas prévias*) foi notada em todos os artigos, seguida da subfunção 2A (*Citar pesquisas prévias*), presente em cinco exemplares, e das subfunções 1A (*Estabelecer interesse profissional notópico*) e 1B (*Fazer generalizações do tópico*), evidentes em quatro artigos. Vejamos, na figura seguinte, a frequência, em porcentagem, de cada subfunção. (COSTA, 2015, p. 134).

A autora esclarece que a subfunção 1A, *estabelecer interesse profissional no tópico*, presente em 50% dos exemplares, foi construída a partir de informações que revelam a importância do tópico estudado. A subfunção 1B, *fazer generalizações do tópico*, elaborada por meio de informações gerais (exemplos 24 e 25), foi notada também em 50% dos artigos.

Já a subfunção 2A, *citar pesquisas prévias*, presente em cinco exemplares, mostrou-se evidente a partir de citações de autores ou pesquisas anteriores sem uma extensa abordagem ou uma revisão propriamente dita da literatura da área. A subfunção 2B, *estender pesquisas prévias*, diferentemente da anterior, tratou especificamente da revisão de literatura em si, com revisão e detalhamento de itens de pesquisas prévias.

Por meio da subfunção 2C, *contra-argumentar pesquisas prévias*, presente em somente um artigo, o autor discorda de determinada abordagem teórica sobre o tema, considerando-a não adequada à sua pesquisa. Já a última subfunção, *indicar lacunas em pesquisas prévias*, evidente em dois exemplares do *corpus*, foi elaborada a partir da indicação explícita de que certo tema possui carência de estudos e pesquisas. Considerando ainda os resultados encontrados, percebemos que a maioria dos autores da área de Linguística optaram por organizar a unidade de revisão de literatura principalmente com informações mais gerais acerca do tema e com uma abordagem mais detalhada do estado da arte. Portanto, essas constatações de Costa (2015), de certa forma, respaldam as teorizações de Motta Roth e Hendges (2010), assim como atestam a eficiência de tal modelo retórico. Assim, percebemos que as teorizações de Motta Roth e Hendges (2010) em torno do modelo retórico apresentado na seção de revisão da literatura se configuram como um grande suporte de auxílio aos graduandos e pós-graduandos no processo de construção da unidade retórica de revisão da literatura, haja vista essas funções se revelarem na análise de Costa (2015).

Em se tratando da organização retórica da revisão de literatura, o manual de Motta Roth e Hendges (2010) é o que realmente explora essa questão. Os demais manuais não discorrem propriamente sobre a organização retórica das informações dessa unidade, como também não apresentam orientações com base em algum modelo ou instruções direcionadas especificamente para a seção de revisão da literatura, afastando-se, assim, das teorizações de Swales. Conforme mostrado na seção de análise da unidade de introdução, Swales (1990) defende a contribuição de modelos para uma escrita científica mais significativa. Enfim, recapitulemos, abaixo, os principais pontos destacados.

Os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Gonçalves (2013) são os únicos a apresentarem a unidade de revisão de literatura como parte da estrutura do artigo. Gonçalves (2013) apresenta a revisão de literatura para as áreas das ciências humanas e sociais e para as ciências naturais, exatas tecnológicas e da saúde. Conforme evidenciado, os manuais de Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015) não discorrem propriamente sobre a organização retórica da unidade de revisão, assim como não recorrem a nenhum modelo retórico ou instruções mais específicas para a unidade de revisão da literatura. Algumas

semelhanças foram percebidas ainda entre as considerações de Motta Roth e Hendges (2010) e Gonçalves (2013). Finalizadas a análise da unidade retórica de revisão da literatura, passemos à descrição da seção de metodologia.

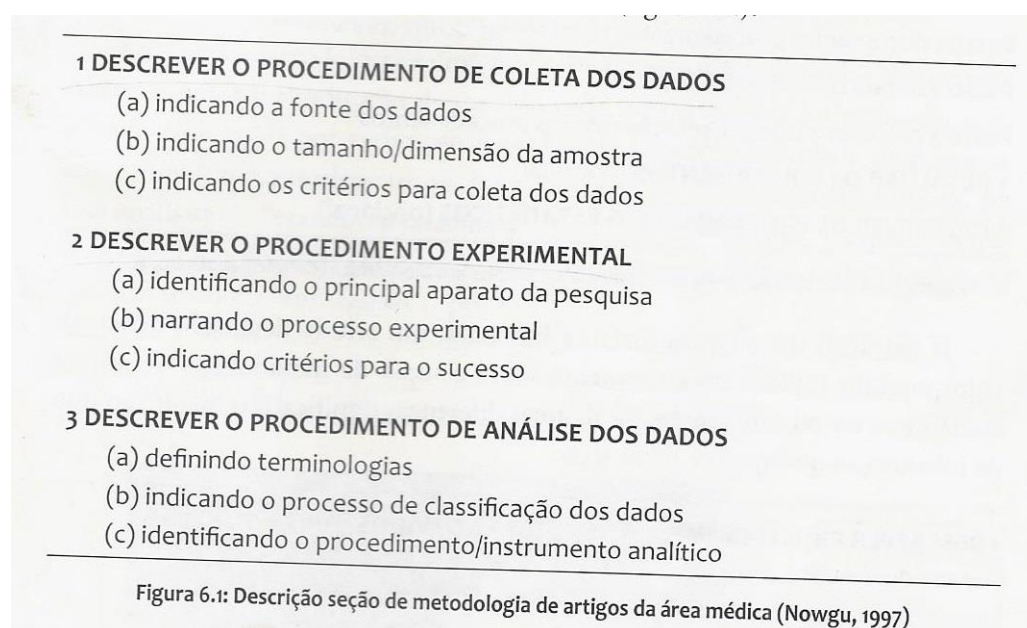
4.2.5 Descrição da organização retórica da unidade de metodologia nos manuais

Motta Roth e Hendges (2010) antes de apresentarem a organização retórica da seção de metodologia fazem explanações sobre o processo de investigação, as formas de estruturar uma investigação, os tipos de abordagens metodológicas (quantitativa e qualitativa) e os tipos de métodos investigativos (método estudo de caso, método pesquisa ação). Ressaltamos que não explicaremos esses pontos, pois o nosso foco é a descrição retórica. No manual das autoras, é dedicado um tópico específico para discutir a estrutura retórica da unidade de metodologia. Segundo as autoras, uma vez definida a abordagem a ser adotada na investigação, devemos definir as etapas metodológicas adotadas no estudo.

No âmbito do tópico denominado “Qual é a estrutura retórica da seção de metodologia?” são esclarecidos, inicialmente o objetivo e a função dessa seção. Atentemos para a citação:

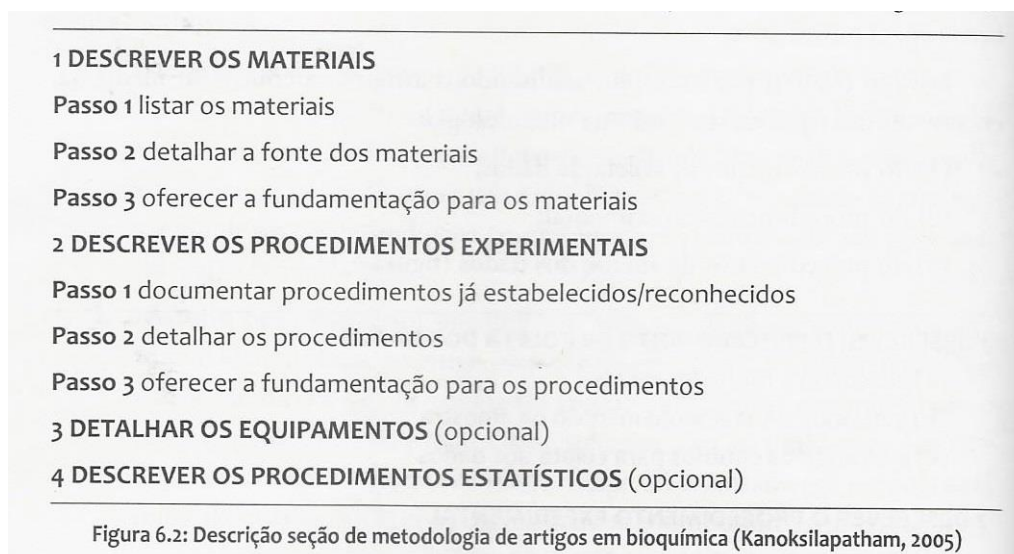
O objetivo da metodologia é apresentar os materiais e os métodos (participantes ou sujeitos, instrumentos, procedimentos, critérios, variáveis/ categorias de análise etc.) a serem adotados. A função retórica dessa seção é narrar os procedimentos de coleta e análise dos dados e descrever os materiais que levam à obtenção de resultados, com maior ou menor detalhadamento, dependendo do objeto de estudo. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 115).

Em seguida, as autoras esclarecem com base em Kanoksilapham (2005) que são poucas as pesquisas sobre a organização retórica da seção de metodologia do artigo acadêmico. “As poucas pesquisas publicadas dão conta de áreas/disciplinas específicas e é difícil afirmar se as descrições da seção de metodologia apresentadas nessas pesquisas podem ser generalizadas para outras áreas.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 115). Elas, então, apresentam alguns modelos retóricos, dentre os quais está um dos modelos descritos em nosso referencial. O primeiro modelo apresentado é o de Nwogu (1997) para a metodologia da área de Medicina. As autoras esclarecem que Nwogu encontrou três tipos de descrição na metodologia: do procedimento de coleta de dados; do procedimento experimental; do procedimento de análise dos dados, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 27 – Descrição da seção de metodologia de artigos da área Médica

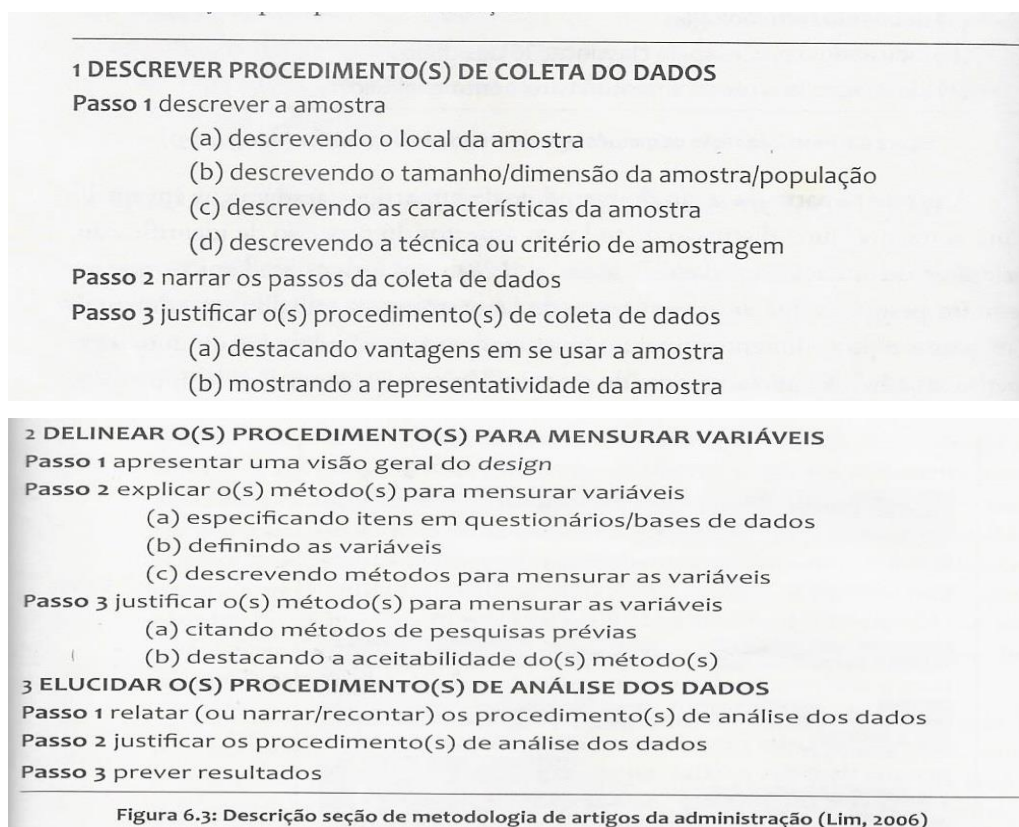
Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p. 115).

Em relação a esse modelo, elas esclarecem que a primeira parte da seção de metodologia em artigos acadêmicos no campo da medicina apresenta uma discussão de todos os aspectos do processo de identificação, seleção e delimitação dos dados. Nos artigos que reportam pesquisas que envolvem testes de laboratório ou trabalho experimental, os passos e procedimentos (incluindo os equipamentos) adotados no processo de experimentação são apresentados de maneira lógica e sequencial. No caso das pesquisas que também envolvem cálculos estatísticos ou quantitativos, os instrumentos utilizados para fazer os cálculos são identificados. No corpus de Nowgu (1997), essa última parte da metodologia é menos frequente do que a primeira e a segunda. É apresentado também o modelo abaixo para a seção de metodologia da área de bioquímica:

Figura 28 – Descrição da seção de metodologia de artigos em Bioquímica

Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p.116).

Para as áreas das ciências sociais e humanas, as autoras apresentam o modelo de Lim (2006) especificamente sobre a seção de metodologia de artigos acadêmicos em administração. Observemos abaixo:

Figura 29 – Descrição da seção de metodologia de artigo da Administração

Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p. 116-117).

Motta Roth e Hendges (2010, p.117) destacam também que a metodologia é uma narrativa das ações desenvolvidas na pesquisa. Assim, os autores fazem indicação de quando cada uma das ações foi realizada, sinalizando essas ações por verbos no passado relacionados à atividade de pesquisa, tais como: “coletou/coletaram-se, foram coletados”, “analisou/analisaram-se, foram analisados”, “examinou/examinaram-se, foram examinados” e expressões que demarcam a ordenação entre essas ações (por exemplo, datas e advérbios como “primeiramente”, “em seguida”, “por fim”).

Motta Roth e Hendges (2010, p.118) esclarecem ainda que a metodologia tem um estilo diferenciado das outras seções, pois nela os autores tendem a apresentar os procedimentos e os materiais usados na pesquisa em uma lista de itens, de modo sintético. Encerradas as considerações desse manual, iniciemos às descrições do manual de Gonçalves (2013).

No manual de Gonçalves (2013) a metodologia aparece apenas na segunda estrutura apresentado IRMRDC (I-introdução, RMDR-Desenvolvimento (revisão da literatura, materiais e métodos, resultados, discussão) direcionando para as ciências naturais, exatas, tecnológicas e da saúde. Vejamos o que ela pontua para a seção de metodologia:

Parte do artigo em que são apresentados e descritos os métodos, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados. Também são comentados os equipamentos, desde que não sejam de uso comum [...].Pode conter ilustrações explicativas. É importante lembrar que, de acordo com a Resolução 196/96 do Ministério da saúde, foram criados os Comitês de Ética e Pesquisa (CEPs) no Brasil, com o intuito de analisar e autorizar projetos de pesquisa que envolvam seres humanos. Assim, se for o caso, deve-se apresentar a forma de consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que participaram da pesquisa, com anuência por si e/ou por seus representantes legais. (GONÇALVES, 2013, p.42).

Percebemos, portanto, que Gonçalves (2013) é muito sucinta ao discorrer sobre a seção de metodologia. No trecho acima, a autora pontua apenas que é a parte do artigo em que são apresentados e descritos as técnicas e os instrumentos utilizados no estudo, chamando atenção também para a questão dos Comitês de Ética. Iniciemos agora às descrições do manual de Pereira (2014).

Inicialmente, é importante ressaltar que o manual de Pereira (2014) apresenta vinte e seis tópicos somente no capítulo de métodos. Nesse sentido, focaremos apenas naqueles mais relacionados à organização do texto da metodologia propriamente dita. Mas Pereira (2014) discute muitas outras questões que também estão relacionadas à metodologia, como por

exemplo, cenário de pesquisa, seleção de participantes para o estudo, população fonte e população externa, tipos de amostra, amostra institucional ou amostra populacional, métodos estatísticos dentre outros pontos. É importante ressaltar também que o artigo em foco em seu manual é o artigo original e a estrutura que o autor segue é a IMRD (Introdução, Resultados, Métodos e Discussão). No quarto capítulo, o autor chega a discorrer sobre os aspectos positivos do formato IMRD. O autor esclarece que de acordo o Grupo de Vancouver, a chamada estrutura IMRD não é simplesmente um formato de publicação arbitrário, mas sim uma reflexão direta do processo de descoberta científica. Portanto, enfatize-se, que a estrutura adotada atualmente para o artigo científico não se resume à questão somente de forma. No que se refere às limitações dessa estrutura, ele destaca que alguns a julgam restrita e advogam por maior liberdade de expressão. Pereira (2014) reitera que nas revistas Science e Nature, de grande prestígio, os textos não contêm as subdivisões mostradas em seu manual. No entanto, como até hoje não se chegou a melhor forma de apresentação dos assuntos, a estrutura IMRD é seguida na maioria dos periódicos científicos, quando da apresentação de artigos de pesquisa originais.

Em relação à organização das informações da metodologia, Pereira (2014, p.58) nos diz que “[...] a seção de métodos esclarece “como”, “onde” e “quando” o estudo foi realizado. O autor fornece as informações necessárias e suficientes para o leitor entender a investigação, aspectos positivos e limitações.” O autor destaca também que “[...] logo após seção introdutória, aparecem às informações sobre o método empregado na investigação.” Ao destacar a estrutura da seção de método do artigo original, o autor apresenta a seguinte tabela:

Figura 30 – Estrutura da seção de método do artigo científico original

Tabela 6.1 Estrutura da seção de método do artigo científico original e a localização dos tópicos dessa estrutura nas seções do Capítulo 6

Tópicos	Seção
Tipo de delineamento	6.4
Cenário da pesquisa; o local e a época em que se desenrolou	6.5
Amostra de participantes	6.6 a 6.12
Coleta de dados	6.13 a 6.21
Intervenção a ser avaliada (se houver); também a intervenção alternativa	6.22
Métodos estatísticos empregados	6.23
Aspectos éticos da investigação	6.24

Fonte: Pereira (2014, p. 59).

O autor apresenta também as instruções para autores do periódico *Annals of Internal Medicine* sobre redação da seção de método do artigo científico e as normas de Vancouver.

As intruções para autores do periódico *Annals* para seção de métodos são essas: Em estudo que envolva seres humanos, devem-se descrever, na seção de métodos, como os participantes foram selecionados e os locais de onde foram recrutados; descrever os procedimentos do estudo, incluindo-se quaisquer intervenções, técnicas de aferição e de coleta de dados. Usar figuras para mostrar os procedimentos, incluindo-se o diagrama de fluxo de participantes no decorrer do estudo; é necessário fornecer números de pacientes em cada fase de recrutamento e de acompanhamento, com o número de pacientes que se recusaram a participar do estudo e o número de pacientes que complementaram o seguimento; declarar, se for o caso, que uma comissão de ética em pesquisa revisou e aprovou a investigação ou afirmou que o protocolo do estudo está coerente com os princípios da Declaração de Helsinque; informar se os participantes deram seu consentimento livre e esclarecido; nos estudos que apresentam dados numéricos como resultados e fazem uso de inferências estatísticas, descrever, na seção de métodos, a metodologia da análise estatística e o software estatístico específico utilizado; em todos os estudos, incluir ao fim da seção de métodos uma declaração que descreva o papel da fonte de financiamento na pesquisa; se o estudo não tiver fonte de financiamento ou se a fonte não tiver influência na investigação, declarar isso de forma explícita.

As normas de Vancouver para a redação da seção de métodos do artigo científico apresentam essas características: incluir apenas informações que estavam disponíveis no momento em que o plano ou o protocolo para o estudo foi escrito e todas as informações obtidas durante a realização do estudo pertencem à seção de resultados. Na seleção e descrição dos participantes: descrever claramente a seleção dos sujeitos da observação ou experimentação (pacientes ou animais de laboratório, inclusive controles), incluindo os critérios de seleção e exclusão e uma descrição da população fonte. Uma vez que a relevância de variáveis, como idade, sexo, para o objeto da pesquisa nem sempre é clara, os autores devem justificar tais variáveis quando elas são incluídas em um relatório, por exemplo, os autores devem explicar por que apenas sujeitos de certas idades foram incluídos, ou por que as mulheres foram excluídas. Deve-se esclarecer como e por que certo estudo foi feito de determinada forma. Informações técnicas: identificar os métodos, o material (dar o nome e o endereço do fabricante entre parênteses) e os procedimentos de forma suficientemente detalhada para permitir que outros reproduzam os resultados; fornecer as referências de métodos estabelecidos, inclusive de métodos estatísticos; dar referências e breves descrições

de métodos que já tenham sido publicados, mas que são pouco conhecidos; descrever métodos novos ou substancialmente modificados, justificar seu uso e avaliar suas limitações; identificar todas as drogas e produtos químicos usados, inclusive nome (s) genérico (s), dosagem (ens) e a forma de administração; os autores que submetem originais de revisão devem incluir uma seção de descrição dos métodos usados para localizar, selecionar, extrair e sintetizar dados. Esses métodos também devem ser brevemente mostrados no resumo.

Ao fim do quarto capítulo, Pereira (2014) ao oferecer sugestões para a redação do artigo destaca:

Observe como as pessoas experientes apresentam as diversas seções de artigo científico, examinando-se como aparecem nos periódicos de renome. Uma estratégia útil consiste em colocar, em cima de uma mesa, quatro ou cinco artigos científicos excelentes, um ao lado do outro. O fito é ler a mesma seção de cada um, verificando seu conteúdo e as nuances que apresentam. Esse procedimento comparativo pode ser aplicado a cada parte do artigo, a iniciar pelo título, por comparação dos títulos dos artigos relacionados. O debate em grupo, sob a forma de clubes de revista, também possibilita que o iniciante aprenda os pormenores da boa comunicação científica e, principalmente, como identificar, evitar ou neutralizar os erros mais comuns. (PEREIRA, 2014, p.39).

No referido trecho, o autor orienta seu público leitor a observar como os sujeitos experientes constroem as unidades do gênero artigo acadêmico. Parece-nos um tanto exhaustiva essa ideia de colocar vários exemplares sobre uma mesa e observar suas seções.

Em “Tópicos a abordar na seção de método”, Pereira (2014) parece chamar a atenção para a construção dessa unidade em formato de lista, especificamente ao destacar que “[...] a redação será mais bem conduzida se elaborada por itens.[...]. Redigir por itens auxilia o autor a não esquecer pontos relevantes da investigação.” (PEREIRA, 2014, p.59).

Em “Tamanho da seção de método”, Pereira (2014, p.79) esclarece que “[...] a extensão da seção estará condicionada ao que é necessário informar ao leitor para que ele entenda o que foi feito, possa repetir a pesquisa ou tenha condições de avaliá-la.” Nesse sentido, destaca que é provável que o tamanho das seções do *New England Journal of Medicine* não possa ser generalizado aos periódicos científicos da área da saúde. Todavia, o perfil revela como a revista de maior impacto em clínica médica apresenta os artigos que publica.

No final do capítulo, especificamente no tópico “Sugestões”, Pereira (2014, p.79) sugere que “Inspeccionar a seção de método nos artigos de boas revistas científicas é uma prática que traz bons ensinamentos. Existe tendência para a padronização da seção entre os periódicos, o que tende a facilitar a redação.” Portanto, finalizamos aqui as descrições do

manual de “Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar” de Pereira (2014). Vejamos, agora, às descrições do manual “Guia prático para a redação científica” de Volapto (2015).

Volpato (2015) compreende que tanto a seção de métodos como Resultados e Discussão devem apresentar o que ele chama de premissas e conclusões. Atentemos para suas palavras:

- Premissas- Toda informação que nos Métodos valide os resultados; todos os resultados e informações da literatura que validem as conclusões.
- Conclusões – As conclusões do trabalho que são defendidas pelos autores. (VOLPATO, 2015, p.49).

Em relação ao trecho acima, Volpato (2015, p.49) esclarece se tiver dúvida sobre a inclusão ou exclusão de qualquer informação nos Métodos é preciso se perguntar se é uma premissa fundamental para sustentar as conclusões do estudo, caso contrário é necessário retirá-la. Posteriormente, o autor apresenta outras considerações sobre a seção de métodos. Nesse sentido, destaca que essa unidade informa como a pesquisa foi planejada e como foi executada, permitindo que outros cientistas possam refazer esse estudo, de forma idêntica ou similar (Idem, p. 65).

Em “Redija a seção de métodos” são elencados alguns questionamentos que o autor responde. “**Devo incluir o nome do pacote (ou software) que usei para efetuar as análises estatísticas?** Não. O importante ao apresentar a estatística que usou é dar ao leitor uma clara noção dos testes que empregou [...]” (VOLPATO, 2015, p.179).

Mais um dos pontos questionados apontados em Volpato (2015, p.183) diz respeito à diferença ente métodos e técnicas. O autor esclarece dizendo que na prática da redação científica as duas palavras são usadas como sinônimos, mas se podem conceituar os Métodos como as estratégias conceituais e amplas dos procedimentos. O Método é o processo mais teórico, mais global. As técnicas dizem respeito aos meios pelos quais apreendemos nossa base empírica (técnica de coleta de dados). Os métodos ficam mais ao lado dos conceitos e formas de raciocínio. Falamos de Método indutivo, Método dedutivo, Método lógico, Método filogenético, Método científico, mas podemos falar em técnicas qualitativas ou quantitativas para coleta de dados, técnicas de teatro. Enfim, na prática da ciência, Métodos também são tratados como sinônimos de Técnicas.

Atentemos para mais um dos exemplos de questionamento mencionados na metodologia. “Em que seção devo me referir à aprovação do projeto pelo comitê de ética?” (VOLPATO 2015, p.183). O autor responde que não há padrão; depende da revista. Pode aparecer como rodapé da primeira página, no final do artigo, ou em algum lugar da

metodologia. Portanto, encerramos aqui as considerações do manual de Volpato (2015). Na sequência iniciamos a análise comparativa referente à seção de metodologia.

4.2.6 Análise comparativa da organização retórica da unidade de metodologia nos manuais

Nossas análises revelam que, em se tratando da seção de metodologia, os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) são os únicos que apresentam orientações mais detalhadas sobre essa unidade. Motta Roth e Hendges apresentam diferentes modelos retóricos para esclarecer como diferentes áreas organizam retoricamente cada seção do artigo, destacando os modelos de Nwogu (1997) para a seção de metodologia para a área médica, o modelo de Kanoksilapatham (2005) para artigos em Bioquímica, e a descrição esquemática de Lim (2006) para as ciências sociais e humanas. Pereira (2014), por sua vez, apresenta uma tabela com a estrutura da seção de método, as normas de Vancouver e o modelo de instruções para autores do periódico *Annals of Internal Medicine* sobre a redação da seção de métodos do artigo acadêmico, enquanto Gonçalves (2013) discorre brevemente sobre tal seção, conforme mostramos na seção de descrição. Já Volpato (2015) apesar de teorizar muito sobre a metodologia, suas considerações não tratam propriamente da organização retórica das informações, mas de orientações mais amplas em torno dessa seção, tais como a menção ao nome do pacote ou software usado para efetuar as análises estatísticas (Idem, p. 179), dúvidas sobre a apresentação das variáveis independentes, diferença entre método e técnica, dentre outros pontos.

Motta Roth e Hendges (2010, p.117) afirmam que, de modo geral, essa unidade é uma narrativa das ações desenvolvidas na pesquisa. Elas destacam ainda que o objetivo da metodologia é apresentar os materiais e os métodos (participantes ou sujeitos, instrumentos, procedimentos, critérios, variáveis/categorias de análise, etc.) a serem adotados. As autoras esclarecem que tal unidade tem como função retórica descrever os procedimentos de coleta e análise de dados e os materiais. Pereira (2014) pontua os mesmos aspectos mencionados por Motta Roth e Hendges (2010), os quais que se revelam na tabela da estrutura do artigo apresentada pelo autor, nas normas de Vancouver ou ainda nas instruções para seção de método dos autores do periódico *Annals of Internal Medicine*

Gonçalves (2013) e Volpato (2015) não oferecem maiores detalhamentos sobre a organização retórica da metodologia. Volpato (2015) chama atenção apenas para as premissas que devem conter na seção de métodos, as informações que validem os resultados (Idem,

p.49). Posteriormente, destaca que a unidade de métodos informa como o estudo foi planejado e executado (Idem, p.65). Gonçalves (2013, p.42), por sua vez, pontua muito brevemente que a seção de métodos é onde são apresentados e descritos os métodos. Pereira (2014) chama a atenção para a seleção e a descrição dos participantes ou sujeitos, informações técnicas que incluem a identificação dos métodos, materiais, os procedimentos adotados, de forma semelhante a Motta Roth e Hendges (2010). Dessa forma, as explanações de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) corroboram o que alguns pesquisadores e teóricos destacam sobre a metodologia. Kurtz (2004) em seu estudo sobre a organização retórica da seção de metodologia caracteriza essa unidade de forma semelhante. “A seção de metodologia descreve os passos seguidos, os materiais ou instrumentos e os procedimentos adotados para se chegar aos resultados” (KURTZ, 2004, p.34). Lim (2006) destaca a importância da metodologia justamente por essa seção ligar metodologias de pesquisas particulares com procedimentos de pesquisas prévias.

Tanto Motta Roth e Hendges (2010, p.118) como Pereira (2014, p.59) destacam que na seção de metodologia se costuma apresentar os procedimentos e os materiais usados no estudo em forma de lista. Swales (1990) esclarece justamente que a metodologia apresenta um formato diferenciado das demais seções, especialmente porque nela se tende a apresentar os procedimentos e os materiais usados na pesquisa em formato de lista, em linguagem sintética. As considerações desses autores corroboram as discussões de Swales (1990) para essa unidade. Portanto, percebemos aqui uma aproximação entre os próprios manuais e entre os manuais e as teorizações de Swales (1990). Já Hyland (2009) pontua que a metodologia pode ser mais ou menos elaborada ou sucinta.

Por outro lado, nesta seção, ao contrário de Motta Roth e Hendges (2010), Pereira (2014) não explorou a questão da organização retórica propriamente dita das informações características da metodologia, diferentemente do que percebemos na seção de introdução. Nesta última, mesmo de forma incipiente, ele pontuou que algumas informações tendem a aparecer em pontos específicos do texto introdutório. No entanto, os aspectos elencados por ambos sobre a estrutura da seção de metodologia dialogam de certo modo com modelos retóricos de pesquisas em diferentes áreas, os quais são mencionados por Motta Roth e Hendges (2010). Observemos as demais considerações em torno dessa questão.

Nessa perspectiva, os aspectos supracitados anteriormente enquanto típicos dessa unidade, tais como a menção a apresentação dos materiais, métodos (participantes, instrumentos, procedimentos, critérios, etc.) e a descrição de procedimentos e análise de dados se esquematizam nos modelos. No modelo de Nwogu (1997), direcionado para a

medicina, temos que o primeiro movimento (*Descrever o procedimento de coleta de dados*), tem como terceiro passo justamente a indicação dos critérios para a coleta de dados. No segundo movimento (*Descrever o procedimento experimental*), o terceiro passo faz menção à indicação dos critérios para o sucesso do estudo. No terceiro e último movimento de Nwogu (1997), temos como terceiro passo: *indicando o procedimento/instrumento analítico*.

No modelo de Kanoksilapatham (2005) o primeiro movimento (*Descrever os materiais*), tem como passos, em resumo: listar, detalhar a fonte e oferecer a fundamentação para os materiais. No segundo movimento (*Descrever os procedimentos experimentais*), temos à menção aos procedimentos. Os passos desse movimento são: *documentar procedimentos já estabelecidos/reconhecidos; detalhar os procedimentos; oferecer a fundamentação para os procedimentos*. Como terceiro e quarto movimentos, (*Detalhar os equipamentos e Descrever os procedimentos estatísticos*) são ambos opcionais.

No modelo de Lim (2006) as informações de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) aparecem também. No entanto, essas informações se esquematizam de maneira diferente se comparado com Nwogu (1997) e Kanoksilapatham (2005). No movimento 1 (*Descrever procedimento(s) de coleta dos dados*) do modelo de Lim (2006), temos como primeiro passo, *descrever a amostra*, o qual se subdivide em: (a) descrevendo o local da amostra; (b) descrevendo o tamanho/dimensão da amostra/população; (c) descrevendo as características da amostra; (d) descrevendo a técnica ou critério de amostragem. O segundo passo trata-se de *narrar os passos da coleta de dados*. O terceiro passo diz respeito a *justificar o(s) procedimento (s) de coleta de dados*. Neste passo, pode-se destacar vantagens no uso da amostra ou mostrar a representatividade da amostra.

No segundo movimento (*Delinear o(s) procedimento (s) para mensurar variáveis*) de Lim (2006), temos dois passos: apresentar uma visão geral do design e explicar o (s) método (s) para mensurar variáveis, o qual pode ser explicado por meio das seguintes maneiras: (a) especificando itens em questionário/ bases de dados; (b) definindo as variáveis; (c) descrevendo métodos para mensurar as variáveis. O terceiro passo, *justificar o(s) método(s) para mensurar as variáveis*, se revela por meio da organização de duas informações: (a) citando métodos de pesquisas prévias; (b) destacando a aceitabilidade do(s) métodos. No terceiro movimento desse modelo (*Elucidar o(s) procedimento(s) de análise dos dados*), temos o passo 1, *relatar (ou narrar/recontar) os procedimento(s) de análise dos dados*; o passo 2, *justificar os procedimentos (s) de análise dos dados*; e o passo 3, *prever resultados*. Nota-se, portanto, semelhanças entre o que Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) descreveram para a seção de metodologia com as informações dos modelos supracitados,

como também entre os próprios modelos, conforme esclarece Motta Roth e Hendges (2010) ao destacar que Kanoksilapartham (2005) observou que a metodologia dos artigos da área de Bioquímica é bem semelhante à dos artigos em Medicina. Enfim, a relação estabelecida entre as teorizações de Motta Roth e Hendges (2010), Pereira (2014) e os modelos retóricos supracitados são suficientes para mostrarmos como as descrições desses autores para seção de metodologia se revelam nesses modelos, ora mais especificamente em dado movimento, ora em outro.

Já no modelo de Lim (2006), as informações descritas por Motta Roth e Hendges (2010) se esquematizam de maneira diferenciada, validando o que as primeiras autoras afirmaram ao destacar que o modelo de Lim (2006) para as áreas das Ciências Sociais e Humanas sobre a seção de metodologia de artigos em Administração, que apresenta diferenças significativas quanto ao tipo de informação que aparece nessa seção. Enfim, de forma geral, percebemos que a metodologia é uma seção muito relevante para se descrever os procedimentos de análise em diversas áreas, embora em alguns campos de estudo em determinados movimentos os autores tendam mais a narrar certas informações em detrimento de outras, conforme verificado no modelo de Lim (2006) apresentado por Motta Roth e Hendges (2010), que revelou no segundo passo do primeiro movimento a preocupação dos autores de narrarem os passos da coleta de dados. Percebemos também no primeiro passo do terceiro movimento do modelo de Lim (2006), *elucidar o(s) procedimento(s) de análise dos dados*, a preocupação dos autores nas áreas das Ciências Humanas e Sociais em relatarem seus procedimentos de análises de dados narrando/recontando.

A relevância da seção de metodologia é atestada em outros estudos sobre organização retórica.

A seção de Metodologia se mostrou relevante na construção de artigos acadêmicos na área de Nutrição e Saúde, haja vista os pesquisadores da área considerarem necessário apresentar o caminho percorrido para alcançar os objetivos da pesquisa. (PACHECO, 2016, p. 143).

Fazendo um paralelo também com as teorizações de Costa (2015), a unidade de metodologia mostrou-se recorrente na metade dos artigos analisados em sua pesquisa. Segundo a autora, isso se deu porque muitas informações metodológicas, em alguns casos, foram elaboradas em seções como introdução e resultados, e discussão, denunciando certa flexibilidade dos autores de Linguística em relação à construção dessa unidade. Outras considerações são elencadas ainda em torno da seção de metodologia. Para finalizar

destacamos mais algumas considerações em torno do manual de Pereira (2014).

Percebemos ainda que algumas das sugestões de Pereira (2014) a respeito da produção das unidades do artigo são orientações que mais parecem argumentos típicos do senso comum. É fato notório que ninguém precisa estar amparado numa base teórica para argumentar, por exemplo, que uma estratégia útil é colocar vários artigos em cima de uma mesa e ler a mesma seção de todos os artigos para perceber como estas se configuram nas várias áreas. No capítulo sobre a unidade de métodos, Pereira (2014) sugere ainda que se observe as seções de métodos das boas revistas científicas. Talvez essa maneira de sugerir se justifique porque o autor está ancorado a instruções de outros tipos de suporte, como as instruções para autores do periódico *Annals of Internal Medicine* sobre redação científica e das normas de Vancouver e não a modelos retóricos para a área da Saúde propriamente ditos, diferentemente de Motta Roth e Hendges (2010), que estão embasadas nos modelos retóricos de pesquisadores que realmente realizaram estudos para compreenderem como cada seção desse gênero se organiza retoricamente nas diferentes áreas.

Pereira (2014) chega a sugerir ainda que se observe como as pessoas experientes apresentam as diversas seções de um artigo. Em se tratando dessa relação com os membros experientes, reiteramos que, para Swales (1990), a interação, a troca de experiência entre os membros experientes e inexperientes, é fundamental para o equilíbrio e a consolidação das atividades da comunidade. Portanto, percebemos aqui mais uma semelhança entre as explanações de Pereira (2014) e Swales (1990).

Por fim, percebemos em se tratando especificamente de Motta Roth e Hendges (2010), as únicas que apresentam modelos retóricos, que também se faz necessário mostrar que a recorrência dos movimentos e passos desses modelos são também influenciados pela própria maneira de fazer ciência, pelas crenças e valores de cada área, conforme atesta algumas pesquisas no âmbito dos estudos sociorretóricos de gêneros. A pesquisa de Pacheco (2016), por exemplo, revelou que o conjunto de valores, crenças e propósitos da cultura disciplinar da área de Nutrição influenciou/influencia na construção do gênero artigo acadêmico e na composição de suas seções. Assim, evidencia-se a mais pertinente necessidade dos manuais de orientação da escrita científica: não só descrever quais as informações mais típicas de cada seção do artigo, ou descrever variados modelos, mas de mostrar como essas informações, como esses modelos, refletem as crenças, os valores, um modo particular de fazer ciência de cada área.

Recapitulando os principais pontos, vimos que Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) são os únicos que apresentam orientações mais detalhadas sobre a unidade de

metodologia. Elas apresentam alguns modelos retóricos para esclarecer com diferentes áreas organizam retoricamente esta seção do artigo. Pereira (2014), por sua vez, apresenta uma tabela com a estrutura da unidade de métodos, as Normas de Vancouver e as instruções para autores do periódico *Annals of Internal Medicine* para a redação das seções do artigo original. Por outro lado, Pereira (2014) já não explorou tanto a organização retórica propriamente dita das informações da seção de metodologia como fez na introdução, diferentemente de Motta Roth e Hendges (2010). Gonçalves (2013) discorre brevemente sobre essa unidade. Já Volpato (2015) teoriza muito sobre a metodologia. No entanto, suas considerações não tratam propriamente da organização retórica das informações, mas de orientações mais amplas, como a menção ao nome do pacote ou software usado para efetuar as análises estatísticas, diferenças entre método e técnica dentre outros pontos.

De forma geral, as discussões de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) são as únicas a se aproximarem das teorizações de Swales (1990). Por outro lado, em se tratando de Motta Roth e Hendges (2010), percebemos que elas poderiam ter explorado a questão de que a recorrência dos movimentos e passos desses modelos retóricos também é um reflexo da própria maneira de fazer ciência, das crenças e valores de cada área, conforme atesta algumas pesquisas, como por exemplo, a investigação de Pacheco (2016). Esses foram os principais pontos elencados. Encerradas às considerações analíticas da unidade de metodologia, passemos às descrições da seção de resultados e discussão.

4.2.7 Descrição da organização retórica da unidade de resultados/ou resultados e discussão nos manuais

Nesta seção apenas descrevemos como os manuais teorizam sobre a seção de resultados e discussão. Iniciemos às descrições dessa seção com o manual de Motta Roth e Hendges (2010). As autoras discorrem sobre as seções de resultado e discussão juntas no mesmo capítulo. No entanto, consideram a possibilidade dessas seções aparecerem separadas. Inicialmente, elas destacam o seguinte:

Na seção que frequentemente recebe o título de “Resultados e discussão”, os dados obtidos no estudo são apresentados, comentados, interpretados- com o auxílio de um número (variável) de exemplos-e discutidos em relação ao que se avançou no conhecimento do problema, em relação ao estado da arte. (MOTTA ROTH E HENDGES (2010, p. 125).

Motta Roth e Hendges (2010) destacam que na seção de resultados e discussão ocorre uma transição:

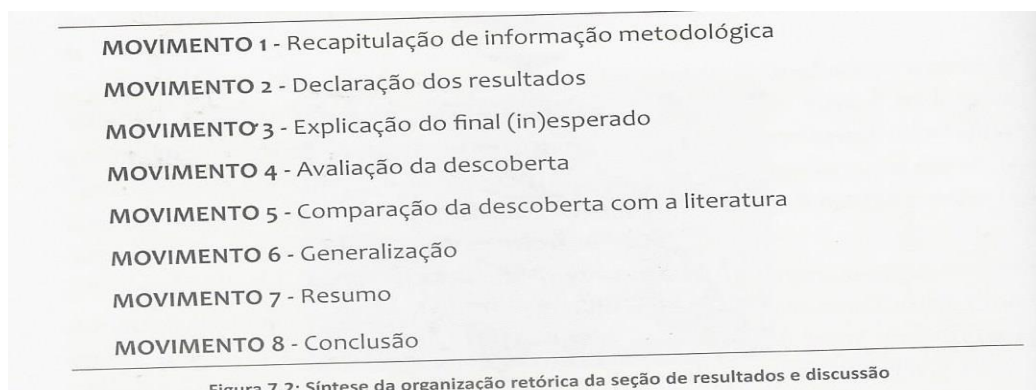
Na seção de resultados e discussão ocorre uma transição: de uma visão concentrada nos procedimentos do estudo reportado, o foco vai se ampliando dos dados para a sua interpretação. Interpretam-se os dados em relação ao que se sabe sobre o assunto a partir de pesquisas na área. Amplia-se o foco gradativamente: dos resultados do estudo em direção às questões gerais da disciplina, ressaltadas na introdução. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.126).

As autoras apresentam considerações sobre as variações entre áreas em relação à seção de resultados: “A configuração da seção de resultados, como de resto qualquer seção de qualquer gênero discursivo acadêmico, varia de acordo com a área de conhecimento para a qual escrevemos.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 126). Discorrendo sobre resultado e discussão de uma maneira geral destacam que:

De modo geral, se os resultados se referem à descrição dos fatos verificados no corpus estudado, então a discussão gira em torno de pontos a serem interpretados sobre essas fatos [...]. Nesse sentido, a discussão é mais do que um sumário dos resultados, indo além deles. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 126).

Em relação à organização retórica de resultados e discussão, inicialmente, as autoras esclarecem que vários autores, analisando artigos acadêmicos de diferentes áreas, propõem modelos que descrevem o tipo e a organização da informação da seção de resultados e discussão, os quais são interpretados de acordo com as idiossincrasias das disciplinas investigadas. “De modo geral, entretanto, podemos perceber que grande parte das informações que esses modelos apresentam são recorrentes.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 128). Nesse sentido, elas reiteram que tais informações podem ser sintetizadas basicamente em termos de oito movimentos, conforme a figura esquematizada abaixo:

Figura 31 – Síntese da organização retórica da seção de resultados e discussão



Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p. 128).

O movimento 1, Recapitulação de informação metodológica”, é aquele em que você “relembra” as etapas de análise do seu estudo, indicadas previamente na metodologia, uma vez que seus resultados serão apresentados de acordo com essas etapas. O movimento 2, Declaração dos resultados, é basicamente descrito e, em geral, envolve valores numéricos ilustrados por tabelas e gráficos. Pode também compreender a comparação entre duas ou mais variáveis analisadas, a indicação de mudança com o passar do tempo e a relação entre variáveis. Uma tabela inicial pode dar uma visão geral dos resultados. O terceiro movimento, Explicação do final (in) esperado, você passa para uma etapa da seção de resultados e discussão caracterizada pela subjetividade (interpretação), em oposição à etapa de descrição, caracterizada pela objetividade (apresentação de quantias, frequência, medidas etc.). Nesse momento, você interpreta, discute os dados, tentando explicar as possíveis causas, razões e circunstâncias.

O movimento 4, Avaliação da descoberta, depois de explicar os resultados de seu estudo, você poderá avalia-los, indicando em que medida são significativos e quais são as consequências para a área em que o estudo se insere. Para oferecer suporte a avaliação da descoberta, se pode, no movimento 5, Comparação da descoberta com a literatura, fazer referência a pesquisas prévias na área, comparando sua descoberta com a literatura. A partir do movimento 6, Generalização, se pode rá elaborar generalizações, que podem ser direcionadas especificamente para seu estudo, ou ainda para sua área como um todo.

No movimento 7, Resumo, se poderá destacar os “melhores momentos” do trabalho, os resultados mais relevantes e fazer sugestões para futuras pesquisas. No movimento 8, Conclusão, é importante fazer algumas observações. Essa seção pode aparecer como uma subparte da discussão dos resultados, sem uma sinalização formal, podendo ainda aparecer

como uma seção independente explicitamente sinalizada por um título como “conclusão” ou “considerações finais”. Motta Roth e Hendges (2010) embasada em Day (1988) discorre sobre essa possibilidade da conclusão aparecer dentro da seção de resultados e discussão ou isoladamente. No primeiro caso, temos um resumo e uma interpretação dos resultados obtidos no trabalho; demonstração de como seus resultados e interpretações concordam ou contrastam com pesquisas prévias, oferecendo possíveis razões para os resultados obtidos; discute as implicações teóricas do trabalho, bem como suas possíveis implicações práticas; apresenta clara e resumidamente as evidências para a conclusão; recomenda futuros aprofundamentos das questões discutidas no trabalho, deixando aberta uma lacuna a ser preenchida por futuras pesquisas. “A seção de discussão/conclusão (e, portanto, o artigo) comumente se fecha com um breve sumário ou conclusão do que foi feito e a significação disso para a área.” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 131). No segundo caso, quando a conclusão aparece como uma seção independente, pode-se, em primeiro lugar, fazer algumas generalizações acerca das descobertas principais, identificar uma ou duas descobertas para tratar em detalhe, situar os resultados na literatura da área. Pode-se também ressaltar as contribuições e implicações teóricas (Idem, p.131).

Para finalizarmos, ressaltamos ainda que as autoras apresentam movimentos opcionais nas representações esquemáticas que descrevem a estrutura das diferentes seções do artigo acadêmico. E com base em Swales (2004) propõem uma ordenação de movimentos retóricos que indica informações obrigatórias e opcionais para seção de resultados e discussão:

Figura 32 – Representação esquemática da discussão de resultados

MOVIMENTO 1 - Pontos para consolidar o espaço de sua pesquisa (obrigatório)

MOVIMENTO 2 - Pontos para indicar as limitações de sua pesquisa (opcional, mas comum)

MOVIMENTO 3 - Pontos para recomendar uma estratégia de ação e/ou identificar áreas relevantes para futuras pesquisas (opcional e comum apenas em algumas áreas)

Figura 7.3: Representação esquemática da discussão de resultados (Swales, Feak, 2004, p. 270)

Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p.138).

De acordo com as autoras, embora o terceiro movimento seja opcional, nossa experiência como leitores indica que um pesquisador parecerá mais articulado quanto mais

puder mostrar de maneira perspicaz os pontos fortes e fracos de seu trabalho e remeter leitores de seus textos a novas pesquisas. Finalizamos aqui a descrição do manual de Motta Roth e Hedges (2010), passemos ao manual de Gonçalves (2013).

Gonçalves (2013) compreende resultados e discussão como uma única seção. A autora apresenta uma breve definição:

Resultados e Discussão

Parte do artigo em que são descritos, explicados e discutidos os resultados alcançados com a pesquisa, utilizando-se referencial teórico, a fim de argumentar e sustentar o que foi encontrado. Deve conter as ilustrações e as tabelas necessárias ao entendimento da pesquisa. (GONÇALVES, 2013, p.46).

Essa explicação é tudo que a autora declara sobre a seção de resultados e discussão. Vemos que essa definição é um tanto sucinta, sem esclarecimentos sobre, por exemplo, como se organizam as informações dessa unidade. Passemos, agora, às discussões do manual de Pereira (2014).

Faz-se necessário esclarecermos que Pereira (2014) apresenta as seções resultados e discussão separadas. No capítulo sobre a unidade de resultados, o autor destaca, inicialmente, que “Na estrutura do artigo científico, logo após a seção introdutória [...] e a de método [...], tem lugar a seção que abriga os achados da pesquisa.” (PEREIRA, 2014, p.82). Em “Para que serve a seção de resultados”, o autor esclarece que como o próprio nome indica, nesta seção é mostrado o que foi encontrado na pesquisa. São os dados originais obtidos e sintetizados pelo autor, com o intuito de fornecer respostas à questão que motivou a investigação. Os principais achados são apresentados acompanhados do respectivo tratamento estatístico, se dele houver necessidade (Idem, p.82).

No tópico sobre a “seleção de informações para a redação do artigo”, Pereira (2014, p.82) destaca que “[...]. A lógica da apresentação dos resultados é definida pelo autor, que tem de ser seletivo nessa tarefa. Apenas o essencial fará parte do texto.” No tópico “Estrutura da seção de resultados”, Pereira (2014, p.82) esclarece ainda que “O leitor espera encontrar nessa seção, como em outras do artigo, sequência lógica de exposição dos temas.” E, logo em seguida, especificamente em “Tópicos a abordar na seção de resultados”, ele destaca que uma ordem de apresentação, aplicável a muitas investigações é dada na tabela abaixo:

Figura 33 – Estrutura da seção de resultados de um artigo científico original

Tabela 7.1 Estrutura da seção de resultados de um artigo científico original e localização dos tópicos dessa estrutura nas seções do presente capítulo

Tópicos	Seção
Características dos participantes do estudo: a descrição da amostra.	7.4 a 7.6
Achado principal: a resposta à questão postulada na investigação.	7.7 a 7.17
Outros achados: objetivos secundários e informações adicionais relevantes, tais como resultados discrepantes ou em subgrupos.	7.18 a 7.25

Fonte: Pereira (2014, p.83).

As Instruções para autores do periódico *Annals of Internal Medicine* sobre redação da seção de resultados são essas: descrever integralmente a amostra estudada para que os leitores possam avaliar se os achados estão adequadamente aplicados a seus pacientes (validade externa); depois, mostrar os resultados primários, os secundários e os achados de subgrupos; usar tabelas e números para mostrar as características dos participantes e os resultados principais; evitar redundâncias no texto, nas tabelas e nas figuras entre si.

As orientações das Normas de Vancouver para a redação da seção de resultados são: apresentar os resultados em sequência lógica no texto, nas tabelas e nas ilustrações, mencionando primeiro os achados principais ou mais importantes. Não repetir no texto todas as informações das tabelas ou ilustrações; enfatizar ou resumir apenas observações importantes; materiais adicionais ou suplementares e detalhes técnicos podem ser colocados em um apêndice, no qual estarão acessíveis, mas não interromperão o fluxo do texto, como alternativa, essas informações podem ser publicadas apenas na versão eletrônica da revista; quando os dados são resumidos na seção de resultados, dar os resultados numéricos não apenas em valores derivados (por exemplo, percentuais), mas também em valores absolutos, a partir dos quais os derivados foram calculados, e especificar os métodos estatísticos usados para analisá-los; usar apenas tabelas e figuras necessárias para explicar o trabalho; usar gráficos como alternativa às tabelas com muitos dados; não apresentar os mesmo dados nos gráficos e nas tabelas; evitar usar sentidos não técnicos para termos técnicos em estatística como aleatório (que implica um método de randomização), normal, significativo, correlação e amostra; quando for cientificamente apropriado, as análises dos dados com variáveis como idade e sexo devem ser incluídas.

No tópico “Sugestões”, Pereira (2014, p. 100) sugere que se “Inspeione a seção de resultados em artigos publicados nos melhores periódicos para inteirar-se de formas apropriadas de apresentação.” (PEREIRA, 100, p. 100). Em seguida esclarece que se apresente os dados em ordem lógica, que pode não coincidir com a sequência cronológica em que o trabalho foi conduzido. Para finalizar, ressaltamos que Pereira (2014) apresenta uma discussão muito ampla no capítulo de resultado, apresentando um total de vinte e sete tópicos, com exceção dos comentários finais e das referências do capítulo. São discutidos ainda seleção de informantes a apresentar, características basais de grupo, análise estratificada, análise multivariada, entre vários outros pontos, que de certa forma, estão relacionados a seção de resultados na área de saúde. Vejamos, então, as considerações desse autor para a unidade de discussão.

No tópico “Para que serve a seção de discussão”, Pereira (2014, p.104) esclarece, inicialmente, o que cada seção (resultado e discussão) faz:

Em resultados, assunto do capítulo anterior, o autor apresenta os principais achados da sua pesquisa. Depois, na discussão, tenta dar sentido ao que encontrou. O cerne da discussão é a interpretação dos resultados obtidos e a sua relação com o conhecimento existente, de modo a chegar-se a uma conclusão. (PEREIRA, 2014, p. 104).

Em a “Estrutura da seção de discussão”, Pereira (2014, p.104) destaca que “A discussão é a parte do artigo mais aberta à imaginação do autor de um artigo científico.” Também é a que apresenta maior variabilidade de conteúdo se comparada às seções de introdução, método e resultados.

No que concerne aos “Tópicos a abordar na seção de discussão”, o autor apresenta outras considerações em torno das informações a serem tratadas nessa seção. Observemos:

Um autor experiente, ao redigir a discussão, coteja os resultados que obteve com o que existe de relevante na literatura científica sobre o tema e emite juízo sobre a qualidade das investigações que cita. Também aponta para as limitações do próprio estudo, comenta como os novos achados integram-se ao corpo de conhecimentos sobre o assunto, conclui e sugere caminhos ou especula sobre a direção para futuras pesquisas. Os temas estão apontados na tabela 8.1, em cinco tópicos, o que serve de estrutura para compor uma seção de discussão. (PEREIRA, 2014, p. 104).

Vejamos abaixo a tabela com a estrutura da unidade de discussão:

Figura 34 – Estrutura da seção de discussão de um artigo científico original**Tabela 8.1** Estrutura da seção de discussão de um artigo científico original e a localização dos tópicos dessa estrutura nas seções do presente capítulo

Tópicos	Seções
Realce para os achados relevantes e originais.	8.3
Avaliação crítica da própria pesquisa, em especial, das limitações.	8.4 a 8.7
Comparação crítica com a literatura pertinente.	8.8 a 8.10
Interpretação dos achados.	8.11 a 8.21
Conclusão: inclui generalização, implicações, perspectivas, recomendações.	8.22 a 8.28

Fonte: Pereira (2014, p.104).

No tocante as instruções para autores do periódico *Annals of Internal Medicine* sobre redação da seção de discussão do artigo científico é ressaltado que se considere a estruturação da discussão de acordo com a seguinte sequência: apresentar um breve resumo das principais conclusões, com particular ênfase na forma como os achados contribuem para aumentar o corpo de conhecimento sobre o assunto; discuta os possíveis mecanismos e explicações para os resultados; compare os próprios resultados com achados relevantes de outros trabalhos publicados; discuta as limitações do presente estudo e quaisquer métodos usados para minimizar ou compensar as referidas limitações; mencione direções relevantes para futuras investigações e conclua com uma breve seção que resuma de forma simples e direta as implicações clínicas do trabalho.

As instruções das Normas de Vancouver para a redação da seção de discussão são: enfatizar os aspectos novos e importantes do estado e as conclusões deles derivadas; não repetir detalhadamente dados ou outras informações apresentados nas seções de introdução ou de resultados; para estudos experimentais é útil iniciar a discussão resumindo brevemente os principais achados, depois explorar os possíveis mecanismos ou explicações para esses achados, comparar e contrastar os resultados com outros estudos relevantes, declarar as limitações do estudo e explorar as implicações dos achados para pesquisas futuras e para a prática clínica; relacionar as conclusões com os objetivos da pesquisa, mas evitar afirmações sem embasamento e conclusões que não tenham sustentação adequada pelos dados. Em especial, os autores devem evitar fazer afirmações sobre benefícios econômicos e custos, a menos que seu original inclua análises econômicas e dados apropriados; evitar alegar precedência e aludir a trabalhos que não estejam completos; propor novas hipóteses quando

justificável, mas qualifica-las claramente como tal.

Ainda em “Realce para os achados da pesquisa”, Pereira (2014, p.104) destaca que a “Maneira comum de iniciar a discussão consiste em realçar os achados mais importantes ou os novos conhecimentos desvendados pela pesquisa.” Ele ressalta que trata-se da resposta do autor, o que os seus dados indicam ante o objetivo da investigação do estudo.

No tópico “Tamanho da discussão”, Pereira (2014, p.127) destaca que “A concisão, entretanto, é a uma das qualidades essenciais do bom artigo científico em Medicina e, em especial, da discussão.” Por fim, em “Sugestões”, Pereira (2014, p. 128) reitera que a discussão é a seção em que o iniciante mais se complica e, comumente, elabora texto extenso, repetitivo, confuso, porém trata-se de questão de aprendizado. Nesse sentido, sugere que ao preparar-se para escrever a discussão deve-se refletir sobre a contribuição da pesquisa, o que o estudo difere dos demais e o que é novo na investigação. Finalizamos aqui as teorizações em torno do manual de Pereira (2014), agora, adentremos as descrições do manual de Volpato (2015). Compreendendo o artigo como duas grandes seções, Volpato (2015, p.48) destaca que “O contexto da justificação compreende Métodos, Resultados e Discussão, lembrando que na discussão aparecem inexoravelmente as conclusões.” Ele parece destacar que as premissas são cruciais para a construção da unidade de resultados e discussão. Atentemos para suas palavras:

- **Métodos, Resultados e Discussão**
- **Premissas**- Toda informação que nos Métodos valide os resultados; todos os resultados e informações da literatura que validem as conclusões.
- **Conclusões** – As conclusões do trabalho que são defendidas pelos autores. (VOLPATO, 2015, p.49).

Em relação ao trecho acima, Volpato (2015, p.49) esclarece ainda que “[...] nos resultados ou na discussão, pergunte-se: essa informação é uma premissa fundamental para sustentar as conclusões do estudo? Se sim, mantenha-a; se não, retire-a.”

Ainda segundo Volpato (2015, p.65), a seção de resultados “Fornece aos leitores a base empírica necessária e suficiente para sustentar as conclusões do artigo.”

No que se refere a unidade de Discussão, o autor destaca ainda que a discussão fundamenta as conclusões a partir da metodologia empregada (se necessário), dos resultados obtidos, das informações da literatura (com base empírica) e de argumentações lógicas (dedutivas) ou indutivas). Dessa forma, incluirá necessariamente todas as conclusões

principais e mais gerais do artigo. Pode incluir, de modo fundamentado, algumas sugestões (que não são conclusivas, mas especulativas). Pode incluir, de forma bem restrita, algumas especulações, sugestões ou recomendações, mas isso não deve tirar o foco do centro do artigo, que são as conclusões.

Em “Redija o texto dos resultados”, são apresentados alguns questionamentos sobre informações que deverão ser usadas na produção dos resultados. “Posso falar de valores que aparecem nas tabelas? Sim, se for apenas ressaltar o que usará na discussão. O que não pode é ficar repetindo os valores da tabela. [...]” (VOLPATO, 2015, p.173).

Outro questionamento diz respeito à indicação de figuras ou tabelas. O autor questiona se deve primeiro indicar a figura ou tabela aonde estão os resultados que se pretende destacar. Volpato (2015) responde ressaltando que não, que se pode apenas dizer aos leitores o que encontrou de interessante. Ao dizer isso, indique onde estão esses dados (se apresentados em figuras, tabelas, vídeos ou arquivos de som). Ressaltamos ainda que é um total de oito questões problematizadas na seção de resultados, dentre as quais não percebemos relação com a organização retórica das informações propriamente dita. Á título de exemplificação destacamos mais uma dessas interrogações. “Meu texto dos resultados ficou muito curto, apenas um parágrafo de 5 linhas. Há problema nisso?” (VOLPATO, 2015, p.179). O autor esclarece que não há problema. A qualidade de um artigo não é avaliada pelo número de resultados apresentados, mas pela importância deles, bem como pela relevância da conclusão que eles sustentam.

Retomando as considerações em torno da seção de discussão, Volpato (2015, p.188) elenca algumas perguntas sobre como proceder nessa seção. Em “Faça o outline da discussão”, Volpato (2015, p.185) discute qual o tamanho ideal do parágrafo dessa seção: “Qual o tamanho ideal de um parágrafo? Não há regras, mas não pode ser nem muito curto e nem muito longo. Diferenciar isso é exatamente o problema.” (VOLPATO, 2015, p.185).

Outro questionamento elencado por Volpato (2015, p.186) diz respeito a quando se deve iniciar novo parágrafo. “**Como sei que o parágrafo terminou e que devo iniciar o próximo?** O parágrafo termina quando você cumpre a função de justificar a tese central do parágrafo. Enquanto ela não for concluída, o parágrafo não pode ser interrompido.”

Em “Discussão-prepare-se para redigir o primeiro parágrafo”, temos esclarecimentos sobre o que deve conter nesse primeiro parágrafo. Observemos as palavras do autor:

Esse parágrafo seria, então, o conjunto das principais conclusões, cada uma numa frase- um conjunto de conclusões, uma após a outra, formando um parágrafo? Não! Se apenas juntar as conclusões, poderá produzir um parágrafo, com informações que não se liguem necessariamente. Prefiro dizer que é um texto em que você mostra o

final mais importante da história que está no artigo. Faça ligações entre as conclusões principais que obteve, mas num contexto explicativo da questão que queria responder com o estudo. (VOLPATO, 2015, 187).

No tópico “Devo nesse primeiro parágrafo da Discussão lembrar meu leitor sobre o objetivo do estudo?” (VOLPATO, 2015, p.188). O autor ressalta que não necessariamente. Isso não pode ser regra. Poderá ser necessário, dependendo do que pretende dizer ao seu leitor, mas poderá ser desnecessário, pois as conclusões já evidenciam a problemática. Outro questionamento diz respeito à fundamentação (justificativa) de técnica e metodologia se devem estar na discussão. Nesse sentido, Volpato (2015, p.191) reitera que não necessariamente. Se essa fundamentação é curta, fácil de ser feita, poderá ser incluída no próprio item dos Métodos. Se for mais complexa (informações complexas da literatura, dados do estudo ou mesmo comparação com outros procedimentos), então é melhor apresentá-la na Discussão. Uma das formas de dizer que a técnica que usou é confiável e aceitável para seu estudo é mostrado que outros cientistas a estão usando nessa situação. De preferência, citando aí cientistas de renome e revistas de boa qualidade internacional. É um recurso ao argumento da autoridade, mas neste caso ainda é menos problemático, pois na questão metodológica tal argumento pode ser inevitável, mas neste caso ainda é menos problemático, pois na questão metodológica tal argumento pode ser inevitável.

Outro questionamento do autor se refere a como se faz para fundamentar (validar) um delineamento de estudo (Idem, p.192). Nesse sentido, o autor esclarece que em geral os delineamentos são mais óbvios e fáceis de serem fundamentados, mas nem sempre precisam disso. Quando se mostra a importância de cada controle (cada tratamento) para sustentar o discurso que apresenta na Discussão, já se está validando o delineamento. Portanto, vimos que o autor elenca várias questões-problemas relacionadas à seção de discussão para tirar possíveis dúvidas aos leitores, mas essas questões não estão tão relacionadas ao que esperávamos. Passemos a análise dessa unidade.

4.2.8 Análise comparativa da organização retórica da unidade de resultados/ou resultados e discussões

Nossas análises revelam, primeiramente, que três manuais apresentam a seção de resultados e discussão juntas, a saber: Motta Roth e Hendges (2010), Gonçalves (2013) e Volpato (2015). As primeiras autoras dedicam um capítulo especificamente para discutir sobre os resultados e as discussões, mas consideram que essas unidades podem aparecer separadas também, uma vez que chegam a defini-las separadamente em alguns momentos. Gonçalves (2013) menciona essas seções juntas somente quando a autora apresenta a estrutura IRMRDC para a área das Ciências Naturais, Exatas, Tecnológicas e da Saúde. Na primeira estrutura apresentada (IDC), a autora destaca no desenvolvimento apenas a revisão de literatura e resultados obtidos. Em se tratando de Volpato (2015), essas seções aparentemente aparecem juntas, principalmente porque o autor estrutura o artigo em duas grandes seções, estando métodos, resultados e discussões localizados na segunda parte (contexto da justificção). No entanto, essa junção não fica tão clara, pois nas partes finais do livro essas seções são retomadas de maneira isolada, conforme mostrado na seção de descrição.

Diante do exposto, talvez se fizesse necessário e importante que esses autores apresentassem esclarecimentos sobre a questão da seção de resultados e discussão tanto poder aparecer juntas como separadas, pois em alguns tipos de artigos essas seções tendem a aparecer isoladas e em outros costumam aparecer juntas, conforme esclarece Swales (1990). Para Swales (1990) a maioria dos artigos experimentais termina com seções isoladas de resultados e discussão, enquanto outros trazem uma mescla dessas duas unidades.

De modo geral, Gonçalves (2013) apresenta considerações muito breves em torno dessas seções do artigo. Já Volpato (2015) teoriza bastante sobre a seção de discussão e resultado, mas sem maiores esclarecimentos sobre a organização retórica das informações dessa unidade. A respeito da seção da seção de discussão e resultado, o autor discorre sobre qual o tamanho ideal de um parágrafo (Idem, p.185); quando se deve iniciar novo parágrafo (Idem, p.186); como redigir o primeiro parágrafo; como lembrar o objetivo no primeiro parágrafo; como fundamentar uma técnica; como validar a metodologia, os resultados e as conclusões; a respeito de como fundamentar uma técnica (Idem,p.191), dentre outros pontos mencionados na seção anterior.

Em se tratando da organização retórica propriamente dita das informações dessas seções, Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) Pereira (2014) são os únicos que descrevem a organização retórica da unidade de resultados e discussão com base em

instruções voltadas especificamente para tais seções. As teorizações de Motta Roth (2010) têm como base modelos retóricos propriamente ditos da seção de resultados e discussão. Pereira (2014), por sua vez, ancora-se as instruções do periódico *Annals of International Medicine* sobre a redação de cada seção do artigo e as instruções advindas das normas de Vancouver. Por estarem, de certa forma, preocupados em apresentar orientações com base em modelos e instruções mais direcionados para a seção de resultados do artigo, esses dois autores são os únicos que se aproximam das discussões de Swales (1990), uma vez que para esse teórico modelos de configuração retórica podem contribuir sobremaneira para entender como se organizam os textos, embora em Pereira (2014) essas orientações não tenham como base modelos retóricos propriamente ditos.

Vimos anteriormente que Motta Roth e Hendges (2010) destacam que a seção que recebe o título de “resultados e discussão” é aquela em que os dados obtidos no estudo são apresentados, comentados, interpretados e discutidos em relação ao que se avançou no conhecimento do problema do estado da arte. Elas esclarecem ainda que existe uma transição de uma visão concentrada nos procedimentos do estudo reportado nessa seção, no qual o foco vai se ampliando dos dados para a sua interpretação.

Em relação às descrições de Pereira (2014), mostramos anteriormente que a estrutura da seção de resultados obedece a três principais características: a apresentação das características dos participantes do estudo, descrevendo-se a amostra; a menção ao achado principal que responde à questão postulada na investigação; a consideração de outros achados correspondentes a objetivos secundários e informações adicionais relevantes, tais como resultados discrepantes. Até aqui, percebemos que não há semelhanças entre o que destacam Pereira (2014) e Motta Roth e Hendges (2010) sobre a descrição das informações retóricas desta seção, talvez porque Pereira (2014) se refere apenas à seção de resultados como uma unidade separada.

O único momento em que notamos uma breve semelhança entre esses autores é justamente quando Motta Roth e Hendges (2010), em determinada parte do capítulo sobre as seções de resultado e discussão, caracterizam especificamente a seção de resultados e discussão de maneira mais separada. “De modo geral, se os resultados se referem à descrição dos fatos verificados no corpus estudado, então a descrição gira em torno de pontos a serem interpretados sobre esses fatos [...]”. (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p. 126). Pereira (2014, p. 82), de maneira semelhante, destaca que “a seção de resultados como o próprio nome indica, é mostrar o que foi encontrado na pesquisa”. Em outro momento, o autor reitera ainda que: “Em resultados, [...] o autor apresenta os principais achados da pesquisa. Depois,

na discussão, tenta dar sentido ao que encontrou. O cerne da discussão é a interpretação dos resultados obtidos [...]” (PEREIRA, 2014, p.104).

No tocante à estrutura organizacional da seção de discussão apresentada por Pereira (2014), somente em dois momentos parecem assemelhar-se aos movimentos retóricos do primeiro modelo retórico apresentado por Motta Roth e Hengdes (2010) para a seção de resultados e discussão. Na terceira característica, da tabela da estrutura da seção de discussão, Pereira (2014, p.104) destaca justamente que deve-se fazer “uma comparação crítica com a literatura pertinente”. No modelo apresentado por Motta Roth e Hengdes (2010), percebemos que o quinto movimento trata da *comparação da descoberta com a literatura*. Mais uma vez, na tabela da estrutura da seção de discussão apresentada por Pereira (2014), a quinta característica elencada é a conclusão, em que se inclui fazer generalizações, implicações, perspectivas e recomendações. No modelo retórico do manual de Motta Roth e Hengdes (2010), o último movimento é justamente a conclusão do estudo. É importante ressaltar mas uma vez que o termo “movimento” é usado por essas autoras e é tradução literal do termo “move” de Swales (1990).

Nas instruções das normas de Vancouver para a redação da seção de resultados no manual de Pereira (2014), temos instruções que nos parecem um tanto amplas. São orientações que vão desde as informações que devem conter em cada seção do artigo às orientações como inclusão de tabelas ou ilustrações, sobre uso de materiais adicionais e técnicos, tabelas, figuras, gráficos, etc. Gonçalves (2013) também apresenta considerações sobre os pontos citados, dedicando um capítulo para discutir como devem ser apresentados citações, siglas, equações e fórmulas, ilustrações e tabelas.

Conforme mostrado em Pereira (2014, p.83), a primeira instrução/orientação das normas de Vancouver para a unidade de resultados é apresentar os resultados em sequência lógica no texto, nas tabelas e nas ilustrações, devendo ser mencionado primeiro os achados principais ou mais importantes. Essa orientação das normas de Vancouver sobre a apresentação dos resultados em sequência lógica se diferencia sobremaneira das considerações de Motta Roth e Hengdes (2010), já que, nos modelos citados pelas autoras, existe uma organização retórica peculiar para a seção de resultados e discussão. De acordo com o primeiro modelo descrito citado por Motta Roth e Hengdes (2010), têm-se, na seção de resultado e discussão, como primeiro movimento a “*recapitulação de informações metodológicas*” e somente no segundo movimento é que se tem a “*declaração dos resultados*”, diferentemente do que sugere as normas de Vancouver. Por outro lado, considerando-se as variações disciplinares talvez possamos considerar que a seção de

resultados pode iniciar com a menção aos achados principais ou mais importantes, afinal, as orientações das normas de Vancouver são especificamente para a área da Saúde.

Elencamos ainda mais algumas considerações em torno de nossas análises. Percebemos que somente Motta Roth e Hendges (2010) chamam atenção para a questão de que a configuração da seção de resultados, assim como também a seção de qualquer gênero acadêmico, sofre variações conforme a área em se insere o estudo. Achemos pertinente as autoras pontuarem isso, já que os demais autores não apresentaram essa preocupação.

Percebemos que as orientações de Motta Roth e Hendges (2010) sobre a organização da seção de resultado e discussão esquematizadas também nos modelos retóricos citados, de certa forma dialogam com as considerações de outros pesquisadores voltados para estudos retóricos de gêneros acadêmicos. Vimos que Motta Roth e Hendges (2010) esclarecem que, na unidade de resultados e discussão, os dados obtidos são apresentados, comentados, interpretados e discutidos em relação ao estado da arte. Silva (1999) afirma que a unidade retórica de resultados e discussão tem a responsabilidade de garantir a permanência da pesquisa na sua área de atuação. A autora destaca ainda que, nessa unidade, os autores deverão ter a capacidade de saber apresentar a produção de um novo conhecimento através da linguagem a fim de comunicar seus achados e descobertas à sua área e aos seus pares frente ao estado da arte.

Recapitulando as principais informações, vimos que três manuais apresentam a seção de resultados juntas e somente Motta Roth e Hendges (2010) fazem esclarecimentos sobre a questão de essas unidades aparecerem também separadas. Considerando que essas seções podem aparecer tanto juntas como separadas, faz-se necessário que os manuais de orientação da escrita científica façam esclarecimentos sobre essas duas possibilidades. Motta Roth e Hendes (2010) e Pereira (2014) são os únicos ancorados a instruções direcionadas especificamente para cada seção do artigo. Gonçalves (2013) e Volpato (2015) teorizam muito sobre tais seções, mas sem maiores esclarecimentos da organização retórica propriamente dita das informações. Em se tratando dessa seção, percebemos que Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2010) não se aproximaram tanto das teorizações um do outro como nas discussões das seções anteriores. Os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) são os dois que mais parecem se aproximar das discussões de Swales (1990), uma vez que são os únicos a apresentarem orientações para a seção de Resultados com base em algum modelo voltado especificamente para tal unidade. Esses são, portanto, os pontos principais. Passemos à descrição da unidade de conclusão.

4.2.9 Descrição da organização retórica da unidade de conclusão nos manuais

No que concerne à unidade de conclusão, é importante esclarecermos que somente os manuais de Gonçalves (2013) e Volpato (2015) apresentam a seção de conclusão como mais uma unidade do artigo acadêmico. Motta Roth e Hendges (2010, p.131) discorre sobre essa unidade dentro da seção de discussão e resultados, mas ressalta que a conclusão pode aparecer como uma seção independente e com o título de “conclusão” ou “considerações finais”. As considerações sobre a questão da conclusão já foram devidamente descritas dentro da seção de resultados e discussão. Passemos, então, aos demais manuais.

Ao se referir à estrutura IDC (Introdução, Desenvolvimento (revisão da literatura e resultados obtidos) e C-Conclusão para a área das ciências humanas e sociais e à estrutura IRMRDC (Introdução, Desenvolvimento (revisão da literatura, materiais e métodos, resultados e discussão) e C-Conclusão para as ciências naturais, exatas, tecnológicas e da saúde, Gonçalves (2013) esclarece que a conclusão é a parte final do artigo. Observemos:

Conclusão

Parte final do artigo, na qual são apresentadas as conclusões alcançadas com a pesquisa. Corresponde aos objetivos propostos e comprova ou refuta as hipóteses de trabalho, ou ainda, confirma as respostas dadas às questões norteadoras (quando for o caso). Nela o autor manifesta o seu ponto de vista. Pode apresentar recomendações e sugestões para trabalhos futuros. (GONÇALVES, 2013, p.36).

Nesse trecho, a autora é bastante sucinta, sem maiores considerações sobre a organização retórica propriamente dita dessa unidade. Vejamos o que Gonçalves (2013) pontua em relação à estrutura IRMRDC:

Conclusão

Parte final do artigo, na qual o autor apresenta as conclusões da pesquisa, de modo sintético, com as descobertas fundamentadas no que foi apresentado anteriormente. Corresponde aos objetivos propostos e comprova ou refuta as hipóteses de trabalho, ou confirma as respostas dadas às questões norteadoras (quando for o caso). Pode, ainda, apresentar sugestões e recomendações para trabalhos futuros. (GONÇALVES, 2013, p.46).

Gonçalves (2013) destaca praticamente a mesma definição de conclusão para às estruturas IDC e IRMRDC. Passemos, então, às descrições do próximo manual.

Pereira (2014), por sua vez, não apresenta a seção de conclusão como mais uma unidade do artigo, uma vez que o autor segue a estrutura IMRD (Introdução, Métodos, Resultados, Discussão). O autor faz breves considerações sobre essa unidade dentro da própria seção de discussão. Pereira (2014, p. 121) destaca que a conclusão deve estar suficientemente apoiada nos fatos apresentados e em sólida interpretação, como também estará relacionada ao objetivo assinalado na introdução do artigo. Em “Conclusão sempre no fim da discussão?”, Pereira (2014, p.127) esclarece que no passado, as conclusões apareciam como novo item ao final da discussão do artigo científico. Hoje, essa separação é pouco usada. Faz parte da discussão. Atualmente, pode-se terminar um artigo simplesmente mencionando-se no último parágrafo: “Em conclusão,...” Ainda na referida página é esclarecido que “Embora todo artigo deva ter conclusão, ela não necessita sempre estar no fim do texto.”

No manual de Volpato (2015), especificamente em “Escreva as principais conclusões do seu texto” o autor elenca algumas questões visando a tirar dúvidas dos seus leitores. Vejamos algumas dessas questões:

2. Escrevo as conclusões em qual pessoa de tratamento (Eu, Nós ou Impessoal)?

Deve escrevê-las usando a primeira pessoa (“Eu”, se for o único autor do trabalho; “nós”, se houver mais de um autor). Se usar a forma “impessoal” (conclui-se), estará assumindo que a conclusão depende apenas dos seus resultados e que a pessoa que examina esses dados não interfere nesse processo de passar dos dados à conclusão. A conclusão no “impessoal” pressupõe que os dados determinam as conclusões, que era uma crença antiga no surgimento da ciência empírica no século XVII. Essa ideia foi muito criticada e atualmente está bem estabelecido que o cientista faz uma “leitura” dos dados que obtém. Nessa “leitura” ele vê os dados por meio de seus conceitos, seus preconceitos, seus paradigmas. (VOLPATO, 2015, p.158).

No manual de Volpato (2015, p.159) são esclarecidas também as diferenças entre conclusão, sugestão, recomendação e especulação. Nesse sentido, é mostrado que a conclusão tem um claro suporte em fatos ou ideias sustentadas por fatos. É a conclusão que os leitores terão que aceitar (mesmo considerando o caráter provisório de qualquer artigo científico), pois é sustentável frente às evidências disponíveis. Uma sugestão é alguma ideia que poderá ser aceita ou não e depende mais da vontade do leitor (ou seja, tem bases empíricas, mas são ainda incompletas). Já a recomendação não é uma conclusão, mas o que os autores nos dizem para fazer como consequência da validade das conclusões, esta pode incluir elementos ideológicos direcionando o uso do conhecimento científico para determinada finalidade prática. Já a especulação podemos considerar arbitrariamente como uma sugestão com menor

base de dados (do seu estudo ou da literatura). “É o tal do “chute”, pois a pessoa fala coisas que vão muito além do que os dados e as informações da literatura permitem afirmar”. (Volpato, 2015, p.160).

Outra questão diz respeito à utilização de conclusão em estudos descritivos. Nesse sentido, o autor esclarece que se deve usar. Ela será a essência da descrição, aquilo que caracteriza o que se pretendeu descrever. Dessa forma, o estudo tem resultados (que são todos os dados da descrição) e conclusão (apenas o que essa descrição diferencia e caracteriza aquilo que se descreve). Mas somente após conhecer os resultados da descrição você poderá detectar o que é característico do que se descreve e o que é igual a outras coisas. Passemos, então, a seção de análise comparativa sobre a unidade de conclusão.

2.4.10 Análise comparativa da organização retórica da unidade de conclusão nos manuais

No que se refere à seção de conclusão, somente dois manuais discutem sobre essa seção como mais uma unidade do artigo acadêmico, a saber: Gonçalves (2013) e Volpato (2015). No manual de Motta Roth e Hengdes (2010) é esclarecido que a conclusão pode aparecer como o último movimento retórico (conclusão), uma subparte da organização retórica da seção de resultados e discussão, ou ainda como uma seção independente intitulada “conclusão” ou “considerações finais” (Idem, p.131). Nos manuais de Gonçalves (2013) e Volpato (2015) não percebemos as discussões em torno da organização retórica propriamente dita dessa seção. Volpato (2015) teoriza muito sobre a seção de conclusão, mas chama atenção para outros aspectos, tais como a questão de se escrever a conclusão usando tempos verbais do passado ou do presente; as diferenças entre conclusão, sugestão, recomendação e especulação; o fato de se usar uma média ou equação matemática enquanto conclusão; e a necessidade de selecionar os resultados necessários para sustentar as conclusões. Já Gonçalves (2013) pontua brevemente que a conclusão é a parte final do artigo, na qual são apresentadas as conclusões alcançadas com a pesquisa. Segundo a autora, essa unidade corresponde aos objetivos propostos, comprova ou refuta as hipóteses de trabalho ou, ainda, confirma as respostas dadas às questões norteadoras. A conclusão também pode apresentar recomendações e sugestões para trabalhos futuros.

Motta Roth e Hengdes (2010) tratam da organização retórica dessa unidade e fazem ponderações sobre o aparecimento da conclusão dentro da unidade de resultados e discussão ou de forma isolada. Elas mostram como as informações tipicamente se organizam nesses dois momentos. Com exceção apenas de Motta Roth e Hengdes (2010), em nenhum momento, os demais autores chamam a atenção para a organização retórica propriamente dita das informações no interior da seção de conclusão, evidenciando, assim, a necessidade desses manuais explorarem mais a configuração retórica dessa unidade, haja vista algumas pesquisas comprovarem que a unidade de conclusão obedece também certa organização retórica de movimento. Costa (2015), por exemplo, com base no modelo retórico de Yang e Allison (2013) para essa seção, constata 100% de recorrência do primeiro movimento (*Sumarizando o estudo*) sugerido no modelo dos autores para a área de Linguística Aplicada. O movimento 2 (*Avaliando o estudo*) ocorreu somente por meio do passo 1, *indicando importância/vantagem*, em um artigo, e do passo 2, *indicando limitações*, em dois artigos. O movimento 3 (*Deduções a partir da pesquisa*) somente se mostrou recorrente com o passo 2, *traçando implicação*

pedagógica, presente em cinco artigos. Já o último movimento (*Deduções a partir da pesquisa*) tornou-se evidente em três artigos com o passo 1, *recomendendo futuras pesquisas*, destacando a necessidade de mais pesquisas sobre determinado tema.

Diante do exposto, percebemos que as considerações de Motta Roth e Hedges (2010) para a unidade de conclusão, anteriormente descritas dentro da seção de resultados e discussão corroboram as discussões de Swales (1990) e Swales e Feak (2009) sobre a seção de conclusão. Esses autores afirmam que, além de outras informações, na conclusão, pesquisas futuras devem ser sugeridas, assim como aplicações práticas do estudo. As teorizações de Gonçalves (2013) parecem se aproximar também das discussões desses teóricos, especificamente quando ela pontua que a conclusão “Pode, ainda, apresentar sugestões e recomendações para trabalhos futuros.” (GONÇALVES, 2013, p.46). Mas, por outro lado, a autora não oferece esclarecimentos sobre a organização retórica propriamente dita da seção de conclusão.

As proposições de Motta Roth e Hedges (2010) sobre a unidade de conclusão elencadas na seção de resultados e discussão também foram confirmadas na pesquisa de Pacheco (2016) sobre análise sociorretórica de artigos experimentais na área da Nutrição, o que respalda ainda as discussões elencadas nesse manual. Esse pesquisador esclarece que a unidade de conclusão foi recorrente na metade do seu corpus, principalmente, naqueles periódicos mais específicos da área de Nutrição, confirmando as teorizações de Motta Roth e Hedges (2010) de que essa unidade retórica pode compor a discussão, ou apresentar-se destacadamente. Portanto, de forma geral, evidencia-se a necessidade desses manuais explorarem mais a organização retórica propriamente dita da seção de conclusão, como também esclarecerem que essa unidade ora pode aparecer dentro da seção de resultados e discussão e ora de modo isolado. Em se tratando dos demais manuais, apenas Pereira (2014) discute brevemente essa questão. Pereira (2014) pontua que, antigamente, as conclusões apresentavam-se como uma seção independente, ao passo que hoje tal característica é pouco evidenciada, haja vista que essas considerações devem aparecer na Discussão.

Recapitulando os principais aspectos elencados, temos que apenas os manuais de Gonçalves (2013) e Volpato (2015) teorizam sobre a unidade de conclusão enquanto mais uma unidade do artigo acadêmico. Motta Roth e Hedges (2010) discorrem sobre a conclusão dentro do próprio capítulo direcionado para a seção de resultados e discussão. Elas esclarecem que a conclusão pode aparecer como um movimento retórico da própria seção de resultados e discussão, ou ainda como uma seção independente intitulada “conclusão” ou “considerações finais”. Além de fazerem ponderações sobre o aparecimento da conclusão nesses dois

momentos, as autoras mostram como as informações se organizam dentro da seção de resultados e discussão, como também isoladamente. Pereira (2014) pontua brevemente sobre essa questão. Em dado momento as discussões de Gonçalves (2013) aproximaram-se das teorizações de Swales e Feak (2009). Enfim, foi evidenciado a necessidade desses manuais explorarem a unidade de conclusão de maneira mais significativa, haja vista a maioria dos manuais não apresentarem orientações direcionadas especificamente para a organização retórica propriamente dita das informações da unidade de conclusão. Finalizadas as considerações dessa seção, passemos, então, a conclusão da presente pesquisa.

5 CONCLUSÃO

O nosso objetivo com esta pesquisa foi compreender como manuais de orientação da escrita científica têm descrito o gênero artigo acadêmico e a partir de qual arcabouço teórico. Para tanto, buscamos responder como esses manuais conceituam o artigo acadêmico, de que maneira exploram o(s) propósito(s) comunicativo(s), a comunidade discursiva científica, e o processo de produção e circulação desse gênero, se fazem referência às diferenças entre culturas disciplinares e como descrevem retoricamente o gênero em questão. Assim, por meio dos achados de nossa investigação, evidenciamos a mais pertinente necessidade desses manuais dedicarem um espaço, uma abordagem, mais significativa aos aspectos intrínsecos à própria noção de gêneros como o(s) propósito(s) comunicativos, à organização retórica, à consideração da comunidade discursiva em que os textos se inserem (SWALES, 1990; 2004), aos processos de produção e circulação dos gêneros, especialmente do artigo acadêmico, e às diferenças entre culturas disciplinares (HYLAND, 2000).

Em relação à nossa questão geral de pesquisa mais precisamente, percebemos que três manuais não estão calcados em suporte teórico advindo de teorias vinculadas aos estudos de gêneros textuais, a saber: o manual de Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015). Já o manual de Motta Roth e Hendges (2010) tem como base um suporte teórico advindo, especificamente, das teorias de gêneros acadêmicos. “Tanto a reflexão teórica quanto à prática pedagógica referidas aqui foram construídas sobre as bases do trabalho de John Swales sobre gêneros discursivos acadêmicos [...]” (MOTTA ROTH E HENDGES, 2010, p.11). Conforme pontuado na seção de análise do conceito de artigo, os manuais de Gonçalves (2013) e Pereira (2014), ao apresentarem sua definição de artigo, estão ancorados principalmente na ABNT. Gonçalves (2013), por sua vez, usa como suporte teórico alguns livros de metodologia científica, como “Fundamentos de metodologia científica”, de Lakatos e Marconi (2001), “Metodologia do trabalho científico”, de Severino (2002), e “Normas técnicas de informação e documentação: ABNT versus Vancouver”, de Bertholino e Silva (2012). A autora utiliza o livro de Azevedo (2001), “O prazer da produção científica”, que parece diferenciar-se dos demais livros de metodologia científica citados por ela.

Em se tratando do manual de Pereira, é importante esclarecer que, além da ABNT, são utilizadas como suporte as orientações para autores do periódico *Annals of Internal Medicine* sobre redação do artigo científico e as instruções das normas de Vancouver. No que concerne ao manual de Volpato (2015), tem como base os preceitos do método lógico, já devidamente conceituado na seção de análise do conceito de artigo. Portanto, é notória a necessidade de

manuais de orientação da escrita científica ancorarem-se em algum suporte teórico de teorias de gêneros textuais ao teorizarem sobre o artigo acadêmico, haja vista livros de metodologia científica e a própria ABNT terem uma preocupação com aspectos de cunho formais sobretudo.

Em relação aos conceitos de artigo apresentados nos demais manuais, percebemos que a questão da variabilidade entre áreas disciplinares revelou-se já no conceito de artigo apresentado por Motta Roth e Hendges (2010). No que se refere aos conceitos de artigo acadêmico apresentados nos demais manuais, estes parecem focar apenas no aspecto formal, compreendendo o gênero artigo como uma fôrma, cujos conceitos parecem dizer que o artigo acadêmico em toda e qualquer área apenas apresenta e discute ideias, técnicas, processos e resultados (GONÇALVES, 2013; PEREIRA; 2014), ou, ainda, conta, relata uma história (VOLPATO, 2015), desconsiderando que cada área apresenta e discute esses aspectos de uma maneira própria. Nesse sentido, conforme evidenciado, ainda nenhum dos quatro manuais analisados direcionou um tópico ou seção específica para discutir quais são os propósitos comunicativos dos gêneros, e, especificamente o(s) propósito(s) comunicativo(s) do artigo acadêmico. Mostramos que essa questão foi pontuada explicitamente somente em alguns trechos ao longo de três manuais, pois, em Volpato (2015), a menção ao(s) propósito(s) comunicativo(s) não se revelou de maneira tão clara ao longo do manual.

No que se refere à consideração da comunidade discursiva científica e dos processos de produção e circulação do artigo, apenas dois manuais destinam um tópico/ seção para discorrer sobre a audiência, a saber: os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014). Averiguamos também que os manuais de Pereira (2014) e Volpato (2015) são os dois que mais exploram o viés da publicação do artigo. Por outro lado, as teorizações de Volpato (2015) são as que se diferenciam sobremaneira dos demais manuais e dos postulados teóricos de Swales (1990/2004) para o artigo acadêmico, como também vão de encontro à ideia de variação entre áreas disciplinares, uma vez que as maneiras particulares de fazer ciência das diversas áreas são consideradas “vícios de área” em seu manual, devendo serem evitadas.

Nossas análises revelam também que somente dois materiais analisados fazem referência às diferenças entre áreas disciplinares: os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014). No entanto, essa discussão mostrou-se ainda incipiente no último. Diante desses achados, acreditamos ainda que as contribuições dos estudos de gêneros textuais, especificamente acadêmicos, podem contribuir para que esses manuais de orientação da escrita científica propiciem aos seus leitores uma concepção mais aguçada sobre os modos particulares de fazer ciência das diferentes áreas, conforme reiteram alguns pesquisadores.

Pacheco (2016, p.186), partindo dos achados de sua pesquisa na área de Nutrição, destaca que se faz “necessária à produção de suporte didático-pedagógico para professores e alunos, direcionando o olhar às diversas áreas específicas”. Os achados desse autor corroboram e respaldam nossas discussões justamente por mostrar que se faz cada vez mais necessário orientar a escrita científica refletindo sobre as especificidades do fazer ciência dentro de cada campo de estudo.

No tocante à descrição das unidades do artigo acadêmico, percebemos que, dos quatro materiais analisados, somente os manuais de Motta Roth e Hendges (2010) e Pereira (2014) discutem sobre a organização retórica das informações. No entanto, no manual de Pereira (2014) essa discussão revela-se ainda incipiente, principalmente porque o autor não tem como base nenhum modelo retórico, diferentemente de Motta Roth e Hendges (2010), que estão respaldadas por modelos retóricos propriamente ditos. De forma geral, tais achados evidenciam a mais urgente necessidade desses manuais explorarem a organização retórica propriamente dita das informações de cada unidade do artigo acadêmico. Nossa pesquisa revela também que, no caso do manual de Motta Roth e Hendges (2010), o único a apresentar realmente modelos retóricos, as autoras poderiam ter explorado mais o viés social que subjaz a organização das informações nesses modelos. Elas chamam realmente atenção para as variações disciplinares, os modos de produzir conhecimento de cada área, e o discutem também no capítulo de resenha. Entretanto, poderiam mostrar ainda que a organização das informações nos modelos também são influenciadas diretamente por epistemologias, valores e crenças de cada área, conforme atestam recentes pesquisas (COSTA, 2015; PACHECO; 2016).

Diante das considerações elencadas, acreditamos que a dificuldade enfrentada pelos estudantes de graduação e pós-graduação, especialmente os recém-ingressos na universidade (BEZERRA, 2001; BEZERRA, 2012), pode ser amenizada a partir do momento que os educandos compreendam que os gêneros acadêmicos são produzidos na universidade de acordo com todos os aspectos mencionados anteriormente (à menção ao(s) propósito(s) comunicativo(s), a consideração da comunidade científica, os processos de produção e circulação social do artigo, à referência às diferenças disciplinares e a consideração da organização retórica). Nessa perspectiva, os manuais de orientação da escrita científica têm papel fundamental na tarefa de oferecer um suporte à escrita desses estudantes, principalmente aos membros iniciantes na comunidade científica. Assim sendo, tais aspectos poderiam ter sido melhor explorados nos manuais analisados, tendo em vista que alguns são apenas pontuados brevemente ao longo dos manuais, não sendo destinado nenhum tópico para

melhor apresentá-los e discuti-los.

Por outro lado, talvez essa dificuldade em produzir gêneros acadêmicos mais consistentes realmente seja algo mais complexo, conforme apontado por Souza (2014), que esteja, por exemplo, relacionado a um *déficit* nas grades curriculares dos cursos de graduação. Embora haja também consciência entre muitos pesquisadores/professores a respeito da importância de orientar pesquisadores iniciantes para a construção de uma escrita apropriada para a comunidade acadêmica, parece, no entanto, que o conceito de “pesquisador”, em alguns contextos, está mais ligado à leitura e à aquisição de conhecimentos do que propriamente à produção de conhecimento, deixando-se de lado, algumas vezes, a produção científica dos gêneros acadêmicos dos futuros professores. Além disso, quando se exige deles uma produção científica, poucos são orientados para a construção de gêneros acadêmicos, ou seja, a exigência da produção de gêneros acadêmicos nem sempre está acompanhada de preparo adequado para que essa seja bem-sucedida (SOUZA, 2014). As orientações para a produção de gêneros acadêmicos, especialmente do artigo, por vezes também estão restritas aos aspectos meramente formais e/ou, ainda, tais orientações têm como aporte apenas, ou principalmente, as normas da ABNT. Conforme revelada em nossas análises, nos quatro manuais estudados mostraram que dois desses materiais conceituaram esse gênero com base na ABNT.

Diante do que se evidenciou nessa pesquisa, acreditamos que nossos achados possam contribuir para o letramento acadêmico dos educandos dos cursos de graduação e pós-graduação e, principalmente, para a produção de manuais de orientação da escrita científica mais consistentes. Reiteramos que ainda há muito para se investigar no âmbito dos estudos de gêneros acadêmicos, especialmente sobre a forma como tais textos são abordados nos manuais de orientação da escrita científica, haja vista os variados gêneros que podem ser objeto de investigação científica (resenha, resumo, ensaio, etc).

REFERÊNCIAS

- AMIRIAN, Z.; KASSAIAN, Z.; TEVAKOLI, M. Genre analysis: an investigation of the Discussion sections of Applied Linguistics research articles. **The Asian ESP Journal**, Isfahan, v. 4, n. 1, p. 39-63, abr. 2008.
- ARAÚJO, A. **Lexical Signalling: A Study of Unspecific Nouns in Book Reviews**. 1996. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- ARAÚJO, A. Análise de gênero: uma abordagem alternativa para o ensino da redação acadêmica. In: FORTKAMP, M. B. M. & TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). **Aspectos da Linguística Aplicada** – Estudos em Homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn. Florianópolis: Insular, 2000.
- ARAÚJO, J. A comunidade discursiva dos Tananans: uma experiência etnográfica em sala de chat. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. T. (Org.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- ASKEHAVE, I.; SWALES, J. M. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 221 - 247.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5p.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Os gêneros do discurso. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAWARSHI, A.; REIFF, M. **Gênero: teoria, pesquisa, ensino**. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013.
- BERNARDINO, C. **Depoimentos dos alcoólicos anônimos: um estudo do gênero textual**. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
- _____. **O metadiscorso interpessoal em artigos acadêmicos: espaço de negociações e construção de posicionamentos**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BERDARDINO, C.; COSTA, R. A introdução de artigos acadêmicos e as diferenças entre culturas disciplinares. **Intersecções** (Jundiaí), v. 9, p. 151-170, 2016.
- BAZERMAN, C. **Shaping written knowledge**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.
- BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEZERRA, B.G. **A distribuição das informações em resenhas acadêmicas**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

_____. Gêneros acadêmicos em cursos de especialização: conjunto ou colônia de gêneros? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 12, p. 443-461, 2012.

_____. **Gêneros introdutórios digitais**: apresentando livros na internet. 2009. Disponível em:<
http://www.ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/generos_introdutorios_digitais_apresentando_livros_na_internet.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

BHATIA, V. K. **Worlds of written discourse**: a genre-based view. London, Continuum, 2004.

_____. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009, p. 159 - 195.

BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BIASI-RODRIGUES, B.; HEMAIS, B.; ARAÚJO, J. Análise de gêneros na abordagem de John Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J.; SOUSA, S. (Org.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas**: um diálogo com John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASSANY, D. **Leer y escribir en la universidad**: Hacia la lectura y la escritura crítica de géneros científicos. 2008. Disponível em:<
http://www.falemosportugues.com/pdf/leer_universidad.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

COSTA, R. **Culturas disciplinares e artigos acadêmicos experimentais**: um estudo comparativo da descrição sociorretórica. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

ELICHIRIGOITY, M. **Argumentação na monografia**: uma questão de polifonia. 2007. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FEAK, C.B.; SWALES, J.M., **Telling a Research Story**: Writing the Literature Review. Michigan: The University of Michigan Press, 2009.

GAEDE-SAKATA, C. **A comunidade discursiva virtual Sociedade Senhor dos Anéis**: caracterização e condições de participação. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

_____. A comunidade discursiva virtual Sociedade Senhor dos Anéis. In: BIASIRODRIGUES, B; ARAÚJO, J; SOUSA, S. (Org.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas**: um diálogo com John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GIL, A. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, H. **Manual de artigos científicos**. São Paulo: Avercamp, 2013.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

HENDGES, G. **Novos contextos, novos gêneros: a seção de Revisão da Literatura em artigos acadêmicos eletrônicos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

HYLAND, K. Scientific claims and community values: articulating an academic culture. **Language & Communication**. v. 17, n 1, p. 19-31, 1997.

_____. **Disciplinary discourses: social interactions in Academic Writing**. Singapore: Pearson Education Limited, 2000.

_____. **Academic discourse: English in a global context**. London: Continuum, 2009.

HOLMES, R. Genre Analysis, and the social sciences: an investigation of the structure of research article Discussion section in three disciplines. **English for Specific Purposes**, v. 16, n. 4, p. 321-337, 1997.

JESUS, K. **Resumo escolar: entre a (in) definição e os limites da prática escolar**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

KURTZ, F. D. **Uma análise de gênero em artigos eletrônicos de Linguística Aplicada com foco em tópicos e procedimentos de pesquisa**. 2004. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2004.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

LEFFA, V. **A Linguística Aplicada e seu compromisso com a sociedade**. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001.

LIMA, J. **(Blog)ueiros: Critérios para o estudo de comunidades discursivas globais e locais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LIMA, L. **Práticas discursivas em comunidades disciplinares acadêmicas: a construção do posicionamento em artigos experimentais das áreas de medicina e linguística**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MACEDO, T. **Academic writing: uma análise de livros didáticos sob a perspectiva de gêneros do discurso**. 2008. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/eventos_let/4silid/anais/SILID-SIMAR.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

MARCUSCHI, L. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo:

Parábola Editorial, 2008.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MINAYO, M. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTTA-ROTH, D. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. **Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics**. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MOTTA-ROTH, D (Org). **Redação acadêmica: princípios básicos**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NOGUEIRA, S. H. **Da leitura poética à produção do gênero artigo acadêmico-científico: uma proposta para o ensino na educação superior**. 2007. Tese. (Doutorado em Letras) - Universidade de São Paulo, 2007.

NUNES, L.A.R. **Manual da monografia: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese**. São Paulo: Saraiva, 2000.

NWOGU, K. The Medical research paper: structure and functions. **English for Specific Purposes**, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1997.

OLIVEIRA, F. A configuração textual da seção de Metodologia em artigos acadêmicos eletrônicos de Linguística Aplicada. **Vidya**, Santa Maria, v. 21, p. 237-252, jan./jun. 2002.

_____. **A configuração textual da seção de Metodologia em artigos acadêmicos de Linguística Aplicada**. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

PACHECO, J.T.S. **O artigo acadêmico na cultura disciplinar da área de Nutrição: uma investigação sociorretórica**. 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

PEREIRA, M. G. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PINHEIRO, M.V.B.L. **Uma análise do gênero artigo acadêmico em manuais de orientação**

da escrita científica. 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

PORTELA, K. C.A; BRAUER, K.C.N. **Os processos verbais nos artigos científicos da revista gestão e secretariado**: uma análise com base na linguística sistêmico-funcional. 2012. Disponível em:< http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_165.pdf>. Acesso em: 06 out. 2015.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SILVA, L. **Análise de gênero**: uma investigação da seção de Resultados e Discussão em artigos científicos de Química. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1999.

MACEDO, T. **Academic writing**: uma análise de livros didáticos sob a perspectiva de gêneros do discurso. 2008. Disponível em:<http://www.letras.puc-rio.br/eventos_let/4silid/anais/SILID-SIMAR.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

SOUZA, M.G. Os processos de apropriação de gêneros acadêmicos (escritos) por graduandos em letras e as possíveis implicações para a formação de professores/pesquisadores. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v.14, n. 1, p.83-110, 2014.

SWALES, J. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Repensando gêneros: nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. In: BEZERRA, Benedito G.; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: EDUPE, 2009. Título original: Re-thinking genre: another look at discourse community effects. Comunicação apresentada em Re-thinking Genre Colloquium, Ottawa: Carleton University, 1992.

_____. **Research genres**: explorations and applications. New York: Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Sobre modelos de análise do discurso. In: BIASI-RODRIGUES, B; ARAÚJO, J; SOUSA, S. (Org.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas**: um diálogo com John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

VOLPATO, G.L. **Guia prático para redação científica**. Botucatu: Best Writing, 2015.

YANG, R.; ALLISON, D. Research articles in Applied Linguistics: moving from Results to Conclusions. **English for Specific Purposes**, v. 22, p. 365-385, 2003.